

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de
Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**

AIRTON SIEBEN

UBERLÂNDIA

2012

AIRTON SIEBEN

**ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de
Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Linha de pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

UBERLÂNDIA

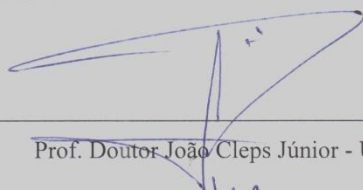
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

AIRTON SIEBEN

“ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito”.



Prof. Doutor João Cleps Júnior - UFU



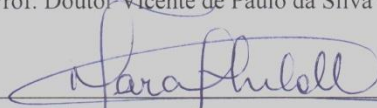
Prof.ª. Doutora Vera Lúcia Salazar Pessoa – UFG



Prof. Doutor Atamis Antônio Foschiera – UFT



Prof. Doutor Vicente de Paulo da Silva - UFU



Prof. Doutor Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 10 / 08 de 2012

Resultado: Aprovado - com distinção

AGRADECIMENTOS

Um processo de doutoramento torna-se demorado e complexo. O professor orientador de mestrado em certa oportunidade disse algo assim, “A qualidade de um trabalho começa a se medir pela qualidade dos agradecimentos.” Compreende-se que um trabalho desta envergadura conta com a colaboração de várias instituições, órgãos e pessoas, desta forma, iniciam-se os agradecimentos:

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por oferecer o Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER UFU/UFT).

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelo afastamento de 12 meses no período compreendido entre março de 2011 e fevereiro de 2012.

Ao Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), pela disponibilidade e o convívio com acadêmicos e professores. Não se elenca os nomes, pois entende-se que várias pessoas contribuíram para a realização do trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa fornecida no período de 9 meses de permanência na UFU (março a novembro de 2011).

À Fundação de Medicina Tropical (FMT), ao seu Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e ao funcionário Felipe Carneiro, de Araguaína (TO), pelos auxílios, orientações e empenho para a aprovação do projeto no comitê de ética desta instituição.

À Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Araguaína e ao Movimento dos Atingido por Barragens (MAB) de Palmas, pelos esclarecimentos, informações e material disponibilizados.

Ao Professor orientador, João Cleps Junior, pelos conhecimentos transmitidos, pela experiência, pelas correções, pela segurança passada e pela “liberdade” concedida, possibilitando encontrar e aprender com os próprios erros, os caminhos para a pesquisa.

Ao professor Carlos Rodrigues Brandão, pelo método diferenciado de enxergar a pesquisa científica.

Ao Professor Roosevelt José Santos e sua contribuição na disciplina de Teoria e Método em Geografia Humana.

Aos professores Julio de Lima Ramires e Vera Lúcia Salazar Pessôa, pelos conhecimentos transmitidos na disciplina de Fundamento de Metodologia Científica, sobretudo, à professora que em algumas trocas de ideias contribuiu para discernir sobre as fases de elaboração da tese.

Aos professores Sílvia Carlos Rodrigues, Roberto Rosa, Marlene T. de Muniz Colesanti e Samuel do Carmo Lima que ministraram aulas em Araguaína e cujas disciplinas ofertadas foram cursadas e aproveitadas, para ampliar os conhecimentos em Geografia.

Aos demais professores do Instituto de Geografia (IG) da UFU, sobretudo ao Tullio Barbosa, pelas trocas de ideias, informações e conversas.

À banca de qualificação de tese, pelas contribuições para melhoria do trabalho final, corrigindo erros, esclarecendo dúvidas e propondo questionamentos.

Aos professores avaliadores desta tese, cujas contribuições certamente irão melhorar a arte final da pesquisa.

Ao professor José Manoel Sanches da UFT, pelas correções de texto e sugestões.

Aos servidores do Instituto de Geografia, sobretudo aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) Dilza e João, pelas informações e trâmites burocráticos.

Ao companheiro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Carlos Gilberto Konrad, que elaborou alguns dos mapas utilizados no decorrer do trabalho.

À Laiz e à Juliana do Laboratório de Cartografia e Sensoriamento Remoto – IG/UFU, pela elaboração de mapas e de cartas imagens.

Ao colega de pós-graduação, Geraldo Inácio Martins, pelas conversas e trocas de ideias.

A todos aqueles que contribuíram na troca de ideias e de discussões.

Aos familiares, sobretudo à Helena, nascida neste íterim de tese, recebendo amor e carinho. Sua falta foi sentida, quando da distância estabelecida na permanência de 12 meses em Uberlândia.

Para finalizar, um agradecimento especial àqueles que, mesmo num processo difícil de assimilação de novos locais, demonstraram o desejo e a disposição em revelar as suas histórias de vida e esclarecer quaisquer dúvidas que ocorressem no decorrer deste trabalho. Homens, mulheres e crianças, pessoas simples, que tiveram trajetórias de vida desviadas ou interrompidas para trazer luz ao “progresso”. Aos **Camponeses Tradicionais de Palmatuba** dedica-se este agradecimento e o trabalho em especial!

E, à deidade Patrão Velho! Obrigado!

RESUMO

As hidrelétricas produzem a maior parte da eletricidade consumida no país com incentivos estatais para concretizar mais usinas. As hidrelétricas causam efeitos ao meio ambiente e às comunidades desterritorializadas. Este estudo foi realizado com os camponeses tradicionais de Palmatuba (Babaçulândia/TO). Este local foi atingido pelas águas da Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE), localizada no rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e do Maranhão, nos municípios de Aguiarnópolis e de Estreito, respectivamente. Por causa das incertezas sobre a reterritorialização, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender a atuação do Estado e da política energética na desterritorialização da comunidade de Palmatuba pela Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE). Metodologicamente, o trabalho foi realizado na perspectiva da pesquisa qualitativa. Aplicou-se o roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas sobre: identificação, histórico familiar, produção, rendimento e impactos do empreendimento às 26 famílias desterritorializadas. O roteiro de entrevistas foi aplicado nos meses de abril e maio do ano de 2010. Os instrumentos metodológicos em história oral, saídas de campo, fotografias e outras técnicas foram utilizados. A categoria social de análise foi o camponês tradicional. Palmatuba foi oficialmente considerada bairro urbano de Babaçulândia, mas as características rurais e o ambiente ribeirinho ao rio Tocantins definiram esta classe social. A categoria território e a sua relação com o lugar e a paisagem ancoraram a pesquisa nos termos geográficos. O território, o lugar e a paisagem se relacionaram e entendeu-se que o território, mesmo sendo principal, necessitaria de apoio para explicar o sentido de pertencimento e a mudança da paisagem do lugar. Palmatuba teve uma história de 70 a 80 anos apegada ao rio Tocantins, à argila, à terra e ao coco babaçu como atividades econômicas desenvolvidas no local. O coco babaçu foi destaque e tinha a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu (AQCB), trabalhando com o artesanato. As dificuldades enfrentadas pelos palmatubenses foram muitas, mesmo assim, passado um ano da desterritorialização muitos retornariam ao lugar. Não houve reassentamento e a carta de crédito foi a opção do Consórcio Estreito Energia (CESTE). Muitas famílias procuraram por conta própria as novas moradas. Atualmente, estes atingidos têm dificuldades em pagar aluguel, em se relacionar com vizinhos, além de outros problemas. Muitas pessoas são idosas e estão apegadas às memórias do passado. Os antigos vizinhos espalharam-se e cinco famílias moram em área rural, como nos reassentamentos Vitória Régia e Costa Rica, localizados nos municípios de Aragominas e Wanderlândia e 22 residem em área urbana, muitas delas na cidade de Araguaína (TO). Há mudanças no modo de vida, surgiram outras paisagens, outras territorialidades e outros lugares para reconstruir em virtude das incertezas sobre a reterritorialização.

Palavras-chave: Estado. Reterritorialização. Lugar. Hidrelétricas. Tocantins.

RESUMEN

Las hidroeléctricas producen la mayor parte de la electricidad consumida en el país con incentivos estatales para construir más plantas. Las hidroeléctricas causan efectos al medio ambiente y a las comunidades desalojadas de sus propiedades. Este estudio fue realizado con los campesinos tradicionales de Palmatuba (Babaçulândia/TO). Este local fue afectado por las aguas de la Hidroeléctrica del Estreito (UHEE), ubicada en el río Tocantins, en la frontera de los estados de Tocantins y Maranhão, en los municipios de Aguiarnópolis y Estreito, respectivamente. Por causa de las dudas sobre la reterritorialización, el objetivo general de esta pesquisa fue comprender la actuación del Estado y de la política energética en el desalojamiento de propiedades de la comunidad de Palmatuba por la Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE). Metodológicamente, el estudio se realizó desde la perspectiva de la investigación cualitativa. Se aplicó el guión de entrevistas conteniendo preguntas abiertas y cerradas sobre: identificación, histórico familiar, producción, rendimiento e impactos del emprendimiento a las 26 familias desalojadas de sus territorios. El guión de entrevistas se aplicó en abril y mayo de 2010. La categoría social de análisis fue el campesino tradicional. Palmatuba fue oficialmente considerada barrio urbano de Babaçulândia, pero las características rurales y el ambiente ribereño al río Tocantins definieron esta clase social. La categoría territorio y su relación con el lugar y el paisaje anclaron la pesquisa en los términos geográficos. El territorio, el lugar y el paisaje se relacionaron y se entendió que el territorio, mismo siendo principal, necesitaría apoyo para explicar el sentido de pertenencia y el cambio del paisaje del lugar. Palmatuba tuvo una historia de 70 a 80 años, adjunta al río Tocantins, a la arcilla, a la tierra y al coco babasú como actividades económicas desarrolladas en el local. El coco babasú fue destacado y tenía la Asociación de las Rompedoras de Coco Babasú (AQCB), trabajando con la artesanía. Las dificultades enfrentadas por los habitantes de esta ciudad fueron muchas, mismo así, después de un año del desalojo de sus propiedades, muchos de ellos regresaron al lugar. No hubo reasentamiento y la carta de crédito fue la opción del Consorcio Estreito Energía (CESTE). Muchas familias buscaron por cuenta propia los nuevos hogares. Actualmente estos afectados tienen dificultades para pagar alquiler, para relacionarse con vecinos, además de otros problemas. Muchas personas son ancianas y están adjuntas a las memorias del pasado. Los antiguos vecinos se dispersaron y cinco familias viven en área rural como en los reasentamientos Victoria Regia y Costa Rica, localizados en los municipios de Aragominas y Wanderlândia y 22 residen en área urbana, muchas de ellas en la ciudad de Araguaína (TO). Existen cambios en el modo de vida, surgieron otros paisajes y territorialidades y el sentido de lugar por reconstruir por causa de las dudas sobre la reterritorialización.

Palabras claves: Estado. Reterritorialización. Lugar. Hidroeléctricas. Tocantins.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do povoado de Palmatuba no contexto brasileiro	23
Mapa 2 - Altimetria, perfil topográfico e curvatura do rio Tocantins em Babaçulândia	28
Mapa 3 - Fluxo de energia elétrica no Brasil	78
Mapa 4 - Potencial hidrelétrico do estado do Tocantins.....	83
Mapa 5 - Municípios de imigração das famílias de Palmatuba	172

LISTA DE CARTAS IMAGENS

Carta Imagem 1 - Babaçulândia e Palmatuba: visualização da organização espacial.....	25
Carta Imagem 2 - Panorama da organização espacial de Palmatuba.....	101

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Babaçuais e substituição por gramíneas em área de várzea de Palmatuba	29
Fotografia 2 - Praia do Coco em Babaçulândia na margem direita (MA) do rio Tocantins	32
Fotografia 3 – Manifestação na BR-010 em Estreito (MA): entrada da construção da UHEE	87
Fotografia 4 - Máquina de quebrar coco babaçu doada às quebradeiras de Palmatuba em 2004	94
Fotografia 5 – Emigração forçada de Palmatuba: vão poucos bens e fica muito apego	110
Fotografia 6 – Riqueza em Palmatuba: vegetação densa com predomínio de babaçuais	114
Fotografia 7 – Novo endereço e paisagem: rua Camomila, vila Ribeiro/Araguaína(TO)	117
Fotografia 8 – Dificuldade na única via de acesso à Palmatuba: travessia do ribeirão do Coco	123
Fotografia 9 - Símbolos na territorialidade do lugar: a mangueira (<i>Mangifera indica</i>)	124
Fotografia 10 – Paisagem à margem do rio Tocantins em Palmatuba: retrato de outros tempos .	128
Fotografia 11 - 'Transformação da paisagem: a mangueira perde o significado de lugar	129
Fotografia 12 - Palmatuba: rua principal e casas de adobe (cotidiano do lugar)	138
Fotografia 13 – Palmatuba: capela Bom Jesus da Lapa (presença da religião Católica)	140
Fotografia 14 - Margem do rio Tocantins: paisagem e territorialidade em Palmatuba	143
Fotografia 15 – Palmatuba: contrastes da paisagem do lugar e o trator símbolo de destruição	144
Fotografia 16 - Associação Quebradeiras de Coco Babaçu: Antiga escola do povoado	145
Fotografia 17 – Antigo cemitério de Palmatuba	146
Fotografia 18 – Palmatuba: entrada e saída para o povoado atravessando o ribeirão do Coco	148
Fotografia 19 – Dificuldades do lugar: caminho aos babaçuais	150
Fotografia 20 – A atividade das mulheres na quebra do coco babaçu em Palmatuba	152
Fotografia 21 - O artesanato de coco babaçu que impulsionava a economia de Palmatuba	153
Fotografia 22 – Atividade econômica em Palmatuba: barracão da associação da olaria e forno ...	155
Fotografia 23 - Manifestação em Estreito (MA): PM detendo marcha dos atingidos da UHEE ..	162
Fotografia 24 – Nova paisagem no assentamento Vitória Régia/Aragominas/TO	166
Fotografia 25 – Antiga Palmatuba: mudança na paisagem e outras territorialidades	169
Fotografia 26 – Visita a Palmatuba: memórias do passado e o CESTE pedindo “desculpas”	177
Fotografia 27 - Palmatuba: ex-ribeirão do Coco, antiga rua e a mudança na paisagem	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Simulação da área inundada de Babaçulândia pela UHE Estreito.....	33
Figura 2 – Folder de comunicação do CESTE sobre benefícios da carta de crédito	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alternativas elétricas brasileiras existem: valores normativos de energia elétrica	76
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Palmatuba: dificuldades enfrentadas pelos camponeses tradicionais	149
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Processo de negociação da indenização na perspectiva dos atingidos de Palmatuba .	158
Gráfico 2 - Nível de informação fornecida pela empresa aos palmatubenses	160
Gráfico 3 – Valor justo pago pela indenização: segundo opinião dos atingidos de Palmatuba	163
Gráfico 4 - A vida social dos camponeses tradicionais de Palmatuba: após a desterritorialização	164
Gráfico 5 – Opinião dos atingidos sobre a volta à Palmatuba encontrando a situação anterior ...	167
Gráfico 6 – Pós desterritorialização: o sentimento dos camponeses tradicionais de Palmatuba ...	174

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Análise do Discurso

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

ANA – Agência Nacional das Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BASA - Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BPM – Batalhão da Polícia Militar

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CESTE – Consórcio Estreito Energia

CNEC Engenharia S.A. – Empresa responsável pelo EIA/Rima da UHE Estreito

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EIA/Rima – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A

FMT – Fundação de Medicina Tropical

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GCE – Gestão da Crise de Energia Elétrica

GCPS - Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos

GW – Gigawatt

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBRASA – Instituto Brasileiro de Difusão Cultural S. A.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INVESTCO – Consórcio Investco

LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária

LI – Licença de Instalação

MA - Maranhão

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento dos Agricultores sem Terra

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MPO - Ministério do Planejamento e do Orçamento

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MWh – Megawatt hora

NATURATINS - Instituto de Natureza do Tocantins.

ONG – Organização não Governamental

PAB - Programa Avança Brasil

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAS - Plano Amazônia Sustentável

PBA - Programa Brasil em Ação

PBA – Projeto Básico Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PGE – Projeto de Grande Escala

PIN – Programa de Integração Nacional

PIS – Programa de Integração Social

PM – Polícia Militar

POLAMAZÔNIA - Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPA - Plano Plurianual

PPP – Parcerias Público Privadas

R\$/MWh – Real por Megawatt Hora

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins

SISEMA - Sistema Estadual do Meio Ambiente

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO – Tocantins

TOBASA – Tocantins Babaçu S/A

UHE – Usina Hidrelétrica

UHEE – Usina Hidrelétrica Estreito

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 – A COMUNIDADE RURAL DE PALMATUBA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	22
1.1 – Localização de Babaçulândia e de Palmatuba.....	22
1.2 – Caracterização ambiental e socioeconômica do município de Babaçulândia	26
1.3 - Histórico de ocupação da margem do rio Tocantins em Babaçulândia	36
1.4 – Método, metodologia e procedimentos: caminhos da pesquisa	39
1.5 – O teórico e o empírico em Palmatuba.....	49
1.6 – Procedimentos e etapas da pesquisa com a comunidade de Palmatuba.....	54
2 - O ESTADO, O EMPREENDEDOR E OS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO.....	59
2.1 - O Estado e o capital privado no setor de energia no Brasil	59
2.2 - Estado e Capitalismo na Amazônia: a produção hidrelétrica.....	62
2.3 – A política energética no Brasil: observações e considerações	70
2.4 - A Amazônia e a “monocultura” das águas	80
2.5 – Leviatã no Tocantins: “monocultura” das águas no estado e reflexos sociais.....	82
2.6 - O Estado, o empreendedor, a política e os atingidos: o caso da UHE Estreito	90
3 – O TERRITÓRIO, O LUGAR E A PAISAGEM DA COMUNIDADE PALMATUBA.....	99
3.1 – O território e o povoado de Palmatuba.....	99
3.2 – Territorialização/desterritorialização/reterritorialização: diáspora em Palmatuba	103
3.3 – Territorialidade e identidade dos camponeses tradicionais de Palmatuba.....	110
3.4 – O Lugar e a territorialidade: o pertencimento à Palmatuba.....	118
3.5 – A Paisagem no lugar e no território dos camponeses tradicionais de Palmatuba	125
3.6 – A comunidade Palmatuba: a relação com o ambiente e os bens naturais	131
4 – DESTERRITORIALIZAÇÃO E MUDANÇAS DA PAISAGEM EM PALMATUBA	137
4.1 – Identificação e histórico familiar: memórias do lugar	137
4.2 – A produção agroextrativista e renda na antiga comunidade de Palmatuba	151
4.3 – Impactos da UHEE, processo de desapropriação e perspectivas dos atingidos.....	157
4.4 - Palmatuba após a formação do lago da UHEE: lembranças dos atingidos	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	186
ANEXO 1 – Aprovação do projeto de pesquisa no CEP.....	195
APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas	196
APÊNDICE 2 – Termo Consentimento Livre Esclarecido - TCLE	203

INTRODUÇÃO

Na atualidade a necessidade de energia é cada vez maior. Nesta perspectiva, a construção de usinas hidrelétricas tornou-se uma prática recorrente para fins de abastecimento da população, das indústrias e da agropecuária. Muitas vezes esta prática causa transtornos para alguns agentes que são as comunidades atingidas de forma direta ou indireta. Experiências anteriores mostraram que os grandes projetos de hidrelétricas sempre ocasionaram efeitos para o ambiente e a população atingida. As empresas, grupos ou consórcios na maioria das situações não se preocupam com as perturbações que tais empreendimentos acarretam.

No Brasil há de se ter atenção especial para a realidade das hidrelétricas, pois estas representam a matriz energética de maior interesse de grupos que trabalham com estes empreendimentos e o governo federal acena com uma manutenção desta matriz para os próximos anos. As hidrelétricas são vistas de forma geral no país como a principal fonte de geração de energia elétrica.

É difícil enumerar a população atingida pelas barragens construídas em inúmeros rios do território nacional. Imagina-se que sejam milhões de brasileiros deslocados pelas centenas de barragens construídas nos, aproximadamente, 100 anos da história hidrelétrica do Brasil. Cada atingido apresenta uma história de vida pretérita e futura ao empreendimento. Particularidades que nem sempre são respeitadas frente ao “progresso” que em muitos casos serve de justificativa ao discurso dos empreendimentos.

Os modos de vida atingidos pelas águas das barragens perdem sua territorialidade e sua identidade com o lugar, ocorrendo a transformação da paisagem. A categoria território é discutida na Geografia e neste ponto abordada para se ter a compreensão do que ocorre aos atingidos pelas águas de uma usina hidrelétrica que encobrem toda uma história de vida.

Algumas comunidades vivem uma verdadeira diáspora, pois migram de um lugar para outro local à procura da “terra prometida”. Esta migração muitas vezes torna-se um pesadelo e as pessoas desiludidas perdem a esperança em vidas melhores. Em outros casos os moradores são forçados a emigrar, sendo praticamente expulsos do seu lugar de vida tendo que procurar novos caminhos. Com as suas terras desapropriadas são impelidas a abandonar o seu cotidiano para viverem em outros locais.

As comunidades atingidas por hidrelétricas sofrem dramas antes, durante e após a emigração de suas casas para uma nova morada. Diante do fato de verem suas raízes históricas e culturais devastadas de forma brutal, as lembranças ficam presentes nas histórias dos atingidos que carregam consigo os dias difíceis ou bons vividos em suas terras submersas pelas águas. Pessoas

idosas, população urbana e rural, camponeses, povos tradicionais, não importa o grupo social e a sua localização geográfica, o resultado é o mesmo. A desterritorialização é o fato marcante com as relações entre vizinhos cortadas e a perda do local de sustento.

As indenizações não pagam o valor sentimental do lugar, causando assim dúvida aos atingidos. Com certeza, o novo local de moradia não oferecerá as mesmas condições do anterior. No caso deste estudo a emigração da população não significa encontrar um ambiente igual ao do lugar onde morava antes. As formas unilaterais das decisões levam muitas famílias a ficarem sem terra, sem meios de produção e sem perspectivas de vida.

Tais particularidades muitas vezes (para não se afirmar sempre) não são respeitadas por empreendimentos, como as usinas hidrelétricas. Assim o mito da Amazônia se repete e considera-se assim, muitas vezes, erroneamente, estes locais como verdadeiros vazios demográficos e atrasos econômicos.

Os projetos hidrelétricos como a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) causam efeitos para as populações ribeirinhas e para o meio ambiente. As características ambientais, econômicas, sociais e culturais mudam. Neste empreendimento as categorias sociais atingidas foram: vazanteiros, pescadores, barqueiros, barraqueiros, índios, quebradeiras de coco, ribeirinhos, moradores em ilhas, áreas rurais e urbanas.

Entre os locais mais atingidos está a área de estudo, Palmatuba, que oficialmente foi considerada um bairro urbano, situado no município de Babaçulândia (TO). No cotidiano desta comunidade as relações rurais foram marcantes. Este bairro, que possuía características rurais vivia do extrativismo da argila e do coco babaçu (*Orbignya martiana*), de pequenas plantações, criações, da pesca e do artesanato, na margem esquerda do rio Tocantins.

Pelas características camponesas e a forma tradicional de viver, sobretudo com a presença das quebradeiras de coco babaçu e o ambiente ribeirinho considerou-se a classe social de camponês tradicional. O ambiente, o território, as territorialidades, o lugar, a paisagem e a diáspora ocasionada pela UHEE aos camponeses tradicionais de Palmatuba constituem o principal objeto deste estudo.

As especulações sobre a construção da UHE de Estreito foram muitas, como de várias outras hidrelétricas previstas ao longo do rio Tocantins. O que não se sabe ao certo é qual o tipo de ambiente que surgiu e surgirá após a construção dessas hidrelétricas, onde e como os atingidos irão sobreviver. No Brasil estão previstas centenas de hidrelétricas para os próximos anos, dentre elas várias serão construídas no estado do Tocantins. A barragem de Estreito foi construída no rio Tocantins entre as cidades de Estreito e de Aguiarnópolis, localizadas nas divisas do estado do Maranhão e do Tocantins, respectivamente.

Neste sentido o problema a ser respondido é compreender o papel da atuação do Estado e das políticas energéticas na desterritorialização dos camponeses tradicionais de Palmatuba. A comunidade localizada no município tocantinense de Babaçulândia foi atingida pela UHE Estreito. A desterritorialização ocorreu, mas como ficou a reterritorialização? Esta é a questão fundamental que será tratada nesta tese.

A partir de 12 de julho de 2002, a Usina Hidrelétrica de Estreito foi licitada e a concessão foi adquirida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), em leilão realizado no estado do Rio de Janeiro. Participaram deste consórcio a GDF Suez (energia), a Vale (mineradora), a Alcoa (alumínio) e a Camargo Corrêa Energia (engenharia, construção e energia). Após a licitação, aconteceram as audiências públicas nos municípios que foram afetados pelo lago da hidrelétrica, dentre eles estão Carolina e Estreito (MA) e Aguiarnópolis, Babaçulândia e Filadélfia (TO). As audiências realizadas nos anos de 2004 e 2005 geraram muitas dúvidas na população atingida.

No ano de 2005 o CESTE solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) a Licença de Instalação (LI) e, em 2006, o IBAMA concluiu a análise do Projeto Básico Ambiental (PBA) e neste ano foi liberada a LI. Em 2007 foi inaugurado o escritório do CESTE na cidade de Babaçulândia a fim de dar prosseguimento aos procedimentos para a formação do lago. Um dos ofícios deste escritório foi negociar o desalojamento da população da área a ser inundada.

No início do mês de dezembro do ano de 2010, foi iniciada a formação do reservatório da UHE Estreito, fechando-se as comportas. A formação do lago até atingir a cota de 156m de altitude e com extensão de 260km ocorreu em março de 2011. A Usina Hidrelétrica de Estreito entrou em operação comercial em junho de 2011.

Em saídas de campo e conversas com os moradores observou-se que Palmatuba foi formada por uma população oriunda dos estados do Nordeste. A territorialização do local ocorreu nos anos de 1920/30 e teve vida dinâmica que diminuía com o decorrer de momentos históricos importantes como, por exemplo, a grande enchente do rio Tocantins no início da década de 1980. A comunidade de Palmatuba extinguiu-se com, aproximadamente, 26 famílias atingidas pela UHEE.

Este povoado serve de exemplo para avaliar o impacto e os efeitos ambiental e social, causados pela UHE. As famílias naquele local viviam basicamente do cultivo da terra, da pesca e da extração de bens naturais como a argila para o fabrico de tijolos e de cerâmica e, em especial, o caso das quebradeiras de coco babaçu, que tiveram uma associação, onde realizavam suas atividades.

A comunidade de Palmatuba se desfez, por isso a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a vida dessas pessoas no intuito de compreender como se deu o processo de adaptação às novas situações enfrentadas. Desta forma, observa-se a necessidade de um

delineamento de estratégias a fim de garantir o mínimo para a sobrevivência das famílias atingidas daquela localidade e de outras comunidades.

Alguns movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), surgiram com a união de populações que perceberam a deterioração da qualidade ambiental e social de atingidos por barragens nas décadas de 1970/80, constituindo, assim, um grupo que dá suporte e orientação em situações melindrosas, dentre elas, às ocasionadas por represas hidrelétricas.

No Brasil, sobretudo na Amazônia, inúmeras são as experiências de camponeses e de comunidades tradicionais que são e foram atingidas por grandes empreendimentos e muitas destas resistem à modernização do território. Não cabe crítica à atitude anti-modernizadora. Pelo contrário, busca-se a valorização desse modo tradicional de ver e perceber o mundo. Mesmo que este mundo não ultrapasse as fronteiras da escala geográfica local.

Historiadores e antropólogos colocam que a qualidade e o modo de vida de tribos indígenas e negras em muito se sobressaía à qualidade de vida dos europeus nos séculos anteriores e durante a conquista dos primeiros pelos últimos. No entanto, foi a modernização técnica deste último que se sobressaiu às conquistas dos demais.

Uma comunidade, não importa o quão “idílica” seja, tem o direito de viver com o seu modo de vida e na maioria das vezes é um exemplo de relação econômica, social e ambiental simbiótica, pois os camponeses ou as comunidades ou, ainda, os povos tradicionais utilizam os bens naturais visando à própria manutenção em detrimento do acúmulo de lucro.

Aqui se discute o efeito ambiental, social, cultural sobre uma comunidade que em nome do progresso teve o extermínio de seu modo de vida e produção. Assim, muitos atingidos por empreendimentos gigantescos foram prejudicados para beneficiar algumas empresas de capital nacional/internacional, afirmando ser necessária a energia para a evolução da nação.

Este progresso é questionável, pois muitos são afetados negativamente e podem vir a causar, não por vontade própria, inúmeros problemas como o inchaço das cidades, desemprego, fome e dentre tantas outras mazelas sociais. Manifesta-se que não se trata de discurso contra o progresso e o desenvolvimento econômico, mas sim trazer à luz uma realidade brasileira com a implantação de projetos econômicos e políticos que em muitas situações causam transtornos ambientais e sociais. Este último, foco desta pesquisa, tendo a extinta comunidade de Palmatuba como área e população de estudo.

Não menos importantes são as relações sociais que se deterioram, uma vez que cada família segue uma diáspora diferente e as relações não se refazem no mesmo ritmo em que foram destruídas. Portanto, a terra que lhes pertenceu já não é mais o seu território. E como outros

vários povos e tribos que foram desterritorializados enfrentam durante gerações um processo de busca no sentido de pertencimento ao novo território.

A desterritorialização faz parte da história do Brasil. Este processo inicia com a invasão e a ocupação das terras do povo autóctone. Num segundo, momento a desterritorialização dos negros trazidos contra a vontade e não convivendo mais com as suas famílias, a identidade, as terras, a língua e a cultura da África.

Quanto aos europeus, muitos vieram ao Brasil fugindo de condições insatisfatórias e buscando um futuro melhor. A história se repete e o Brasil se “esqueceu” de que este modo de ocupação somente veio a aumentar os problemas sociais, econômicos e ambientais nestes poucos mais de quinhentos anos dessa história, assentados na ideia de ocupação/invasão.

O povoado de Palmatuba na sua “simples” história de existência é efeito deste processo. Se fosse feita uma pesquisa genealógica se descobriria que esta comunidade provavelmente seria fruto de negros, índios e brancos que viveram à margem da sociedade e que por destino conseguiu na margem esquerda do rio Tocantins reconstruir por um pequeno espaço de tempo (menos de um século) a sua territorialidade, mas que novamente poderá voltar a viver como marginalizados da sociedade uma vez que estão sem o seu território. O empreendimento da UHEE, por certo, causou transtornos para os camponeses tradicionais de Palmatuba.

O quanto significa em valores econômicos a natureza para camponeses e comunidades tradicionais? Será o aumento dos custos na compra de vários alimentos e utensílios que não mais disporão em caso de desalojamento? Ou representa muito mais, como por exemplo, no território que significa em termos de sentimento/pertencimento? É difícil mensurar este valor, talvez, seja incalculável.

Será necessário mesmo tanto transtorno para as minorias num país com tantos e inúmeros potenciais energéticos? O que se esconde por trás desta matriz energética? Quem são os maiores interessados e quem mais lucra com isso? Os Palmatubenses lutam para que lhes seja pago o valor devido daquilo que lhes foi tirado.

Vive-se num momento da história em que valores de outrora perdem seus significados. Atualmente, “valores” como *status*, poder, lucro, prestígio substituem o enraizamento cultural, pertencimento, respeito, solidariedade, convivência, cooperação, entre outros. O que se discute neste trabalho são os valores de uma comunidade contra a imposição de “valores” da atualidade. Não se pode confundir a visão destas comunidades tradicionais como simplória, talvez simples ou idílica (às vezes, extremamente complexas) onde o pertencimento surge como um valor forte demais e perdido provavelmente com enorme penalidade.

Durante trabalho de campo no local de pesquisa observou-se que a população estava apreensiva e nervosa e desconhecia o futuro que a esperava. O desejo da maioria dessas pessoas

foi o de ficar no lugar. A população da comunidade rural de Palmatuba considerou este o seu território, por certo estas pessoas pertenciam a este ambiente (nem sempre favorável é verdade) e criaram uma intimidade entendida somente por aqueles que lá residiam.

Em outros casos de atingidos por barragens as indenizações pagas foram baixas e nem sempre foi possível continuar com o mesmo modo de vida, além do valor sentimental não ser valorado. No caso em estudo, ressalta-se que havia uma comunidade “isolada” constituída na sua maioria de pessoas com idades avançadas. Uma das dúvidas é a de que forma estas pessoas se adaptaram a um novo modo de vida e como enfrentaram, estão enfrentando e enfrentarão esta situação.

Em um povoado como o de Palmatuba, percebeu-se o apego das pessoas ao lugar, pois as “profissões” lá desenvolvidas foram repassadas de geração em geração. Como exemplo, cita-se as quebradeiras de coco que ensinaram suas filhas o ofício da quebra deste produto, mesmo quando ainda eram crianças.

Diante dos problemas, da falta de expectativa de alguns sobre seu destino, ainda se percebeu que os integrantes da ex-comunidade de Palmatuba de um modo geral também creem em deidades, pois alguns disseram que só Deus pode ajudá-las, representando, assim, a religiosidade da antiga comunidade. Segundo informações de atingidos, algumas pessoas teriam falecido na expectativa de enfrentar uma nova realidade.

Esta fora a primeira observação sobre o empreendimento e que de certa forma parece ser uma visão contrária à construção da UHEE. Para esclarecer algumas das indagações e afirmações expostas foram necessários os resultados colhidos através do roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas e de outros instrumentos e técnicas, proporcionando as primeiras impressões aqui expostas.

Os camponeses tradicionais de Palmatuba foram obrigados a fazer a sua diáspora no decorrer do processo. A desterritorialização da última família foi no mês de julho do ano de 2009. Aproximadamente, um ano depois, foram aplicados os roteiros de entrevistas, um dos instrumentos utilizados nesta pesquisa.

Desta forma, espera-se que esta pesquisa dê visibilidade à comunidade rural de Palmatuba, deixando clara a importância deste povoado. As suas ideias, as observações, os argumentos e os relatos que serão valorizados e por certo a sua história será perpetuada como exemplo de modo de vida peculiar.

Diante das dificuldades impostas a estas e a outras populações e das incertezas sobre a reterritorialização propôs-se como objetivo geral compreender a atuação de um projeto político e econômico na desterritorialização da população camponesa tradicional de Palmatuba a fim de determinar os efeitos causados à comunidade, localizada no município de Babaçulândia no estado

do Tocantins, divisa com o estado do Maranhão que foi atingida pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito.

Os objetivos específicos deste trabalho são: - mostrar a metodologia que pudesse responder às indagações levantadas no trabalho, atendendo à peculiaridade da pesquisa; - analisar o papel do Estado (juntamente com o empreendedor) que organizou e legitimou as ações na implantação da hidrelétrica; - apresentar a categoria geográfica território e como ela se relaciona com o lugar e a paisagem no objeto de estudo; - investigar o histórico e o presente da comunidade (como foi o antes, o durante e o depois da emigração?).

Para alcançar as questões expostas pelos enigmas nos objetivos o trabalho foi estruturado em capítulos. Estes foram consubstanciados em análises teóricas e metodológicas e observações de campo para respaldar o objeto de estudo. Evidenciou-se a metodologia, a atuação do Estado, a relação das categorias geográficas e a situação enfrentada pelos camponeses tradicionais de Palmatuba em quatro capítulos.

O capítulo 1 refere-se à metodologia, a fim de proporcionar e mostrar um caminho da pesquisa que pudesse responder às indagações levantadas no trabalho, atendendo à peculiaridade do local e da população estudada. Os enigmas, as perguntas feitas foram: por que estudar este lugar e estas pessoas? Quais foram as peripécias e contratempos? Como e qual foi o caminho percorrido?

Neste capítulo apresentou-se a área de estudo, as características socioambientais, a formação e a ocupação populacional do local, a relação do pesquisador com o objeto e a classe social de estudo. Apresentaram-se as datas, os percalços, o caminho da pesquisa, além de uma discussão teórica e metodológica sobre o método e sua relação com a metodologia e o empírico.

O capítulo 2 informa e analisa a atuação de um agente poderoso, qual seja o Estado que organizou e legitimou as ações nas implantações das hidrelétricas no país e juntamente com o CESTE, a Usina Hidrelétrica de Estreito. Os enigmas propostos foram: como este agente, influente, o Estado, atuou no processo? Como foram vistos os camponeses tradicionais de Palmatuba atingidos?

Este capítulo mostra também o histórico da política energética no Brasil até se chegar à escala local de estudo, perpassando por discussões da Amazônia e do estado do Tocantins, um estado que possui pretensões de modernização do território baseado no discurso do desenvolvimento sustentável e que se vê transformado numa monocultura da água. Realizou-se também uma discussão a respeito da classe social em estudo e de como ela foi atingida pela política hidroenergética do Estado juntamente com o CESTE. Alternativas energéticas foram abordadas, inclusive para manter camponeses tradicionais em áreas rurais.

O capítulo 3 apresenta e correlaciona a discussão pelo viés do território e como ele dialoga com o lugar e a paisagem no objeto de estudo. As perguntas feitas foram as seguintes: como território, lugar e paisagem se relacionam entre si, com o local e com a população em estudo? Os atingidos encontrarão um local na perspectiva do lugar e da paisagem (reterritorialização?). Sem discutir a matriz teórica e metodológica de cada uma, entendeu-se que estas eram necessárias a fim de explicar o contexto da pesquisa.

O território teve uma atenção maior por se entender que era a categoria principal, mas este talvez, insuficiente para explicar a situação evidenciada e por isso a necessidade do lugar e da paisagem. A territorialidade, a desterritorialização, a reterritorialização e a diáspora ocorridas em Palmatuba foram discutidas. O lugar em companhia da territorialidade e do pertencimento e a paisagem presente no lugar foram abordados. Finalizando este capítulo discutiu-se o ambiente, os bens naturais e a relação dos elementos naturais no cotidiano dos camponeses tradicionais de Palmatuba.

O capítulo 4, tendo como substrato a categoria, a classe social e a metodologia discutidas anteriormente, acompanha e adquire o histórico e o presente desta comunidade. Estendeu-se linha do tempo e assim encontraram-se os pontos de ruptura da paisagem do lugar e das territorialidades dos camponeses tradicionais de Palmatuba. Os questionamentos apresentados neste capítulo são: como foi o antes, o durante e o depois da UHE se instalar? Como foi o processo de territorialização e de desterritorialização do lugar? Onde estão e o que fazem os atingidos de Palmatuba? Como está agora a paisagem do lugar? E a reterritorialização, haverá uma reconstrução no sentido de lugar?

Neste capítulo o roteiro de entrevistas aplicado nos meses de abril e de maio do ano de 2010 (um ano após a emigração), saídas de campo, registradas em fotografias e em caderneta de campo foram essenciais. Discutiu-se a territorialização, desterritorialização e reterritorialização(?) e a mudança da paisagem do lugar. A identificação e o histórico familiar, a produção e o rendimento, além do impacto, o processo de desapropriação e as perspectivas dos camponeses tradicionais de Palmatuba foram abordados. Para finalizar, revisitou-se o local com alguns atingidos a fim de observar suas lembranças, memórias e impressões com a mudança da paisagem, aproximadamente dois anos após a emigração e a formação do lago da UHEE.

1 – A COMUNIDADE RURAL DE PALMATUBA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Neste capítulo localizou-se e caracterizou-se a área de estudo. Descreveu-se a metodologia, a fim de proporcionar e mostrar um caminho da pesquisa que respondesse às indagações levantadas no trabalho e explicasse a relação com a peculiaridade do local e da população estudados. As perguntas feitas foram: por que estudar este lugar e estas pessoas? Quais foram as peripécias e contratempos? Como e qual foi o caminho percorrido?

Para tanto, foi necessário descrever a Geografia da região com o apoio de autores a fim de explicar e analisar o histórico de desterritorialização (população autóctone) e territorialização de Babaçulândia. Com o auxílio de mapas e imagens retratou-se a localização e a organização do panorama espacial. Apresentou-se a delimitação da área estudada, a formação e a ocupação populacional do local.

Na metodologia buscou-se explicitar os caminhos da pesquisa e ainda estabelecer o que motivou o estudo com esta comunidade, com este local, com estas categorias. A discussão de método e da categoria social foi trazida à tona, bem como a relação do pesquisador com o objeto e a classe social em estudo. Apresentaram-se as datas e a trajetória percorrida na pesquisa.

Fez-se a discussão teórica e metodológica sobre o método e a sua relação com a metodologia e o trabalho de campo. De forma geral, as vertentes dialética e fenomenológica são as que explicam o presente estudo por se ter o auxílio de categorias geográficas de diferentes matrizes teóricas e metodológicas.

Não se partiu de método e metodologia engessados. O roteiro de entrevistas com questões abertas e fechadas, o uso de fotografias, a saída a campo e outras técnicas foram utilizados a fim de atender aos objetivos propostos, possibilitando certa flexibilidade ao trabalho sem estabelecer um método *a priori*.

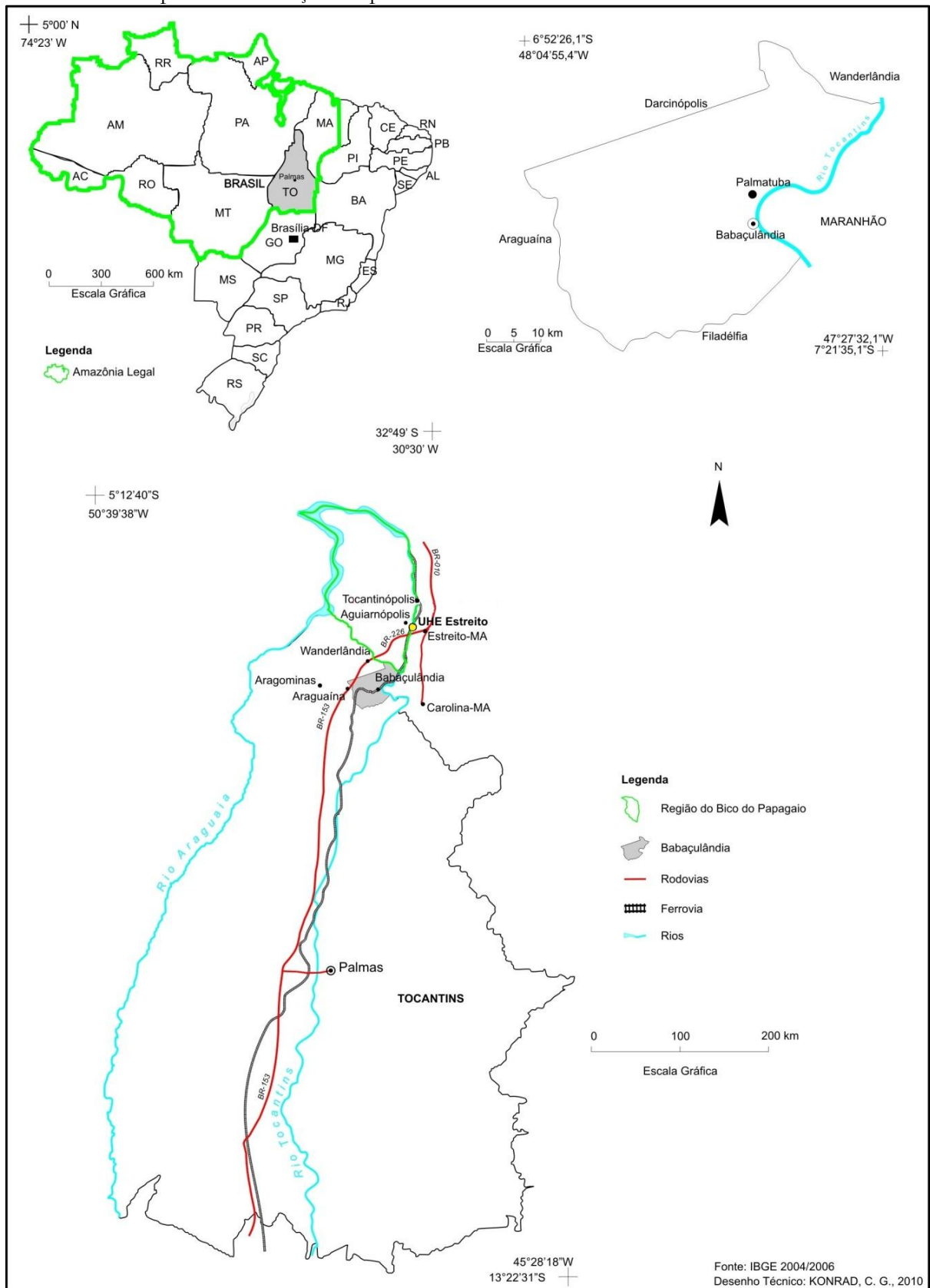
1.1 – Localização de Babaçulândia e de Palmatuba

A área em estudo, o bairro Palmatuba foi oficialmente considerado área urbana do município de Babaçulândia e se situava no estado do Tocantins, localizado na grande região Norte do país, pertencente à Amazônia Legal (Mapa 1). O estado do Tocantins faz divisa com os estados de Goiás (sul), Mato Grosso (sudoeste), Pará (oeste), Maranhão (leste e nordeste), Piauí (leste) e Bahia (sudeste).

A área hachurada no mapa 1 do Tocantins representa a localização do município de Babaçulândia, distante aproximadamente 450km da capital, Palmas. O município de Babaçulândia tem 1.788km² de área, fazendo divisa com os municípios de Filadélfia (sul), Araguaína (oeste),

Darcinópolis (noroeste) e Wanderlândia (norte) e, a leste localiza-se o rio Tocantins, fazendo divisa com o estado do Maranhão, precisamente com o município de Carolina.

Mapa 1 - Localização do povoado de Palmatuba no contexto brasileiro



Fonte: IBGE, 2004/2006

Org. Konrad e Sieben, 03/2012

Considerando o rio Tocantins, à jusante de Babaçulândia estão localizados os municípios de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). Aguiarnópolis e Estreito se localizam ao norte do Tocantins e a sudoeste do Maranhão, respectivamente. A UHE Estreito recebeu este nome por estar localizada no município maranhense homônimo. É neste município que ficaram as maiores obras, inclusive a casa de máquinas (Mapa 1).

Estreito foi o local escolhido para a localização da barragem da usina hidrelétrica em estudo e distante, aproximadamente, 100km da cidade de Babaçulândia (Mapa 1). O local foi designado pelas feições geológicas e pelo estreitamento do canal do rio Tocantins. Além disto, é o encontro das rodovias federais 226 (trecho Belém-Brasília), com a BR-230 e a BR-010 (trecho Transamazônica) e da ferrovia Norte-Sul. Isto possibilitará o futuro transporte multimodal entre rodovia, ferrovia e hidrovia.

O lago atinge as cidades e áreas rurais dos municípios de Babaçulândia e Filadélfia e área rural dos municípios de Darcinópolis e Wanderlândia (TO). No estado do Maranhão atinge as áreas urbana e rural do município de Carolina e, em Estreito, a barragem foi construída a montante da cidade, atingindo a área rural do município. Ressalta-se que estes são os impactos diretos. Ao todo, doze municípios foram atingidos pelo lago, sendo dez do estado nortista.

O mapa 1 mostra o bairro Palmatuba distante aproximadamente 5km do centro da cidade de Babaçulândia. Observa-se que o rio Tocantins faz uma curva em sentido leste, margeando cidade e povoado. Tal curvatura teve influência sobre a dinâmica do rio erodindo a margem esquerda e depositando os sedimentos na margem oposta.

Palmatuba era uma localidade sob certo ponto isolada, pois a estrada de acesso se tornava intransitável em certas épocas do ano, além da existência do ribeirão do Coko, córrego, cuja travessia em épocas de chuva se tornava perigosa ou impossível. Desta forma, apesar do local ser considerado área urbana, apresentava características rurais com a presença de roças e de plantações em ambiente ribeirinho e extrativista. Estas características fizeram com que a classe social estudada fosse caracterizada como camponeses tradicionais.

Na carta imagem 1 é possível chegar às primeiras impressões sobre a peculiaridade do local, da paisagem, do território e das territorialidades estabelecidas pelos palmatubenses. Observam-se os bancos de areia na margem oposta do rio, na divisa com o estado do Maranhão. Neste ponto, as praias são na margem direita em virtude da curva do rio e assim a dinâmica de erosão na margem esquerda influencia na localização das praias, possibilitando a travessia do rio no mês de julho para aproveitar o recurso.

O período entre os meses de junho e setembro compreende o tempo seco na região com mudança total da dinâmica climática, com escassez ou inexistente pluviosidade em toda a sua bacia hidrográfica, diminuindo a vazão e o volume de água e ocasionando a formação de praias (Carta

imagem 1). A vegetação, apesar de situada em área de inundação, torna-se seca com a estiagem que pode durar em torno de 5 a 6 meses.

Carta Imagem 1 - Babaçulândia e Palmatuba: visualização da organização espacial



Os babaçuais estão localizados na parte superior, à esquerda da carta imagem 1, e eram nestes que a população conseguia matéria-prima extrativista para trabalhar com o coco. Ressalta-se que os babaçuais eram frequentes em toda a região, sendo espécie comum na mata ciliar das duas margens do rio Tocantins. Entre os babaçuais e o povoado de Palmatuba estão localizadas as áreas de extração de argila, importante na produção de tijolos do lugar.

Na parte superior da carta imagem 1 está situada Palmatuba e as casas das pessoas, distribuídas ao longo da estrada que atravessa o povoado. As residências estavam distribuídas uma ao lado da outra tanto de um lado da rua quanto do outro. É perceptível que a estrada está praticamente paralela ao rio, com alguns caminhos secundários seguindo em direção à margem do rio Tocantins e locais próximos. A rua principal acessava em sentido sul/sudeste a cidade de Babaçulândia, sendo praticamente o único canal de entrada e de saída do povoado.

Na parte inferior esquerda da carta imagem 1 está a entrada de acesso para Palmatuba. O caminho não tinha pavimentação e era utilizado pela população que transitava a pé ou montada em lombo de cavalos ou nas bicicletas e, em menor quantidade, motocicletas. Era comum encontrar gado solto pela estrada de acesso ao bairro. Carros e caminhões transitavam com menor frequência. A cidade de Babaçulândia se localiza na parte sul da imagem 1, estendendo-se em praticamente três ruas até chegar ao cais, onde pequenas embarcações faziam as travessias do rio nos meses de praia.

De forma geral era esta a paisagem do lugar alagada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Estreito. De acordo com carta imagem 1 e a exposição tentou-se registrar a ideia da paisagem, do lugar e do território estabelecidos pelas pessoas lá residentes e da sua relação que perpassa pelos vizinhos, caminhos, extrativismo de coco e barro e atividades que envolviam os roçados e o rio.

Assim se apresentava a área em estudo. Esta foi uma forma de ilustração do que era o lugar, a paisagem, o território e as territorialidades da população de camponeses tradicionais de Palmatuba. A intenção aqui é representar mesmo que minimamente o modo de vida estabelecido naquele lugar, daquelas pessoas que hoje estão desterritorializadas do lugar e forçadas a buscar novos locais para viver, ou agora “sobreviver”.

1.2 – Caracterização ambiental e socioeconômica do município de Babaçulândia

O clima é úmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial apresentando uma variação média anual entre 1.400 e 1.700mm (SEPLAN, 2008). A temperatura média anual da área de estudo é de 26°C. Entre os meses de junho e novembro a evaporação é enorme por causa do período de seca com baixíssima pluviometria. Entre os meses de dezembro e maio as chuvas são constantes com índice anual de 1.710mm. Os meses de chuvas

também caracterizam o período de cheia do rio Tocantins conforme o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), elaborado pelo CNEC (2001).

A dinâmica climática ditava o modo de vida do lugar. Com as enchentes ocorria a fertilização das terras. Nas topografias mais baixas se fazia o cultivo de vazante no período seco e no tempo chuvoso o relevo mais elevado era cultivado. O clima e o relevo eram responsáveis pelas outras atividades do lugar como, por exemplo, a quebra de coco. O coco babaçu desenvolve-se em clima quente nas áreas de inundação próximas aos rios e a frutificação tem seu pico entre os meses de agosto e janeiro.

A área pertence à compartimentação geoambiental do domínio das bacias sedimentares páleo-mesozóicas e meso-cenozóicas das depressões e planaltos do médio Tocantins. As formas estruturais (Superfícies Tabulares Estruturais e Patamares Estruturais) apresentam relevo cuja topografia é condicionada pela estrutura. Neste caso, processos morfodinâmicos geram formas de relevo em conformidade com a estrutura geológica. As camadas mais resistentes sobressaem no relevo. A região também apresenta relevos de formas de acumulação (Terraços Fluviais, Planícies Fluviais e Áreas de Acumulação Inundáveis) que são resultantes do depósito de sedimentos, em regiões fluviais, paludais e lacustres, normalmente sujeitas à inundação (SEPLAN, 2008).

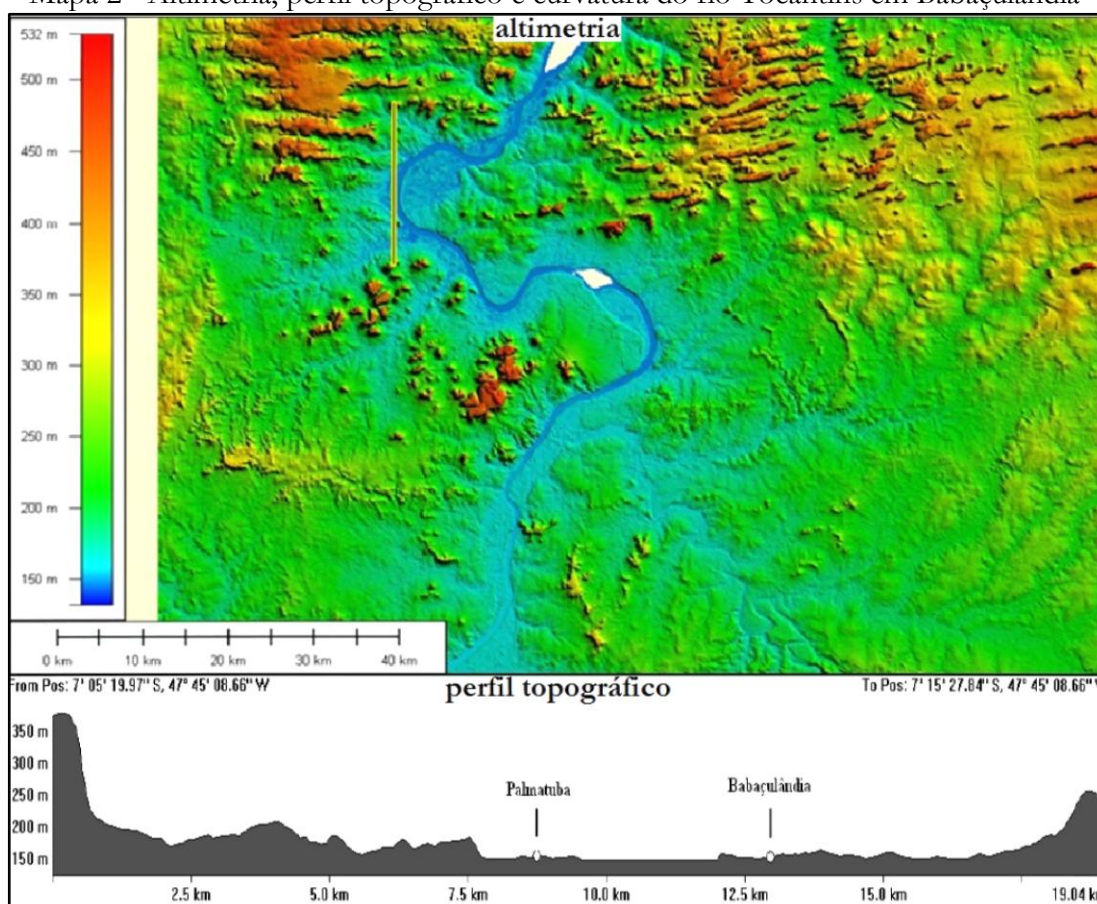
A geologia do terreno é do Período Permiano superior da Formação Mutuca com a presença de arenitos, siltitos e argilitos vermelhos. A unidade pertence ao compartimento da Depressão Médio Tocantins-Araguaia de remanescentes e dissecação do aplainamento do Terciário Superior em que a morfologia e substrato rochoso são compostas de formas tabulares, rampas pedimentares, colinas e morrotes com altitude de 240 a 330m (CNEC, 2001).

A Formação Mutuca é importante para o local, pois era encontrada na porção central de Babaçulândia, abrangendo os babaçuais e o povoado de Palmatuba. Os camponeses tradicionais de Palmatuba se beneficiavam dessa formação geológica para a extração de argila utilizada na produção de tijolos, telhas e cerâmica, importante atividade econômica na comunidade.

A altitude local é em torno de 150m. Palmatuba localizava-se na cota de 147m. Em virtude desta localização, o povoado foi totalmente submerso pelas águas do lago da UHE Estreito que atingiram a curva de nível de 156m (Mapa 2). Esta cota altimétrica próxima ao nível do rio foi importante para a presença de babaçuais. A proximidade com o rio e a baixa cota altimétrica foi responsável pela inundação do lugar, desterritorializando a população do povoado.

O mapa 2 mostra a cota altimétrica de Babaçulândia e Palmatuba. Cidade e povoado situavam-se à margem esquerda, na curvatura do rio Tocantins. Esta era a topografia observada pela população do local. As cotas de 530m, apresentando o relevo da Chapada das Mesas cujo topo parece de forma tabular parecido ao de mesa. Estes são os elementos geológicos constituintes da paisagem, retratos de outros tempos geológicos.

Mapa 2 - Altimetria, perfil topográfico e curvatura do rio Tocantins em Babaçulândia



Fonte: Castro, 2009

Org. Sieben, 02/2012

O declive é igual ou inferior a 5%, com predominância de áreas com inclinação suaves, nas quais, na maior parte dos solos, o escoamento superficial é lento ou médio. O declive, por si só, não impede ou dificulta o trabalho de qualquer tipo de máquina agrícola mais usual e a erosão hídrica não oferece maiores problemas.

Em alguns tipos de solos, práticas mais simples de conservação são recomendáveis. Para aqueles muito erodíveis com comprimentos de rampa muito longos, práticas complexas podem ser necessárias, tais como sistemas de terraços e faixas de retenção. O relevo também apresenta declive maior que 10% e igual ou inferior a 15% com predominância de áreas inclinadas ou colinosas, onde o escoamento superficial é rápido na maior parte dos solos. A não ser que a inclinação seja muito complexa, a maior parte das máquinas agrícolas podem ser usadas. Solos desta classe são facilmente erodíveis, exceto aqueles muito permeáveis e não muito arenosos, como alguns latossolos. Em todas estas situações, práticas de conservação do solo são recomendadas e necessárias (SEPLAN, 2008).

Os solos são classificados como podzólicos e hidromórficos com erodibilidade potencial de muito forte que compreende áreas formadas por solos rasos e muito rasos, com a presença de

afloramentos de rochas. O relevo apresenta variações com a presença de áreas planas e inclinadas (SEPLAN, 2008).

Outra classe de erodibilidade dos solos é a especial que é a condição da maioria dos solos referidos a essa classe, que vai de imperfeitamente drenados a muito mal drenados, com o nível do lençol freático normalmente elevado. Os processos envolvidos são de escoamento concentrado ao longo da drenagem, remobilização e deposição de sedimentos finos, bem como escoamento difuso e lento nas planícies, terraços fluviais e margens de lagos, além de eventuais inundações (SEPLAN, 2008).

A Potencialidade de uso da terra é de classe III (áreas de uso de baixa intensidade para produção) da Região Fitoecológica de Cerrado que são áreas para pecuária extensiva com cobertura e uso da terra de vegetação de cerrado: campo, campo cerrado, cerradão e campo parque e ainda apresenta áreas de pastagem plantada e/ou natural (SEPLAN, 2008).

A região de influência tem forte limitação agrícola. Contudo a área em estudo tem presença de cambissolos pertencentes às terras susceptíveis a inundações anuais que com isso mantêm uma fertilidade natural. Nos municípios atingidos pela UHEE há a presença de diversos tipos de cerrados ou formações savânicas, sendo que a área específica é de Savana Parque inundável (CNEC, 2001).

Segundo relatório da SEPLAN (2008), a vegetação é de Região de Cerrado com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo. Ocorre em quase todo o estado do Tocantins, preferencialmente em clima estacional (mais ou menos seis meses secos), sendo encontrada também em clima ombrófilo, quando obrigatoriamente reveste solos lixiviados e/ou aluminizados. É comum encontrar entre estas vegetações os babaçuais evidenciados na fotografia 1.

Fotografia 1 – Babaçuais e substituição por gramíneas em área de várzea de Palmatuba



Autor: Sieben, 05/06/2009

Na fotografia 1, observa-se a área em estudo com aspecto de vegetação secundária com palmeiras de babaçu, apresentando árvores jovens e adultas. O babaçu é uma espécie de vegetação secundária, cuja área outrora foi ocupada por vegetação de floresta mais densa. Sem a concorrência de outra vegetação o babaçu cresce e desenvolve-se extensivamente neste ambiente. A palmeira teve grande significado extrativista e econômico para Babaçulândia.

A fotografia 1 apresenta a fisionomia de campo cerrado com solo coberto por um estrato gramíneo-lenhoso utilizado na criação do gado. Na comunidade de Palmatuba o gado e o coco babaçu não concorriam entre si, não gerando conflitos sociais entre as quebradeiras de coco babaçu e os fazendeiros.

O Relatório de Impacto Ambiental (Rima) elaborado por CNEC Engenharia S.A. (2001) caracteriza as áreas urbanas atingidas constituídas de população desocupada ou parcialmente ocupada, onde o assistencialismo das prefeituras se faz presente. Em 2001 as cidades viviam em momento de refluxo econômico onde a rodovia Federal (Belém-Brasília) mudou o eixo econômico do rio para o divisor de águas desde a sua construção na década de 1960.

A economia se dinamizava com as praias e os turistas nos meses de estiagem entre junho e agosto. Nos doze municípios diretamente atingidos pelo reservatório da UHE Estreito a população residente perfaz um total de 135 mil habitantes. O município de Babaçulândia aumentou a população entre 1996 (8.754), 2000 (10.329) e 2010 com 10.424 habitantes. Sua densidade demográfica é de 5,8 hab/km², cuja área do município possui 1.788 km² (IBGE, 2011). Nos núcleos urbanos predominam pessoas que residiam na região há mais de 20 anos ou nascidas no próprio estado, notando-se uma baixa atratividade da área atingida (CNEC, 2001).

A ferrovia Norte-Sul, que passa em terras do município, foi responsável pela dinâmica populacional e econômica do local nos últimos anos. A cidade se beneficiou por ter recebido um dos escritórios responsáveis pelo trecho da construção da ferrovia. A Usina Hidrelétrica Estreito e seu escritório regional na cidade foi outro fator responsável pelo incremento populacional e econômico.

Evidencia-se que a população local nem sempre foi beneficiada, pois houve aumento de imigrantes, embora nem todos fossem trabalhadores. Houve relatos de aumento de criminalidade e de gravidez na adolescência. Esta situação retrata uma situação social carente que predisponha a tais fatos.

A população rural apresenta vida mais precária com dificuldade de acesso à saúde e educação, residindo na margem do rio Tocantins e afluentes, permitindo uma relação estreita com o rio, tanto de subsistência pela pescaria, como no cultivo das vazantes e culturas agrícolas pouco tecnificadas. A população regional tinha uma renda mensal inferior a dois salários mínimos (CNEC, 2001).

A composição familiar é feita de uma parte significativa de jovens. As casas são constituídas de taipa, palha e madeira e sem eletricidade. A população apresenta baixo índice de associativismo, limitando-se a frequentar a igreja e poucas idas às cidades. O lazer se restringe à pescaria, descanso e visitas a parentes e amigos (CNEC, 2001).

Na área urbana as famílias são compostas em média, por 4,4 indivíduos, com grande contingente jovem. Muitos trabalham na própria área urbana com pouca qualificação profissional relacionada aos baixos índices de escolaridade com renda familiar proveniente, sobretudo, do chefe de família, originando renda *per capita* de 2,49 salários mínimos e grande parte da população vive com menos de meio salário. Além dos serviços gerais há aqueles que têm certa qualificação como: operadores de máquina, marceneiros, mecânicos, cabeleireiros, motoristas, além de funcionários públicos, comerciários e com negócio próprio (CNEC, 2001).

As casas contam com energia elétrica e grande parte é atendida com rede de água. Nas cidades de Carolina e Babaçulândia a captação de água é feita pelo rio Tocantins, sendo que 40% da população consome água sem tratamento e o esgoto sanitário é inexistente, mas há a presença de fossas negras. Muitas residências não dispõem da coleta de lixo, sendo a queima ou o lançamento do lixo em terrenos baldios uma prática frequente (CNEC, 2001).

Conforme o IBGE (2011) há declínio na taxa de mortalidade infantil e na área de influência direta o único hospital se localiza em Carolina. Nas demais cidades há postos ou pronto atendimento com procedimentos iniciais e carência de profissionais. Tal como na área rural, o grau de associativismo também é baixo (CNEC, 2001).

Babaçulândia tem população rural composta de pequenos produtores sustentados na agricultura de subsistência, da pecuária e alguns pescadores. A subsistência é complementada pela coleta do coco babaçu e o município conta ainda com pequenas cerâmicas e olarias (CNEC, 2001). Em termos culturais, a área atingida pela UHEE é rica e apresenta diversas formas de manifestação.

Em termos de cultura popular, entre as principais manifestações ou eventos, pode-se destacar a literatura de cordel, os festejos como a Festa do Divino, a Folia de Reis e a Festa Junina, a música como Samba Batido, a Moda de Viola, o Desafio e os fazeres culturais e materiais, que guardam uma forte herança indígena (preparação de comidas e bebidas, medicamentos, expressões artísticas). (CNEC, 2001, p. 73).

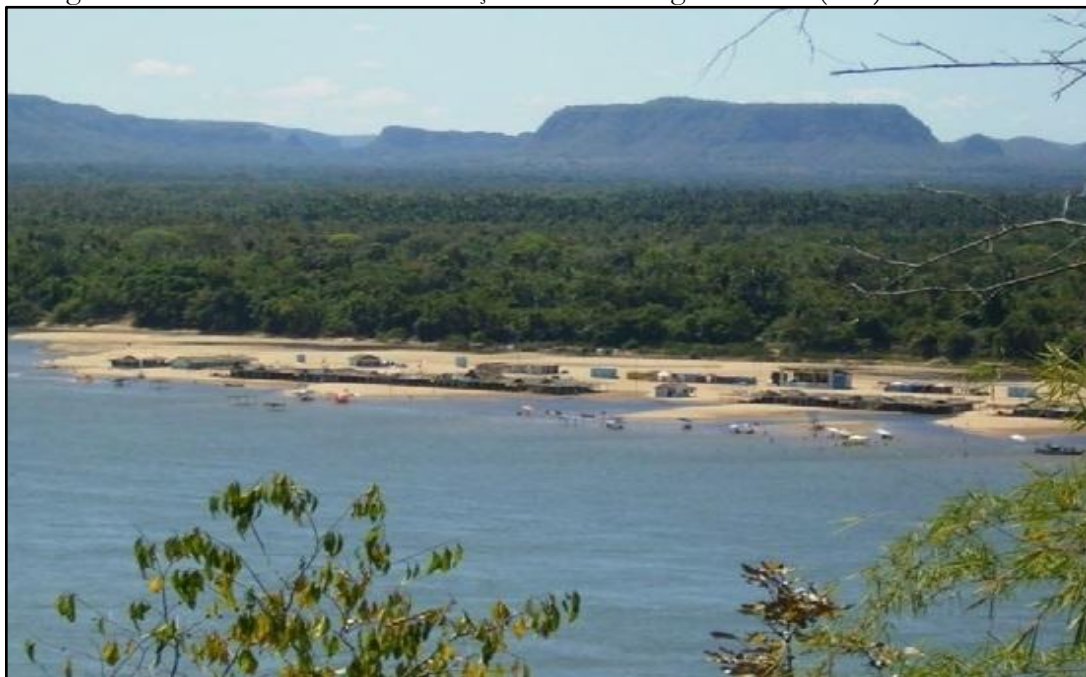
Há na região ainda um grande número de sítios arqueológicos pré-coloniais. Destacam-se os sítios pré-cerâmicos, cerâmicos, rupestres e multi-componencial (arte rupestre + cerâmica). Ainda há as árvores fossilizadas e tribos indígenas Krahô. Esta última sofrerá influência indireta, enquanto 0,5% atingirá o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas (CNEC, 2001). De acordo

com o CNEC (2001, p. 73): “O principal bem paisagístico da região é o próprio rio Tocantins, que é utilizado como balneário no período das vazantes...”

Para as margens do rio afluem as populações do interior do Tocantins e do Maranhão, como movimento estimado em 5.000 pessoas por dia nos finais de semana. As prefeituras locais tem participado com a construção de barracos rústicos e com o fornecimento de energia elétrica e segurança. (CNEC, 2001, p. 73).

O rio Tocantins mantém uma relação orgânica com ribeirinhos, barqueiros, pescadores, índios, quebradeiras de coco, vazanteiros, ilheiros e outras categorias sociais. O rio representa importante fonte de renda local nos meses de junho a agosto por oferecer as praias que aparecem com a diminuição drástica da pluviometria no bioma do cerrado. Para as praias convergem turistas de vários locais dos estados do Tocantins, do Maranhão e de outros estados do Brasil (Fotografia 2).

Fotografia 2 - Praia do Coco em Babaçulândia na margem direita (MA) do rio Tocantins



Autor: Castro, 2009

A fotografia 2 mostra o bucólico local no período de junho a agosto. Apesar de ser o período de escassez de chuvas destaca o verde da vegetação ciliar no lado maranhense, formado por várias espécies de vegetais, sobretudo pelos babaçuais. Ao fundo, o relevo de Chapada das Mesas. As praias do rio se localizam à margem direita em função da curvatura do rio no local como mostrou o mapa 2. A areia de cor branco-amarelada contrasta com as demais tonalidades da paisagem.

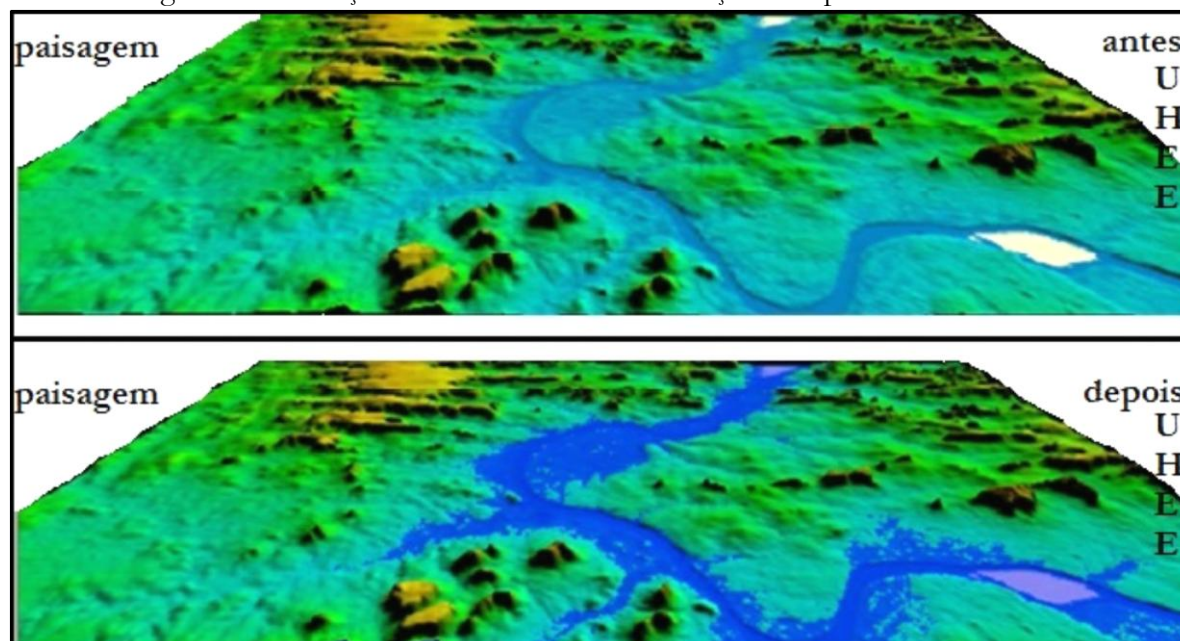
Na praia exibida na fotografia 2 eram construídos barracos rústicos e precários para atender aos três meses de movimento. Dentre estas construções destacam-se bares, restaurantes,

banheiros, palco para shows, recebendo artistas locais e bandas de forró conhecidas nacionalmente. A praia e o azul do rio Tocantins eram os bens naturais mais importantes para a população regional conseguir rendimento que lhe garantiam a sobrevivência nos demais meses do ano.

Nestas praias tinha a presença de motos náuticas e de barcos. Estes últimos eram responsáveis pela travessia dos turistas, sendo uma fonte de renda aos barqueiros. A praia do Coco era uma das mais frequentadas do rio Tocantins, sendo uma perda enorme para a economia local, pois não existe mais com a criação do “lago” artificial da UHE Estreito.

Na figura 1, observa-se o modelo de simulação da área inundada de Babaçulândia. Observa-se também a entrada do rio Tocantins em canais afluentes do rio alargadas pela formação do lago artificial. As praias, a vegetação ciliar, a população e a economia regional foram atingidas. Com a barragem, praias artificiais foram construídas, contudo as águas correntes do rio Tocantins não existem mais, perdendo parte da sua riqueza e diversidade. Sobraram as cotas altimétricas mais altas, destacando o relevo da Chapada das Mesas que constitui a paisagem da região formada há milhões de anos atrás.

Figura 1 - Simulação da área inundada de Babaçulândia pela UHE Estreito



Fonte: Castro, 2009

Org. Sieben, 02/2012

Ao todo foram atingidas 1.148 pessoas em áreas urbanas e 5 mil em área rural. Destaca-se que Palmatuba era pertencente a Babaçulândia na condição de bairro: vila Palmatuba. O relatório de CNEC (2001) considerou os palmatubenses como população urbana (povoado Palmatuba), atingindo 35 famílias com população de 150 pessoas. As mudanças ocorridas no local em virtude da construção da Usina foram consideradas de impacto direto, de natureza negativa, de maneira

permanente, num espaço localizado, irreversível, de ocorrência certa e importância alta, pois afetou diretamente o modo de vida da população.

Considerando que a discussão sobre o termo impacto é incompleta e pode gerar dúvidas, optou-se pelo uso do termo efeito. Efeito, por sua vez, caracteriza de forma mais adequada a mudança ocasionada a estas populações. O termo efeito sugere abrangência e durabilidade maior em termos de tempo e espaço, além de mudanças mais drásticas na vida das populações atingidas por grandes barragens (BRAGA; SILVA, 2011). O termo impacto torna-se mais apropriado para situações mais imediatas e brandas, enquanto o efeito seria algo duradouro, perpétuo e com mudanças no modo de vida mais radicais.

A origem étnica do camponês brasileiro é heterogênea. A história mostra que estas origens convergem para um processo constante e cíclico de desterritorialização pelas ações impostas do capitalismo nas áreas rurais (SOUZA, 2011). Talvez por isso as dúvidas sobre a classificação como grupo populacional.

No contexto de grupo populacional poder-se-ia classificar os moradores de Palmatuba como camponeses conforme Martins (1981). Ainda estariam sob a classificação de povos tradicionais no caso das quebradeiras de coco em Almeida (2004) e Oliveira (s/d), conforme rege o Decreto 6040/2007 e, ainda, se enquadrariam como moradores entre o sertão e o urbano, ou moradores de povoado ou de bairro (BOMBARDI, 2004).

Muito provavelmente a renda da terra no caso de Palmatuba e em outras tantas comunidades tradicionais, não necessariamente se aplique na visão clássica do modo capitalista de produção. Haja vista, que estas comunidades camponesas trazem muitas características tradicionais. Neste modo de produção “tradicional” o dinheiro em espécie não adquire o valor como adquire numa visão capitalista, ou até mesmo pré-capitalista.

A **renda da terra pré-capitalista**, também denominada de **não-capitalista, camponesa**, é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente na produção, ao contrário da renda da terra capitalista, que nascendo na circulação é sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais-valia. (OLIVEIRA, 2007. p. 58, grifo do autor).

Por ventura, o conceito que mais se enquadre no caso de Palmatuba seja o evidenciado por Oliveira (2007), contudo não se pode fazer análises mais profundas das três derivações que o autor faz, sob pena de se fugir da peculiaridade do caso de Palmatuba. O autor faz menções que se aplicam no caso de estudo, considerando este modo de renda da terra de pré-capitalista ou não capitalista, mas camponesa. “Trata-se isto sim, da produção capitalista de relações de produção não-capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 59).

Esta forma de renda teve sua origem histórica em modos de produção anteriores ao capitalista, por isso o uso da expressão **pré-capitalista**. Porém, não se trata de uma forma de renda que não pode aparecer sob o capitalismo. Ao contrário,

elas aparecem adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo. E mesmo, o próprio capital procura lançar mão destas formas de renda para produzir o próprio capital, que, como se sabe, não é produzido sob relações especificamente capitalistas de produção, baseadas, pois no trabalho assalariado, mas sim, é produzido através de relações não-capitalistas de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 59, grifo do autor).

Há uma relação próxima das tribos indígenas Timbira que habitavam neste espaço há muito tempo. A tarefa de quebrar o coco babaçu e utilizar o mesocarpo como proteína é de origem autóctone, passada aos camponeses da região. Esta transferência da técnica, provavelmente ocorreu no encontro entre as matrizes “raciais” indígena, negra e branca, resultante do processo de miscigenação e em muitos casos transmitidos de geração para geração.

Além desta atividade a necessidade de território (com sentido de pertencimento), a produção de remédios caseiros a base de plantas medicinais, a roça, a pesca, a convivência com o regime de cheias e vazantes também são resquícios indígenas. A comunidade de Palmatuba tinha fortes raízes tradicionais. Estas são populações que não dependem de produtos industrializados e tecnológicos e sim de bens naturais para viver.

A quebra do coco babaçu, a relação orgânica com ao ambiente ribeirinho, o trabalho na roça e nas olarias reforçam a concepção de camponês tradicional. Desta forma, não se objetivou classificar estas populações em uma determinada categoria e permitiu-se que os ex-palmatubenses falassem por si próprios, enquanto grupo. Contudo, para fins teóricos e metodológicos o termo camponês tradicional é que melhor se enquadra para definir esta população. E assim se discorda de CNEC (2001) que enquadrou esta população como urbana, pois em pesquisa de campo observou-se as características rurais.

Obviamente, ao serem considerados moradores de áreas rurais estas pessoas perdem no sentido de reivindicar melhores indenizações. Para o empreendedor é favorável seguir com o discurso oficial, pois a área era considerada bairro de Babaçulândia. Na condição de moradores em área urbana os custos na indenização diminuem para o empreendedor.

De forma geral percebeu-se que CNEC (2001), minimizou algumas das várias riquezas regionais. Apesar da precariedade de acesso e infraestrutura e falta de opção em lazer, a população da área atingida pela UHE Estreito tem os seus próprios modos de vida. A ideia de tédio ou ostracismo não se aplica para estas comunidades.

Este fato não foi compreensível para quem elaborou o EIA-RIMA de Estreito. Geralmente camponeses e povos tradicionais são analisados com preconceito, descaso e incompreensão e há de se destacar o discurso e as justificativas camuflados nos objetivos em prol do empreendimento.

1.3 - Histórico de ocupação da margem do rio Tocantins em Babaçulândia

A história de Palmatuba se confunde com a de Babaçulândia, resta saber qual surgiu primeiro ou qual era mais dinâmica e movimentada em contexto populacional e econômico. O fato, segundo, os próprios palmatubenses, eram as constantes inundações ocasionadas pelo rio Tocantins e, assim, Babaçulândia se consolidou como centro urbano, enquanto Palmatuba perdia gradativamente seu movimento e seu contingente populacional.

Uma ebulição mantida por comerciantes estabelecidos na Palmatuba (antigo Garrancho) como Félix Santos, Nélson Barros do Amarante e Joaquim Rodrigues, este com loja de tecidos e comprador de amêndoas do babaçu para exportação a Belém; Raimundo de Sousa Costa [...] que vendia para Tocantinópolis os potes de barro fabricados pelo casal Félix Saturnino e Raimunda Ferreira Rodrigues, além de embarcar porcos em balsas para vender em Marabá... (LEANDRO, 2008, p. 19).

Havia certa rivalidade entre babaçulandenses e palmatubenses, os primeiros denominavam os outros de garranchos e estes chamavam os primeiros de coco. O histórico de Palmatuba não poderia ser comentado sem se adentrar na própria formação de Babaçulândia ou até mesmo o povoamento e a ocupação regional.

Nos estudos de Leandro (2008), a área era ocupada inicialmente pelas tribos indígenas Timbira. Estes eram hostis ao homem branco e foram exterminados e expulsos do local ao longo de vários anos pelos próprios brancos, auxiliados por outra tribo indígena oriunda do Maranhão e já em contato com não índios, os Kraô. Esta tribo após utilizada pelos opressores também foi expulsa e aniquilada. Hoje existem poucas aldeias destes povos, como a situada em Tocantinópolis. Para Flores (2009) a presença de grupos autóctones na região remonta de 12.000 anos.

Esse sertão, que abriga grande parte da malha fluvial brasileira, foi cenário do encontro dos mais diferentes tipos étnicos: os índios em seu habitat natural ou interiorizado por força da pressão do povoamento costeiro; os africanos fugitivos ou envolvidos na exploração mineral; os bandeirantes paulistas; os franceses que ocuparam o norte do território; os mestiços resultados dos diversos cruzamentos étnicos. Essa combinação múltipla, contrária, às vezes, mas conformada na sobrevivência nos sertões, dava contorno e forma àquele meio. (FLORES, 2009, p. 35).

A ocupação da região se confunde ainda com o próprio processo de ocupação e do povoamento do território brasileiro. Mesmo que mais intensivamente, a ocupação tenha sido feita, sobretudo no litoral brasileiro nordestino, não há como negar que tais empreendimentos tiveram influência direta e indireta na área ora em estudo.

Os índios da fala tupi estavam se tornando dominadores de várias regiões dentro do território por estes ocupados. O Brasil era uma miríade de grupos indígenas de vários dialetos e culturas, guerreando entre si em busca de território. Fosse dado mais tempo aos tupis, estes teriam

consolidado uma cultura mais intensa que talvez tivesse feito frente ao europeu invasor. No entanto, a invasão portuguesa mudou a trajetória desta história. Com a introdução de negros escravos trazidos da África e os próprios europeus a matriz étnica brasileira se transforma e novos traços culturais, econômicos e sociais surgem neste país (RIBEIRO, 2006).

O conhecimento sobre esta porção do território brasileiro já vem desde os primórdios da ocupação portuguesa pela entrada na foz do rio Tocantins subindo à montante de Belém e Marabá, cidades importantes da região Norte, e com as primeiras instalações ao longo de suas margens. Inicialmente, a área pertenceu por doação real de D. João III à Pero Lopes de Sousa, senhor da capitania hereditária de Itamaracá e que jamais visitou e conheceu a região pessoalmente (LEANDRO, 2008).

Relembrar Babaçulândia e Palmatuba significa relembrar a própria história do rio Tocantins que margeava a cidade e o povoado. O rio Tocantins recebeu várias denominações em função de muitos viajantes, aventureiros, religiosos e pesquisadores terem usado-o como meio de transporte e de comunicação.

As primeiras viagens documentadas em seu leito foram feitas pelos franceses no século XVI e as primeiras expedições foram das bandeiras pelos anos de 1613-15 a fim de prear e escravizar índios. Outros o utilizaram também para guerrear com tribos indígenas e garimpar ouro e diamantes existentes em seu leito e de seus afluentes. Para alguns era conhecido como Iabeberi, pelo grande número de arraias (*Potamotrygon motoro*) existentes. Outro nome foi rio de Pedras (LEANDRO, 2008; FLORES, 2009).

O termo Tocantins com várias variantes (Tocãtines, Tocantís, Tucantins) se firmou por causa da tribo indígena de Tocantins existente na região e ao longo de suas margens. Posteriormente, o rio viria a dar nome ao mais novo estado do Brasil. Pelos anos de 1730 teve interrompida a navegação em função do grande contrabando de ouro feito no rio (LEANDRO, 2008; FLORES, 2009).

As expedições e a captura de índios e o medo ao desconhecido fizeram as margens do rio e até regiões próximas se tornarem um grande vazio populacional por muito tempo. A região foi lentamente recebendo um contingente populacional maior, na medida em que indígenas hostis eram expulsos ou capturados e conforme a própria dinamicidade da área.

“... até meados do século XVIII o rio Tocantins era quase um grande deserto humano, pois os índios haviam abandonado suas margens e os colonizadores continuavam poucos. Por essa época, a paisagem quase despovoada era modificada apenas pelas vilas de Pontal e Porto Real” (FLORES, 2009, p. 53).

Segundo Flores (2009) as vilas próximas que paulatinamente ganhavam importância nas margens do rio eram Carolina (1810) e Boa Vista do Tocantins (1825). Esta última é a atual cidade

de Tocantinópolis, município do qual foi desmembrada a área em estudo, localizada a aproximadamente 130km a jusante de Babaçulândia. Carolina, no estado do Maranhão, se localiza em torno de 40km a montante, seguindo-se pelo canal fluvial (Mapa 1).

Nos anos de 1930 o rio serviu de via de transporte para a escolha de locais na construção de aeroportos e na década de 1940 foram feitas expedições a fim de verificar a sua navegabilidade (LEANDRO, 2008 e FLORES, 2009). Salienta-se que várias cidades às margens do rio Tocantins tiveram aeroportos importantes como Carolina e nestes anos o assoreamento do rio era incipiente, podendo ser utilizado no transporte e escoamento de mercadorias entre as regiões centrais e Norte do país.

As primeiras famílias de migrantes vieram dos estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará e da Bahia, constituindo fazendas para a criação de gado solto no início do século XIX. Cada ocupante determinava quais as glebas de terra lhe pertenciam. O processo constituía em ocupar a área e com as famílias numerosas estabelecer territorialidade, dando o direito de ocupação para realizar a própria sobrevivência em roçados, diante da escassez de relações com outros locais (LEANDRO, 2008).

No início do século XX a importância do babaçu era evidente e assim constituindo as primeiras e pequenas vilas nas margens do rio, a fim de estabelecer um cais onde abarcassem os barcos a motor ou balsas de Buriti (*Mauritia flexuosa*) para fazer o comércio de troca de Babaçu e Malva (*Malva Sylvestris*) pelas mercadorias como querosene, açúcar, roupas entre outras, que eram produzidas em outras localidades (LEANDRO, 2008).

O início do antigo povoado de Babaçulândia, inicialmente conhecido como Coko e já em 1938 denominado de Babassulândia, remonta de 1926. Nesta época o atual estado do Tocantins pertencia ao estado de Goiás. A área ganhou importância econômica mundial pelos anos de 1940, quando o babaçu, abundante na região, destacou-se na economia mundial. O babaçu era exportado de forma *inatura* por balsas de buriti e barcos a vapor até Belém de onde era comercializado, com países como a Alemanha e a Inglaterra a fim de extrair o ácido láurico, importante na indústria de cosméticos e higiene (LEANDRO, 2008).

A margem do rio era importante e deveria ser alta a fim de evitar os transtornos das cheias anuais, decorrentes no período chuvoso que se concentra entre os meses de novembro a maio. Palmatuba, por ser de topografia mais baixa, com o passar do tempo perdeu importância em detrimento de Babaçulândia em função das enchentes do rio Tocantins, obrigando a migração da população para áreas mais altas. A população atingida esperava a inundação passar para reocupar as suas casas e estabelecimentos.

Palmatuba e Babaçulândia iniciaram o processo de formação na década de 1920, com suas vilas de casas, armazéns, cais, comércio de secos e molhados e entre outros. Os dois

povoados pertenciam a Boa Vista do Tocantins, atual cidade de Tocantinópolis. O município de Babaçulândia fora instalada em 1º de janeiro do ano de 1954 e Palmatuba pertencente a este como bairro. Apesar de oficialmente considerada área urbana, as características rurais eram marcas muito presentes na comunidade.

Da metade do século XX em diante, a dinâmica do rio e de muitas cidades ribeirinhas se transformou e no decorrer do final do século XX poucas eram as viagens realizadas pelo rio, que já no decorrer dos anos de 1960 perde importância em detrimento da construção de vários trechos da Rodovia Federal Belém/Brasília.

Tal empreendimento vai empobrecer a dinâmica comercial, populacional e comunicacional e assim cidades e povoados ribeirinhos perdem importância. A função do rio se transforma completamente com a finalização da Usina Hidrelétrica de Estreito no final do ano de 2010, originando o lago artificial e atingindo cidades e povoados.

Observa-se que o lago da hidrelétrica é um ponto de ruptura na dinâmica regional com grande influência na alteração do modo de vida da população local. As territorialidades, a paisagem, o sentido de pertencimento são alterados na busca da modernidade do território tocantinense.

1.4 – Método, metodologia e procedimentos: caminhos da pesquisa

A comunidade de Palmatuba foi um dos locais de destaque em saídas de campo com professores e alunos do curso de Geografia da UFT, por causa de suas peculiaridades, foi o objeto de estudo desta pesquisa. Inúmeras foram as visitas à comunidade desde o ano de 2004, culminando com a perspectiva de se fazer uma tese de doutorado. Desta forma, ocorreu a relação entre pesquisa, pesquisador e pesquisados ou sujeitos.

Nas ciências sociais há uma intrínseca relação entre sujeito e o objeto e, sendo o observador da mesma natureza que o objeto, ele mesmo – o observador – é uma parte da observação. É esse vínculo com o objeto que dificulta a adoção da imparcialidade por parte do pesquisador, em função de suas convicções filosóficas, políticas ou religiosas. É a visão do mundo do investigador que determina as bases em que a pesquisa se desenvolverá. (SEABRA, 2001, p. 34).

Tentou-se manter a imparcialidade na pesquisa, apesar das dificuldades enfrentadas. Seabra (2001) expõe a dificuldade em colocar-se na figura de mero observador. O pesquisador não pode ser provido de humildade provisória para fazer pesquisas. Ele deve partilhar momentos de vida com a comunidade estudada, compartilhar o espaço vivido e interagir, sabendo que os sujeitos da pesquisa têm conhecimentos construídos mesmo que parciais ou incompletos e coerentes. Há

uma dinâmica entre pesquisador e pesquisado e os resultados obtidos são fruto de uma tarefa coletiva (CHIZZOTI, 2010).

As pesquisas qualitativas refletem sobremaneira a aproximação do pesquisador e dos pesquisados. Os pesquisados têm conhecimentos sistematizados à sua maneira ao longo de sua trajetória de vida. Estas informações proporcionam ao estudo ganhar significado e importância no contexto da pesquisa científica.

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas com sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõem-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade. (CHIZZOTI, 2010, p. 83).

Todas as vezes em que se usou os termos entrevistado, pesquisado, atingido, ator, informante e outros termos sinônimos pensou-se nesta conceituação, tratando-se de um jogo de palavras como expõe Turato (2003). Estes são sinônimos (não perfeitos) para o termo sujeito (pesquisados) e respeitando assim a forma de ver o mundo da comunidade atingida e reproduzir as suas ideias, os seus pensamentos, o seu modo de vida e as suas angústias da forma mais fidedigna possível.

Sob esta ótica considerou-se os sujeitos (palmatubenses) como atores importantes, cientes de si e sobre o processo no qual estão inseridos. Respeitou-se logicamente os conhecimentos por eles adquiridos e passados de geração a geração e que foram inseridos nesta pesquisa a fim de retratar esta comunidade.

Os sujeitos de pesquisa têm desta forma conhecimentos anteriores e não podem ser desprezados pelo pesquisador, sendo inclusive sua fonte de informação. Sujeito em Turato (2003, p. 353): “... é particularmente a concepção mais abrangente e mais característica no vocabulário da metodologia, referindo-se então àquele a que se investiga em qualquer empreendimento em que o ser humano é o objeto de estudo.”

As concepções anteriores servem para fazer uma relação de pesquisador e pesquisados e como se reflete ou se pensa sobre os ex-moradores de Palmatuba. Desta forma a experiência de vida do autor, a relação com a área de estudo, intermediada pelas metodologias e todo o referencial teórico conceitual apresentado construíram esta pesquisa.

O método, a metodologia e os procedimentos técnicos são fases melindrosas em pesquisas científicas. Apesar da sutilidade que alguns pretendem perpassar ao assunto, os três itens podem descaracterizar, bem como considerar todo um trabalho científico, merecendo atenção. A

metodologia seria diálogo, uma relação que liga o teórico, o prático ou os procedimentos técnicos, e este, por sua vez, seria a realização prática do trabalho, englobando desde as leituras e, especialmente no caso da Geografia e no trabalho em questão, os trabalhos de campo e seus posteriores desdobramentos nos resultados e nas análises.

Poder-se ia dizer que o método é a forma filosófica da relação entre o teórico e o empírico, intermediado pela metodologia. A forma de avaliar as análises obtidas pelos procedimentos perpassam novamente pela metodologia e, sobremaneira pelo método. Assim se teria uma ligação entre os três itens. De qualquer forma entende-se que as fases do trabalho precisam ser detalhadas, para que o leitor compreenda a forma e qual o caminho seguido para chegar ao fim determinado.

Descrever as etapas da pesquisa parece ser fácil, mas trata-se de ledão engano, pois pressupõe expor as atividades feitas durante meses, ou em alguns casos, anos. Mais complicada é a forma de análise dos dados obtidos e conforme a formação metodológica do leitor, este poderá derrubar, minimizar ou ainda desconsiderar o trabalho, pelo simples fato de o método utilizado não lhe ser coerente com sua formação teórica e metodológica.

Alguns dos pesquisadores e escritores pesquisados sobre a metodologia e o método afirmaram que se trata do caminho, muitas vezes próprio de seguir e resolver o problema ou enigma do trabalho. Contudo o método, a metodologia e os procedimentos causam muitas dúvidas e é fonte de insegurança em trabalhos científicos.

A metodologia não é encarada como um receituário definitivo. Outros pesquisadores poderão utilizar alternativas para estudar o mesmo objeto de estudo. Tampouco se buscou um ecletismo metodológico, mas sim delimitar procedimentos que respondessem aos problemas da pesquisa proposta. E neste trabalho os caminhos e métodos seguidos foram os procedimentos e visões abordadas e discutidas na sequência.

Dialogou-se com autores que têm uma visão de método mais fechada, sistemática e dogmática e outros com observações mais flexíveis, dinâmicas e abertas. Assim o método tornou-se importante, a fim de dar ordem lógica, racional e cronológica do que, como e quais caminhos foram seguidos neste trabalho. Para Seabra (2011, p. 12): “Por ser demasiadamente rigoroso, o método científico atua como uma camisa de força que engessa o pensamento. E conhecimento é libertação.”

Interessantes são as influências imediatas das leituras de autores sobre seus leitores onde estes poderão se encontrar numa fase de amadurecimento metodológico. Tal experiência ocorreu ao se ler Descartes (2008) onde o rigor do método deixava a leitura fixa e presa, terminando-a no final dos capítulos ou das seções. Ao se defrontar com Feyerabend (2007) as leituras eram

interrompidas em parágrafos antes que o término dos capítulos ocorresse. A leitura neste caso foi mais solta.

As exposições do último “negligenciavam” os rigores do método, enquanto que com o primeiro havia uma sistematização a ser seguida até o terminar das seções. Tal experiência de leitura ressalta-se para expor a periculosidade e a inocência do método e mesmo com todos os rigores é difícil esgotar este assunto e escapar de eventuais falhas.

O método se torna uma parte primordial em uma pesquisa científica. O rigor e a responsabilidade de seguir um método são extremamente difíceis. Este pode dizer muitos aspectos sobre o que vai se pesquisar, os resultados obtidos, a orientação da pesquisa e também sobre a forma de pensamento do autor da pesquisa científica.

“Entendo por método regras certas e fáceis, graças às quais o que as observa exatamente não tomará nunca o falso pelo verdadeiro e chegará, sem gastar esforço inutilmente, ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que seja capaz” (DESCARTES, 2008, p. 81). Pensa-se que chegar a verdade de um tema seja complexo, pois a verdade ou “as verdades” podem ser subentendidas ou direcionadas, conforme o método do autor, o que não desqualificaria uma pesquisa.

Feyerabend (2007, p. 220) comentando a diferença entre ciência e metodologia, argumenta a fraqueza da última: “Não há uma única regra que permaneça válida em todas as circunstâncias, nem um único meio a que se possa sempre recorrer”. Fazendo menção a Imre Lakatos, o autor (2007) argumenta que um criminoso pode cometer quantos crimes quiser, desde que jamais minta sobre eles. Várias poderiam ser as análises sobre o que Feyerabend colocou, mas por hora entende-se que haja “certo” desprendimento metodológico do autor em busca da verdade dos fatos, ou como o mesmo admite: tudo vale.

Para Feyerabend (2007, p. 221): “A ciência precisa de pessoas que sejam adaptáveis e inventivas, não rígidos imitadores de padrões comportamentais ‘estabelecidos’.” Para o autor (2007, 31, tradução nossa). “Ordnung ist heutzutage meisten dord, wo nicht ist”. Ou seja, ordem, hoje em dia, encontra-se, em geral, onde não há nada.

Em situação alguma, e principalmente, em uma pesquisa científica, pensa-se que seja extremamente desagradável mascarar, ou distorcer a verdade, pois há sempre pesquisas e pesquisadores e nem sempre o interesse de um trabalho perpassa única e exclusivamente pela ciência. Fatores exógenos podem influir na verdade ou em falsas verdades expostas num estudo científico.

Nesta pesquisa não há verdades absolutas, é um trabalho passível de erros e de mudanças no decorrer do processo da história de vida, mas buscou-se fazer ciência seguindo um método ou métodos que direcionando os caminhos levassem aos resultados e dados obtidos. Assim, objetiva-

se evidenciar que alterações poderão ocorrer por outro pesquisador, em outro momento com diferentes olhares realizados aos instrumentos aqui aplicados.

... os rigores do método científico aplicam-se necessariamente ao produto final, quando é apresentado para apreciação e crítica. Ao longo do caminho, o método científico é muito mais solto. Pode até ser visto como uma arte, um artesanato. É feito de inspiração. É feito das práticas que a experiência vai permitindo acumular. Daí as grandes variações de estilos pessoais, de estratégias de busca. Nessa fase, o pesquisador não presta contas a ninguém. Mas, obviamente, se fizer tolices, os resultados finais não passarão pelo crivo do método que ele mesmo deverá aplicar – quando nada, por temor de que outros menos condescendentes encontrem defeitos. (CASTRO, 2006, p. 30).

Em momentos de dúvidas, de dificuldades, de apreensão, de comodismo, de ostracismo, de falta de inspiração, tais palavras apareceram como alento e “deidade”, mostrando o caminho a ser seguido. Muitos são os caminhos que desobstruem as dúvidas e grande é o esforço em qualquer trabalho científico a fim de trazer contribuição à ciência ou para este estudo. O trabalho científico exige muito mais que desobstrução de caminhos e esforço, mas estas são bases fortes a fim de se desenvolver qualquer pesquisa e por serem simples muitas vezes são ignoradas.

...consistia em ser tão firme e tão resolutivo quanto possível nas minhas ações; e - desde que tivesse decidido a tanto - em seguir as opiniões mais duvidosas, com constância não menor do que se fossem muito seguras. Imitava nisso os viajantes que, ao se verem perdidos numa floresta, não devem errar de um lado para outro, nem tampouco ficar no mesmo lugar, mas sim caminhar tão reto quanto possível, seguindo o mesmo rumo, sem nunca mudar de direção por fracas razões, mesmo quando, a princípio, tenha sido apenas o acaso o que determinou a escolha. Se por esse meio não chegam ao lugar que desejam alcançar, acabarão ao menos por atingir um ponto no qual, verossimilmente, se encontrarão melhor do que no meio da floresta. (DESCARTES, 2008, p. 36).

A busca de resolução dos problemas pode ser comparada ao exemplo utilizado por Descartes (2008). Assim, mesmo que se tenha seguido um caminho, a floresta foi extensa com grandes árvores e as tortuosidades do caminho, talvez, tenham influenciado na expectativa final da pesquisa, contudo a arte de fazer ciência ou de escrever sobre o problema e os enigmas ora expostos foi feita.

“... é preciso que estejamos atentos ao objeto, abertos e flexíveis, para adequarmos o método de investigação às suas particularidades. Quem dispõe de um método *a priori* e o aplica rigidamente a um objeto, é aquele que privilegia o sujeito” (PORTO-GONÇALVES, 1993, p. 56). Desta forma não há uma relação do sujeito-objeto, mas sim do sujeito consigo mesmo. Assim tem-se a necessidade de um diálogo permanente e o método de investigação adequado às circunstâncias que se apresentam (PORTO-GONÇALVES, 1993).

Nos estudos e nas discussões percebeu-se autores defendendo o uso de um único método a ser seguido e outros argumentando sobre o uso de mais de uma linha metodológica.

Neste estudo, a particularidade e os objetivos expostos talvez não pudessem ser atendidos com uma visão metodológica. Assim, o leitor deste trabalho perceberá uma mescla de técnicas usadas em seu desenvolvimento.

Pelo menos *a priori*, determinado problema admite uma multiplicidade de métodos de tratamento. Não é sempre possível estabelecer antecipadamente qual o método mais indicado. Tampouco se pode, em geral, falar em métodos universalmente melhores ou mais perfeitos. Em cada caso, há que se decidir qual método ou combinação de métodos será mais adequado. (CASTRO, 2006, p. 182).

Algumas ciências conseguem transformar desastres em triunfos e conseguem fazer isto porque não se prendem a uma visão de mundo ou método em particular (FEYERABEND, 2007). Apesar do desprendimento metodológico do autor ainda é perceptível uma racionalização, uma lógica, uma organização e concatenação na argumentação das ideias e dos fatos e, isto, pensa-se ser método.

A crítica e a fenomenologia foram métodos de análise importantes na construção desta pesquisa. A relação dos dois métodos poderá ser questionável, mas as categorias geográficas elencadas têm matrizes teóricas e metodológicas de diferentes correntes filosóficas. Além disto, a particularidade da área de estudo e os objetivos propostos são inexplicáveis com único método. Os moradores de Palmatuba passaram por mudanças e perdas sociais, econômicas, simbólicas e culturais.

Técnicas como a história oral, o roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas, a caderneta de campo, uso de dados qualitativos e quantitativos foram necessários neste estudo. Entende-se que estes instrumentos foram abordados diretamente ou indiretamente no decorrer do trabalho, por momentos de forma mais aprofundada e em outros de maneira mais desprendida.

Não aprofundando, mas a análise do discurso (AD) se tornou importante a partir do momento em que se teve posse do EIA/Rima de Estreito e de outras informações. A própria análise na atuação e as justificativas do Estado merecem minimamente este tipo de análise. Nas entrevistas tal linguagem se tornou útil e, mormente, se observou o discurso e as justificativas da Usina Hidrelétrica de Estreito e a forma de convencimento tanto do empreendedor quanto do Estado e da política.

...pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

A história oral foi mantida como lembrança viva das pessoas mais antigas, pois foi necessário relembrar as situações passadas neste estudo. As informações foram obtidas de forma qualitativa porque o entrevistado comentou as suas lembranças do passado. Bosi (1994, p. 411) comenta: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele significativos, dentro de um tesouro comum.”

A fenomenologia se tornou primordial uma vez que se trabalhou com o lugar e neste está presente a relação de pertencimento. A crítica se torna importante uma vez que se trabalha com dados econômicos e questões sociais. Seria uma contradição se falar em “progresso” numa situação em que uma comunidade precisa ser destruída para trazê-lo. Desta forma, há relação próxima entre a fenomenologia e a crítica para explicar os enigmas propostos nos objetivos desta pesquisa.

... ouvir os diferentes saberes, tanto os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, das gerações, artísticos, poéticos, etc...); diagnosticar as situações presentes, mas não perder a dimensão da historicidade, ou seja, dar valor à história e à memória que se inscreve no ambiente e o constitui, simultaneamente, como paisagem natural e cultural. (CARVALHO, 2008, p. 130).

Chizzotti (2010), comentando algumas diferenças entre pesquisas qualitativas e quantitativas, valoriza a interação entre sujeito e objeto de estudo. Estes estariam conectados, ocorrendo interdependência entre sujeito e objeto. Para Chizzotti (2010, p. 79): “O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.”

A fenomenologia considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 2010, p. 80).

A dialética e a fenomenologia são as orientações filosóficas que melhor explicam a relação sujeito e objeto de estudo. As ciências sociais interpretam que no positivismo há “certo” distanciamento entre pesquisador e sociedade pesquisada e assim se perderia muito das percepções que relações mais próximas poderiam fornecer.

Para Bosi (1994, p. 39): “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão.” Esta relação mais próxima poderia ser, por exemplo, a interatividade entre pesquisador e pesquisados, onde o pesquisador para

conseguir sua entrevista necessita de auxiliar nas tarefas diárias de sociedades para no final do dia obter os dados para a sua pesquisa.

A dialética também insiste na relação dinâmica entre sujeito e o objeto, no processo de conhecimento. Não se detém, como os interacionistas e etnometodólogos, no vivido e nas significações subjetivas dos atores sociais. Valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. (CHIZZOTTI, 2010, p. 80).

O comportamento das pessoas varia conforme idade, sexo, local de convívio, ambiente e relação social. Neste contexto cita-se Santos, (2008a, p. 91): “O fundamento deste fato desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar.”

A geografia do comportamento vai ainda mais longe, porque se fundamenta no princípio mesmo da existência de uma escala espacial própria a cada indivíduo e também de um significado particular para cada homem, de porções do espaço que lhe é dado freqüentar, não apenas em sua vida cotidiana, mas ainda durante lapsos de tempo mais importantes. (SANTOS, 2008a, p. 91).

Ainda conforme Santos (2008a, p. 92): “Esta tendência representa, de certa maneira, uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais.” Claro que não está se objetivando adentrar num conhecimento específico que cabe às outras ciências como no caso a psicologia quando se observa questões a respeito de comportamento. Apesar disto, há de se lembrar que até mesmo a categoria território ao estudar a questão da territorialidade no sentido de pertencimento e afinidade tangencia tal ciência. Ao se comentar de lugar esta relação se torna mais próxima.

“As bases essenciais de trabalho da chamada geografia do comportamento são essencialmente duas: a) os comportamentos individuais são o resultado de volições e decisões pessoais, individuais; b) são os comportamentos pessoais que contribuem para modelar o espaço.” (SANTOS, 2008a, p. 95).

Não há necessidade de explicar neste momento que o objeto de estudo geográfico é o espaço. Então, estas ações individuais modelam ou estruturam o espaço onde estes agentes, outrora, localizados em comunidade aglomerada agiram de forma diferente sobre o espaço que ocuparam, após a emigração de Palmatuba.

Isto tem implicações no que se refere à interpretação do funcionamento do espaço e conseqüentemente, da própria organização. Se o espaço não significa a mesma coisa para todos, tratá-lo como se fosse dotado de uma representação comum significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentadas nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis. (SANTOS, 2008a, p. 91).

Santos (2008a) ainda lembra que as práxis individuais são subordinadas às práxis coletivas. Pode-se analisar isto como uma subordinação de comportamento das pessoas de Palmatuba de uma gente para com o outro, ou seja, a coletividade ditava as regras nas mais diversas ocasiões.

El enfoque cualitativo proporciona profundidad de comprensión acerca de las respuestas, mientras que el enfoque cuantitativo proporciona una medida. Por su naturaleza, la investigación cualitativa trata de los aspectos personales, vivenciales y subjetivos de la respuesta humana más que encargarse de medir objetivamente comportamientos y actitudes; permite considerar los sentimientos así como el contexto en el cual surgen, facilita identificar el matiz de los resultados cuantitativos cuando se cuenta con ellos, y asume que en los datos los números sustituyen la cualidad del objeto pues no existen datos puros en aislado. El análisis cualitativo no persigue los objetivos de la predicción, la descripción y el control que son los ejes rectores de la investigación experimental, en el análisis cualitativo la definición del objeto de estudio está asociado a su propio origen, a su naturaleza ontológica, y esto no es así por casualidad... (OLGUÍN; REYES-LIRA, 2006, p. 35).

Olgúin; Reyes-Lira (2006, p. 44) afirmam: “La separación cualitativa-cuantitativo marca el acceso diferencial al mundo natural y social al contrastar lo subjetivo y lo objetivo.” Os dados aritméticos poderiam levantar dúvidas ou críticas e o uso desta técnica, mesmo que de maneira geral, tenha sido utilizada no trabalho. Contudo, afirma-se que os números podem trazer luz à criticidade de dramas sociais e para fazer uma análise sociológica dos resultados apresentados pela estatística simples. Isto, ora, depende de quem trabalha com os números e a sua concepção filosófica.

O problema na estatística reside no fato de os números facilmente serem maquiados conforme os interesses e as necessidades políticas e econômicas. “Ainda hei de falar muitas vezes aqui de figuras e de números, porque de nenhuma outra disciplina se podem tirar exemplos tão evidentes e certos” (DESCARTES, 2008, p. 82). Apesar de muitos contestarem os números são importantes para fins de planejamento e quando analisados com coerência em gráficos e tabelas podem enriquecer em muito os trabalhos científicos (conforme ocorreu neste estudo).

“Sem o uso das palavras como instrumentos de pesquisa, os números ficam mudos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 59). Entende-se que é necessário descrever, interpretar e analisar os números que são apresentados em gráficos, quadros e tabelas. A estatística pode ter valor qualitativo, desde que se renuncie o preconceito a esta e, principalmente, expor conhecimento sobre o assunto que os números exprimem. Pouca utilidade tem um gráfico ou uma tabela solta no texto, se não se fizer menção a estes instrumentos. Da mesma forma, os números desdobrados em ilustrações clarificam, reforçam e instrumentalizam o texto.

Finalmente, descobrimos que o *aprendizado* não vai da observação para a teoria, mas sempre envolve ambos os elementos. A experiência surge com pressupostos teóricos, e não antes deles e uma experiência sem teoria é tão incompreensível

quanto o é (presumidamente) uma teoria sem experiência... (FEYERABEND, 2007, p. 211).

Apesar do autor não comentar as proporções entre conhecimento teórico e empírico, entende-se que estudos inteiramente teóricos ou completamente empiricistas, não tenham, ou em muito tenham reduzido o seu valor, no âmbito geográfico. Assim, buscou-se um diálogo entre teoria e prática. O importante é que tenha ocorrido certo movimento entre teoria e atividades de campo.

Para Godoy (1995, p. 63), “... a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.” Entende-se a passagem da autora com uma forma de resolver os enigmas ou os problemas expostos e que o método qualitativo abarca perfeitamente o estudo, envolvendo os problemas ao contrário das hipóteses. Godoy (1995) ainda coloca que pesquisadores qualitativos não utilizam as hipóteses e, portanto não ficam presos a dados ou evidências que neguem ou afirmem suas suposições científicas.

“... os pesquisadores qualitativos não partem de hipóteses estabelecidas *a priori*, não se preocupam em buscar dados ou evidências que corroborem ou neguem tais suposições” (GODOY, 1995, p. 63). Nesta pesquisa trabalhou-se por enigmas, ou simplesmente perguntas e questionamentos elaborados no decorrer do trabalho e objetivadas as suas respostas. Optou-se este raciocínio por entender-se que adequasse melhor as circunstâncias do trabalho, tornando-o mais flexível, ao invés das hipóteses. Os enigmas foram sendo respondidos no decorrer do trabalho pelos autores lidos e pelos procedimentos metodológicos utilizados.

Corroborando com as ideias de Godoy (1995), Feyrabend (2007) tece considerações reforçando sua posição contrária aos rigores do método. Destarte, entende-se que utilizando os enigmas ou os problemas ou ainda as perguntas consegue-se fazer uma pesquisa mais solta, onde se procura dar mais liberdade no seguimento do trabalho, sobretudo no âmbito da Geografia, que ao contrário do que alguns pensam, é extremamente dinâmica.

Com a liberdade de pesquisa fornecida por Feyrabend (2007) entendeu-se que a forma de escrita também merece atenção mesmo que minimamente. A forma de escrever permite flexibilidade e poderá instrumentalizar o texto pelo próprio texto. Malufe (1992, p. 125) comenta de “se” e “nós” como forma impessoal de escrever (autor implícito).

Eu presumo que um efeito, pelo menos pretendido, é o de dar vida ao texto, invocando e unificando fragmentos de vida e experiência do leitor. Um outro efeito, menos inocente, poderia ser o de fomentar uma tal impressão de reconhecimento e familiaridade com o que vai sendo dito, que o leitor dispensaria o autor de apresentar mais provas para justificar suas afirmações. (MALUFE, 1992, p. 125).

Poderia ser simplesmente um recurso, uma técnica de argumentação, na busca da imparcialidade no trabalho. Desta forma, instrumentalizar o texto pelo texto representa, contudo um não distanciamento da pesquisa, ao contrário do que pressupõe Malufe (1992). Analisando de outra forma, concorda-se com as abordagens de Malufe (1992), pois é compreensível a tentativa da imparcialidade na pesquisa. Se isso for possível, haverá uma representação de distanciamento do objeto de estudo, pois as relações interpessoais entre pesquisador e pesquisados existem e nisto ocorre inclusive um jogo de interesses entre ambos.

As discussões feitas até neste momento não determinam um veredicto sobre o melhor ou o inadequado método a ser seguido. Buscou-se até agora, abordar alguns autores a fim de facilitar este debate e assim tomar orientações a serem seguidas.

1.5 – O teórico e o empírico em Palmatuba

Em cada capítulo buscou-se o referencial teórico a fim de dar embasamento e iniciar a discussão teórica. Não se respeitou uma única matriz teórica e metodológica e alicerçou-se o estudo em autores de destaque nos principais temas de cada capítulo. Na pesquisa em questão trabalhou-se conforme as necessidades, as oportunidades e as inspirações nos diversos assuntos, partes ou capítulos, de acordo com o surgimento das ideias que anotadas em caderno deram corpo à tese. Assim se “atacou” o todo do trabalho.

Partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação. As abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima. Quando um pesquisador de orientação qualitativa planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina. (GODOY, 1995, p. 63).

Poder-se-ia perguntar por que não foram entrevistadas a empresa e outras autoridades, políticos, por exemplo? O estudo em questão é sobre os camponeses tradicionais de Palmatuba, os efeitos e as mudanças de vida ocasionadas por um grande projeto político e econômico. Partiu-se da base de efeito deste empreendimento (Palmatuba) e se chegou até determinado ponto, quais sejam, a mudança de vida dos antigos moradores (houve reterritorialização?). Esta pesquisa mostra a visão dos atingidos sobre a possibilidade de recriação do sentido de lugar na reterritorialização(?).

Neste trabalho poder-se-ia estudar essa comunidade, por ser uma pequena população com pouca área, com bastante aprofundamento, tentando fazer um resgate histórico desde os primórdios que chegou a mais ou menos um século. Nesse sentido, não só se explorou a dimensão geográfica, pelo viés do território e dos impactos ambientais, mas também a dimensão histórica e a antropológica.

O trabalho *in loco* captura o sentido da fala das pessoas de Palmatuba a fim de descobrir os modos de vida destas pessoas do antes, durante e depois da desterritorialização. Propôs-se na pesquisa recuperar a história natural e social do lugar escutando histórias da população mais idosa. Também pesquisar na história escrita e contada as transformações na paisagem, consultando documentos, investigando os modos de vida que deixaram marcas e vestígios na paisagem.

A melhor maneira de obter dados é se colocar na visão dos pesquisados. Os procedimentos para isto são: a observação direta, o trabalho de campo, a observação participante, a entrevista, o uso da história de vida, das cartas, diários e documentos públicos (GODOY, 1995). Neste trabalho alguns destes procedimentos foram seguidos como os já elencados em situações anteriores.

Esta era uma daquelas comunidades em que se valorizavam as tradições, sobretudo as orais. Nesta situação as pessoas anciãs são fundamentais. *A priori* a oralidade onde se valorizam as falas sem juízo de valor do pesquisador foi relevante para esta pesquisa, pois os idosos geralmente estão disponíveis para falar.

Por certo, os efeitos ambientais na comunidade devem contemplar não só a questão da mudança da paisagem, a transferência da população para fora quebrando os laços com o lugar, mas também quanto às diferentes gerações, ou seja, idosos, adultos, jovens e crianças, procurando entender como cada uma dessas faixas etárias veem seu mundo, as mudanças em curso, como era no passado, o que pensam daqui para frente.

Com a finalidade de dar maior destaque ao seu significado na pesquisa realizou-se um levantamento dos autores que discutem os conceitos de território, lugar, paisagem, Estado, diáspora, ambiente e camponeses tradicionais para, a partir dos dados obtidos analisar estes conceitos. Desta forma, conheceu-se a área de estudo e poder-se-ia afirmar que a sequência fora esta: o lugar da pesquisa, viver a pesquisa e pensar a pesquisa.

Santos (2008b, p. 13, grifos do autor) coloca que: “Quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*.” As observações sobre a paisagem e a sua constituição foram o início desta pesquisa, até se chegar em determinado ponto e estabelecer as territorialidades que haviam no lugar.

Poder-se-ia neste estudo incorporar a proposta inicial do projeto de pesquisa em discutir a tríade: população, território e ambiente (Anexo 1, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP). Esta foi a intenção inicial de projeto de pesquisa: estudar uma comunidade “tradicional” que ainda resistia à “modernização” do território, a de Palmatuba.

A noção de tríade no ambiente ainda está preservada na paisagem e nos depoimentos que envolvem as discussões desta categoria. A tríade aparece de forma simples no trabalho sendo

possível contemplar a questão do ambiente uma vez que se visualizou a imagem da destruição das casas, das matas, do rio submerso e outros. No decorrer do trabalho a proposta (título inicial) foi modificada, alterada mediante o decorrer das aulas e as leituras sobre o assunto, mas não alterou o tema de estudo. Para tanto, o trabalho se compõe das seguintes etapas e atividades.

Inicialmente conheceu-se o local sem maiores intenções. Talvez o empiricismo seja destaque neste momento, pois não houve a intenção de se fazer um trabalho aprofundado do gabarito de tese de doutorado. Esta pretensão foi amadurecida na medida em que se passaram os anos.

A área de estudo foi conhecida no ano de 2004, por ocasião de aulas de campo com estudantes e demais professores nas disciplinas de Geografia da População e dos Movimentos Migratórios, Geografia Cultural e Recursos Naturais e Meio Ambiente do curso de Geografia, do campus universitário de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins. Tal prática se repetiu nos semestres e anos posteriores.

Para as aulas de campo o objetivo era mostrar a cultura e o modo de vida local relacionado ao trabalho na roça, ao extrativismo do barro e, acima de tudo, a atividade secular da quebra de coco babaçu, presente no norte do estado do Tocantins e nos demais estados nortistas e nordestinos. Nas saídas a campo eram observados aspectos culturais, territoriais, de identidade, populacionais, de renda, de trabalho, de origem, ambientais, entre outros.

A forma de vida deste povoado sempre fora muito interessante aos estudantes e as aulas mostrando em termos de conhecimento da realidade e do histórico local tocantinense. A proximidade de 60km de Araguaína possibilitava duas saídas de campo em único dia (matutino e vespertino) com duas turmas, de vinte estudantes para conhecer o lugar.

Nas visitas a campo com os alunos eram latentes as angústias e as incertezas do futuro por vir desta população por ocasião das notícias da UHE Estreito a ser construída. Assim, estas visitas suscitaram nos estudantes o interesse pela questão em virtude das mudanças que viriam no modo de vida das pessoas daquele lugar em função da UHEE. Após a maturação da intenção de doutoramento consolidou-se o pensamento de fazer o trabalho relacionado com a situação de Palmatuba.

Foi interagindo com os palmatubenses que se conseguiu que estes acreditassem na pesquisa e fornecessem informações a seu respeito. As saídas a campo com os acadêmicos desde o ano de 2004 facilitaram o reconhecimento da figura do pesquisador e a qual órgão estava vinculado.

Ao longo de sete anos, as visitas ao povoado foram várias e mesmo posteriormente à desterritorialização e calejados pela angústia e incerteza os atores forneceram detalhes sobre suas vidas. E conforme asseguram Brandão (1975) e Geertz (1989) em seus estudos, a relação ficou

mais fácil uma vez que se interagiu com a comunidade em vários momentos, inclusive em algumas situações solícitas como a da emigração. Bosi (1994) destaca o método utilizado em seus estudos e se enquadra na metodologia usada nesta pesquisa.

O principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito. (BOSI, 1994, p. 37).

A participação em reunião com representantes do empreendedor e atingidos da comunidade no dia 26 de maio do ano de 2010, na cidade de Carolina, no estado do Maranhão, foi fundamental para perceber como alguns funcionários do Consórcio conduziam ou tratavam a situação melindrosa das indenizações, sobretudo, o atendimento aos atingidos. O objetivo dos palmatubense em número de quatro era obter melhores indenizações dos barracões particulares onde quebraram coco babaçu.

No dia 12 de junho do ano de 2010 ocorreu no extinto bairro de Palmatuba uma reportagem realizada por emissora local de televisão da cidade de Araguaína. A reportagem foi exibida às 13h30min, do dia 14 de junho daquele ano. Nesta circunstância observou-se a participação dos meios de comunicação no processo.

A participação em manifestação dos atingidos na entrada do parque de máquina da UHEE, situada a poucos quilômetros da cidade de Estreito, no dia 23 de agosto do ano de 2010 contribuiu para obter dados e fotografias. A participação no evento intensificou a confiança da população e possibilitou o colhimento de informações que deram maior respaldo ao trabalho, gerando laço natural de confiança entre pesquisador e pesquisados e vice-versa.

Realizou-se um trabalho de campo com antigos moradores de Palmatuba ao ex-local de morada (Palmatuba), submergido pelo lago da UHE Estreito. Este trabalho de campo auxiliou nas impressões, nas observações e no conhecimento dos sentimentos dos antigos moradores de Palmatuba. A primeira atividade de campo após a formação do reservatório foi realizada no dia 20 de abril do ano de 2011. Tal procedimento foi repetido na data de 19 de maio do mesmo ano com outros ex-moradores do local em estudo. A experiência foi feita com representantes de quatro famílias (mulheres e filhos), sendo um dos integrantes emigrado de Palmatuba na década de 1970, enquanto jovem.

Utilizou-se de fotos, figuras e outras ilustrações que entraram no processo de análise e assim possibilitando o diálogo com as informações obtidas pelo roteiro de entrevistas (Apêndice 1). O objetivo das ilustrações (mapas, gráficos, fotografias, tabelas e outros) foi o de evidenciar o sentido de sua necessidade no decorrer do texto, portanto o tamanho diferenciado ficou restrito ao atendimento desta necessidade, sem se ater à dimensão padronizada, geralmente orientada.

Acrescenta-se que esta medida foi utilizada em algumas situações pela necessidade de diagramação destas ilustrações no decorrer do texto, utilizando as estratégias de colocá-las entre parágrafos, que remetiam à ilustração. Todas as vezes que se comentou a ilustração no texto mostrou-se a mesma logo a seguir. Certas fotografias foram agrupadas (25, 26 e 27) a fim de ilustrar com maior propriedade a situação descrita no texto.

Fez-se as observações de campo, culminando com as primeiras impressões e análises. Concomitantemente, ocorreram as primeiras leituras de autores que versam sobre temas relacionados ao estudo, a saber, população, camponeses, povos tradicionais, território, cultura, antropologia, Estado, política energética, ambiente, história, hidrelétricas, barragens, idoso, consequências socioambientais e entre outros.

As referências foram no sentido de fornecer embasamento teórico ao trabalho. Livros, teses, dissertações, jornais, revistas, consultas a sites da internet foram algumas das referências consultadas a fim de levantar dados e informações. Destaque para a internet na questão das leis de política energética no país.

Foi realizada a aplicação de roteiro de entrevistas (Apêndice 1) com as famílias atingidas, para obter informações sobre a renda familiar e qual a expectativa das famílias após a construção da barragem. O instrumento de pesquisa foi dividido em: I) identificação e histórico familiar (memórias do lugar); II) produção e rendimento; e III) impactos do empreendimento, processo de desapropriação e perspectivas da família.

As entrevistas, com os moradores mais antigos das comunidades, buscam explorar informações sobre: a) os comportamentos comuns dos membros das famílias; b) as numerosas características de crença que constituem o modo de vida rural, sob uma percepção de espaço de vivência; c) as manifestações de valores e tradições; d) a contribuição desses aspectos para a permanência dessas famílias no campo; e) os laços de parentescos, consanguinidade, amizade e vizinhança; e f) o resgate da herança cultural e da memória da população, por meio da oralidade, valorizando sua história e suas tradições. Mesmo sendo orientadas por um roteiro ordenado de questões, as entrevistas constituem um diálogo informal. São os entrevistados que estabelecem a orientação e o ritmo do encontro. (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 526).

O roteiro de entrevistas foi o principal instrumento de pesquisa, fornecendo suporte de campo ao trabalho. De posse das entrevistas passou-se ao tratamento das informações e dos dados tabulando-os e quantificando-os em programa adequado e após a elaboração de gráficos, de tabelas e de quadros para posterior descrição, interpretação e análise.

Alguns dos itens abordados no roteiro de pesquisa contendo questionamentos abertos e fechados como confortável, solidão, liberdade e segurança (questões 11 a 14) foram para observar o nível de identidade da população com Palmatuba. Estes termos têm significado singular e

direcionados aos atores desta pesquisa. Não se aprofundou os significados etimológico e semântico destas palavras.

Neste sentido levantou-se somente o significado dos termos para serem de fácil compreensão aos atores entrevistados: **Conforto**: consolo, comodidade, bem estar; **Liberdade**: condição de livre arbítrio, de fazer uma coisa ou não, dispor de si, praticar aquilo que não é proibido por lei; **Solidão**: de se sentir só, separado, afastado, segregado e **Segurança**: sensação de estar protegido. Salienta-se que indiretamente tais questões remetem, ou não, a situação de tédio conforme Elias; Scotson (2000).

Estes são alguns dos itens abordados no decorrer do roteiro de entrevistas (perguntas abertas e fechadas) a fim de estabelecer um parâmetro entre o antes e o depois da desterritorialização. Estes questionamentos possibilitaram a observação nos momentos de mudança radical para a comunidade (pontos de ruptura). Estas questões não foram quantificadas, observadas ou consideradas pelo empreendedor e deveriam fazer parte da indenização aos atingidos por todos os grandes empreendimentos.

Isto possibilitou traçar uma linha do tempo e encontrar no histórico de Palmatuba o ponto de ruptura, ou os pontos de ruptura (SAQUET, 2007) que de certa forma deram outra dinâmica ao lugar e à vida das pessoas. E assim cabem os questionamentos de quais, quando e como ocorreram.

1.6 – Procedimentos e etapas da pesquisa com a comunidade de Palmatuba

Nas pesquisas com seres humanos sempre ocorrem riscos ou desconfortos. Nesta pesquisa ocorreram situações como emoções ao lembrar de Palmatuba. Além disto, eram pessoas idosas, simples e com pouco grau de instrução. Outra situação era o tempo para efetuar a entrevista que em muitos casos extrapolou 2h, pelo fato do roteiro de entrevistas conter 64 questões, bem como a disponibilidade de alguns entrevistados para falar.

Diante de tais circunstâncias e por se tratar de pesquisa com seres humanos, para dar maior segurança e respaldo ao pesquisador e pesquisados houve a necessidade de o projeto ser avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). O estudo proposto foi submetido ao CEP da Fundação de Medicina Tropical (FMT) de Araguaína e aprovado na data de 10 de março do ano de 2010, conforme o Processo Número 21/2010 (Anexo 1).

O roteiro de entrevistas foi aplicado entre os dias 1º de abril e 5 de maio do ano de 2010 nas residências dos pesquisados dispersos nos municípios de Aragominas, Araguaína, Babaçulândia e Wanderlândia no estado do Tocantins e Carolina (MA). A conversa acontecia com um membro da família ou grupo familiar, muitas vezes, representado pelo(a) chefe(a) da família, mas esta não

era regra geral. Procurou-se sempre que possível dar caráter informal ao roteiro. Apesar disso ser complexo, pois papéis, canetas e gravadores podem inibir o pesquisado.

O instrumento de pesquisa foi aplicado a todas as ex-famílias de Palmatuba (proprietários de terra) totalizando uma população de 27 entrevistados. Gerardi e Silva (1981) apontam que quanto menor a população maior a amostra. Desta forma, o universo amostral foi de 100%, pois entrevistou-se todas as famílias remanescentes desde o ano de 2004, elencando um representante, geralmente o chefe ou dono da propriedade atingida para responder às indagações.

Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo é impossível, por razões práticas, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas, que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de apreender todos em seu trabalho. (TURATO, 2003, p. 351).

Optou-se pela aplicação do roteiro de entrevistas a todas as ex-famílias de Palmatuba, a fim de mapear sua nova morada e obter maior confiabilidade nos dados estatísticos que foram reproduzidos em gráficos, quadros e tabelas. Nenhuma família foi preterida por considerar as suas informações relevantes para a pesquisa. Além disso, com a posse do mapeamento e dos endereços das famílias há a possibilidade de realizar estudos posteriores.

Os estudos foram direcionados àqueles que sofreram os efeitos sociais, econômicos e culturais diretos. Neste caso, enquadraram-se 27 proprietários que implicou no deslocamento de aproximadamente 24 famílias. Ressalta-se que dos entrevistados alguns já haviam emigrado de Palmatuba antes da notícia da UHE Estreito, no entanto estes foram em número irrelevante, mas que contabilizaram nas entrevistas feitas e no histórico de vida do lugar.

Tais famílias foram mantidas neste estudo, pois algumas foram indenizadas pelo CESTE e tiveram longa relação com o local e ainda mantinham mesmo que não morando especificamente no lugar, principalmente em eventuais idas ao local e tendo posses, bens e relação com associações.

O entrevistado era convidado a participar do roteiro de perguntas, havendo um ex-palmatubense que por condições de saúde não fora entrevistado. Neste caso a idade avançada, doença de Parkinson, pressão alta e ainda a relativo tempo de emigração do lugar, foram motivos que o impediram de prosseguir na entrevista. Por fim, foram aplicados 26 roteiros de entrevista.

Para a maioria das pessoas, o ato de dar entrevistas é uma atividade independente de pagamentos ou outros benefícios materiais. Outros, pelo contrário, respeitam o tempo e as condições de vida social dos entrevistados e promovem algum tipo de recompensa. Ainda que o assunto comporte um índice de polêmica, eticamente prefere-se considerar o narrador um colaborador e não alguém que vá tirar proveito material de sua história. Nesse caso muitos criticam sem a devida argumentação. (MEIHY, 2005, p. 41).

A aplicação das questões abertas e fechadas presentes no roteiro de entrevistas foi realizada através de visitas, diretamente às famílias em suas casas. As perguntas foram respondidas de maneira informal, onde se tentou manter uma conversa com o entrevistado, seguindo-se o roteiro de entrevista. O procedimento acontecia da seguinte forma: agendava-se a entrevista ou dirigia-se pessoalmente até o endereço do pesquisado.

Consentida a conversa, apresentava-se o Termo de Esclarecimento Livre e Consentido - TCLE (Apêndice 2). Entregava-se o termo para que houvesse a leitura. Em muitos casos, o entrevistado solicitava algum esclarecimento ou explicação. Salienta-se que as pessoas entrevistadas eram simples, mas de forma nenhuma simplórias.

Os atores deste estudo tiveram interesses e logicamente sabiam da finalidade da pesquisa e quais os objetivos do pesquisador. O TCLE deixava claro isto bem como a relação estabelecida com o lugar e a população de estudo desde o ano de 2004, gerando reciprocidade de intenções, ocasionando certa dialética entre sujeito e “objeto”. Coloca-se isto para não se remeter a estes atores uma visão contraditória, por sua vez de sujeitos ignorantes e alheios à realidade.

A conversa demorava em torno de 2h, em alguns casos a pessoa entrevistada respondia às questões enquanto fazia outras atividades. Regra geral foram as entrevistas onde o pesquisado sentava-se para conversar e deixava os pensamentos fluírem relembando das histórias de Palmatuba na medida em que se avançava no roteiro.

Ressalta-se que no decorrer do trabalho nas fontes obtidas de forma primária não aparecem fotos das pessoas do lugar. Nos trechos transcritos dos entrevistados utilizou-se somente o número da ordem da entrevista, as iniciais, a data da entrevista e a idade dos entrevistados. Mesmo com a autorização assinada no TCLE optou-se por manter a identidade, a privacidade e o respeito às pessoas entrevistadas.

Whitaker (2002) comenta que se deve evitar o caráter caricatural das falas dos entrevistados. “... os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original, usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos” (WHITAKER, 2002, p. 117). Buscou-se assim preservar o conteúdo do discurso e evitar o caricatural nas transcrições das entrevistas.

Na data de 1º de dezembro do ano de 2010, foi iniciada a formação do reservatório da UHE Estreito que entrou em operação comercial no dia 6 de maio do ano de 2011. A formação do lago até atingir a cota de 156m de altitude com extensão de 250km, atingindo doze municípios ocorreu no mês de março do ano de 2011.

Após a formação do reservatório artificial da UHEE as visitas a Palmatuba ocorreram via barco de motor e convidou-se ex-moradores a fim de acompanhar a saída ao campo. Esta situação aconteceu em dois momentos, nas datas de 20 e 19 de abril e de maio, respectivamente, do ano de

2011. Nestas participações dos palmatubenses foi possível observar suas lembranças, memórias, informações e reações pós desterritorialização.

Acompanhou-se Palmatuba e também os camponeses tradicionais emigrados e desta maneira se observou a transformação da paisagem e a extinção do lugar e ao mesmo tempo mantinha-se contato com algumas famílias. Destarte, sendo possível acompanhar as novas territorialidades e perceber a relação com os novos locais de morada e se ocorreu o processo de reterritorialização. É na reterritorialização que reside a dúvida nesta tese.

No trabalho há registros fotográficos desde o ano de 2004, retratando a mudança da paisagem local e suas influências com o pertencimento ao lugar. Estes registros foram realizados para visualizar a transformação da paisagem e possibilitar a descrição dos fatos. Consultaram-se demais pesquisas sobre Palmatuba, fornecendo informações e ilustrações que pudessem ser analisadas e comparadas. Informações passadas pelo MAB e pela CPT contribuíram na discussão do texto escrito. Os mapas foram feitos consultando-se a base de dados cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins (SEPLAN).

As discussões feitas com embasamento no roteiro de entrevistas foram ordenadas de acordo com as indagações presentes no instrumento (Capítulo 4). Com exceções foram feitas adequações e determinados questionamentos foram discutidos fora do ordenamento previsto, conforme a viabilidade e o enquadramento do assunto. Determinadas perguntas foram discutidas de forma aglutinada com outras questões de temas próximos oriundas do roteiro de entrevista.

Dentre as questões desordenadas estão a 58, 28 e partes das 34, 35 e 36 e a 7, seguindo-se este ordenamento no capítulo 4. As informações obtidas no apêndice 1 foram analisadas em forma de texto, com o apoio de instrumentos como: gráficos, tabelas, quadros e fotografias. No decorrer do trabalho as ilustrações discutidas ao longo do texto foram mencionadas novamente fazendo relação, interpolação e comparação com períodos anteriores.

Entrevistado, pesquisado, representante, palmatubense, atingido, população, agente, povo, família, objeto de estudo e entre outros termos foram utilizados para que não se repetisse o termo camponês tradicional exaustivamente. Os sinônimos não perfeitos da classe social ora elencada não receberam rigor teórico e metodológico retratando-se apenas um jogo de palavras conforme Turato (2003).

E, finalizando esta seção, tentou-se descrever as fases, os instrumentos utilizados e a forma de análise das informações no decorrer desta pesquisa, para diminuir eventuais dúvidas. Muitas questões poderiam ser estudadas no decorrer do trabalho. Pensa-se que muitas das indagações que já existem e que surgirão poderão e deverão ser respondidas em outros momentos com mais pesquisas.

Na sequência do capítulo 2 será feita a discussão sobre o Estado e de como este agente organiza a instalação de grandes empreendimentos, sobretudo no caso da Usina Hidrelétrica de Estreito e seus efeitos sobre os atingidos.

2 - O ESTADO, O EMPREENDEDOR E OS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO

No capítulo referente ao papel do Estado buscou-se elucidar, principalmente a atuação deste agente no processo da implementação e das consequências ocasionadas pela Usina Hidrelétrica Estreito. Dessa forma, houve a necessidade de fazer uma discussão inicial sobre o Estado. Vários questionamentos foram propostos a fim de verificar a atuação deste poder no decorrer deste e de outros projetos político-econômicos.

Analizou-se também o discurso e as justificativas do papel do Estado, a sua atuação no ordenamento espacial/territorial, especialmente as políticas públicas direcionadas à hidroeletricidade nos diferentes momentos políticos no Brasil a partir da última metade do século passado. O discurso e as justificativas para a UHE Estreito, bem como a importância tocaninense no contexto da produção hidroelétrica.

A importância da justificativa da crise do apagão¹ ocorrida no início do novo milênio e o desenvolvimento sustentável aparecem na discussão neste capítulo. A Amazônia e o estado do Tocantins tem neste projeto político e econômico a justificativa para o seu crescimento econômico e para os avanços futuros.

Discutiu-se as necessidades econômicas vigentes no limiar do novo milênio, bem como a “crise” capitalista. Buscou-se elucidar o discurso estabelecido pelo Estado e expor os diferentes atores deste processo. E por fim, observou-se a atuação do agente estatal aliado ao empreendedor nas comunidades atingidas, por sua vez os atores deste estudo.

2.1 - O Estado e o capital privado no setor de energia no Brasil

O papel do Estado é fundamental para a perpetuação do capitalismo. Este agente prepara o terreno, regulamentando e organizando o espaço através de infraestrutura e incentivos para que as empresas (capitalistas) se instalem. O capital, isolado não consegue se instalar e assim necessita do Estado. Contudo é o sistema que controla o Estado e o sistema é controlado pelos detentores de poder.

As forças que operam na escala internacional determinam, em grande parte, o estilo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformação econômica e política, e as formas de apropriação do espaço. A análise nessa escala é, pois, fundamental para compreender-se que se trata de uma fronteira mundial num país cujo modelo de desenvolvimento é induzido do exterior. Na escala mundial, o Brasil, como os demais países da América Latina, é uma

1 - A Crise do Apagão afetou o fornecimento e a distribuição de energia elétrica no país, ocasionada pela falta de chuvas. Várias represas diminuíram seu volume de água e comprometeram a geração de energia elétrica. Houve a hipótese de fazer cortes forçados no fornecimento de energia elétrica e assim perdas significativas na economia brasileira (a mídia denominou de apagão).

fronteira de recursos, tendo sua história vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho. Entendida como a vanguarda da expansão territorial do modo capitalista de produção, a fronteira de recursos sempre adotou mais rapidamente inovações geradas no exterior e recebeu massa considerável de investimentos. (BECKER, 1982, p. 215).

Considerado como o mediador entre as forças internacionais e o espaço nacional, o Estado, a partir do ano de 1964, assumiu papel determinante na reorganização econômica e espacial. Desta forma viabilizou a penetração das forças externas homogeneizadoras, porém adaptada às condições nacionais.

... a necessidade de vultosos investimentos em infra-estrutura, de financiamento às empresas, de produção de matérias-primas e insumos básicos, além da coordenação dos conjuntos de investimentos (que não podem ser desenvolvidos isoladamente), faz com que a presença do Estado na economia se torne indispensável para os países que começaram muito tarde o processo de industrialização. O atraso tecnológico do país contribuiu, da mesma forma, para a intensificação da presença de empresas estrangeiras, que se firmam especialmente nos ramos mais dinâmicos da indústria. Será sobre este tripé que se assentará o processo de industrialização brasileiro, cabendo ao Estado e ao capital transnacional o papel de principais protagonistas. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 30).

A abertura para o modo de produção capitalista baseado na via tecnológica foi a opção encontrada pelo Brasil para se desenvolver. Esta opção incorporou e ampliou o espaço nacional na fronteira econômica. Esta inovação tecnológica, como não poderia ser diferente resultou já nos primeiros anos de governo militar no deslocamento compulsório de classes desfavorecidas do sistema.

“Na geografia do Estado, a população perde seu significado próprio, isto é: é concebida, e não vivenciada. Ela só tem significado pela ação do Estado. Seu significado deriva da finalidade do Estado” (RAFFESTIN, 1993, p. 26). Na visão do autor a população é um trunfo do Estado, mas no caso em questão é um empecilho momentâneo. Mesmo assim, a ideia de trunfo prevalece, pois que estes atores expulsos de seu local procurarão novas áreas e abrirão clareira nas matas para fazer seus roçados e suas atividades, valorizando as terras até que a grilagem juntamente com o capital os expulsem novamente repetindo o ciclo ocorrido outrora.

Estes sujeitos teriam a opção de ir às cidades morar lá e servir de trunfo integrando-se a economia e gastando seus salários, como no caso de alguns aposentados atingidos. Outros poderão se incorporar na mão de obra reserva, ou no caso em questão poderão se tornar vítimas fáceis, pelas dificuldades impostas, de política aproveitadora, que na perspectiva de promessa verão nesses sujeitos mais um voto em potencial.

O Estado brasileiro sempre fora uma disputa entre as correntes políticas conservadoras ou liberais. Houve até governos populistas, mas a classe burguesa brasileira com receio da

intervenção estrangeira e de um governo com apoio de classe popular estimulou o governo ditatorial militar nas décadas de 1960/70. Os militares, por sua vez, atenderam aos anseios burgueses e a classe aristocrática rural e os populares ficaram excluídos do processo (GONÇALVES NETO, 1997).

Há de se frisar que no período ditatorial houve a primeira grande crise mundial do petróleo (1972/73), com aumentos substanciais por barril. Uma sociedade que objetivava o desenvolvimento urbano-industrial necessitava de energia, pois, esta, inicialmente era importada. Portanto, havia a necessidade de alternativa energética nacional. Desta forma, além das pesquisas da estatal Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS) intensificou-se a construção de represas de grandes rios nacionais e binacionais.

No hay desarrollo sin energía, por ende, las dos realidades hacen una sola. No podemos escribir la historia de la una sin abordar la de la otra. No se trata de un hecho solamente material, sino también de un entrelazamiento cultural que alcanza inevitablemente dimensiones políticas. La utilización de la energía forma parte integrante, entonces, de lo que pudiéramos llamar dinamismo humano. (HOUTART, 2009, p. 5).

O Estado, de forma geral legisla para o povo. Contudo, o Estado a serviço do capital, representado pela classe burguesa, pelas oligarquias latifundiárias e empreendedores estrangeiros são os detentores do poder. O poder estatal torna-se agente incentivador da produção e da produtividade e com suas políticas modernas e progressistas alcança isto.

Hobbes (1974) e Locke (1963) observaram a influência religiosa no Estado, pois se referiram a deidade e a leis divinas. Em Hobbes (1974) a multidão unida numa só pessoa se chama Estado e assim o povo aceita ser governado por este homem, por esta instituição, fazendo menção a Leviatã².

A figura de Leviatã aparece de várias formas na sociedade e no capital. No Leviatã de Estreito e em todas as outras hidrelétricas o Estado atendeu aos interesses de setores ligados à hidroeletricidade. O poder estatal promoveu o crescimento econômico, requisitando a atenção e atendendo aos interesses do capital nacional/internacional à custa dos recursos naturais e das populações expropriadas atingidas pelo lago artificial do reservatório da UHEE de forma direta e indireta.

A função do Estado reside no fato de manter e atender aos diferentes interesses intra-classes, acudindo preferencialmente os setores que estão no poder. O poder está no Estado brasileiro que utiliza as diferentes medidas políticas, para intervir em vários segmentos da atividade produtiva e promover as transformações necessárias (GONÇALVES NETO, 1997).

2 - Leviatã é uma criatura mítica e monstruosa, temida pelos navegantes europeus e considerada um demônio pela Igreja Católica na Idade Média.

Gonçalves Neto (1997) fez seus estudos sobre as décadas de 1960-80. Naquele momento histórico a atuação do Estado na economia brasileira era muito mais marcante do que no início do século XXI. Atualmente o Estado disponibilizou uma variada infraestrutura que atendessem às necessidades do capital de se instalar em todo o país, sobretudo na Amazônia.

Os efeitos para o povo são os mesmos em décadas diferentes, pois é a população pobre nas cidades, os camponeses e povos tradicionais que pagam caro pela política de acumulação do capital intermediado pelo Estado. O Estado também enriquece, tornando-se um agente muito poderoso, pois além do poder político, alia-se ao poder econômico.

Esta situação do Estado ocorre também na política energética no país, apesar da tecnologia importada representada em equipamentos para o processo de geração de energia, o Estado financiava e operacionalizava a gestão. Gonçalves Neto (1997) remete ao Brasil ditatorial, onde ocorreram mudanças no sentido de crescimento urbano e na industrialização de multinacionais, estas por sua vez necessitavam de maior uso de energia disponibilizada nesta época por poucas usinas hidrelétricas.

“Patenteia-se, assim, no início dos anos 60 uma situação que apresenta o Estado como um dos maiores ‘sócios’ da economia brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 27). O Estado tornou-se empreendedor, mas não conseguiu modificar sua estrutura institucional arcaica e conservadora.

2.2 - Estado e Capitalismo na Amazônia: a produção hidrelétrica

O vazio demográfico e econômico, a cobiça estrangeira, a segurança das muitas fronteiras da região Norte e os interesses estrangeiros da internacionalização da Amazônia foram justificativas para a exploração da mesma. Foi neste contexto que se justificava o “desenvolvimento” e a ocupação da Amazônia.

Instituições estatais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tinham como objetivo estimular e possibilitar a concretização de incorporar a região Amazônica aos interesses capitalistas. Estes órgãos (alguns regionais) foram todos criados entre os anos de 1966-70 no regime ditatorial, objetivando à integração do território nacional.

Tratar sobre a Amazônia é uma situação melindrosa, gerando um impasse. Se ficar a própria sorte, há o grande e eminente risco da influência e exploração econômica estrangeira. Se políticas econômicas e populacionais forem acionadas, representará a exploração da natureza e a expropriação de comunidades tradicionais e de camponeses. O Estado parece ter seguido o

caminho inevitável com a grande concentração de recursos para o “desenvolvimento da região” a fim de esta perder seu caráter extrativista.

A partir de 1942, cresceu de modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido cada vez mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementações de decisões. Além dos problemas econômicos, os vários governos dos anos 1942-78 têm desenvolvido políticas especiais, no que diz respeito aos movimentos de populações dentro da região e de outras regiões para a Amazônia; também quanto ao ensino, saneamento, saúde, sistema de transporte e comunicações, etc. A rigor, cresceu bastante, em termos quantitativos e qualitativos, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares da região. A imensa e completa rede de órgãos, agências, técnicos e funcionários que aparece na região amazônica de 1978. De permeio à “sociedade amazonense”, formada principalmente com base na economia extrativa, desenvolvem-se a agropecuária e alguma industrialização. (IANNI, 1979, p. 58).

Há na região a presença de estabelecimentos bancários estatais como o Banco do Brasil (BB) e BASA, além da SUDAM, bem como uma rede rodoviária, com destaque para a Belém-Brasília e a Transamazônica, além da ferrovia Norte-Sul. A Rodovia Belém-Brasília interligando o eixo sul-norte e a Transamazônica interligando o sentido leste-oeste. Destaque para a criação de Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

A ação do Estado está irremediavelmente atrelada aos interesses capitalistas das empresas privadas nacionais e estrangeiras. A Amazônia entrou neste contexto do governo ditatorial no Programa de Integração Nacional – PIN. Uma das características deste programa era o aumento da oferta de energia aos núcleos urbanos de maior porte e assim destacava a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no período ditatorial.

As hidrelétricas compreendem um complexo jogo de interesses estatais e imperialistas. Ianni (1979) e Oliveira (1988), além de outros pesquisadores, revelaram a presença maciça de capital e de empresas estrangeiras na Amazônia, sobretudo nos estados do Pará, Mato Grosso e antigo norte goiano esperando uma possível reserva de valor das terras. Em se instalando hidrelétricas dentre outras infraestruturas, invariavelmente aumentará o preço destas terras com enormes lucros, além das riquezas obtidas pela exploração dos recursos naturais da região. Há uma combinação entre empresa capitalista e o latifúndio que transformou terras devolutas e tribais.

No caso da Jari, combina-se o latifúndio e a empresa. Sendo que a empresa, na prática, é uma combinação de empreendimentos: extrativismo de madeiras, mineração de caulim, bauxita e alumínio; agricultura de arroz e soja; pecuária; fábrica de celulose. Isto tudo, além de projetos previstos ou em implantação: fábricas de papel; usina hidroelétrica; etc. (IANNI, 1979, p. 114).

Martins (1999) afirmou que grandes projetos governamentais envolvendo a construção de barragens deslocou para a Amazônia pequenos agricultores sem terra oriundos do sul do país de origem italiana e alemã. Tal situação também é comentada por Germani (2003), quando camponeses foram desterritorializados no estado do Paraná na década de 1970 para a construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Houve tentativa de reterritorializar estes camponeses no sudoeste da Amazônia.

Martins (1999) analisou a situação de índios na Amazônia, tendo seus territórios atingidos pelos alagamentos de barragens, como por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Balbina. Segundo o autor (1999, p. 35): “... pelas águas da hidrelétrica de Balbina, um projeto genocida de poucos resultados econômicos. A usina não atende sua principal finalidade, a do abastecimento de energia elétrica à cidade de Manaus.”

Nestes enunciados, percebe-se nitidamente o descaso social que o Estado manifesta em relação à população carente ou pobre, representada, sobretudo nos camponeses e povos tradicionais da região. O descaso do poder público com a população em geral por virtude de grandes projetos é a mesma em todo o país. Ianni (1979, p. 183) afirma: “... o que comanda a vida econômica e política na Amazônia é o interesse da empresa privada, com o qual o aparelho estatal se acha articulado.”

São os empreendimentos extrativos, de mineração, agrícola, pecuários ou outros que iniciam e expandem as relações capitalistas na área. Com frequência, esses empreendimentos podem estar conjugados com empreendimentos governamentais - com a construção de estradas, aeroportos, hidroelétricas e outros - destinados a tornar mais vantajosos os negócios privados e acelerar a realização e a expansão das empresas. Em alguns casos, essas “frentes” de desenvolvimento extensivo do capitalismo estão acompanhadas de missões religiosas de evangelização e catequese. (IANNI, 1979, p. 186).

Na realidade ocorre a expropriação de posseiros, camponeses e, sobretudo, em algumas regiões, os índios. Em se tratando do autóctone, Ianni (1979) retrata que a FUNAI surge posteriormente. Mas o que acontece com os posseiros, camponeses e outros povos tradicionais no caso dos ex-palmatubenses, por exemplo? Sabe-se da atuação do INCRA, mas que muitas vezes não atinge os objetivos de ofertar terras justas e férteis no caso de expulsão destas populações por fazendeiros e grandes empresas. Na maioria das vezes ficam à própria sorte, procurando novas terras desocupadas a fim de reconstruir as suas vidas.

A atuação do Estado, colaborado pelos governos estaduais, municipais e territoriais das décadas de 1960/70 orientou-se no sentido de desenvolver o extrativismo, a agropecuária, a mineração e outras atividades no sentido de “integrar” a região aos interesses capitalistas do centro-sul do país com os interesses estrangeiros, transformando a região amazônica em

“fronteira” de crescimento econômico, cujos centros se situam na região centro-sul e exterior (IANNI, 1979).

Ressalta-se que tais circunstâncias existem até hoje e a fronteira avança floresta adentro. As elites locais e regionais se integraram ao modo de exploração/expropriação do ambiente e de populações carentes locais. O agente estatal BASA fornece os empréstimos e os discursos para atrair investidores na região são enormes. Ianni (1979) comentou que a propaganda foi no sentido de o banco oferecer os capitais de que necessitavam os empreendimentos. Os incentivos creditícios e fiscais foram enormes e sem alterar a estrutura social da região.

Por que investir na Amazônia? Porque é vantajoso, pois tem políticas do governo para garantir isto, com a construção de rodovias, produção elétrica a fim de extrair as riquezas naturais da região e atender aos mercados europeus e americanos próximos. As populações tradicionais atingidas são meros empecilhos na política desenvolvimentista para a Amazônia.

Na perspectiva de “desenvolver” a região Amazônia a partir da década de 1990, o discurso do desenvolvimento sustentável apareceu como destaque. Utilizar os recursos de forma racional atualmente, para as gerações futuras terem condições de usar destes recursos. O conceito mais usual de desenvolvimento sustentável parece num primeiro momento ter preocupação com os filhos e netos da geração atual.

Contudo há de se fazer a seguinte pergunta: quais serão estas gerações futuras e onde se localizam? Quem serão estes afortunados do futuro? Com certeza o discurso sobre a ideia de desenvolvimento sustentável não está preocupado com os filhos e netos dos povos tradicionais e camponeses atingidos pelas hidrelétricas do rio Tocantins.

Leff (2009) e Carvalho (2008) são autores que estudam o desenvolvimento sustentável, projeto político e econômico exposto em 1992, no evento denominado de Rio 92, realizado na capital fluminense. Este foi gestado desde a década de 1970/80 com os estudos da ex-ministra norueguesa Brundtland e sua equipe frente aos impactos ambientais globais e que culminou com o relatório Nosso Futuro Comum.

A preocupação em utilizar os recursos naturais no momento atual e mantê-los para as gerações futuras foi uma das maiores preocupações (LEFF, 2009). Porém, dever-se-ia analisar esta preocupação de várias maneiras, e a primeira indagação a ser feita é: em quais gerações futuras está se pensando?

Conforme as reflexões de Leff (2009, p. 60): “O desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população.” É um discurso em moda com grande apelo social e ambiental. No entanto, abrindo-se as cortinas observa-se que este termo deve ser analisado com mais cuidado.

Toda organização cultural é uma complexa relação de símbolos, ideias, saberes constituído ao longo da história. A destruição de recursos naturais é a destruição simbólica de povos tradicionais e de culturas camponesas. O desenvolvimento sustentável mascara esta extinção e agressão (LEFF, 2009).

O desenvolvimento sustentável entra na nova onda de relação do local com o mundial e assim esconde-se a depredação da cultura de povos e etnias atingidas por este modelo ideológico econômico. Perpetuam-se, assim as agressões a povos e comunidades tradicionais. Estas agressões estão camufladas pela preocupação ambiental e social.

Deve-se ter cuidado na “preocupação” da diversidade étnica. Ela merece atenção, contudo há de se observar os interesses políticos e econômicos que estão escondidos no plano de fundo. “Na atualidade, mais que em qualquer outro tempo da história, reivindica-se a idéia de natureza e a busca de seu reencontro hipostasiando cenários em busca da construção de um amanhã diferente para as gerações futuras” (GOMES, 2001, p. 50). A autora (2001, p. 51) faz a indagação: “Quantas culturas pode suportar a natureza?”

Corroborando com Gomes lança-se a ideia de Jacquard (1998), fazendo paralelo entre 5 milhões de parisiense e 30 milhões de africanos, respeitando o nível de consumo de cada sociedade. Da mesma forma, talvez, o planeta comporte 30 milhões de palmatubenses vivendo com o seu modo de vida, seus costumes, e seus usos, utilizando-se do ambiente o necessário para viver e mantendo com este uma relação social, econômica e ambiental adequada. Para a sociedade moderna, ou pós-moderna estas comunidades são atrasadas.

Nem sempre a relação humana com a natureza é nefasta. Há situações em que a biodiversidade se diversifica conforme o grupo humano que ocupa determinado local. Estes grupos humanos seriam representados por extrativistas, ribeirinhos ou povos indígenas o que poderia se denominar de sociobiodiversidade (CARVALHO, 2008).

Ressalta-se que o discurso do desenvolvimento sustentável é mais uma ideologia para que se “preserve” os recursos naturais. Mas a questão é: preservar para que e para quem? Para serem utilizados pelo grande capital como um recurso energético como o caso da UHE Estreito, desterritorializando comunidades que mantinham uma relação social, econômica e ambiental correta com a natureza. Será este o pano de fundo do desenvolvimento sustentável, preservar até que chegue o grande capital nacional/internacional? E assim com o discurso afirmar que se está trazendo o crescimento econômico e o progresso?

As melhorias e o crescimento econômico são importantes, mas critica-se aqui a hipocrisia que se esconde por detrás deste discurso, e, portanto a falta de opção dos desterritorializados do processo. “Sendo os homens [...] por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode

ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento” (LOCKE, 1963, p. 60).

Se há crise econômica capitalista mundial no crescimento econômico periférico, na verdade, esta crise atende ao maior fluxo de riquezas de transnacionais e multinacionais que remetem grande parte das riquezas extraídas/produzidas na periferia para as suas sedes nos centros capitalistas. O crescimento econômico perpassa pela necessidade energética que no Brasil necessariamente passa pelas hidrelétricas e assim mais rios barrados e maior número de populações atingidas. Ou seja, os recursos naturais e as populações pagam pela “crise” capitalista dos centros econômicos mundiais.

O antigo norte goiano sempre fora abandonado e esquecido pelo Estado e seus dirigentes, segundo Leandro (2008) e Flores (2009). Argumenta-se que este abandono e esquecimento além de não ser interessante econômica e politicamente até pouco tempo pretérito, era proposital. A região entregue a própria sorte, à custa de homens e mulheres esperou que este espaço fosse desvirginado para que o Estado, motivado por interesses econômicos, se servisse de suas riquezas. Esta é a situação de um Estado que, ao invés de prover, é provido.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, baseado na energia e no transporte e no projeto de crescer cinquenta anos em cinco, ações efetivas afetaram a região no início da década de 1960. As construções de estradas na Amazônia deram início a uma ocupação mais intensa, bem como a necessidade da produção de energia a fim de em poucos anos o país crescer economicamente.

Ao contrário da política das décadas anteriores, pautada em Desenvolvimento e Segurança, a política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade vida das populações locais. Certamente, há também interesses de controle da informação sobre o saber local e o próprio território pelos parceiros nacionais e internacionais. (BECKER, 2009, p. 104).

Apesar de uma nova política pautada no desenvolvimento sustentável percebe-se uma prática contrária onde as agressões aos camponeses e aos povos tradicionais e a invasão aos seus territórios continuam como se comprova no estudo em questão. Ainda se pode comentar sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu em Altamira/PA, licitada, recebendo as devidas licenças pelo IBAMA e por sua vez atingirá camponeses, comunidades tradicionais e terras indígenas. Estes últimos não foram consultados, contrariando a legislação brasileira (ZAGALLO, 2010).

No final do século XX e início do XXI as políticas públicas, após uma década de omissão, são retomadas na Amazônia, através do Ministério do Planejamento e do Orçamento

(MPO), em 1996, com o Programa Brasil em Ação (PBA). Com a preocupação ambiental e preservação do patrimônio cultural local a ideologia do Desenvolvimento Sustentável se apresentou constante nos discursos dos diversos setores da sociedade (BECKER, 2009).

Os interesses políticos e econômicos são os mesmos, o que mudou foi a forma dissimulada do Estado, sob os interesses do capital, atuar no ambiente e em suas populações. É verdade que o processo se tornou mais lento, pois existem inúmeros interesses escondidos, dentre eles, o saber local, a descoberta de essências da floresta que perpassam pelo interesse internacional e o apoio de Organizações não Governamentais (ONG's). Em tudo isso há o valor econômico camuflado.

Há de se notar que apesar do discurso preservacionista, este muitas vezes aparece de forma disfarçada e perceptível o interesse das políticas públicas para a região e que são paralelas. “Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infraestrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental” (BECKER, 2009, p. 127).

O objetivo na atual circunstância é propiciar maior fluidez à região Amazônica. A estratégia territorial do Programa Avança Brasil (PAB) é pautada na logística de interligação das redes de comunicação, transportes e energia, permitindo o escoamento da produção agrícola, pecuária, industrial e minero-metalúrgica da Amazônia Oriental pelo porto de Itaquí (São Luiz/MA) no seu respectivo corredor de exportação da Amazônia denominado de Centro Oeste (BECKER, 2009).

As hidrelétricas como no caso em estudo estão interligadas por um complexo sistema que faz parte do programa do governo denominada de Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2). De acordo com Brasil (Relatório 1) este plano consiste em estimular o crescimento econômico, aumentar a oferta de empregos e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Os investimentos giram na faixa de trilhões de reais, sendo implementados a partir do ano de 2007, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Exportam-se as riquezas *inatura* ou semi-industrializadas da região, promovendo o crescimento econômico nacional, cujo objetivo final é se tornar a 5º maior economia mundial nos próximos anos.

Para a transformação de produtos agropecuários e minerais há a necessidade de energia elétrica. O incentivo industrial aumenta a população no local, crescendo as cidades que tendem a ter maior demanda de energia. Além disso, o crescimento econômico previsto para 2022, invariavelmente fará aumentar a construção de hidrelétricas para dar vazão às necessidades capitalistas centrais de continuar crescendo à custa do crescimento econômico de países periféricos, uma vez que as economias capitalistas centrais estão em “crise” e para continuar com seus níveis de consumo precisam que multinacionais e transnacionais enviem parte de seus lucros

gerados nas periferias emergentes para as matrizes localizadas no centro do poder econômico mundial, quais sejam: Estados Unidos, Europa e Japão.

Os produtos semi-industrializados nas periferias necessitam chegar aos centros consumidores de forma barata. E como se consegue isto? À custa da exploração da população e da energia barata e subsidiada disponibilizada por países em crescimento econômico como no caso o Brasil, ocasionando impactos e efeitos ao ambiente e à população, a exemplo dos camponeses tradicionais de Palmatuba.

Os estados amazônicos perseguem estratégias diversas a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. Estas estratégias variam conforme os contextos históricos, culturais, políticos, localização geográfica e processo de ocupação recente. A agropecuária é a estratégia de consolidar o povoamento e o desenvolvimento sustentável (BECKER, 2009).

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) inserido no Plano Plurianual (PPA) de 2004/2007, ao contrário de planos pretéritos, tenta manter um compromisso social e ambiental. Nesta visão a política regional se pauta na ideia de que o mercado não pode ser o único determinante no ordenamento territorial, havendo a necessidade da combinação de prioridades sociais, emprego, renda e infraestrutura. O objetivo é uma Amazônia moderna e ambientalmente protegida e para tanto estradas e energia são imprescindíveis, a fim de integrar a região e suas populações ao contexto global (BECKER, 2009).

O discurso do estado do Tocantins era trazer para o seu território a produção de energia, convencendo a sociedade sob uma roupagem de desenvolvimento sustentável, gerando empregos para a população local e estadual (ZITZKE, 2007). Desta forma, viabilizou-se a possibilidade de modernização do estado em contexto sustentável, conquistando e manipulando a opinião pública da mesma forma se tentou fazer com a UHE Estreito, utilizando do poder de convencimento e aproveitando-se de casos particulares onde alguns atingidos conseguiram melhorar de vida (Figura 2), o que não reflete a realidade da maioria.

Figura 2 – Folder de comunicação do CESTE sobre benefícios da carta de crédito



Fonte: Castro, 2009

Org. Sieben, 02/2012

A figura 2 mostra uma família nuclear teoricamente feliz com a aquisição de casa pela carta de crédito. Este material fora divulgado com o objetivo de impressionar os demais atingidos pela UHE Estreito a aceitar esta forma de indenização. Apesar de a carta de crédito dar mais trabalho ao empreendedor ela foi estimulada pelo CESTE, por cobranças de organismos. A população indenizada em dinheiro geralmente não percebe que este é gasto ficando sem nada. A carta de crédito é uma garantia ao atingido de este aplicar a indenização em algo útil.

Outras formas foram utilizadas a fim de convencer a população sobre os benefícios do empreendimento. No livro sobre as quebradeiras de coco babaçu de Palmatuba, elaborado pelo CESTE (2007), o presidente do Consórcio manifesta que as empresas do empreendimento estimulam o desenvolvimento sustentado da região, e ainda engrandecem e resguardam sua cultura, conciliando o crescimento econômico, o bem estar social e a preservação do meio ambiente.

Apesar das dificuldades encontradas pela população da região um grupo de bravas mulheres desenvolveu um trabalho de utilização do coco Babaçu, abundante na região, não só na fabricação de óleo, como também em peças de artesanato que comprovou com sua beleza rústica às riquezas deste país diverso e belo. (CESTE, 2007, p. 5).

Este foi o discurso do presidente do Consórcio e observa-se a ideologia do texto como apontam Caregnato; Mutti (2006). Somente no ano de 2007 foi reconhecida a atividade de quebradeiras de coco de Palmatuba. O discurso parece um tanto contraditório, pois uma das riquezas deste país foi afogada pela UHE Estreito. Com as águas do lago artificial da usina os camponeses tradicionais de Palmatuba também ficaram sem seu território, impossibilitados de manifestar o seu modo de vida.

2.3 – A política energética no Brasil: observações e considerações

Foi a partir das décadas de 1960/70 que o estado brasileiro incentivou as políticas públicas de produção de energia elétrica. O Brasil ditatorial da época precisava fornecer infraestrutura para que multinacionais se instalassem no parque industrial do país, especificamente concentrado no estado de São Paulo.

Os grandes projetos hidrelétricos no Brasil remontam do início da década de 1960 no governo de “esquerda” de João Goulart que em comum acordo com o governo de Alfredo Stroessner do Paraguai deram início ao projeto da construção da Itaipu Binacional. Tal acordo dependia do aval do governo dos Estados Unidos que mantinha base militar em Assunção. A imprensa nacional afirmou que tal ideia era utópica e demagoga. Apesar da queda do governo

Goulart os militares continuaram as suas propostas e a maior usina hidrelétrica mundial foi concretizada em 1982 (GERMANI, 2003).

Nas décadas de 1980/1990 a oferta de energia foi lenta. O poder aquisitivo do plano real fez aumentar o consumo energético nas residências na década de 1990. O consumo industrial de energia passou de 53,6% em 1980, para 43,2% em 2000, de participação sobre o total. O Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS) das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS) desenvolveu o plano decenal de expansão da oferta de energia elétrica para os anos 2000-2009. Este plano apresentou um déficit energético de 5% para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Houve um atraso no plano de expansão a fim de atender ao mercado consumidor (CNEC, 2001).

O setor energético foi primordial neste processo, pois havia a necessidade de energia para atender às demandas nas residências e, sobretudo, às indústrias que precisavam transformar matéria-prima em produtos acabados ou semi-acabados. Para tanto, a matriz energética adotada, considerando a disponibilidade hídrica de rios de planalto foi o represamento destes grandes canais existentes no país.

A intensificação da produção de energia elétrica no país se deu entre os anos 1975 e 1985, aumentando a capacidade de geração de 18.500Mw para 54.000Mw. A crise da década de 1980, as críticas às barragens e atuação de organismos internacionais financiadores no sentido de estabelecer orientações dificultaram a construção de barragens. Mesmo assim o governo brasileiro pretende construir 432 novas barragens até o ano 2015 (ZITZKE, 2007). Com o aumento do fornecimento energético o Brasil pode chegar a aproximadamente a 200 mil Mw no ano de 2020.

O setor elétrico teve domínio sobre os recursos hídricos pelo amparo legal do decreto nº 24.643/34 no Código das Águas. A justificativa foi que havia uma legislação obsoleta em desacordo com as necessidades da coletividade, precisava-se fazer uso racional das águas e permitir ao poder público o controle e incentivo industrial da água, promovendo o crescimento econômico baseado na hidroeletricidade (BRASIL, Decreto nº 24.643/34).

Nos anos de 1980 foi criado o Conselho Nacional de Meio-Ambiente (CONAMA) e definiu-se a Política Nacional de Meio Ambiente. Exigia-se os EIA-Rimas, a fim de minimizar os efeitos negativos do empreendimento. Estes dois documentos serviram como instrumento à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), segundo Brasil (Lei nº 6938/81).

Nos anos de 1990, houve a abertura econômica brasileira dos governos neoliberais para a privatização, reorientando o setor da energia para a iniciativa privada. Criou-se uma série de órgãos e situações a fim de pressionar o empreendedor a cumprir suas responsabilidades ambientais e sociais, sobretudo neste último. O objetivo era minimizar os impactos negativos sobre os atingidos

com o auxílio de ONG's, instituições científicas, procuradorias e outros, dando transparência aos projetos hidrelétricos (ZITZKE, 2007).

A Lei das Concessões dispõe sobre o regime e permissão da prestação de serviços públicos. Esta lei viabiliza maior participação de capitais privados, diminuindo a atuação do poder público e induzindo a competição na construção de novos projetos pela regulamentação do regime de licitação das concessões. As concessões eram, antes desta lei, outorgadas apenas às concessionárias estaduais ou federais (BRASIL, Lei nº 8.987/95).

Em função da crise de energia, o CONAMA instituiu um grupo de trabalho para reavaliar a Resolução nº 06/87, visando a simplificar e a agilizar os procedimentos de licenciamento de empreendimentos do Setor de Energia Elétrica. Ressalta-se que a resolução citada estabelece os critérios para o licenciamento do empreendimento do setor de energia elétrica, bem como as etapas do empreendimento nas quais as licenças devem ser solicitadas. Esta resolução coloca que caso o empreendimento necessitasse de ser licenciado por dois estados, estes deveriam entrar em entendimento prévio a fim de uniformizar as exigências (BRASIL, Resolução nº 06/87).

Pelo fato de a UHEE estar situada em dois territórios estaduais, as licenças passaram por aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), restringido a atuação dos institutos estaduais. O Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e o Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS), respectivamente situados nos estados do Maranhão e do Tocantins tiveram pouca ou nenhuma atuação neste processo. Apesar de o estado nortista possuir maior número de municípios atingidos a casa de máquinas se situa no estado nordestino. Provavelmente, o poder político do estado mais antigo tenha influenciado nesta opção.

A Agência Nacional das Águas (ANA) é a entidade ou órgão federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A ANA é quem autoriza o uso dos recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União, através do regime de licitação. As licitações são abertas a empresas ou instituições fornecendo uma concessão para a construção e operação de usinas hidrelétricas (BRASIL, Lei nº 9.984/2000).

A concessão deve ser licitada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta viabiliza junto a ANA, a obtenção prévia de declaração de reserva de disponibilidade hídrica. A Administração Pública, quando necessário, pode impor a elaboração de EIA-RIMA (CNEC, 2001). Conforme o relatório de CNEC (2001, 20): "O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, através do qual a Administração pública controla e fiscaliza as ações dos administrados..."

Até a década de 1990 a produção de energia elétrica no país era função do Estado, mas o cenário político-econômico mundial de então promoveu uma reorientação do setor para a privatização, onde as obras de novas UHEs

começaram a ser implementadas por consórcios, permitindo o deslocamento da tecnologia para a produção de energia elétrica a partir dos recursos hídricos para diferentes lugares do mundo através de mecanismos que lograssem a reprodução da sua tecnologia. (ZITZKE, 2007, p. 22).

No início do milênio, ocorreram as crises de abastecimento elétrico, gerando a falta de energia em várias cidades do país. A fim de evitar a interrupção imprevista do suprimento de energia elétrica foi criada a medida provisória do Apagão, criando desta forma a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE). A medida visava ao enfrentamento da crise energética no país, (BRASIL, Medida Provisória nº 2.198-5/2001). Há de se destacar que medidas anteriores foram tomadas a fim de garantir as demandas energéticas, principalmente com a participação de capital privado.

... duas mudanças são marcantes: a substituição do sistema estruturado por empresas de capital estatal por um sistema formado por capitais privados e a reforma do setor elétrico, que visa assegurar à sociedade energia a preços competitivos, com qualidade e quantidade. Vale ressaltar que estas mudanças iniciam quase que ao mesmo tempo em que a Lei dos Recursos Hídricos é aprovada, em 1996, e que o sistema elétrico brasileiro é constituído fundamentalmente por hidrelétricas. Neste contexto, foi aprovado o plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 – Plano 2015 que previu a participação de investidores privados nos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. (ZITZKE, 2007, p. 68).

A área de energia no Brasil sempre esteve excluída em governos anteriores. A matriz energética brasileira está privilegiando a introdução de gás natural, mais caro e raro com o uso de tecnologia e equipamentos importados. A demanda de energia no Brasil é crescente, haja vista a inserção de mais brasileiros em condições socioeconômica melhores. O consumo *per capita* de energia no Brasil era um dos menores do mundo e o Programa Luz para Todos tem como critério de priorização fornecer energia elétrica para comunidades mais carentes como atingidos por barragens, quilombolas, aldeia indígenas entre outros (ROUSSEFF, 2007).

No contra ponto da discussão sobre hidrelétricas, Sigaud (1992) comenta a experiência da UHE de Sobradinho, como exemplo de efeito altamente negativo sobre as populações atingidas. “Em Sobradinho, a retomada do processo produtivo exigiu dos camponeses uma mudança significativa de suas práticas habituais e os constrangeu a uma modernização compulsória, a qual se realizou em condições bastante desfavoráveis” (SIGAUD, 1992, p. 7).

...se crescermos a taxas de 4,5%, se houver distribuição de renda adequada – aquela que queremos quando parcelas importantes da população são incorporadas a níveis cada vez maiores de renda – iremos precisar de uma quantidade de energia bastante significativa. Esta quantidade de energia, bastante significativa, não pode ser produzida a qualquer preço. Não temos como fornecer energia a preços proibitivos para os níveis de renda nacional. Outra forma de exclusão é através de preços mais elevados. (ROUSSEFF, 2007, p. 78).

Cappio (2007) argumentou que não se pode destruir matas, acabar com a piracema, afogar terras férteis e remover pessoas somente porque está agindo em nome do progresso. “Nosso povo já sofreu muito com a construção de barragens. Precisamos buscar outras fontes de energia, menos prejudiciais ao ser humano e a todas as formas de vida. Dizer que não temos outras saídas é renunciar ao uso da inteligência e da criatividade” (CAPPIO, 2007, p. 91). Alternativas elétricas existem.

O Brasil detinha o mais limpo sistema hidrelétrico do mundo. Cometendo barbaridades, expulsando o povo das suas terras com essas barragens estúpidas, desnecessárias, o governo FHC – esse traidor! – entregou a grupos externos essa riqueza. Bandido! Bandido! Não tem direito de jogar com a vida de um povo; usar o poder para satisfazer sua ambição desmedida, sua falta de caráter e sua falta de compostura. Entretanto, o atual governo não está revertendo estas coisas. (VIDAL, 2007, p. 100).

No Fórum Nacional Terra e Água o físico, engenheiro e professor da Universidade de Brasília (UnB), Bautista Vidal foi enfático ao se apresentar contra o atual modelo de política energética no Brasil, questionando atitudes do governo em beneficiar empresas de capital internacional.

Eu queria a ministra (de Minas e Energia, Dilma Rousseff) estivesse aqui. Por quê? Por quê? Porque entregou 80% da distribuição de energia elétrica a empresas estadunidenses falidas, que usam o dinheiro do trabalhador para comprar e não pagam! Caloteiros! Ladrões! Por que o Governo Lula não bota esta gente na cadeia? Por quê? (VIDAL, 2007, p. 101).

Saiu-se do sistema ditatorial e o país passou por crise econômica nas décadas de 1980/90. A negligência no período ditatorial de contrair empréstimos do exterior com juros altos foi um dos fatores que ocasionou os problemas econômicos nas décadas posteriores. No início de 2000 houve o apagão energético onde algumas cidades ficaram sem luz, em intervalos de dias e de horas. Isto fez com que se repensasse a política energética e algumas alternativas foram pensadas como, por exemplo, os biocombustíveis.

Inúmeras são as fontes de energia. Cada uma tem seus aspectos negativos e positivos. Os fatores que decidem a preferência por uma em detrimento da outra são as decisões políticas e econômicas. Zitzke (2007) comentou que as constantes alterações e anúncios de normas e medidas provisórias no setor elétrico inibem os investidores que pretendem investir em fontes alternativas.

“... la energía solar se perfila como una solución real, esencialmente para la vida doméstica y para los transportes locales. En 2008, un automóvil propulsado por energía solar dio la vuelta al mundo” (HOUTART, 2009, p. 225). A energia solar, por exemplo, poderia ser amplamente utilizada, ainda que questões de custos e concorrências de outras fontes impõem um limite ao seu uso.

As florestas são outra fonte que transforma a energia solar em calorífica e, portanto, poderiam existir projetos de florestamento em áreas degradadas. No oeste do estado do Paraná tem a produção de bioeletricidade, a partir do gás metano de origem suína. Ainda existem alternativas com os mares e a geotermia.

As restrições levantadas aos empreendimentos hidrelétricos são de um modo geral de ordem sócio-ambiental. Atualmente, contudo, o setor elétrico tem reorientado suas ações no sentido de consolidar e sistematizar o conhecimento nessa área, avaliar e caracterizar os custos e benefícios sócio ambientais, intensificar e ampliar as ações mitigadoras e, por fim, ampliar a participação da sociedade no processo de decisão de programas e projetos. Essas ações visam atenuar os aspectos negativos e ampliar os aspectos positivos dos empreendimentos, cabendo à sociedade como um todo a responsabilidade de estabelecer a medida de exploração desse potencial, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado. (CNEC, 2001, p. 6).

“Podemos concluir que la hidrología basada en la construcción de grandes presas ha alcanzado su cima y que ya no constituirá una solución en el futuro, que pudiera seriamente sobrepasar la proporción actual” (HOUTART, 2009, p. 222). As pequenas centrais hidrelétricas parecem ter certo futuro a fim de atender demandas locais, causando danos ambientais limitados (HOUTART, 2009).

O mundo do capital funciona a base de energia, pois sem este não há trabalho, e esta é a fonte de toda e qualquer riqueza. A inconstância do vento não permite regularidade que o capital requer e por isto não se desenvolve este tipo de energia. Da mesma forma, a força hidráulica está a mercê do regime dos rios. E só com o fio de cobre que ficou possível transmitir a energia produzida pelas quedas da água para longas distâncias, auxiliados por retransmissores (PORTO-GONÇALVES, 1993). Assim o autor (1993, p. 122) argumentou: “Fica evidente, portanto, que o capital não pode ficar na dependência dos tempos da natureza, mas requer, ao contrário, a subordinação a si dessas temporalidades.”

As Fontes Alternativas de Energia, como a eólica, a solar, maremotriz, geotérmica e biomassa vegetal (bagaço de cana, palha de arroz, gaseificação da madeira, lixo doméstico, entre outras fontes) a curto e médio prazo, apresentam-se como uma alternativa suplementar e estratégica, que pode se tornar uma oportunidade de negócio que atraia os interesses da iniciativa privada. (CNEC, 2001, p. 7).

A Resolução 233/99 da ANEEL estabeleceu os valores normativos de algumas fontes alternativas de energia, para fins de viabilidade de implantação. Na tabela 1 as hidrelétricas e termelétricas a gás natural e termelétrica a carvão nacional apresentam os valores mais baixos com 57,2 e 61,8R\$/MWh, respectivamente. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e termelétrica de biomassa apresentam valores intermediários, respectivamente, com 71,3 e 80,8R\$/MWh. A

usina eólica e usina solar fotovoltaica apresentam respectivamente os valores mais elevados com 100,9 e 237,5R\$/MWh.

Observando a tabela 1 com certeza as fontes alternativas de energia não são plausíveis, mas há de se considerar o próprio avanço na tecnologia de algumas fontes alternativas e a questão de mercado que acabam interferindo nos valores normativos estabelecidos, podendo diminuir os custos das fontes mais caras. Provavelmente, estes custos desconsiderem os transtornos causados aos atingidos, sobretudo hidrelétricas e conforme CNEC (2001, p. 9): “O meio sócio-econômico é o que abarca os impactos mais representativos das alternativas de barramento...”

Tabela 1 – Alternativas elétricas brasileiras existem: valores normativos de energia elétrica

Fonte	Valor normativo R\$/MWh
Hidrelétrica e termelétrica a gás natural	57,2
Termelétrica a carvão nacional	61,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCH	71,3
Termelétrica Biomassa	80,8
Usina Eólica	100,9
Usina Solar Fotovoltaica	237,5

Fonte: Brasil, Res. 233/99

Org. Sieben, 08/2011

A bioeletricidade do setor sucroenergético pretende fornecer 15% de energia utilizada no Brasil até o ano de 2020. Isto corresponde à geração de três usinas hidrelétricas de Belo Monte que a partir de 2019 pretende gerar em torno de 4 mil Mw. A matriz bioenergética promete fornecer 13.158Mw no ano de 2020. No ano de 2010, a bioenergia correspondeu a 5,4% com 6.657Mw, sendo comercializada em torno de R\$ 102/MWh nas licitações em pregão (RIBEIRO, 2011).

Os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo concentram o maior número de usinas de comercialização de bioenergia do país, contudo há demais unidades em outros estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Na região Norte, por exemplo, a usina de Pedro Afonso, localizada a 300km de Palmas, no estado do Tocantins, receberá investimento de R\$ 32 milhões para gerar energia a partir do ano de 2013 (RIBEIRO, 2011).

Os problemas ambientais e sociais ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o retorno de um possível apagão ocasionado pelo crescimento econômico no país servem de justificativas do setor sucroenergético para entrar neste mercado. Apesar do discurso de energia limpa e em nível sustentável há de se observar aprofundadamente esta fonte energética como, por exemplo, o problema da concentração fundiária. O discurso de energia limpa também é questionável, e uma das poucas energias limpas é a solar, mesmo assim, o descarte do material das placas fotovoltaicas bem com o seu preço ainda se tornam empecilhos.

No Brasil se paga uma das tarifas mais caras do mundo. O custo de energia no país deveria ser de R\$ 25/MWh e o preço médio atual gira em torno de R\$ 92/MWh. Isto se deve

pelos altos tributos em nível federal e estadual que recaem sobre a energia no país. Impostos como o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) variam entre 25% e 35%, conforme o estado. No estado do Tocantins, que possui uma das mais altas tarifas do país, estes tributos são aproximadamente de 30%. Juntos, os tributos e os encargos respondem entre 45% e 50% de tarifas de energia, colocando a energia do país entre as dez mais caras do mundo (RIBEIRO, 2011).

No Japão, por exemplo, que produz energia mais cara, mas com menos impostos, o consumidor paga menos, pois impostos e encargos giram em torno de 8%. A alta tarifa elétrica também inibe investidores e empresas que procuram países com menores tarifas a fim de expandir plantas industriais. Um exemplo é a empresa Rio Tinto Alcan, produtora de alumínio que se instalou no Paraguai por causa da energia mais barata (GRANDIN; POLITO, 2011).

De certa forma foi bom que a empresa procurasse outros locais para exercer seu domínio e sua exploração sobre os recursos e ainda fossem beneficiados com fornecimento de energia subsidiada. Contudo, evidencia-se que a energia elétrica produzida no Brasil é cara, não somente às empresas mas, sobretudo, onerosa à população.

Ressalta-se que a matriz energética paraguaia é a mesma do Brasil, com a Usina Hidrelétrica de Itaipu responsável pelo fornecimento de energia para aquele país. Apesar dos custos na geração de energia baixarem e o aumento da produção, principalmente, de hidrelétricas, isto não significa tarifas mais baratas ao consumidor. Acrescenta-se que o lucro das empresas fornecedoras de energia ao longo do complexo energético também é considerável, aumentando os custos ao consumidor final.

A energia eólica pretende alcançar o patamar de produção de 7Gw no ano de 2014, correspondendo a 5,4% da matriz elétrica. Tal incremento se deve ao fato de as usinas eólicas leiloarem energia a média de R\$ 99,56/MWh, com preços mais baixos que a geração hidrelétrica, perdendo somente para as usinas de Belo Monte e Teles Pires. A UHE de Belo Monte tem destaque pelos danos ambientais e sociais. A energia eólica pode concorrer com as hidrelétricas frente à dificuldade de obtenção de licenças ambientais das últimas. Até o ano de 2020 esta fonte alternativa poderá gerar 11.532Mw (GRANDIN; POLITO, 2011). Países como a Alemanha e a França têm condições de atender as suas demandas elétricas com usinas eólicas (HOUTART, 2009).

O mapa 3 mostra o fluxo de energia elétrica no Brasil. Observa-se que as linhas de transmissão se concentram nas regiões Sudeste e Sul. Nos estados de Goiás e do Tocantins passam as redes de tensão que interligam as regiões meridionais às regiões Norte e Nordeste do território brasileiro.

Mapa 3 - Fluxo de energia elétrica no Brasil



Fonte: IBGE/2006

Org. Konrad e Sieben, 11/2011

Evidencia-se no mapa 3, a localização estratégica do estado nortista, interligando com a UHE de Tucuruí, gerando energia para a cidade de Belém e regiões adjacentes, bem como a linha de transmissão prevista interligando eixo no sentido oeste-leste saindo da cidade de Colinas do Tocantins até a cidade de São João do Piauí. Esta linha transmitirá energia para os demais estados nordestinos, alguns com déficit energético.

Conforme se percebe no mapa 3, grande parte do país não é assistido de energia hidroelétrica. Destaca-se a cidade de Manaus que recebe energia da UHE de Balbina, isolada das demais linhas de transmissão do país, constituindo-se em subsistema isolado da região Norte. A cidade de Manaus é um exemplo de que hidrelétricas atendem necessariamente às indústrias, pois na capital amazonense há o maior pólo industrial da região Norte do país.

Observando os mapas do mapa 3, situados no canto inferior esquerdo, nota-se que o estado do Tocantins não está incluído em fontes alternativas de produção de energia, evidenciando assim na monocultura das águas descritas por Pinto (2002). Observa-se que a agricultura e extrativismo associado à produção de bioenergia formam um arco em volta do estado do Tocantins.

Os mapas mostram a produção de bioenergia como o carvão vegetal extrativista e de floresta plantadas, produção de soja (*Glycine max*), lenha extrativismo e floresta plantadas, além da produção de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), mamona (*Ricinus communis*), dendê (*Elaeis guineensis*) e girassol (*Helianthus annuus*). Estas fontes de energia aparecem em todos os estados vizinhos ao Tocantins até o ano de 2004 (Mapa 3). Acrescenta-se que nos últimos anos, no estado nortista iniciaram-se algumas plantações destinadas à bioenergia, mas muitas delas voltadas ao mercado de biocombustíveis. Estas igualmente poderiam ser destinadas para a produção de bioeletricidade.

O coco babaçu poderia ser alternativa energética, pois já tem tecnologia e, de forma incipiente, incentivos para a sua produção em biocombustíveis. A sua utilização em eletricidade possibilitaria manter camponeses e povos tradicionais na área rural, exercendo suas atividades. O estado do Tocantins tem ampla disponibilidade deste recurso em seu território, bem como camponeses e povos tradicionais trabalhando com a palmeira. Outra alternativa no território tocantinense é o grande rebanho bovino e a bioeletricidade de origem animal poderia ser opção futura.

A energia da UHE Estreito foi vendida por R\$126/MWh, muito além da situação exposta pela ANEEL (1999) discutida na tabela 1 e muito mais cara que a energia eólica e a bioenergia. Desta forma, considerando os custos significativos, os impactos e efeitos ambientais, os problemas socioeconômicos, a desterritorialização camponesa, de povos tradicionais e de populações urbanas e a inundação de terras férteis tornam as matrizes hidrelétricas inviáveis e a necessidade por parte do governo brasileiro de rever a parte da Resolução 233/99 que estabelece os valores normativos de fornecimento de energia.

Assim sendo, contrariando a tabela 1, demonstra-se que as fontes alternativas em termos econômicos e sociais são menos onerosas. Há a necessidade de investir em projetos e estudos

sobre as diversas fontes alternativas de energia no Brasil. É necessário rever a política energética que na atual conjuntura beneficia setores ligados à construção de hidrelétricas.

2.4 - A Amazônia e a “monocultura” das águas

Inúmeras são as críticas sobre empreendimentos hidroelétricos, no entanto, o investimento nesse setor aumenta constantemente. Segundo a Comissão Mundial de Barragens (2000) no mundo já foram construídas mais de 800 mil barragens, sendo 45 mil de grande porte. Tais empreendimentos deslocam cerca de 4 milhões de pessoas por ano. O Brasil é um dos vinte países onde esta matriz representa a principal fonte de energia, deslocando mais de 1 milhão de pessoas nas suas 2 mil barragens construídas (NOGUEIRA, 2007).

Experiências anteriores mostraram que a implantação de uma usina hidrelétrica sempre ocasionou grandes transformações para o ambiente e as populações atingidas. As empresas, grupos ou consórcios podem se preocupar com os efeitos e impactos negativos que tais empreendimentos acarretarão.

Conforme Becker (1982, p. 225): “Deslocam-se pequenos proprietários de áreas a serem invadidas por águas de represa, como em Tucuruí, pagando indenização ou oferecendo-lhes em troca terras menos acessíveis e menos valiosas...” Tucuruí foi a primeira grande hidrelétrica da região Norte e que causou inúmeros problemas sociais à população carente atingida. Tal represa teve grandes investimentos estatais na década de 1970.

A política energética está se expandindo com mais intensidade para os rios da região norte do país. Esta matriz energética já desterritorializou os sujeitos e represou os rios de planalto nas regiões Sul e Sudeste. Os rios da região Norte são o novo alvo constituindo uma verdadeira monocultura das águas como afirma Pinto (2002).

Essa nova realidade estaria coerente com o fato de a Amazônia dispor de 20% do sistema hidrográfico do planeta, um caudal de águas que poderia proporcionar a geração de 50 mil megawatts de energia, apenas 15% menos do que a produção total do Brasil no momento. No espaço de apenas três décadas, o ingresso da Amazônia no mercado energético nacional quase provocaria a duplicação da geração. (PINTO, 2002, p. 46).

A cobiçada região Amazônica tem uma grande função dentro dos grandiosos e mega projetos por deter 1/5 das reservas mundiais de água doce em rios. “Esse desempenho realmente impressionante talvez esteja ofuscando a percepção de um fato: a especialização dos rios amazônicos na monocultura energética” (PINTO, 2002, p. 47). A Amazônia tem como nova função: a monocultura das águas para a produção de energia elétrica. E como todas as outras monoculturas brasileiras, esta é mais uma que atende aos interesses capitalistas.

Mas já era pra ser diferente. A recente legislação sobre recursos hídricos exige uma visão de conjunto das bacias, multifacetada e com capacidade de antecipação dos fatos. Como de regra, porém, a boa lei parece letra morta. Quem toma as decisões sobre o aproveitamento das águas é quem constrói grandes barragens para uso energético. Não há, acima de sua cabeça, nenhuma agência de desenvolvimento para impor-lhes controle e regulamentos, impedindo a monocultura dos megawatts. (PINTO, 2002, p. 49).

“No Brasil, cerca de 20% da energia produzida é agregada a produtos destinados à exportação, em particular, o alumínio” (ZITZKE, 2007, p. 95). O complexo hidrelétrico do rio Tocantins atende principalmente às necessidades de energia das empresas japonesas de produção de Alumínio. A multinacional japonesa instalou-se no norte do país a partir da década de 1970 a fim de transformar a bauxita extraída no estado do Pará em alumínio, necessário as suas indústrias eletro intensivas localizadas no outro lado do planeta. A empresa japonesa é uma das principais usuárias da energia produzida pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PINTO, 2002).

O imenso potencial energético do Brasil está sendo usado para produzir alumínio, subsidiado escandalosamente, tirando o pão da boca do necessitado para enriquecer empresas internacionais de alumínio. 600 milhões de reais em subsídios; já foi muito mais, pois já foram bilhões de dólares no passado. Como é que se explica uma coisa dessas? Como é que se justifica? Para que ter governo se não se tem coragem de colocar essa gente na cadeia? (VIDAL, 2007, p. 101).

Corroborando com Pinto (2002) e Zitzke (2007), Vidal (2007) manifestou todo o seu descontentamento e indignação com relação ao potencial energético brasileiro ser utilizado a fim de enriquecer outras nações. Vidal (2007) deixa claro que quem paga por isto é a população necessitada brasileira.

Pinto (2002) manifestou que o objetivo da empresa japonesa era produzir matéria-prima para as suas indústrias a baixos custos energéticos. Esta medida vem sendo tomada desde as ameaças do aumento do petróleo na década de 1970. A indústria japonesa estava-se precavendo da crise do petróleo, buscando em terras tupiniquins a matéria-prima e a sua parcial industrialização a baixos custos energéticos para, assim ser embarcado pelo porto de Itaqui até o Japão onde recebe um tratamento refinado e agrega-se exuberantes valores ao material industrializado e comercializado.

O complexo do alumínio tem seu ciclo completo com o represamento do rio Tocantins. Primeiramente com a hidrelétrica de Tucuruí, após outras hidrelétricas instaladas ao longo de seu trecho e atualmente a UHE de Estreito. Foi a companhia japonesa, inclusive a responsável pela hidroeletricidade nas baixas latitudes geográficas do Brasil, pois antes disto o governo brasileiro não tinha interesse na geração de energia nesta região.

Mas o Japão não dispunha de fontes de energia. Nem adequadas e muito menos abundantes e baratas. Iria ter que fechar todas as suas fábricas de alumínio, como acabou fazendo, e abrir novas plantas industriais fora de seu território.

Algumas ficaram nos satélites asiáticos. Mas a maior seria montada a 20 mil quilômetros de distância, na Amazônia. Essa fábrica, sozinha, deveria responder por metade das necessidades da indústria japonesa, produzindo 600 mil toneladas por ano. Equivalia a cinco vezes a produção brasileira de alumínio de então. (PINTO, 2002, p. 121).

Os efeitos sociais e ambientais tinham como discurso e justificativa o benefício elétrico para a população local e regional. Dos 3500Mw produzidos por Tucuruí 1/3 são destinados para a indústria de alumínio. Da energia hidrelétrica produzida por Estreito grande parte irá para a indústria de alumínio instalada nos estados do Maranhão e do Pará. De Tucuruí, outro 1/3 é exportado e o restante fica para o próprio estado do Pará, para as demais necessidades energéticas. Para a região ficam os rejeitos, enquanto os proveitos direcionam-se para outras localidades.

2.5 – Leviatã no Tocantins: “monocultura” das águas no estado e reflexos sociais

O estado do Tocantins está prestes a seguir o mesmo rumo da monocultura da água, pois os impactos sociais e ambientais ficarão no estado e os beneficiários serão as multinacionais, um grupo relacionado à política e grandes empresas nacionais. O discurso do progresso prevalece, mas, quais melhorias e para quem? Com certeza não será para a população local atingida que carregará para o resto de suas vidas este ônus.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram feitos estudos a fim de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Tocantins. No seu leito existiam duas usinas hidrelétricas: Serra da Mesa (GO) e Tucuruí (PA). A localização estratégica do estado, no centro do país facilitou a transmissão das linhas de energia.

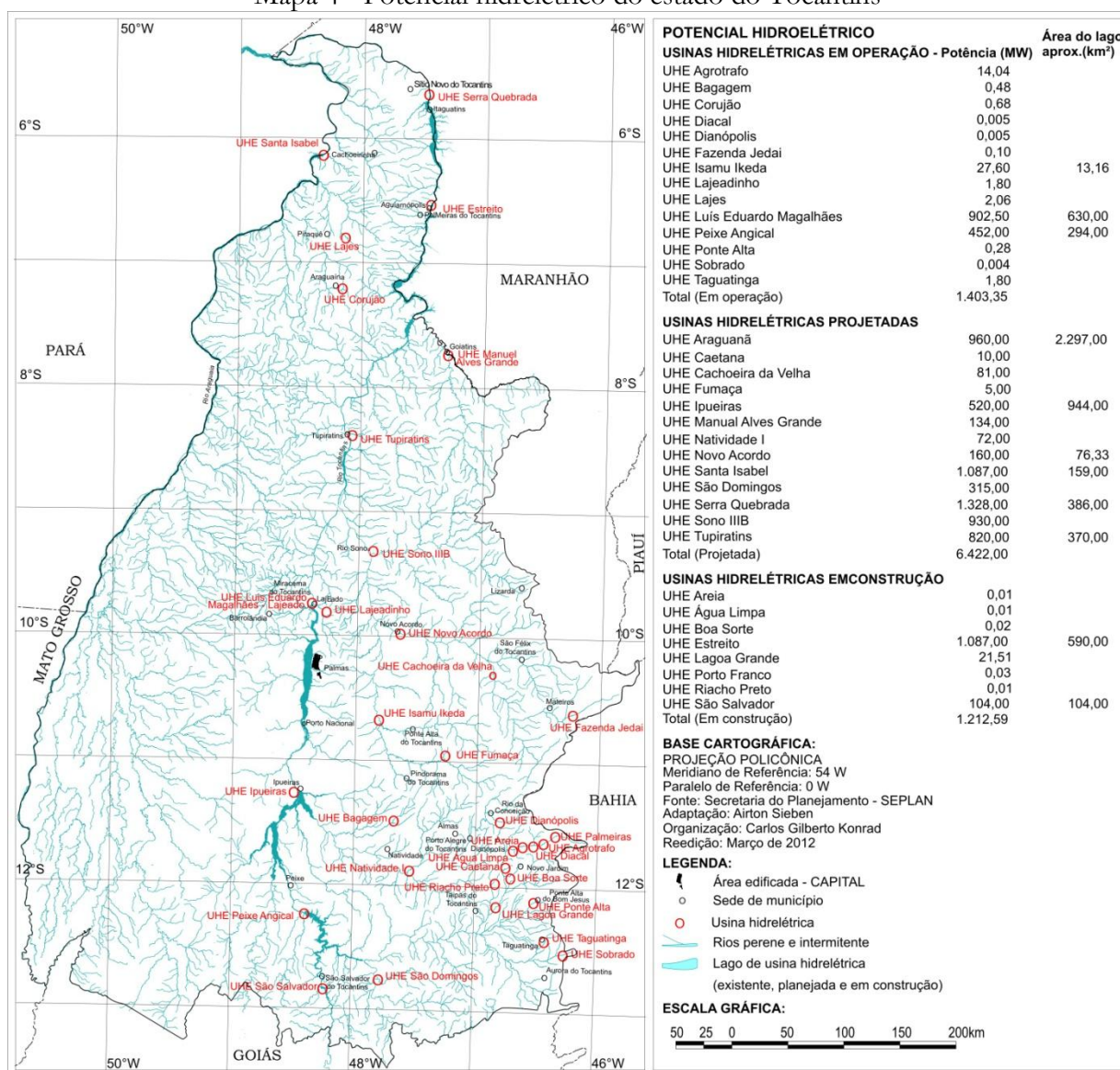
O aumento da produção hidrelétrica pauta-se na necessidade de atender aos atuais eixos econômicos e formar novos grandes complexos econômicos. O estado do Tocantins ganha destaque pela sua emancipação política, objetivando ser um exemplo de modernidade e crescimento no Brasil, pautado no discurso do desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva de modernidade as famílias camponesas tradicionais de beira de rio, onde os ciclos da natureza ditam tempo e espaço, não têm lugar.

O estado, que tem como lema a *livre iniciativa e a justiça social* transforma-se, através dos PGEs como a UHE do Lajeado, na materialização dos investimentos privados, onde a livre iniciativa de hoje propõe a justiça social de amanhã. Estes investimentos, camuflados de promotores de desenvolvimento sustentável são tão espoliativas, ou mais, porquanto não consideram as regionalidades e as especificidades dos lugares e, por não ter mais para onde se expandir, aliam-se aos interesses do governo do estado para apropriar-se dos seus recursos naturais. (ZITZKE, 2004, p.30).

A construção da UHE de Lajeado teve apoio irrestrito do governo do estado do Tocantins. A hidrelétrica não considerou a produção de auto-consumo das famílias (ZITZKE, 2007). No caso de Estreito ocorreu o apoio dos governos estaduais do Maranhão e do Tocantins, desconsiderando a produção das populações atingidas que abasteciam mercados locais com as suas mercadorias.

No mapa 4 nota-se o potencial hidrelétrico do estado do Tocantins. É perceptível a grande concentração de hidroelétricas na bacia hidrográfica do rio Tocantins. Isto se deve, sobretudo, às condições naturais de se constituir em rio mais encaixado e em alguns locais com a presença de corredeiras. Percebe-se que o rio Tocantins será formado em reservatórios sucessivos.

Mapa 4 - Potencial hidrelétrico do estado do Tocantins



Fonte: SEPLAN, 2008

Org. Konrad, C. G. e Sieben, 11/2011

As UHE's de Estreito e de Lajeado, as principais, já estão em funcionamento, localizadas respectivamente nos municípios de Aguiarnópolis na divisa com o estado Maranhão na porção

norte do estado e a segunda próxima a capital, Palmas na parte central do estado (Mapa 4). A UHE Lajeado foi concluída no início do novo milênio e a UHE Estreito foi terminada no final do ano de 2010.

No rio Tocantins, no estado homônimo, ainda estão previstas de montante a jusante as: UHE de São Salvador (em construção), UHE de Peixe (em fase de implantação) e UHE de Ipueiras (em fase de viabilização) ambas localizadas na porção sul, a UHE de Tupiratins (viabilidade) na parte central, e a UHE Serra Quebrada (em fase de projeto) na porção norte do estado fazendo divisa com o estado do Maranhão. Nas condições atuais as duas primeiras estão em operação. A sequência de montante a jusante seria: São Salvador, Peixe, Ipueiras, Lajeado, Tupiratins, Estreito e Serra Quebrada (Mapa 4).

O mapa 4 mostra que várias outras hidroelétricas menores estão planejadas ou já existem, principalmente em canais afluentes do rio Tocantins, localizados a sudoeste do estado. No rio Araguaia, o destaque é para a UHE de Santa Isabel localizada na divisa com o estado do Pará na porção norte. Ressalta ainda que o complexo de lagos no rio Tocantins servirá de várias maneiras, sobretudo como hidrovia e ainda como regulador de vazão a fim de utilizar a capacidade máxima na expansão da construção da 2ª fase da UHE de Tucuruí.

Até o ano de 2008, estavam em operação catorze UHE's no estado, contabilizando uma potência de 1.403Mw, atingindo uma área de aproximadamente 940Km². As usinas projetadas eram treze e gerariam 6.422Mw, atingindo área em torno de 4 mil Km². As usinas em construção contabilizaram oito e gerariam em torno de 1.212Mw, atingindo área estimada de 690Km² (Mapa 4). Acrescenta que a UHE Estreito encontrava-se nesta situação no ano de 2008, e recentemente mais usinas estão previstas para o rio Araguaia.

Com o governo popular e o crescimento econômico que demanda maior necessidade energética e o interesse de complexo de empreiteiras a solução proposta e aceita foi continuar a construção de barragens nos rios já barrados e, principalmente, nos canais fluviais da região Norte. Nesta região a indenização por terras e feitorias é mais barata, a população em menor quantidade e menos informada traria menos problemas de custos e de opinião pública.

Assim foram construídas as hidrelétricas do rio Tocantins, inclusive a Usina Hidrelétrica de Estreito, causando uma série de impactos e efeitos sociais e ambientais, porém sustentando a ideia de conciliação de interesses econômicos, ecológicos e sociais, pautados no desenvolvimento sustentável.

Percebendo a deterioração dos seus modos de vida foi necessário às categorias de camponeses e de povos tradicionais reivindicar o que lhes é devido. A fim de ganhar legitimidade política, muitas categorias minoritárias se organizaram em associações e movimentos para lutarem por seus direitos e ganharem visibilidade dentro do contexto nacional e internacional.

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. Apesar destas mobilizações e de suas repercussões na vida social, não tem diminuído, contudo, os entraves políticos e os impasses burocrático-administrativos que procrastinam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas.” (ALMEIDA, 2004, p. 11).

Existem os dispositivos das constituições estaduais e municipais que asseguram, por exemplo, o direito ao Babaçu Livre nos estados do Maranhão e do Tocantins. Estes direitos são assegurados pela organização política de algumas classes que lutam a fim de manterem seus territórios, sobretudo na região da luta pelo Babaçu Livre do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A região norte do estado do Tocantins, Bico do Papagaio, é conhecidamente área de grande atuação política dos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com a intensificação da implantação das hidrelétricas nos últimos anos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ademais é uma área de conflitos por terra, sendo assassinados muitos representantes destes movimentos como é o caso do Padre Josimo.

Alguns movimentos sociais organizados como o MST e o MAB surgiram com a união de pessoas que perceberam a deterioração da qualidade ambiental e social de atingidos por barragens. Alguns dos principais movimentos sociais atualmente no Brasil surgiram de manifestações inerentes às hidrelétricas. Em Germani (2003) muitos movimentos ganharam força diante da experiência da UHE de Itaipu, servindo de exemplo na construção de outras barragens para que os casos da UHE de Sobradinho não se repetissem conforme Sigaud (1992). Os movimentos sociais têm grande influência sobre as populações atingidas, se tornando na maioria das vezes única fonte confiável nas negociações.

Alguns dos encontros face a face entre os atores no interior das arenas são as Audiências Públicas, promovidas pelo Ministério Público Federal e aquelas promovidas pelo Ministério Público Estadual como, por exemplo, para oficializar os Termos de Ajuste de Conduta (TAC), onde se encontram os técnicos representantes do empreendedor, os representantes dos reassentados e o Movimento dos Atingidos por Barragens. (ZITZKE, 2007, p. 55).

Segundo Zitzke (2007), os atingidos por UHE Lajeado se deram conta da magnitude do empreendimento quando chegou na cidade de Porto Nacional, representante do MAB a fim de

organizar medidas de resistência, esclarecimento a fim de obterem indenizações mais justas. O representante do MAB possibilitou uma reafirmação de territorialidade aos atingidos marginalizados pelo capital.

No caso da UHE Estreito e no lugar de estudo, o MAB foi desacreditado por algumas pessoas segundo informações dos atingidos e assim não conseguiu penetração no povoado de Palmatuba e dar orientação no processo de indenização. O movimento era desconhecido por grande parte de camponeses, povos tradicionais e população urbana atingidas, gerando desconfiças promovidas por algumas pessoas, sobretudo, ligadas à política que até então eram tidas de confiança pela comunidade.

O MAB, primeiramente, foi visto com desconfiança pelos atingidos da UHE de Lajeado. Isto deve-se pelo desconhecimento local sobre este movimento. As primeiras atuações foram no sentido de elaborar reuniões e estratégias como levar alguns líderes locais para reassentamentos no sul do país, atingidos por barragens a fim de propiciar ideias e exemplos aplicados no caso tocaninense (ZIT'ZKE, 2007). “O MAB iniciou, então, o debate sobre a construção de uma organização regional sem se preocupar com as associações existentes na região, que tinham como principais objetivos as questões ligadas a políticos locais” (ZIT'ZKE, 2007, p. 176).

Em 2010 foram registrados diversos atos em favor da Reforma Agrária e outros protestos contra a violência, ou pedindo a desapropriação, ou regularização de terras, renegociação de dívidas, incentivo à pequena produção, em defesa da soberania alimentar, contra a privatização da água e a construção de barragens e em defesa do meio ambiente. Estes atos culminaram em ocupações de prédios públicos, acampamentos, caminhadas, passeatas e bloqueios de ferrovia, balsa e rodovias. Também foram registrados diversos atos pelo país contra a impunidade, a injustiça e a violência no campo. (CLEPS JÚNIOR, 2011, p. 139).

A UHE de Lajeado promoveu conflitos socioambientais onde os atingidos fizeram manifestações de ocupação e acampamento no escritório do empreendedor. Tais manifestações foram decorrentes do tratamento indiferente dado aos atingidos pelos técnicos do empreendimento e do governo, bem como serem reconhecidos em suas reivindicações. O MAB representou uma ameaça ao Consórcio INVESTCO, diante de sua influência nos atingidos e poder de mobilização e organização para as reivindicações (ZIT'ZKE, 2007).

Cleps Júnior (2011) manifestou que os conflitos pela água aumentaram no contexto da Amazônia. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ganhou destaque na discussão das águas e da construção de barragens, atingindo ribeirinhos. O estado do Tocantins também teve manifestações inerentes ao conflito da água na construção de hidrelétricas.

No caso de Estreito o MAB, o MST com o apoio da CPT tiveram ação efetiva por ocasião das manifestações em frente ao pátio de entrada da hidrelétrica. Vários outros momentos

foram importantes a fim de organizar os movimentos de reivindicação dos direitos podados dos atingidos e sensibilizar a comunidade como um todo.

Na fotografia 3 observa-se a manifestação dos atingidos em Estreito, próximo à entrada da construção da UHE. A marcha dos manifestantes foi interrompida pela ação da polícia militar do estado do Maranhão, em agosto de 2010. Na manifestação houve o trabalho da polícia Federal a fim de organizar o tráfego interrompido na BR 010 próximo à cidade de Estreito e o batalhão de choque a fim de evitar a entrada dos manifestantes no pátio de obras de construção da represa, localizada próximo da cidade.

Fotografia 3 – Manifestação na BR-010 em Estreito (MA): entrada da construção da UHEE



Autor: Sieben, 23/08/2010

Observa-se a presença dos manifestantes na fotografia 3. A polícia militar formada pelo batalhão de choque e cavalarianos à sua frente, impedindo a passagem dos manifestantes. O que se observou foi um embate entre duas classes desfavorecidas. De um lado pescadores, camponeses, povos tradicionais, quebradeiras de coco, índios e, do outro lado, soldados. Muito provavelmente e considerando Germani (2003) os soldados sejam filhos ou parentes próximos dos manifestantes, da mesma forma como ocorreu nos conflitos de Itaipu.

No dia da manifestação (Fotografia 3) e no horário de meio dia o sol no local era escaldante e as duas categorias (policiais e manifestantes) permaneceram muito tempo a espera neste ambiente até que se sinalizasse uma atitude por parte do CESTE em termos de conversação com os atingidos. É perceptível na paisagem a quase ausência de vegetação que pudesse servir de abrigo para ambas as categorias. No mês de agosto o clima regional é bastante quente e seco e há quase total ausência de nuvens por ocasião da dinâmica climática.

Os manifestantes, por sua vez, já estavam bastante cansados, mas não desanimados. Eles tinham feito caminhada de dez dias pela BR 226 (trecho Belém-Brasília) de 150 quilômetros entre as cidades de Araguaína (TO) e Estreito (MA) e agora estavam a poucos metros da entrada da construção da barragem. A marcha iniciou no dia 13/08/2010 em Araguaína, na mediada em que avançavam, mais atingidos e pessoas se juntaram na mobilização. A caminhada iniciou com aproximadamente 200 pessoas, culminando em torno de 1 mil no dia da manifestação em Estreito.

Os camponeses e soldados irremediavelmente são vítimas do enredo feito por capital e Estado. E assim, conforme Germani (2003) e, sobretudo, Shanin (2005) sempre é possível extrair algo mais dos camponeses ou das classes desfavorecidas como um todo, inclusive o embate entre elas, sendo considerado um trunfo do Estado conforme Raffestin (1993).

Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento”. (SHANIN, 2005, p. 9).

Aos policiais havia a possibilidade de se refugiarem no prédio do Batalhão da Polícia Militar do Maranhão (BPMM), localizado próximo. O prédio fora construído em frente ao pátio de entrada do CESTE. O BPMM não se localizou nesta área por acaso. Provavelmente, por questões logísticas, prevendo possíveis manifestações, resguardando e protegendo a área de construção da UHE de Estreito o prédio foi construído ali.

Muito provavelmente as questões técnicas relacionadas à engenharia tenham servido de justificativa para a construção da infraestrutura neste local. Contudo, o prédio junto com o seu aparato tenha sido construído neste local a fim de servir a outros interesses do que meramente atender às necessidades de proteção da população do município de Estreito. Desta forma, o que deveria ser público na verdade é apropriado pelo privado, no caso pelo CESTE.

O prédio do 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM) fora recém-construído e doado como medida de compensação ambiental por parte do CESTE. Poder-se-ia afirmar que fora “inaugurado” naquela data. No dia da manifestação, no fundo no pátio do prédio visualizou-se a presença de um helicóptero, provavelmente de uso da polícia, caso a manifestação tivesse ocasionado algum embate mais significativo ou exaltação por parte dos manifestantes.

Em outros casos, como nos trabalhos de Germani (2003) e Zitzke (2007) foram propostos por parte dos manifestantes a possibilidade de ocupar o pátio de obras, paralisando a construção das barragens de Itaipu e Lajeado, respectivamente, a fim de chamar a atenção sobre os problemas, os impactos e os efeitos sociais e ambientais ocasionados e enfrentado pelos atingidos.

A polícia é um aparelho do Estado, financiada pelo capital da empresa a fim de conter a manifestação do povo. Tudo está regimentado pela Lei (manifestação, doação do destacamento policial como medida compensatória, ordem policial e possível esvaziamento da manifestação com o uso de bombas de efeito moral por parte da polícia para manter a “ordem”). Pois bem, o teatro está pronto e os atores estão presentes, só falta a plateia.

A plateia seriam os milhões de brasileiros que receberiam pelos meios de comunicação uma reportagem, caso tivesse ocorrido um embate entre manifestantes e polícia. A mídia compareceu timidamente, apenas dando destaque local e alguns comentários em nível nacional, pois manifestações sem embates como se diria de forma mais simplista, não dão IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística).

Os grupos minoritários necessitam conforme Serpa (2011, p. 27): “... ocupar as brechas abertas pela produção cultural dos agentes e grupos hegemônicos que controlam os meios de comunicação de massa.” As classes minoritárias em termos socioeconômicos não têm locais próprios para veicular as suas aspirações e necessidades. A internet ainda continua sob vários aspectos algo distante da cultura destas pessoas. E um destes aspectos é justamente quem controla os instrumentos de comunicação que Serpa (2011) mostrou.

No dia 12 de junho do ano de 2010, no povoado de Palmatuba, foi realizada uma reportagem por uma emissora local de televisão da cidade de Araguaína. A referida matéria foi sobre a falta das indenizações de alguns bens e construções que as famílias de Palmatuba construíram ao longo do tempo no povoado. A matéria foi exibida às 13h30min do dia 14 de junho do mesmo ano. Assim sendo, a imprensa pode ser uma ferramenta de pedir apoio a estas populações, desde que os objetivos sejam realmente auxiliar, o que muitas vezes não ocorre e servindo-se destas situações com interesse políticos eleitores de grupos rivais.

Os meios de comunicação são ferramentas poderosas, mas os interesses das matérias são em muitos casos antagônicos com o que realmente necessita o entrevistado ou neste caso de estudo dos atingido pela UHE Estreito. Questões socioeconômicas de natureza críticas e reflexivas ainda são podadas no contexto geral dos meios de comunicação.

Remonta de alguns anos que os movimentos sociais de trabalhadores sem terra, de camponeses, de movimentos de sem teto e das populações tradicionais terem seus direitos podados ou camuflados pela mídia. As camadas minoritárias economicamente estão cada vez mais exigindo o seu espaço frente às intervenções do Estado, a fim de terem legitimados os seus direitos assim como as camadas sociais mais abastadas que de muitos séculos tiveram o privilégio de ter o Estado governando em seu proveito, ou pelo menos não contra os seus interesses.

De acordo com Zitzke (2007) a atuação do MAB em prol dos reassentamentos legitimou a ação do empreendedor na UHE Lajeado, que tinha o mesmo objetivo. Para Palmatuba a

ausência do movimento pode ter sido decisivo pelo não reassentamento dos camponeses tradicionais de lá.

Nos estudos de Zitzke (2007) o reassentamento se mostrou uma prática inviável para estas populações de camponeses e povos tradicionais, pois sua relação orgânica com o rio é muito grande e uma vez em reassentamento esta relação se desfaz. Esta relação não se reproduz, pois geralmente as terras de reassentamento são inférteis e a ausência do rio muda radicalmente o modo de vida das populações que tem no canal fluvial sua forma de vivência.

Contudo, nos reassentamento os atingidos têm maior poder de mobilização. No caso de Palmatuba isto não ocorreu devido ao distanciamento das famílias que por não serem reassentadas espalharam-se dificultando a comunicação. As distâncias foram um condicionante importante que dificultou a articulação em reivindicações e manifestações.

Uma alternativa seria o reassentamento das famílias à margem do lago artificial como deveria ter ocorrido na UHE Sobradinho, conforme destacou Sigaud (1992) e Martins (1993). Contudo, as margens do lago viram especulação imobiliária e não é de interesse dos consórcios que podem utilizar estas áreas como fonte de renda. Os reservatórios adquirem outras funções capitalistas, além da produção de energia elétrica.

No Brasil há uma legislação ambiental avançada de nível superior a de países ricos, contudo os movimentos ambientalistas não obtiveram êxito no combate às desigualdades sociais e degradação ambiental (ZITZKE, 2007). Observa-se que os governos de “esquerda” no Brasil do início do novo milênio não sinalizam radicais mudanças neste contexto.

2.6 - O Estado, o empreendedor, a política e os atingidos: o caso da UHE Estreito

Germani (2003) classificou como débeis as manifestações de prefeitos a fim de pedir somente alguma compensação pelo prejuízo, ao invés de questionar a hidrelétrica de Itaipu. Todo estado do Paraná perdeu em terras férteis e riquezas naturais, sem a sua devida consulta. Acrescenta-se que no caso da UHE de Estreito tal situação se repetiu.

A drástica redução da autonomia dos estados e municípios nos últimos anos resultou de uma política centralizadora, onde o poder Federal é quem determina a execução de grandes projetos que interessam ao processo de acumulação de capital e cabe aos poderes estadual e municipal aceitar as determinações superiores, legitimá-las de alguma forma e “encaixá-las” em seus planos. (GERMANI, 2003, p. 42).

As medidas e decisões tomadas desta maneira, conforme ressaltado por Germani (2003), acabam irremediavelmente causando conflitos ou no mínimo levam a situações de contestação por

parte de uma camada da sociedade descontente. Assim, os que se encontram em situação desfavorável reivindicam os seus direitos.

Contudo, de uma certa forma, a luta é transferida para o interior do Estado e este passa, igualmente, a *aparecer* como um mecanismo de mediação das classes e não de dominação por uma delas. Mas este é, apenas, o lado ideológico do jogo porque, em última instância, as decisões privilegiam claramente a burguesia. No entanto, para que estas decisões do Estado possam ser efetivadas e, portanto, realizar seu objetivo maior de manutenção do sistema, é necessário que ele se proteja sob a capa da neutralidade, de mediador dos interesses conflitantes, com uma posição “acima” das classes. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 119).

No caso em estudo surgiu uma pergunta no decorrer da pesquisa. Como o Estado manteve esta “neutralidade” no caso de Palmatuba? Observa-se que as próprias disputas políticas entre grupos e partidos servem de certa forma de alento a estas comunidades carentes atingidas. Se por um lado certos políticos exploraram a situação de forma econômica e política em proveito próprio, outros, no entanto, se aproveitaram do desconforto destas populações também.

Alguns dos atingidos comentaram que no decorrer das eleições de 2010 candidatos a governador do estado, deputados federais e estaduais e senadores prometeram apoio na luta das indenizações dos atingidos. Alguns comentaram que certo candidato a governador do estado do Tocantins andou na região a cavalo em tempos pretéritos no ainda estado de Goiás, pedindo votos e que muitas vezes votaram neste. Na atual circunstância alguns apoiaram outro candidato, pois que seu vice prometera apoio a fim de obterem as indenizações.

Com relação à política é interessante salientar a proximidade dos políticos da região e do estado do Tocantins como um todo com o seu eleitorado, até mesmo dos mais carentes. Presume-se que tal fato se explica sob duas maneiras: a população reduzida do estado do Tocantins comparada a outros estados e também pela política coronelista e assistencialista que serve de angariamento de votos em todo o Brasil, contudo mais intensa nas regiões Norte e Nordeste. Embora, tal proximidade não necessariamente implica em melhores condições de vida para a população.

E esta conciliação representativa que o Estado promove entre os interesses de classes antagônicas, é manifestada por meios das leis e conta com o reconhecimento e aceitação das classes diante do Direito. Daí a essência jurídica do Estado burguês. Ressalte-se, mesmo, que o Direito é reconhecido também pelas classes trabalhadoras, mesmo sabendo que os preceitos jurídicos cristalizam uma ordem que não lhes é favorável. *Mas lhe garante a sobrevivência como classe.* O trabalhador sabe que a lei protege primordialmente a *propriedade*, o capital mas, ao mesmo tempo, impede a sua destruição como consequência de uma eventual derrota. A lei institucionaliza a sua subordinação, mas lhe garante o direito de continuar existindo e lutando pela transformação da realidade em que vive (até mesmo da lei). Desta forma, respaldado pelo aparato jurídico, o Estado legitima suas decisões como mediador das classes e passa a *aparecer* não como aparelho da classe dominante, mas como entidade acima das classes. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 119).

Para demonstrar a “imparcialidade” da justiça as leis são feitas pelo poder legislativo (deputados federais e estaduais e vereadores). Estes por sua vez foram eleitos pelo povo e depois o Direito representado por juízes e advogados aplica as leis. No caso de Estreito em ocorrendo lutas pelas indenizações representadas por manifestações o Estado disponibiliza o aparato estatal (polícia) a fim de manter a “ordem” que é uma lei, aplicada pelos juízes, feita pelos legisladores, eleitos pelo povo. Martins (1993) faz crítica as agências e os órgãos governamentais que deveriam proteger a população de expropriados, dentre eles indígenas e camponeses. A sociedade parece ter dois estamentos, de um lado as oligarquias representantes do discurso liberal e democrático.

De outro lado, a massa dos desvalidos, agregados e dependentes, cuja vontade política é tutelada pelas oligarquias, dependendo da troca de favores, o voto reduzido à condição de mercadoria, mas de mercadoria que ainda oculta o tributo e a homenagem. Dessa situação resulta um Estado que não constitui expressão do universal. O Estado, nesses lugares, foi capturado e instrumentalizado pelos interesses particulares das oligarquias, agentes paternalistas dos direitos sociais e políticos. Os direitos não aparecem como abstrações geradas no processo social da troca e do mercado. Eles aparecem como dádivas dos poderosos aos fracos, como concessões. Aparecem com feição oposta à dos direitos, como privilégios. (MARTINS, 1993, p. 171).

Neste sentido se manifesta o Leviatã comentado por Hobbes (1974). O ser mítico aparece camuflado e os reais interesses não são perceptíveis à população, geralmente inconsciente sobre o processo que a circula. Ou, se alguns estão conscientes, não conseguem reunir forças para emperrar o processo, pois o monstro tem muito tentáculos.

Contudo há de se concordar que transformações estão ocorrendo, mas geralmente um leviatã é substituído por outro. Como no caso em estudo, onde a tutela política perde força em algumas comunidades atingidas, mas por outro lado a barragem surge para substituir o processo de exclusão na qual estes sujeitos já se encontravam.

Há uma relação de reciprocidade nos grandes projetos como as barragens e outros. Isto não quer dizer equidade. As velhas relações sociais são alteradas, os camponeses e índios são envolvidos numa relação de alteridade (MARTINS, 1993). As categorias minoritárias são vítimas e mais cedo ou mais tarde percebem que mais perderam do que ganharam no processo.

No caso de Palmatuba, no início das reuniões nos anos de 2004/05 os representantes do CESTE eram recebidos com “festa”, onde a comunidade abateu galinhas para fazer refeições e receber os visitantes. Provavelmente, a comunidade ou alguns de seus representantes estivessem envolvidos com a perspectiva do progresso que a barragem supostamente traria.

Não demorou muito para o povoado perceber que estava envolvido em “armadilha” onde eles próprios seriam as presas. Infelizmente, os camponeses tradicionais de Palmatuba foram visitados pelos estranhos, os representantes do capital, do poder, do desumanizador, da besta-fera comentada por Martins (1993).

Projetos hidrelétricos como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Lajeado, Estreito entre inúmeros outros tiveram orçamentos de bilhões de reais. Diante das dificuldades impostas nas indenizações surge a pergunta: por que o empreendedor dificulta tanto, haja vista que as indenizações são irrisórias, considerando o orçamento total dos projetos?

A estratégia do CESTE com indenização foi a carta de crédito. Os reassentamentos custam mais caros ampliando a responsabilidade do empreendedor com os atingidos. Ocorreu o aumento do preço das terras com a notícia da implantação da UHEE. Houve resistência por parte do empreendedor pelo reassentamentos, impondo resistências nas discussões dos PBA's frequentes em empreendimentos desta envergadura. O consórcio manteve a discussão muito fechada.

Ao longo de todo o processo de discussão de opções de relocação das famílias, o CESTE fez de tudo e mais um pouco para forçar as famílias a aceitarem a opção por receber “carta de crédito” como forma de resolver o problema da forma mais barata e com menos obrigações futuras. Tanto é assim que, de toda a área impactada, um número ínfimo de famílias conseguiu ter acesso a um reassentamento rural coletivo, nos moldes definidos no Programa Básico Ambiental. (BRASIL, 2010, p. 2).

No caso de Palmatuba nenhuma oferta “efetiva” de áreas para reassentamento foram realizadas pelo CESTE. No reassentamento não poderiam desmatar e assim “ia viver do quê”? Esta foi a indagação de M. S. S. entrevistada 16 (59 anos). Aliado a isto teriam que plantar o coco babaçu e perceberam que o consórcio queria somente a saída das pessoas da comunidade, segundo informações de outros entrevistados.

Conforme informações obtidas de certos entrevistados o bairro Palmatuba foi desassistido pela gestão pública. Não obstante, o que ganhava em doações como, por exemplo, a máquina de quebrar coco babaçu mostrada na fotografia 4, da Associação de Quebradeiras de Coco de Palmatuba, doada pelo estado do Tocantins no ano de 2004, ficou retida na prefeitura por longo tempo.

A máquina de quebrar coco babaçu ajudou e facilitou o trabalho das quebradeiras de Palmatuba para confeccionarem o seu artesanato. As quebradeiras produziam o artesanato como é possível observar na peça fabricada e pendurada na parede no canto superior esquerdo da fotografia 4.

O equipamento foi obtido por causa do curso de artesanato em coco babaçu, ministrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no início do milênio. As divergências de grupos políticos locais entre município e estado muitas vezes emperravam os trâmites burocráticos, dificultando a vida da população de Palmatuba, como no caso da máquina evidenciada na fotografia 4.

Fotografia 4 - Máquina de quebrar coco babaçu doada às quebradeiras de Palmatuba em 2004



Fonte: Araújo, R. P; 19/11/2008

Muitos dos equipamentos e instalações foram apropriados pela prefeitura municipal, inclusive os postes de madeira e instalação elétrica que os palmatubenses haviam conseguido por doações na década de 1980 e que, portanto, lhes pertenciam. Há de se considerar que oficialmente o povoado era considerado bairro e, portanto, pertencente à área urbana, contudo não justificam muitas das atitudes tomadas com relação aos pertences do povoado com características rurais.

O CESTE doou máquina e caminhões para as novas associações construídas, mas como algumas destas associações não funcionam, os equipamentos foram destinados para outros fins. A doação de máquina e equipamentos por parte do empreendedor serviria como forma de compensação aos municípios atingidos pelo lago da hidrelétrica, bem como a construção de prédios públicos (escolas, hospitais, destacamentos de polícia e entre outros) entregues aos municípios atingidos.

A empresa Barros Engenharia, contratada pelo empreendedor para acompanhar as famílias entrou em contato com os atingidos no mês de junho de 2011, para observar a situação na qual se encontravam. Estas fontes foram obtidas em conversas de campo com os atingidos. Tal situação está prevista em lei em empreendimentos como hidrelétricas.

No mês de maio do ano de 2010, alguns palmatubenses em visita ao escritório do empreendedor na cidade de Carolina (MA), reivindicaram melhor indenização para os barracões onde se quebravam o coco babaçu. Notou-se a forma dissimulada e pouco respeitosa por parte de funcionários da empresa em atender às reivindicações dos atingidos. Na mesa de negociação, a

estratégia dos funcionários da empresa foi de desconstruir as alegações dos atingidos. Depois de muitas evasivas sobre o assunto que realmente interessava, ficou resolvido que a funcionária responsável faria uma proposta ao CESTE para que este a analisasse.

Observou-se *croqui* de mapa elaborado por uma das empresas conveniadas para prestar serviços ao CESTE. Neste material tinha a área dos barracões no valor aproximado de R\$ 1.300,00. Lendo o cabeçalho do mapa observou-se que a empresa prestadora do serviço recomendou a indenização por estas benfeitorias no valor de R\$ 3000,00. No entanto, o CESTE ofereceu uma quantia aproximada de 1/3 menor. Ressaltando que a quantia de R\$ 3000,00 estava longe do pleiteado pelos atingidos, no entanto o CESTE também não aceitou a recomendação da empresa que elaborou o *croqui*.

Percebeu-se que as estratégias da empresa foram muitas para ludibriar a população atingida, inclusive manifestando que tal indenização já havia sido paga. Questionada sobre quem teria se apropriado desta indenização, os atingidos obtiveram somente respostas evasivas. Aproveitando-se da simplicidade destas pessoas ficou fácil manipular dados e informações.

A reunião foi demorada e os camponeses tradicionais de Palmatuba não obtiveram nada em definitivo. Nada ficou documentado, somente a “preocupação” da funcionária, seu número de celular pessoal, as expectativas e os números de telefone 0800 do consórcio, sabendo-se que raramente estes serviços funcionam.

Nogueira (2007) demonstrou em seus estudos as táticas para ganhar a confiança dos atingidos e depois espalhar temor e insegurança aos mesmos. Na mesma linha seguiram os estudos de Germani (2003) e Zitzke (2007). Para eles o empreendedor utilizou das mesmas artimanhas. Num primeiro momento as informações não são concretas e seguras para após fazer propaganda de progresso e fornecer informações desencontradas, apoiando-se da pouca ou nenhuma informação sobre a categoria: o atingido é quem tem direito as indenizações.

Numa próxima etapa, a empresa inverte sua atuação, ou seja, ao invés de não fornecer informações concretas, como fez no primeiro momento, passa a realizar a propaganda de sua obra e a mostrar seus benefícios, trazendo o discurso de progresso, melhoria de vida da população, oportunidades de emprego, novas casas, etc... Ao se encantarem com as oportunidades propostas com a vinda da hidrelétrica, muitas famílias apóiam o empreendimento. (NOGUEIRA, 2007, p. 31).

Ao se analisar a observação de Nogueira (2007) retoma-se a discussão do folder da figura 2. Neste, e associado aos comentários de Nogueira (2007) algumas famílias vislumbram melhorias de vida e “sonhos” atingidos. Salienta-se que várias vezes os sonhos infelizmente se tornam pesadelos e o desenvolvimento não chega aos mais carentes como aparece às classes mais abastadas.

Com certeza muitos indenizados pela UHEE obtiveram lucro nas indenizações por terem condições políticas, econômicas, materiais e intelectuais para isso. Além disso, estes não tiveram apego ao lugar como muitos camponeses tradicionais tinham em virtude de modo peculiar de viver com o ambiente ribeirinho.

Quem se utiliza da energia elétrica muitas vezes não tem noção de quantas vidas foram destruídas, de quantas culturas e formas de viver desenraizadas e de quanto o ambiente foi transformado para o consumidor final ter o seu conforto. As hidrelétricas desencadeiam um conflito social entre Estado, representado pelas empresas e consórcios e as populações, carentes, expropriados, atingidos pelos reservatórios das barragens.

Para Germani (2003) o Estado capitalista moderno cria condições de acumulação de capital. O Estado age direta e indiretamente, através de leis e empresas, favorecendo o grande capital em detrimento do expropriado da sua terra, gerando um processo crescente de resistência dos pequenos produtores. Acrescenta-se que no caso em estudo, desapropriou-se pequenos camponeses e povos tradicionais.

Entendo o estado brasileiro com um Estado capitalista, monopolista, que como tal intervêm e participa diretamente no sentido de manter, organizar e garantir o processo de acumulação do capital, participando inclusive no nível da produção. Considerando o peso significativo do setor industrial no nosso “modelo” de desenvolvimento, a energia se apresenta como uma das condições fundamentais da produção e nada mais coerente, portanto, que o Estado – em cumprimento de uma de suas funções - assuma a responsabilidade de construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, criando condições mais favoráveis ao processo de acumulação de capital. Esta sua função é desempenhada em comunhão com uma crescente participação do Estado como produtor e a um aprofundamento da ação e intervenção do Estado na economia. (GERMANI, 2003, p. 42).

Na atualidade existe a Parceria Público Privada (PPP) e as hidrelétricas são de interesse de um complexo, envolvendo capital particular e público, onde desde máquinas importadas até empresas de reassentamento e imobiliárias lucram. Apesar da exposição de Germani (2003) em defesa da ideia de que os estado e municípios muitas vezes devem aceitar os grandes projetos, estes por sua vez os aceitam voluntariamente sob a fachada de compensações aos municípios e estados em termos de infraestrutura e de equipamentos que escondem, por sua vez, a lucratividade que a política e seus correligionários tiveram com o empreendimento, justificando a passividade e parcimônia de políticos locais e estaduais.

Dessa forma, a ação do governo do estado do Tocantins, da mesma maneira que o governo federal na reestruturação do setor elétrico, deu-se em um contexto social de interesses conflitantes, desconsiderando o conflito no processo de construção dos mecanismos de decisão e de satisfação dos fins individualistas que afetaram de forma negativa uma ampla parcela da sociedade. A complexidade da rede de relações sócio-ambientais não conseguiu ser apreendida pelas táticas utilizadas pelo empreendedor da UHE do Lajeado e os EIAs e os RIMA's não foram elaborados nem implementados no nível de entendimento

dessa complexidade, nem mesmo para distinguir, nas audiências públicas, os interesses de diferentes atores sociais afetados diretamente pelo empreendimento hidrelétrico. (ZITZKE, 2007, p. 104).

Quem paga o preço por toda a estrutura montada pelo Estado e capital para alguns setores e particulares lucrar é o ambiente e as populações urbanas, camponesas e tradicionais atingidas, expropriadas e desterritorializadas. Os trabalhos de Germani (2003) e de Zitzke (2007) remetem às usinas hidrelétricas de Itaipu e de Lajeado, respectivamente. Em ambos os casos as políticas energéticas visam ao lucro em detrimento das populações atingidas. Apesar de momentos históricos diferentes (Itaipu – 1982 e Lajeado – 2001), uma na região sul, e, a outra, na região norte, a história se repete, sendo o ambiente e os desapropriados os maiores prejudicados.

“O empreendimento a ser realizado é resultante das necessidades prementes de energia elétrica do País. O setor elétrico brasileiro, que no passado constituiu importante vetor de expansão econômica, hoje é um condicionador desta expansão.” (CNEC, 2001, p. 5). O que se observa é o discurso baseado em justificativa desta matriz energética onde interesses políticos e econômicos prevalecem. A história, a ideologia e a linguagem encontradas em Caregnato; Mutti (2006) estão presentes nestas justificativas, analisando-se o discurso do empreendedor.

A sociedade, por sua vez, é crédula demais a ponto de não perceber o que se esconde por detrás de tamanhos projetos e muitas vezes sua opinião não é considerada, sobretudo das comunidades atingidas. O governo é o principal agente organizador das hidrelétricas, por que não intensifica pesquisas nas Fontes Alternativas de Energia a fim de baratear os custos?

Os estudos desenvolvidos para a UHE Estreito, indicam a viabilidade técnica e econômica para sua implantação uma vez que, com sua capacidade instalada de 1087 MW (sua capacidade total é de 1109,70 MW) e 587,30 MW médios e energia firme, está requerendo um investimento da ordem de 2,3 bilhões de reais, incluindo juros, durante a construção, resultando no custo de geração conforme os critérios recomendados pela ELETROBRAS, em 57,88 R\$/MWh. (CNEC, 2001, p. 7).

A CNEC Engenharia S.A. foi a empresa responsável pelo EIA/RIMA da UHE Estreito, estimando o custo de 2,3 bilhões de reais, todavia o custo final da obra ficou em torno de R\$ 4 bilhões. Histórico é o custo enorme e exagerado destes empreendimentos no Brasil. A UHE Itaipu custou aos cofres públicos 12 bilhões de dólares. Este é o preço pago pela sociedade como um todo, pois as tarifas brasileiras de energia são caras.

Aonde fica o lucro, enquanto nestes empreendimentos se mesquinha as indenizações? “Diante dos valores obtidos, a comparação do custo médio de geração com o custo marginal de expansão conforme apresentado no Plano Decenal de Expansão 1999/2008 da ELETROBRÁS, justifica-se do ponto de vista energético econômico a implantação da Usina de Estreito” (CNEC, 2001, p. 7). O instrumento ambiental do empreendedor parece expor a forma de pensar em

momentos de optar pelos locais de instalação deste empreendimento enquanto a indenização para maior parte dos atingidos é negada.

A projeção de chegar a aproximadamente 120 mil Mw no ano de 2010, conforme prevê o Plano decenal de 1999/2008, o considerado baixo custo MWh, o apagão, a possibilidade de um novo apagão, a disponibilidade de rios de planalto, a falta de combustíveis fósseis e o interesse de colocar o país no caminho do crescimento econômico, objetivando alcançar a posição de 5º economia mundial, são as justificativas para ampliar a política energética pautada, sobretudo na matriz hidrelétrica.

Analisando de forma geral, a implantação de UHE de Estreito na perspectiva do Estado, percebeu-se um rol de justificativas em prol de sua implementação. Por outro lado, os aspectos negativos baseados nos impactos e efeitos aos atingidos e também ao ambiente foram insuficientes ou minimizados. As análises técnicas e de custo benefício foram unicamente avaliadas na hidrelétrica em questão como em todas as outras já instaladas e em processo de implantação.

Há de se ter outras matrizes elétricas que baixem o custo ao consumidor final e que agredam menos comunidades tradicionais e camponesas desterritorializadas pelo processo. Para terminar esta seção observa-se que o Leviatã se manifesta sobre várias óticas como no Estado e no caso em estudo este se materializou aos camponeses tradicionais de Palmatuba em forma da monocultura hidrelétrica.

No capítulo 3, a seguir a discussão pelo viés da categoria geográfica território e sua relação com o lugar e a paisagem nos desdobramentos da atuação do Estado na área de estudo. Reflexos mais imediatos consubstanciados pela relação do território e a sua aplicação com a pesquisa.

3 – O TERRITÓRIO, O LUGAR E A PAISAGEM DA COMUNIDADE PALMATUBA

Apesar de se poder contestar a origem teórica e metodológica de território, de lugar e de paisagem, não foi objetivo rivalizá-los e sim relacioná-los a fim de enquadrar e explicar o contexto geográfico da situação ocorrida no ambiente e vivida pelos camponeses tradicionais de Palmatuba. Entende-se desta maneira, que a categoria geográfica território “dialoga” com o lugar e a paisagem.

Entende-se que o território, o lugar, a paisagem, a diáspora e o ambiente possam consubstanciar e explicar geograficamente como era, como foi e o que está por vir a Palmatuba e aos camponeses que enfrentaram a tarefa de emigrar do lugar, da paisagem, perdendo seu território. Palmatuba, o lugar foi pequeno, mas as territorialidades, as relações foram de uma grandeza incalculável. A UHE encobriu toda uma história de vida e vários planos futuros amputados dos camponeses tradicionais atingidos.

A territorialidade pode ser entendida como princípio que rege o território. As formas de reger ou agir no território mudam a paisagem. A forma de atuar no território pode dar significado ao lugar, pois existe simbolismo cultural no território. É construindo a alteração da paisagem que o homem tem a noção de pertencimento ao lugar. Agindo na paisagem, o homem estabelece o território através da territorialidade e este processo constitui o lugar.

O homem marca no espaço o seu tempo. Foi o que aconteceu com Palmatuba e a população que vivia no lugar. As categorias básicas discutidas pela Geografia são abordadas neste trabalho para se ter compreensão do que aconteceu com os atingidos pelas águas da Usina Hidrelétrica de Estreito.

3.1 – O território e o povoado de Palmatuba

Para fins de contexto geográfico foi pelo viés da categoria território que partiram as maiores discussões sobre o estudo proposto. O diálogo com as outras categorias existe, contudo, por necessidade de adaptação de discussão teórica e metodológica, o território e suas derivadas em desterritorialização, reterritorialização e territorialidade são inerentes a este capítulo e ao trabalho. Assim há a discussão desta categoria com a diáspora, o lugar, a paisagem e o ambiente.

Em virtude de sua formação naturalista, consideramos que Ratzel desenvolve sua noção de território a partir da idéia de habitat, usado na Biologia para delimitação de áreas de domínio de determinada espécie ou grupo de animais. Portanto, o termo território aparece como sinônimo de solo e/ou ambiente. (CANDIOTTTO, 2004, p. 78).

Raffestin (1993) observa que o espaço é anterior ao território, resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar do espaço o ator territorializa o espaço. O espaço

territorializado ocorre quando se instalam os fluxos: rodovias, canais, construções, fluxos e outros. “O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

“Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, ‘vivido’, que ‘simboliza’ uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-nação” (HAESBAERT, 1999, p. 178). Nesta perspectiva a noção de território seria ampla, perpassando sempre pela possibilidade de efetuar algum domínio, mesmo que este domínio perpassasse pela situação de pertencimento.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex., uma rua) à internacional (por ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

As concepções de muitos autores são parecidas e analisam o território como apropriação, daí se estabelece a concepção de poder, esta é uma visão diferente de produção de espaço. O território seria uma relação de poder, mas podem ocorrer ligações afetivas e de identidade entre o grupo social e o espaço ocupado por eles.

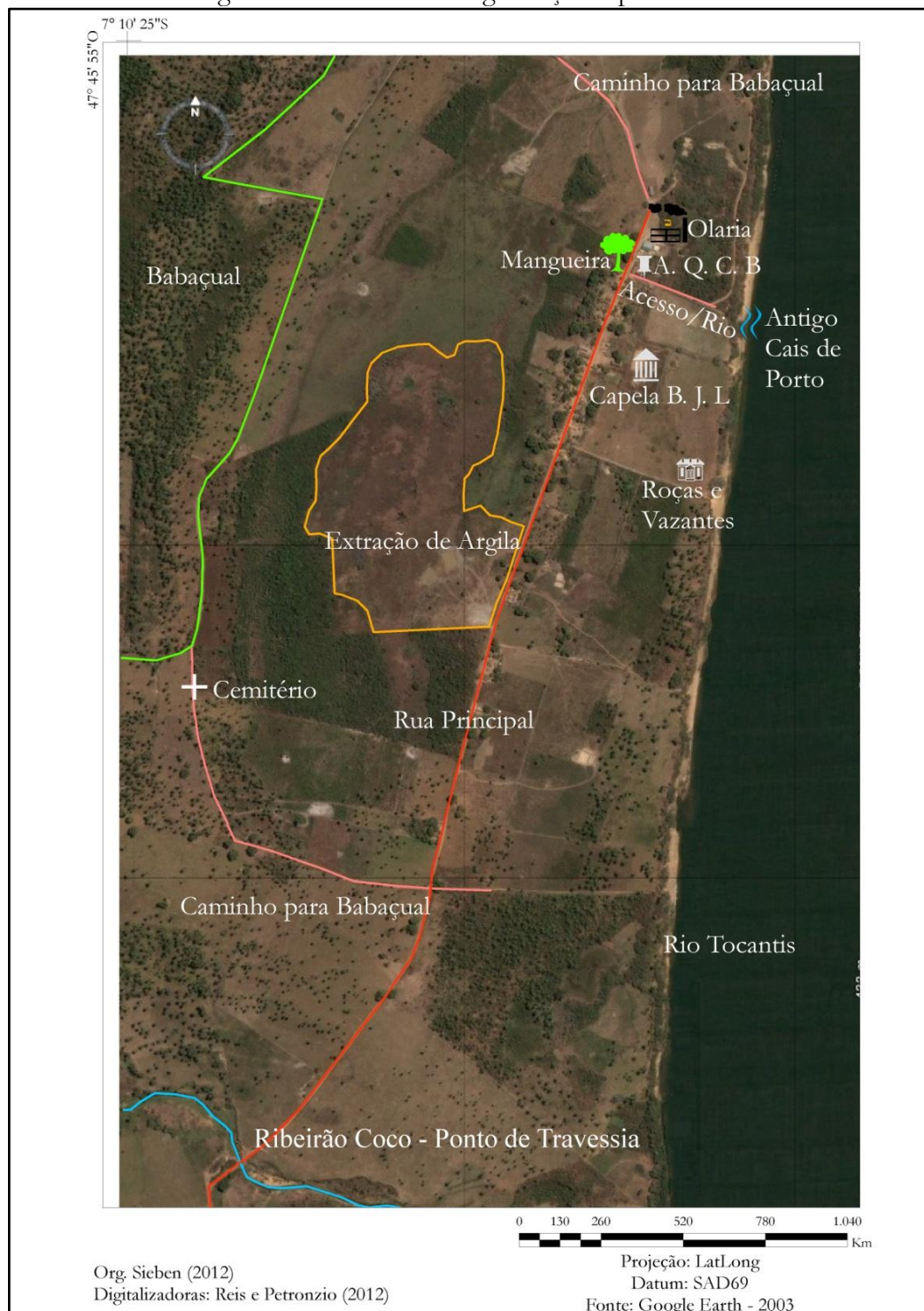
O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des - continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centrados na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais.” (SAQUET, 2007, p. 24).

Autores como Haesbaert (2006) e Saquet (2007) manifestam sobre o território não ser apenas estatal, seguindo as formas geopolíticas que determinam os limites geográficos de um município, estado ou país. Território pode ser a presença de uma rua, uma casa, bairro, comunidade onde as relações e a ocupação constituem uma situação de poder que pode ser de pessoas comuns, que pelo simples fato de estarem ali estabelecem uma territorialidade.

Vínculos com o território se fazem por esse intermédio, por aquilo que se consegue realizar externamente, no espaço que é por onde cada um pode relacionar-se com o outro. São vínculos com os quais a humanidade se desnatura, criando o espaço humanizado – o território e as formações socioespaciais. (HEIDRICH, 2006, p. 26).

O exemplo de Palmatuba mostra que a população ocupava, transitava nos “limites” não geográficos no povoado e assim exercendo as funções de “poder”, delimitando o território através da “ocupação” e usos cotidianos, realizando os afazeres diários de trabalho. Os camponeses tradicionais de Palmatuba moraram em uma linha contínua cerca de 1km de extensão, representada pela rua principal. A estrada era sem pavimentação e praticamente paralela ao rio Tocantins, no sentido nordeste em relação à orientação do ponto cardeal (Carta imagem 2).

Carta Imagem 2 - Panorama da organização espacial de Palmatuba



Fonte: Google Earth, 08/08/2003

Org. Sieben, Reis e Petronzio, 03/2012

As casas se localizavam ao lado direito e esquerdo da rua principal e os lotes ou glebas de terra se estendiam dali a até os pontos mais distantes da estrada (Carta imagem 2). As casas tinham excelente sombra, proporcionada geralmente pela vegetação que se constituía de diferentes espécies de árvores frutíferas, principalmente pelas mangueiras (*Mangifera indica*). Esta árvore exótica de origem asiática era frequente no povoado e em toda a área atingida pela UHEE.

A comunidade encontrava-se distante aproximadamente 200m do rio Tocantins no sentido leste e próximo aos babaçuais que circundavam a comunidade. Este modo particular de organização do espaço deste povoado era um aspecto único onde as relações com a várzea do canal fluvial, o próprio rio Tocantins e os babaçuais, principalmente estes últimos, caracterizavam um território singular neste local onde foram exercidas as territorialidades.

No Brasil há a reivindicação de territórios por parte de certos grupos, marginalizados. Não se trata de uma reivindicação separatista, mas sim o direito ao território que representa a manifestação da territorialidade, da identidade, dos costumes, dos usos sem, contudo questionar o poder político do Estado. O que estes povos buscam é o direito de ser cidadãos, mesmo que isso muitas vezes represente pertencer a um grupo excluído.

Território é um limite físico ou delimitado em lei onde a territorialidade de um determinado grupo manifesta a sua cultura, as relações sociais e identitárias com a natureza deste espaço demarcado. A relação que a comunidade de Palmatuba mantinha com o rio, a vegetação e a argila eram de não esgotamento e sim o uso necessário à própria vivência fazendo, talvez, o que se entende por desenvolvimento sustentável, não na ótica capitalista de produção, mas num sentido da percepção.

Saquet (2007) coloca quatro abordagens ou tendências que se sucedem em períodos diferentes: a) econômica, vista sob a ótica dialética, b) geopolítica, c) cultural, identitária centrada na fenomenologia e d) a partir de 1990, pautada na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento local (E, P, C e N).

Para o consórcio CESTE, Palmatuba foi local onde existiam pessoas que “precisavam” ser indenizadas e assim a barragem se constitui em um espaço de produção ou reprodução do capital aliado ao setor energético. Várias são as possibilidades econômicas no lago artificial, além da produção energética, o reservatório ainda pode ser utilizado como lazer, pesca, turismo e outras possibilidades. Para o investidor, as pessoas são um custo material e a imaterialidade representada pelos usos, costumes, as relações sociais identitárias não são tabuladas, quantificadas e, portanto não indenizáveis.

Em Haesbaert (2007) o território cultural é anterior ao território geopolítico e econômico. O território cultural de povos primitivos estaria associado à relação e aos usos dos recursos naturais, num elo de paixão entre estas sociedades e ao espaço territorial por eles

ocupado. O território para estes agentes primitivos era repleto de simbolismos e de cultura, dando ênfase à territorialidade. O autor manifesta que o território cultural está mais atrelado à ideia de lugar e de paisagem do que propriamente à de territorialidade.

3.2 – Territorialização/desterritorialização/reterritorialização: diáspora em Palmatuba

A categoria território conforme Haesbaert (2007) tem derivadas que são a territorialização–desterritorialização–reterritorialização (TDR). Para Deleuze e Guattari (1992, p. 128): “A imensa desterritorialização relativa do capitalismo mundial precisa se reterritorializar sobre o Estado nacional moderno...” O único sujeito que se desterritorializa e consegue se territorializar com facilidade e sempre é o capital. “... o homem se desterritorializa, se desqualifica e perde, inclusive, sua identidade com a natureza, alimento maior para a recriação simbólico-poética do/com o mundo” (HAESBAERT, 2006, p. 156).

Em certos casos, como o dos aglomerados de exclusão que denominamos anteriormente de forma questionável, “tradicionais” [...], vinculados a situações endêmicas de precariedade social e fome, a maior estabilidade física num mesmo local ou região pode fazer com que se mantenha ainda um certo grau de territorialização em nível mais simbólico, que se encontra ausente nos outros casos. É o que parece ocorrer com grupos de população miserável do interior do sertão nordestino, ou do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, onde a exclusão socio-econômica não impede que se mantenham importantes traços identitários com o espaço onde vivem. (HAESBAERT, 2007, p. 335).

Em síntese pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território constituindo uma operação de linha de fuga e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Os autores (1992) comentam sobre o milagre grego (Salamina) onde o povo autóctone grego, fugindo dos persas, perdendo seu território reterritorializa-se sobre o mar. Da mesma forma, a população de Palmatuba conseguirá encontrar Salamina?

De acordo com Deleuze; Guattari (1992, p. 126): “... por razões sempre contingentes, o capitalismo arrasta a Europa numa fantástica desterritorialização relativa, que remete de início a vilas-cidades, e que procede ela também por imanência.” No aspecto físico muitos dos atingidos da UHE Estreito estão em desterritorialização absoluta, mas por imanência estão em desterritorialização relativa, representado nas lembranças.

A ordem global chegou e desterritorializou a ordem local. Para o CESTE foi necessário remover do local o problema que são as pessoas. Ao que parece no processo de reterritorialização, na percepção de novos lugares ocorreu uma reterritorialização conformada. Muitos atingidos, para

não sofrerem a dor da perda, procuraram no conformismo uma forma de se adequar à nova realidade, uma vez que a desterritorialização foi inevitável.

Para os camponeses tradicionais de Palmatuba há uma reterritorialização conformada, haja vista o seu ostracismo, e tomando isto como caminho a fim de seguirem suas vidas e manterem as esperanças em dias de melhor alento. A reterritorialização conformada serve de alento para alguns palmatubenses que escaparam de sentimentos como revolta e depressão.

O conformismo aparece com uma “válvula de escape” para aceitar a realidade da desterritorialização do lugar de pertencimento, onde estabeleciam o cotidiano. Outros apresentaram traços claros de sentimentos contrários a reterritorialização conformada, não aceitando a realidade, intensificando, inconscientemente o próprio sofrimento.

Martins (2011) utilizou o termo reterritorialização precária. Pensa-se que este esteja mais ligado às questões sociais em que pesam sobre esta população. No caso em estudo, a reterritorialização conformada está ligada às situações de pertencimento, de sentimento e de saudosismo, haja vista que alguns palmatubenses conformados estão em situação social melhor do que outrora.

Desta maneira amplia-se a discussão de Haesbaert e tira-se uma visão “estanque” do TDR e aplica-se no caso de estudo. Isto é possível, pois se utilizou de abordagem metodológica mais livre e desimpedida de acordo com Feyrabend (2007), ao contrário do que pressupõem Descartes (2008). Os camponeses tradicionais de Palmatuba representam uma reterritorialização que não se reterritorializa. Muitos deles estão em locais onde o sentido de lugar não existe.

Conforme Haesbaert (2007) os grupos de população vivendo em favelas nas grandes cidades brasileiras também se aplicam ao exemplo. Longe de comparar Palmatuba a estes locais/lugares e fugindo de um saudosismo, mas mesmo com condições de infraestrutura “precária”, esta população da margem esquerda do rio Tocantins vivia em semelhantes situações ou talvez melhores. O que se objetiva afirmar é que o enlace simbólico no caso de estudo é representativo de territorialização socioeconômica.

Por que observar uma casa coberta de palha de coco babaçu precária e considerar nisto uma visão preconceituosa? Só por causa do inseto barbeiro (*Triatoma infestans*) e do perigo de suas doenças, não explica. A precariedade foi utilizada como motivo e justificativa para o empreendimento no EIA/Rima (CNEC, 2001).

A população urbana e rural afetada pelo empreendimento caracteriza-se na sua grande maioria, por residir na área há muitos anos e apresentar condições de vida **bastante insatisfatórias**. Tal situação permitiu e facilitou o estabelecimento de uma rede de relações sociais – parentescos, vizinhanças, cuja articulação muitas vezes vem refletindo positivamente no cotidiano dessa população. Assim a quebra dessa rede pré – estabelecida poderá gerar um processo de insatisfação ou mesmo de insegurança por parte da população,

sendo que tal fato deverá ser sentido mais no conjunto da população rural. (CNEC, 2001, p. 111, grifo nosso).

Palmatuba era mesmo precária? De uma visão preconceituosa que tem como suporte o discurso do progresso talvez a resposta seja sim. Sob esta ótica não visualiza-se numa casa de barro e cobertura de palha como um modo de vida porventura melhor do que a de um cidadão que viva de acordo com o modelo de avanço capitalista.

Este sujeito pode sofrer as condições e as intempéries da vida “civilizada” das grandes cidades mundiais, convivendo com o estresse, a insegurança e os muros fechados. Este mesmo cidadão pode manter relações subjetivas com o primeiro vizinho com quem partilha o simples fato do não saber o nome. Nesta perspectiva, Palmatuba não era precária, pois apesar da falta de itens básicos, as relações entre os vizinhos e com o lugar não foram superficiais.

A comunidade de Palmatuba vivia de forma precária no lugar. Precária, mas não desterritorializada. Como isso se explica? Tuan (1980) aborda sobre este tema colocando que para sociedades tradicionais, algumas das relações mais importantes se dão pela apropriação ou relação com/da natureza. Conforme Haesbaert (2007) uma reapropriação do espaço, seria uma reterritorialização, não havendo dicotomia entre domínio e apropriação.

Porém, considerando que nestes espaços ocorriam as relações sociais e entre sociedade e natureza pode-se dizer que estas relações representam a territorialidade. Haesbaert (2007) comenta que se torna um território do medo para quem dele é excluído e a satisfação para aqueles que dele usufruem e com o qual se identificam.

Em Haesbaert (2007) as comunidades tradicionais viam na terra quase um início e um fim em si mesma. Nas sociedades estatais a terra é um mediador das relações. O Estado e o capital impõem a desterritorialização. No caso a articulação entre Estado e capital, representado pelo CESTE, e o interesse do estado do Tocantins em modernizar o espaço nos moldes capitalistas do desenvolvimento sustentável, camponeses vivendo em modos de vida tradicionais não são aceitáveis, pois são considerados atrasados.

“No cotidiano, a dinâmica mais comum é que passemos constantemente de um território para outro. Trata-se de uma desterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado” (HAESBAERT, 2007, p. 138). Outros exemplos como o do trabalhador em fábricas ou boia-fria podem ser elencados neste caso. Estes sujeitos criam vários territórios e territorialidades se desterritorializando e reterritorializando constantemente. Em Palmatuba isto não aconteceu, pois as pessoas de lá estão sem território, pois estão sem o sentido de lugar.

“... a desterritorialização, associada ao mito da revolução e ao domínio do universo científico-tecnológico inerente à reprodução capitalista, seria uma marca da sociedade moderna e

não simplesmente um traço fundamental da pós-modernidade contemporânea” (HAESBAERT, 2007, p. 149).

Não se defende a ideia da reterritorialização dos palmatubenses. O que se objetiva, usando o termo, é observar que alguns dos atores, hoje, se sentem melhor e estão em melhores condições de vida do que antes. O empreendimento possibilitou uma nova forma de perceber o mundo e outras oportunidades que conseguiram encontrar. Porém, esta não é a realidade de todas as famílias, para outros atingidos do lugar, o ponto de ruptura, representado com a implantação da UHEE, trouxe desarmonia e desencontros. Estes não se reterritorializaram e talvez jamais se reterritorializem, pois nisto reside o sentido de pertencimento, que falta aos atingidos.

No caso em estudo, o capitalismo e o Estado desterritorializaram os atores. Ao contrário do que Haesbaert (2007) aponta, não ocorreu o processo de desterritorializar com uma mão e reterritorializar com a outra. No caso de Palmatuba ocorreu a desterritorialização com ambas as mãos e assim não sobrou nenhuma para reterritorializar a comunidade. A reterritorialização total é impraticável, até mesmo porque as particularidades do lugar são impossíveis de recriar. Salienta-se que não houve interesse por parte do empreendedor na “reterritorialização” em reassentamentos, conforme Brasil (2010).

Possivelmente neste ponto tenha-se uma reterritorialização precária, conforme mostrou Martins (2011) ou ainda uma situação de reterritorialização conformada como na situação em estudo. Mas, a reterritorialização na situação exposta é precária, deficitária, incompleta, frágil e provisória. O efeito é abrangente, radical e drástico em termos de tempo e espaço como mostram Braga; Silva (2011).

Consubstanciado pela liberdade do pensamento de Contra o Método de Feyrabend (2007), nas discussões sobre pesquisas qualitativas, no qual necessita-se ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos de Chizzoti (2010) e a discussão sobre paisagem, território simbólico de Saquet (2007) e, acima de tudo, de lugar em Tuan (1983) expõe-se que a reterritorialização dos atingidos de Palmatuba não aconteceu. Assim, o questionamento sobre a reterritorialização no caso dos atingidos pela UHE Estreito de Palmatuba, carece porventura de maiores estudos teóricos metodológicos.

Para estes atores neoterritorialidades talvez não existam e sim, uma quase procura de um naufrago por uma ilha onde possa encontrar abrigo e segurança, até ser resgatado por um navio, um avião etc... e retornar ao seu lugar. Para estes atores o navio e o avião nunca chegarão como jamais retornarão ao lugar. Novos locais, novas territorialidades, mas sem lugar.

Os atores emigrados de alguns estados do Nordeste como Maranhão e Piauí se reterritorializaram em Palmatuba no início do século XX. Surge uma pergunta: se esta população

conseguiu se reterritorializar uma vez, por que não conseguirá agora? Isto não quer dizer que a reterritorialização ocorra novamente, pois o espaço e o tempo são outros.

Ao saírem do Nordeste fizeram sua diáspora, fugindo de condições adversas, das dificuldades, das intempéries. Ao chegarem em Palmatuba, encontraram neste local o seu alívio, a sua segurança, conseguindo facilmente, mesmo com todas dificuldades estabelecer vínculos. Quiçá, ocorra uma reterritorialização nas condições atuais, mas ela é incompleta, fragmentada e precária, principalmente pelo distanciamento com os vizinhos e com os bens naturais. Pensa-se que uma reterritorialização nestas condições não se enquadre como tal.

Torna-se fácil se sentir seguro e estabelecer vínculos quando se foge de condições adversas, como o fizeram emigrando do estado do Piauí, onde alguns eram tratados ainda como escravos do século XX. Diferentemente de agora onde foram expulsos do lugar onde mantinham relações próximas com a natureza/recursos e principalmente consigo mesmos.

“Muitos grupos sociais podem estar ‘desterritorializados’ sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólica-cultural” (HAESBAERT, 2007, p. 251). Continuando com o autor (2007, p. 252): “... podemos afirmar que assim como mobilidade não significa, compulsoriamente, desterritorialização, imobilidade ou relativa estabilidade também não significa, obrigatoriamente, territorialização.” No caso em estudo afirma-se que na atual conjuntura muitos dos palmatubenses estão desterritorializados.

A UHE necessitou desterritorializar os camponeses e outros povos, a fim de expor uma nova territorialidade neste local que é a monocultura da água. Há o processo de expulsão (desapropriação) com as indenizações que cria uma série de condições para que ocorra a saída (diáspora) desta população. Este processo causa danos psicológicos irreversíveis à população que é desapropriada por preços baixos e com medo de não ganhar nada, aceita propostas absurdas. Estas são algumas formas de produzir ou induzir a saída das pessoas que de certa forma obstaculizam o enchimento do lago.

A escolha da localização de represas hidrelétricas depende da relação custo/benefício e pela potencialidade energética. A análise benefício/custo estabelece, implicitamente, uma forma de compensação, ou melhor, uma ponderação entre a maximização dos benefícios e a minimização dos custos, mesmo para as análises em que é utilizada como único critério.

A construção dos reservatórios, no Brasil, tem obedecido, ao longo do tempo, às decisões de ordem técnico-econômica isoladas de apenas um único setor desconsiderando as demais formas de utilização da água no local do empreendimento, fato que tem provocado muitos conflitos. A especificidade de uma usina hidrelétrica exige uma abordagem multisetorial, desde a sua concepção, o planejamento, operação e manutenção, tendo em vista sua

influência social, política, econômica e ambiental, considerando o seu poder de atrair novos investimentos para uma determinada região. (ZITZKE, 2007, p. 93).

O histórico brasileiro é composto de controvérsias e discrepâncias. A herança colonial escravocrata deixa isso bem claro, negando-se a liberdade. Os escravos são o primeiro exemplo de desterritorialização cultural do Brasil. O território como lugar perde a identidade, a referência simbólica perde sentido e se transformam em não lugar, perdendo-se a identidade (HAESBAERT, 2006).

Nos governos que se sucedem no Brasil continuou ocorrendo o exposto por Haesbaert (2006). O Estado Novo foi extremamente desfavorável, com a mescla de repressão, autoritarismo, paternalismo populista, limitando os direitos dos cidadãos. O governo militar criou outro momento totalmente contrário ao desenvolvimento da cidadania, com o uso da repressão da ditadura contra os direitos sociais e políticos da população. Na atual conjuntura não se percebe grandes mudanças com relação à cidadania da população brasileira.

Como o processo capitalista de produção, representado pela UHE Estreito vai aceitar as reivindicações dos camponeses tradicionais de Palmatuba? Como este empreendimento hidrelétrico vai admitir os vínculos afetivos com o lugar e que isto em muitas situações não tem preço?

O objeto de estudo exemplifica esta descrição, pois as mudanças da função do espaço vão ocorrendo ao longo do tempo. Novos significados vão surgindo, na medida em que os descobrimentos avançam e a necessidade de lançar mão aos recursos presentes nos territórios para que o sistema capitalista siga na perspectiva do capital. Para que houvesse a capitalização do espaço foi preciso ocasionar a diáspora dos moradores das áreas inundáveis da UHE Estreito.

Muitos dos camponeses tradicionais se “afogaram” com o lago da hidrelétrica de Estreito. A diáspora material do corpo foi feita. Num país de grandes movimentos migratórios, os palmatubenses são mais um dos vários grupos emigrados, que deslocados de sua terra/lugar, procuram local para fixar-se novamente e sair da condição de migrante/errante.

... mesmo na condição de migrante, ele não tem certeza se um dia saiu da sua terra, e a dúvida do ficar ou partir é atroz, ao ponto de, no processo de mudança, ele ao mesmo tempo se perguntar se não teria ficado “morto por lá”. Este “levar a terra consigo” ou “ficar (simbolicamente) na terra de origem” envolve todo um questionamento muito pertinente num mundo de extrema mobilidade, de novos nômades, grandes diásporas migrantes e, ao mesmo tempo, de novos/velhos enraizamentos, de defensores ardorosos de seus antigos territórios. (HAESBAERT, 1999, p. 169).

As palavras de Haesbaert se referem ao poema de Carlos Drummond de Andrade, “A Ilusão do Migrante”. Sobre a migração no Brasil, mais especificamente na região amazônica pode-

se dizer que as pessoas fizeram uma diáspora. A população do lugar também fez a sua, o que parece ser típico nesta região do país.

Enquanto as migrações do sul para Mato Grosso e Rondônia ocorrem de uma só vez e duram no máximo 15 dias, as migrações para a Amazônia Oriental vem sendo feitas por etapas, demoradamente. Geralmente os migrantes saíram do Piauí, do Ceará. Foram parando por aí, pelo Maranhão, por Goiás. Eram moradores das fazendas, vaqueiros ou até mesmo pequenos proprietários. Saíram em busca dos “gerais”, das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins. (MARTINS, 1981, p. 120).

Martins (1981) coloca que estas situações são histórias épicas e cíclicas, pois esta população expulsa da terra anterior abria suas terras, derrubavam o mato, queimavam e roçavam. O movimento era cíclico porque o próximo passo era esperar o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado e a nova expulsão da terra.

No Brasil a saída do homem do campo ou êxodo rural desde 1950 causou preocupação a alguns grupos sociais. No campo, o grande latifundiário estava perdendo mão de obra barata ou gratuita. Na cidade o inchaço causado pelos imigrantes ocasionava preocupação e insegurança às classes sociais mais abastadas (MARTINS, 1997). Vários foram as causas de expulsão do homem do campo, ocasionando a sua diáspora. Dentre estas causas pode se elencar o grande número de barragens construídas neste mais de meio século da história recente do Brasil.

Percebe-se que a instalação do empreendimento causou mudanças na vida das populações que necessitaram emigrar. Não importa se as distâncias percorridas foram curtas ou longas, em todo o caso ocorreu uma transformação no modo de vida dos emigrantes, além da mudança em seu metabolismo e sua mentalidade (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Os palmatubenses não são os migrantes do século XXI que, desterritorializados, se reterritorializam novamente. São antes sim, os migrantes da expulsão e da expropriação, sempre histórica no país. Estes atores não se territorializam, pois não conseguem voltar ou encontrar ambiente parecido.

Assim, aproximam-se da situação infortunada de certos grupos indígenas do Brasil que até alguns séculos atrás fugiam para o interior do país emigrando da espoliação portuguesa, fazendo a sua diáspora. A partir de 1988, este grupo étnico está “protegido” por lei na Constituição Federal em seus territórios. Considera-se que a comunidade poderia ter se organizado na perspectiva de obter melhores indenizações e, assim, minimizar as suas perdas.

Na fotografia 5 a diáspora representada pelo caminhão de mudança carregado com os pertences de um morador da localidade. Os objetos carregados pelos camponeses de Palmatuba tinham pouco valor monetário. Estes eram simples como eram simples as pessoas de lá. Contudo

há uma relação inversa entre valores monetários dos bens materiais com relação ao sentimento e apego que fica para trás culminando com a desterritorialização do lugar.

No processo (Fotografia 5) fica para trás uma vida simples representada pela casa de pau a pique ao lado esquerdo. Acompanham-se lembranças recheadas de apego e sentimentalismo a um modo peculiar de viver e mais uma comunidade inicia a sua diáspora, para dar vez a outras territorialidades e outras ocupações do espaço, rumo à “modernidade e ao avanço”.

Fotografia 5 – Emigração forçada de Palmatuba: vão poucos bens e fica muito apego



Autor: Sieben, 06/03/2009

A história se repete a cada momento, os espaços, os tempos são outros, mas o resultado é sempre o mesmo, os humildes, os descapitalizados, os pobres, os “sem eira nem beira” desta Nação pagam o preço do eterno discurso progressista. Esta categoria de migrantes se enquadra na classe compulsória de mais pobres e conforme destaca Haesbaert (2007) estão na categoria de classes subalternas de exclusão social ou inclusão precária da ordem socioeconômica capitalista.

3.3 – Territorialidade e identidade dos camponeses tradicionais de Palmatuba

Além das categorias discutidas anteriormente, a territorialidade entra como “sub-categoria” fundamental, pois faz a relação com a identidade, o cotidiano na manifestação da identidade com o lugar e os novos desafios da população destituída da sua paisagem.

A territorialidade é considerada evidenciando-se as dimensões sociais, ou seja, econômica – E, política – P, cultural – C e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior – N. Saquet (2007, p. 24) coloca que: “É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) territórios(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas.”

Assim são os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade. (SAQUET, 2007, p. 25).

O território é como espaço de relações de poder, mas também é palco das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. O território envolve relações do homem na natureza/ambiente, discutidos sob a ótica da fenomenologia. Assim relaciona os sentimentos ao território, signos, percepções e a sua organização (RAFFESTIN, 1993). As territorialidades se manifestam nas relações e no objeto de estudo se estabelecem através da identidade, da comunidade, da afetividade.

... a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Ter consciência do espaço consiste na identidade, estabelecendo vínculos, através de práticas sociais produzindo o território, constituindo territorialidade. A perda dos laços culturais, econômicos, políticos ou sociais afasta os indivíduos da territorialidade (HEIDRICH, 2006). As pessoas do povoado de Palmatuba perderam os laços culturais, econômicos, políticos e sociais com o lugar. Pelos usos, pela apropriação do espaço se produz o território e a territorialidade, mas ela não existe mais aos atingidos.

A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas. A territorialidade como um componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um *esquema* para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados. (SAQUET, 2007, p. 84).

Para Raffestin (1993) a territorialidade pode ser exercida num sistema tridimensional entre sociedade, espaço e tempo. A territorialidade é controle ou o controle através da territorialidade. A territorialidade tem o sentido de pertencimento, nas relações diárias que podem ocorrer nos espaços de trabalho, lazer, escola, igreja, família e entre outros espaços (SAQUET 2007). Para Haesbaert (2007) a territorialidade pode ser entendida como dimensão simbólica do território.

Nas sociedades tradicionais, trata-se da mais elementar formulação de uma territorialidade, aquela que depende estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra, o meio no qual o grupo social está inserido, e que o transforma, assim, num “pressuposto natural divino” da existência humana... (HAESBAERT, 2007, p. 195).

Assim, a territorialidade de Palmatuba se produziu pela afetividade, identidade, pelas relações sociais, pelos enfrentamentos de dificuldades do lugar. Esta população teve um espaço natural dado (rio, coco, barro), mas estendendo a linha do tempo tem-se um espaço socialmente constituído pela população que exercia o controle do local. Mesmo que este controle não fosse comparado a de um Estado nacional. Mas, o controle de saber da organização do espaço, de conhecer as pessoas do povoado, de identificar os estranhos, enfim de ter intimidade com o lugar e desta maneira exercer alguma soberania mesmo de forma subjetiva.

A ideia de Estado-nação, sem contradições se daria onde a identidade se basearia no amor a pátria e cultura nacional. Esta é a opinião de Souza (1995), discutindo sobre a visão ratzeliana de território. Esta visão, conforme a sociedade poderá empobrecer as diversidades regionais ou sub-regionais de manifestações culturais. Na tentativa de homogeneizar a cultura, com certeza ocorre a poda de símbolos e manifestações, inerentes à diversidade cultural.

Isto, talvez, desse certo na Alemanha da época de Ratzel, e no Brasil, atual se constituiria em mais um fracasso e/ou extermínio de diversas identidades minoritárias que tem sofrido ataques desde os seus “quinhentos e poucos anos de história.” Dentre estas identidades minoritárias estão os camponeses, povos tradicionais, índios, quilombolas e muitos outros. Assim estes povos precisam do território para estabelecer as relações e manifestar a cultura. Não se vive sem o espaço e o território se manifesta no espaço através da territorialidade.

“... deve se compreender a territorialidade como o conjunto daquilo que se vive pelo conjunto no cotidiano, as relações de trabalho, familiares, comunitárias, de consumo, de tal modo a não homogeneizar a sociedade” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 138). Os autores comentam a seguinte situação sobre famílias ribeirinhas atingidas pela barragem de Porto Primavera no estado do Mato Grosso do Sul:

... grande parte das famílias ribeirinhas organizam e ordenam suas vidas a partir das relações afetivas com o rio e com a paisagem local proporcionada em grande parte pela própria presença do rio - água em abundância, solo úmido, vegetação exuberante, peixes em quantidade, argilas para olarias e atividades turísticas - caracterizando assim, um território próprio e muito particular. É o sentimento de pertencimento ao seu lugar, ao seu território. (SOUZA; PEDON, 2007, p.143).

A territorialidade é como uma complexa relação dos homens entre si e com o espaço, ela é muito própria, particular, única (KINN, 2010). As relações vão dando um caráter único, singular, não se repete da mesma forma em outro local. E quais são estas relações no objeto de estudo? Descobrir a especificidade do local? O lugar é único observado pela territorialidade. As territorialidades representam os tipos de territórios e as territorialidades dão vida.

Uma das características em Palmatuba foi a relação de parentesco e a proximidade das relações sociais, econômicas e culturais. Salienta-se a proximidade de vizinhança de uma moradia

para outra, aproximando com mais intensidade e adensando as relações das diferentes redes. Havia ainda o auto-consumo, reduzindo o acúmulo de capital e tecnologia rudimentar adaptada ao meio no qual a população se encontrava.

Como ocorre a territorialidade? A territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal (RAFFESTIN, 1993). Como o sujeito se situa nos novos locais de destino, como eram as territorialidades e como elas são agora? Para descobrir isto é necessário estender a linha do tempo a fim de compreender estas relações. As territorialidades são as dimensões das relações.

O que os palmatubenses tinham no lugar e tem agora no local? O lugar se transformou em local, localização, num simples endereço. As territorialidades afetivas deram espaço para as territorialidades sociais e econômicas. Estas relações de afetividades dificilmente se repetirão, pois o espaço é diferente.

Não há mais a presença do rio, do barro, do coco, a terra, ou seja, estes recursos não existem em outro local e assim se torna impossível estabelecer a mesma territorialidade, pois o ambiente, a natureza, os recursos não existem e assim a organização do espaço como a rua, caminhos, galpões, casas, frutas, vegetação, barro, rio, não se situam da mesma forma. E assim novas territorialidades vão se formando, mas são em outras dialéticas.

A territorialidade são os elementos que por sua vez têm uma história. Os atingidos carregam o lugar nas costas, pois anos de história não se perdem de um dia para ao outro, pois há o elo que liga sentimentos e as relações, e assim as territorialidades permanecem imaterialmente. A UHE Estreito destruiu Palmatuba e tentou e tenta contemporizar através de indenizações, com projetos ambientais e sociais.

Comentando sobre a identidade Souza; Pedon (2007, p. 135) fazem a seguinte afirmação: “... não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais.”

Inúmeras são as experiências de comunidades tradicionais que são atingidas por grandes empreendimentos e muitas destas resistem à modernização do território. Não cabem críticas a essa atitude anti-modernizadora das comunidades tradicionais. Pelo contrário, busca-se justamente a valorização desse modo arcaico de ver e perceber o mundo. Mesmo que esse mundo não ultrapasse as fronteiras da escala geográfica local.

A sensação de estar fora de lugar, de construir ou reconstruir uma territorialidade no sentido afetivo e de simbolismos poderá ocorrer com os ex-moradores de Palmatuba e foi o que se percebeu um ano após a sua emigração. Muitos estavam se sentindo fora do lugar. Sobre as relações espaciais faz-se as seguintes considerações de uma comunidade atingida por hidrelétrica

em Minas Gerais, que mesmo após muito tempo de sua desterritorialização ainda não reconstruíram o lugar.

Ao analisar todos estes aspectos e as modificações espaciais ocorridas naquele lugar, questionamo-nos sobre a existência de um sentimento de desterritorialização por parte daquelas pessoas, uma vez que já se passaram muitos anos da construção da barragem e os mesmos poderiam estar adaptados ao novo contexto. Mas, de acordo com a análise dos relatos dessas famílias atingidas, foi possível perceber que muitos ainda se encontram “fora” de lugar, ainda estão se sentindo realmente desterritorializados, pois afirmam que, após tantas modificações, aquele lugar “[...] agora aqui é pra viver só”. O sentimento de pertencimento e a identificação com o espaço modificado foram afetados e eles se percebem infelizes e insatisfeitos no local. (NOGUEIRA, 2007, p. 75).

Muitos povos primitivos ficariam na floresta e se lá não estão é porque foram expulsos (LÉVI-STRAUSS, 1975). Neste estudo não se objetiva denominar a comunidade de primitiva. No caso, a comunidade de Palmatuba não vivia dentro da floresta, mas manteve uma profunda relação de bem-estar e econômico, representado nas atividades diárias, ou seja, um modo de vida, relacionado aos babaçuais (Fotografia 6) e com o ambiente como um todo.

Fotografia 6 – Riqueza em Palmatuba: vegetação densa com predomínio de babaçuais



Autor: Sieben, 06/03/2009

Na fotografia 6 observa-se a presença da mata de babaçuais na comunidade. Foi no extrativismo vegetal desta palmeira que muitas famílias palmatubenses conseguiram viver, formar e criar filhos. O simbolismo representado pela palmeira é extremamente forte, pois esteve relacionada na atividade diária da comunidade, presente na paisagem, criando vínculos de territorialidade.

Uma comunidade, não importando o quanto idílica ela seja, tem o direito de viver em paz e na maioria das vezes representa um exemplo de desenvolvimento sustentável, que aqui se

denomina de relação socioeconômica e ambiental correta. O termo desenvolvimento sustentável parece um tanto economicista e não ecológico como se percebe por detrás de inúmeras práticas que se escondem atrás deste discurso.

O deslocamento compulsório é um dos principais efeitos da construção de hidrelétricas sobre a população atingida. Morando muitas vezes por muitos anos em determinado lugar, onde foram construídas relações sociais duradouras, e raízes foram firmadas, a população atingida se vê obrigada, em nome do progresso, a se deslocar para outra área ou se adaptar no entorno da represa, onde terá que reconstruir seus meios e modos de vida, laços de vizinhança e o conhecimento das manhas da nova terra. (NOGUEIRA, 2007, p. 33).

Discute-se o impacto ambiental, social, cultural sobre uma comunidade que pela justificativa progressista teve mudança radical em seu modo de vida. Assim, muitos atingidos por empreendimentos gigantescos são deslocados para beneficiar certas empresas de capital nacional/internacional, afirmando ser necessária a energia para as melhorias da nação.

Óbvio que há a necessidade de avanços, contudo os consórcios e o Estado lucram em todo o processo, e desta forma, a identidade com o lugar não pode ser entendida pela modernidade que contrasta com o enraizamento identitário e cultural de comunidades camponesas tradicionais.

Dessa forma, a ligação entre os povos primitivos e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, não apenas por causa da familiaridade e dependência, mas também porque as pessoas compreendem os lugares orgânica e espiritualmente, de maneira conectada. O domínio geográfico pode ser da área inteira que eles ocupam ou somente de lugares especiais e localizados. Há um apego à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, as montanhas e as fontes naturais são obras ancestrais de quem ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. (SAQUET, 2007, p. 84).

A modernidade observa com preconceito estas comunidades, mas estas, com certeza, são extremamente salutaras e a mudança de uma paisagem rural, arcaica e tradicional para uma paisagem urbana mesmo com o conforto, tecnologia e modernidade não significa o progresso para estas pessoas. Avanços para as populações que vivem em locais afastados significa manter o seu modo de vida, respeitando suas peculiaridades e características.

“O *tempo rápido* não se manifesta em todo o território brasileiro, por exemplo, nem envolve toda a sociedade no mesmo momento e na mesma intensidade, mas envolve os lugares em instantes e intensidades distintas, o que resulta em variadas combinações em cada lugar” (SAQUET, 2007, p. 130, grifos do autor). Os tempos lentos e rápidos de Santos (2008c) não são homogêneos e, assim, a particularidade dos lugares.

É possível que grupos mudem seus hábitos para serem mais modernos. É possível que mesmo sem leis alguns grupos passassem aos poucos a adotar novos elementos externos a sua

cultura, mas estas mudanças ocorreriam sob seu controle (TEMPASS, 2006). A busca pelo que comumente, denomina-se de modernidade deveria partir de opção própria.

Poder-se-ia pensar que o povoado vivia em uma caverna platônica, afirmando que para estas pessoas chegou o avanço. Afirmar-se que estas pessoas nunca estiveram nesta caverna e, portanto não precisavam ser acordadas, pois estavam cientes de onde estavam e só queriam sossego e isto é diferente de Platão (2006) citando o mito da caverna para pessoas que estavam arraigadas em crenças ou ideologias e assim não conseguindo refletir.

Todo grupo pode mudar na direção da “modernidade”, mas se cada grupo for “senhor” de suas próprias mudanças não teremos apenas “uma modernidade” (no singular) e sim “várias modernidades” (no plural), cada uma com as suas especificidades (que podem ser consideradas patrimônio) que lhe conferem identidade própria. (TEMPASS, 2006, p. 143).

De forma alguma busca-se um discurso anti-progressista, mas o que se objetiva é bem explicado por Porto-Gonçalves (1993, p. 17): “Enfim, ser contra a instalação de grandes hidrelétricas não significa estar contra a energia. O que se deseja é a abertura de um debate livre e democrático sobre as diversas alternativas energéticas para o país.” As alternativas energéticas existem conforme foi discutido a partir da tabela 1.

Desta forma, discute-se neste trabalho a falta de opção em mudar o seu ambiente. Os palmatubense foram forçados a mudar de ambiente, à sair do lugar, não lhes foi permitido viver o seu próprio tempo e lhes foi negada a opção de mudanças em direção à modernidade, se a vislumbrassem.

Para os camponeses tradicionais de Palmatuba este tempo de mudança veio muito rápido e com certeza estas pessoas não têm condições cognitivas de acompanhar esta rapidez. Desta forma, esta situação causa um transtorno, que os agentes interessados no “progresso” não querem discutir.

As comunidades e camponeses tradicionais e a população de Palmatuba compreendem o processo. Sabem da importância da geração de energia elétrica para a produção de luz que eles inclusive utilizavam, contudo o que não lhes é aceitável é o fato de eles serem os atingidos diretamente. Não existem outras formas? Outros locais?

A hidrelétrica rompeu a relação de comunidade que os palmatubenses tinham. Palmatuba era uma rugosidade, nos termos de Santos (2008c), no espaço homogeneizador que o capitalismo propõe. O modo de sobrevivência dos palmatubenses era uma rugosidade divergente do espaço homogêneo imposto pela conjuntura mundial. O viver em comunidade diverge do que propõe o modelo dominante. Esta divergência, esta rugosidade, esta “anomalia” precisa ser destituída, desterritorializada.

Vez após outra, no contexto do desenvolvimento cada vez mais rápido dos países e das tensões, sublevações e conflitos suscitados por ele, grupos de pessoas abandonam semivoluntariamente sua terra natal em busca do ganha-pão, impelidas por decisões governamentais ou, quem sabe, pela força das armas, e vão instalar-se noutros lugares, amiúde à porta de grupos mais antigos ou no seio deles. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 68).

Agora os palmatubenses produzem o espaço do tempo alterado pela UHE Estreito. A comunidade se separou, os laços sociais, econômicos, culturais e afetivos foram desterritorializados. Atualmente estão separados num raio de 100km. Mesmo os que moram próximo, em mesmos bairros, como acontece com a vila Ribeiro em Araguaína/TO, não se comunicam mais, ou o fazem mais raramente (Fotografia 7). A vila Ribeiro foi o local escolhido por algumas famílias de Palmatuba desterritorializadas.

A nova paisagem mostrada na fotografia 7 difere daquela encontrada enquanto camponeses tradicionais de Palmatuba. O asfalto, as calçadas, os veículos, as casas que dividem muros fazem parte da vida atual dos antigos moradores de Palmatuba. A sombra das árvores não existe mais, por Araguaína ser uma cidade onde estas não têm a função de fornecer sombra, aliviando o calor regional. O território é desconhecido, sendo compartilhado com novos e estranhos vizinhos e outras categorias sociais.

Fotografia 7 – Novo endereço e paisagem: rua Camomila, vila Ribeiro/Araguaína(TO)



Autor: Sieben, 21/02/2012

O espaço-tempo rural de outras espacialidades, temporalidades, territorialidades, afetividades foram transformadas pelo espaço-tempo urbano. Neste, as espacialidades, as temporalidades são diferentes, influenciados pelo capital. As territorialidades e afetividades, talvez sejam outros ou ainda não tenham sido ajustadas ou pior, pensando no psicológico destas pessoas, jamais se concretizarão novamente.

A população de Palmatuba tinha a territorialidade da afetividade, da relação com a paisagem, da percepção e da identidade com o lugar. Esta territorialidade foi construída antagonicamente, dialeticamente por aproximadamente 70 anos de história, desde a sua formação nas décadas de 1930/40 até a metade do ano de 2009. Os percalços incluem várias dificuldades com enchentes, difícil acesso, econômicas e outras situações.

Certos entrevistados se indagavam: “nós estávamos quietos no nosso canto. Porque foram mexer com a gente?” Nestas palavras se observa que esta comunidade tinha neste local seu espaço de sustento, sua vida, onde faziam a verdadeira função social produzindo para suas necessidades, vendendo os excedentes e tendo uma relação preservacionista com o ambiente.

Para alguns o momento mais difícil foi desde o conhecimento da necessidade de emigrar e a desterritorialização definitiva do lugar. Talvez neste momento tenha aflorado a identidade, a descoberta do lugar, quando do inesperado estava por vir. Muitos voltariam ao local onde nasceram, cresceram, construíram família e história de vida.

Histórias estas que jamais serão apagadas de suas memórias vivas. As imagens do passado conforme Bosi (1994) podem sofrer alterações porque as pessoas tiveram a percepção alterada pelas ideias, juízos e valor. Imagina-se que os dramas também podem distorcer estas imagens.

3.4 – O Lugar e a territorialidade: o pertencimento à Palmatuba

O lugar tem uma relação muito próxima com o ambiente. É no lugar que a vida se constitui, que ela ganha significados, que ela marca a vida das pessoas. No lugar há conflitos, mas estes, nas lembranças do passado fazem parte da história de vida de qualquer indivíduo. Talvez, a dimensão de lugar só ganhe sentido e se torne clara quando, infortunadamente ocorra a perda ao local de pertencimento, de significado e de identidade.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa do movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6).

Tuan (1983, p. 14) expõe que: “O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lugar para outro; é um objeto no qual se pode morar.” Para o autor, o espaço é abstrato e a sensação de espaço e lugar é diferente entre os diferentes povos. Quando o espaço é inteiramente

familiar torna-se lugar. Neste sentido e lembrando Raffestin (1993) com relação ao território, o espaço seria anterior ao lugar.

O lugar pode ser compreendido como um *contexto*, mediação entre o *particular* e o *universal* e como componente de nosso sentido de identidade; como território e territorialidade construídos histórica e geograficamente, pela relação efetivada entre os sujeitos e destes com o ambiente de vida cotidiana. (SAQUET, 2007, p. 109).

Poderia se dizer que em nível mais profundo ocorre uma ruptura entre a concepção de território e lugar. De forma gradativa que se avança sobre a intimidade do território, estabelecendo territorialidades e cotidianos a noção de lugar começa a se manifestar. Conhecer intimamente o território seria a ruptura para a noção de lugar se manifestar.

Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios constituídos com base nas suas respectivas cosmografias. (LITTLE, 2002, p. 10).

Território é poder, domínio e vínculo. Lugar também é domínio, mas, além disso, é encanto, é onde as pessoas se importam é o nó por onde passam as territorialidades. Lugar faz parte da vida das pessoas e as acompanha³. No lugar tem a especificidade do fenômeno, onde se dá a vida e se constitui território. A dimensão de lugar, talvez, seja compreensível somente quando se está fora dele, ou pior, quando o tenha-se perdido.

Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência. (TUAN, 1983, p. 20).

Tuan (1980) comenta sobre os sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) e de como estes poderão ser importante na percepção do ambiente. A percepção dos sentidos e sua intimidade e estabelecer relações de lugar. Os palmatubenses tiveram esta percepção, pois tiveram a relação com o ambiente. Eles produziam, viviam e habitam um ambiente próprio, onde a relação com a natureza fazia parte.

A criação de um lugar não depende de sua visibilidade. Um povoado, mesmo pouco frequentado devido sua localização geográfica, e por não apresentar símbolos que sobressaem, pode configurar-se como um lugar muito estimado e visualizado por seus admiradores. Ao contrário, a cidade necessariamente precisa de visibilidade. (FERRAZ, 2011, p. 82).

3 - Rossevelt José Santos - disciplina de Teoria em Método em Geografia Humana - primeiro semestre de 2011.

No lugar se estabelece o cotidiano, recebendo o peso do mundo, ocorrendo um desenvolvimento desigual nos diferentes lugares da terra. Os lugares têm duas noções: o de diferente em relação aos outros lugares e também pode se manifestar sob a ótica da segregação. “O social não pode permanecer, em termos de análise, submerso ao econômico e ao político” (DAMIANI, 2002, p. 162).

O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra recursos diversos e ordens. Desse modo, o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local. (SANTOS, 2008b, p. 25).

Santos (2008c, p. 314) observa que: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.” No lugar se manifestam as rugosidades, as diferenças, as dificuldades.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2008c, p. 322).

Vir para a cidade é deixar pra traz a cultura, pois se defrontam com um espaço que não ajudou a criar. Os migrantes trazem muitas lembranças que lhes são inúteis na luta cotidiana e a nova residência obriga-os a novas experiências, a reformulações. Assim há uma luta entre o tempo da ação e o tempo da memória. Novas territorialidades se constituem, tratando-se de uma relação dialética com o novo meio. A memória lhe remete ao passado e a consciência lhe remete ao futuro (SANTOS, 2008c).

O lugar também tem conflitos, envolvendo os pertencimentos, os enraizamentos. No lugar se passa por dificuldades, mas que se respeita que se tenta transpor empecilhos para ocorrer a sensação de se sentir bem e melhor. Ferraz (2011, p. 84) acredita que “... as pessoas não gostariam de deixar o lugar por causa das questões econômicas e sempre esperam dias melhores.” Tuan (1983, p. 22) analisa que: “No homem adulto são extremamente complexos os sentimentos e idéias relacionados com espaço e lugar. Originam-se das experiências singulares e comuns.”

“O adulto atribui forte significado a um determinado lugar, cujos sentimentos de apreço foram herdados da infância e o acréscimo de sentimento foi computado ao longo dos anos pelo lugar. Então, o adulto não quer deixar o lugar da sua formação primeira.” (FERRAZ, 2011, p. 84). Geralmente, os idosos sofrem mais com estas mudanças. “Na velhice, quando já não há mais lugar

para aquele ‘fazer’, é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. Lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz” (BOSI, 1994, p. 480).

Muitas pessoas atingidas pela UHE Estreito são anciãs e dificilmente comportarão um novo modo de vida e sua emigração não significa a migração da palmeira que os faziam trabalhar e dela tirar seu sustento. Com relação à velhice, Claval (2007, p. 94) comenta: “Vivem da lembrança dos dias felizes ou na ruminação dos momentos difíceis, dos lutos, e das infelicidades que marcaram sua existência.”

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente em seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade: (BOSI, 1994, p. 63).

Estas pessoas encontraram neste ecossistema o seu modo de vida, o seu enraizamento cultural. No estudo, o ambiente natural mantinha estas pessoas no lugar e dele viviam, mesmo com idades avançadas. “Nas épocas de desemprego os velhos são especialmente discriminados e obrigados a rebaixar sua exigência de salário e aceitar empreitas pesadas e nocivas à saúde. Como no interior de certas famílias, aproveita-se o braço servil, mas não o conselho” (BOSI, 1994, p. 79).

Na memória das pessoas idosas as lembranças são bem desenvolvidas. Para um adulto a vida é prática e a memória é fugaz. Para um idoso, lembrar do passado é reviver a substância de sua vida (BOSI, 1994). Para a autora (1994, p. 81), “Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia.”

Pode-se afirmar que a comunidade de Palmatuba era composta de pessoas auspiciosas. Com a informação do despejo futuro parte da população entrou em nostalgia, desde o ano de 2004 e, gradativamente foi perdendo o brilho do olhar. Por conseguinte, a comunidade entrou em processo de desterritorialização imaterial, deslocados do seu lugar naquele ano, mesmo que efetivamente continuassem a residir em Palmatuba. Este fato representou um ponto de ruptura para a comunidade.

Quando muitas destas pessoas já estavam em estado peremptório, só esperando a senilidade, surge uma nova realidade que os faz entrar em estado de “banzo”. Então a conformidade com a morte torna-se segundo plano, pois agora necessitam se adaptar a dura realidade, onde sua paz e sossego foram atingidos.

A indenização justa é o motivo pelo qual certos atingidos ainda persistem e lutam. Esta é uma questão arraigada e enraizada que se tornou única fonte de vida. Alguns dos atingidos não pensam mais nada e sua vida gira em torno de indenização daquilo que para eles ainda é devido. Parece que alguns dos atingidos têm neste único objetivo a forma de resolver toda a angústia e desespero que sentem.

O lugar é o mundo vivido onde se enfrenta o que vem de fora. O lugar Palmatuba foi ocupado pelas águas da barragem da UHE Estreito. Houve um redimensionamento deste lugar que agora se encontra presente somente na memória da população da comunidade, sobretudo dos mais antigos, aqueles que criaram a história do lugar na paisagem, estabelecendo território.

O espaço ganha uma nova função frente à instalação de uma hidrelétrica. O espaço visto para alguns como improdutivo se torna produtivo frente à possibilidade de produção de energia elétrica para atender às demandas das grandes indústrias e cidades das regiões do litoral do Nordeste e Sudeste. Desta forma, lembrando Carlos (2007) a área atingida se integra à economia mundial, mas se desintegra com as relações sociais do cotidiano.

O espaço perde a dimensão do lugar. No lugar ocorre a intimidade das pessoas, e onde se manifestam as relações sociais. Lugar faz parte da rede globalizada, seria um ponto, uma relação nodal na concepção de Santos (2008c). Já em Tuan (1983), seria uma relação de pertencimento com o espaço vivido. Talvez, significados adaptados a uma nova realidade para Santos (2008c) onde os locais ganham novas configurações conforme o tempo rápido atual em contraste ao tempo lento de outrora.

Para a comunidade o lugar permanece somente na memória, as novas territorialidades presentes na paisagem não têm significado sentimental, são apenas novas relações em um espaço para muitos dos atingidos desconhecido. Para os camponeses tradicionais de Palmatuba os apegos pessoais de identificação com o local onde passaram grande parte de sua vida poderão não se deslocar para uma nova morada. Talvez ocorra para os palmatubenses a seguinte situação: de quanto mais difícil, mais saudades a *posteriori*, mais enraizamento, mais identidade.

No decorrer dos trabalhos de campo surgiram algumas perguntas e uma delas foi o que vincula ou vinculava os palmatubenses à Palmatuba. Talvez se consiga responder estas perguntas com as reflexões que seguem. Será o rio, a terra, o babaçu que criaram os vínculos com o lugar e, assim constituindo uma territorialidade alicerçada pelas relações sociais?

Estas relações sociais também podem ser frutos da compartilha de dor e sofrimento ao carregar ou cuidar de uma pessoa enferma em noite de chuva com rede e carregada por duas pessoas que transpunham as dificuldades naturais (chuva e o ribeirão do Coco na fotografia 8, cheio que se tornava perigoso em épocas enches).

A fotografia 8 mostra o ribeirão do Coco. Este recurso presente na paisagem, de certa forma transformada antropicamente, era um grande empecilho em momentos de chuva. O córrego se transformava em um rio com correnteza forte e tentar travessia seria um risco e colocar-se em perigo. Esta também era a única estrada para entrar e sair de Palmatuba. O córrego em alguns momentos intransponível determinava bem o ritmo de vida desta comunidade. Em

períodos de chuva intensa, se não havia a possibilidade de entrar na comunidade as pessoas de lá também não poderiam sair.

Fotografia 8 – Dificuldade na única via de acesso à Palmatuba: travessia do ribeirão do Coco



Autor: Sieben, 05/06/2009

A concepção de lugar não configura somente situações agradáveis, mas também há adversidades. Vários são os exemplos comentados pela população camponesa tradicional de Palmatuba que se organizava para acudir algum enfermo. A relação comunitária pelas relações sociais é uma forma de expressar a territorialidade que se fixou na memória da população. Outrossim, nos aproximadamente 70 anos de história de Palmatuba, demais exemplos que exprimem a territorialidade estão presentes na memória das pessoas.

Os camponeses tradicionais de Palmatuba criaram e recriaram as relações com o ambiente e os recursos naturais, criando além de relações ou territorialidades, símbolos. Nisto reside em conhecer o território, com sua história, identidade, relações entre pessoas e natureza, proporcionando os aspectos culturais.

Na fotografia 9 a história da mangueira representa outra territorialidade, outra vida, testemunho de um tempo vivido, com sons, cheiros, histórias e vidas. Esta árvore frutífera é um resíduo, mas não no sentido etimológico da palavra e sim o elemento, mostrando tempos passados. Embaixo da sombra desta árvore aconteceram reuniões das quebradeiras de coco, algumas pessoas em dias de festa vendiam espetinhos de carne, em outros momentos era uma sombra para sentar e conversas.

Este é um exemplo ao se fazer territorialidades, esta árvore representa lugar, que está na paisagem e que está na lembrança de alguns dos atingidos. Os exemplos das fotografias 8 e 9 representam a territorialidade, as relações que estão nas lembranças dos atingidos. A paisagem

transformada no uso do território pela ação da territorialidade inserindo novos fragmentos no espaço adquirindo o significado de lugar.

Fotografia 9 - Símbolos na territorialidade do lugar: a mangueira (*Mangifera indica*)



Autor: Sieben, 04/04/2010

O lugar comunica-se com as outras categorias como a territorialidade, a identidade, a afetividade, o cotidiano, a cultura, o território e a paisagem. O lugar é a base material para que algumas destas categorias se instalem e dialoguem, se relacionem e inter-relacionem. O lugar é onde ocorre o preenchimento do vazio humano, é onde os desejos são atendidos. Lugar é descobrimento de si mesmo.

Palmatuba foi um espaço territorializado quando os atores construíram suas casas, fizeram seus quintais, ruas, igreja e demais símbolos. Desta forma existiu a territorialidade que se constitui num sentimento de pertencimento àquele local e assim se constituindo em lugar. Contudo aquele lugar não era prisão para os seus moradores, era antes, liberdade.

Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. O espaço fechado e humanizado é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. No espaço aberto, uma pessoa pode chegar a ter um sentido profundo de lugar; e na solidão de um lugar protegido a vastidão do espaço exterior adquire uma presença obsessiva. (TUAN, 1983, p. 61).

A discussão da pesquisa se deu pelo viés do território, pois ocorreu a desterritorialização. A territorialidade e o lugar existiram, mas muito provavelmente os palmatubenses estejam envolvidos em territorialidades que podem ser submetidas a uma reterritorialização onde o

significado de lugar não exista. Em não existindo a relação entre território e lugar, onde a presença de um não significa necessariamente o comparecimento do outro remete a não reterritorialização ou a uma reterritorialização conformada e, portanto incompleta.

Cada vez os objetos e coisas da ambiência deixam de ter com o homem a relação antiga do pertencimento, os objetos renovando-se cada momento e vindo de uma trajetória que é para o homem completamente desconhecida, a história dos homens e das coisas que formam o novo espaço vivido não contando uma mesma história, forçando o homem a reconstruir a cada instante uma nova ambiência que restabeleça o sentido de pertencimento. (MOREIRA, 2006, p. 164).

O território satisfaz pelo domínio e o lugar satisfaz pela paixão. O lugar se constitui pela produção de uma história mesmo que breve em um determinado local. O lugar perpassa pela territorialidade e assim chega-se inevitavelmente ao território. Não se pode esquecer que na intimidade do lugar e no domínio do território, sob a ótica da territorialidade, existe a paisagem.

A ambientalização é antes de tudo uma práxis. Nenhum homem se enraíza cultural e territorialmente no mundo pela pura contemplação. A experimentação da diversidade é que faz o homem sentir-se no mundo e sentir o mundo como mundo-do-homem. O enraizamento é um processo que se confunde com o espaço percebido, vivido, simbólico e concebido, e vice-versa, porque é uma relação metabólica, um dar-se e trazer o diverso para a coabitação espacial do homem sem a qual não há pertencimento, ambiência, circundância ambiental, mundanidade. Este dar-se é o processo do trabalho. (MOREIRA, 2006, p. 169).

Territorialidade é o elo afetivo, a perceptividade na paisagem. Lugar é mais profundo, ligado a emoção, é uma mistura de amor e ódio. Território é razão, enquanto lugar é emoção. Há racionalidade no território, enquanto no lugar existe a contemplação. Lugar e território completam a ideia de tríade com paisagem.

3.5 – A Paisagem no lugar e no território dos camponeses tradicionais de Palmatuba

A paz e o sossego em que vivia o povoado de Palmatuba foram extintos. Na atual conjuntura percebe-se o estado de inconformidade a que estas pessoas estão submetidas pelo fato de perderem o seu modo de viver, onde a sua cultura e sua estrutura de vida não foi valorada. Desta forma, esta população perde a sua referência, suas sensações diante das perdas que se avizinham, sobretudo as culturais nas oralidades, nas tradições, na organização comunitária e nas expectativas sobre os impactos na paisagem.

Para muitas pessoas a evolução vem acompanhada de uma vida dinâmica onde se tem muitas coisas a fazer durante o dia e o poder de usufruir da modernidade à noite. Muitos pensam que o progresso é isso e até mesmo confundem uma vida sossegada no interior de áreas rurais com uma vida atrasada e sem recursos.

Além desses apoios temos a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar. Há paisagens sonoras selvagens, das florestas, e tranquilas, das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores. Insetos, animais e aves têm seu ritmo diário, sazonal: o violoncelo das rãs no tempo chuvoso, o grito da saracura, o pio estridente dos pássaros que no início da primavera aprendem a cantar. O vento nas ramadas, o murmúrio das águas são fontes constantes de informação. (BOSI, 1994, p. 444).

Hobsbawm (1981, p. 286) comentou a vida nas idílicas cidades da Alemanha do passado: “Os poetas do romantismo alemão sabiam melhor que ninguém que a salvação consistia somente na simples e modesta vida de trabalhos que se desenrolava naquelas idílicas cidadezinhas pré-industriais que salpicavam as paisagens de sonho por eles descrita de maneiras mais irresistível.” Alguns destes lugares ainda existem na Amazônia, não no contexto de cidade, mas em povoados e vilas afastadas.

“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” (SANTOS, 2008c, p. 103). O ambiente terrestre é onde o homem age, onde faz sua luta diária para poder vencer os obstáculos da vida e que segundo Ross (1991, p. 10): “O relevo terrestre é parte importante do palco, onde o homem, como ser social, pratica o teatro da vida.”

Nesse panorama enormemente diversificado de ambientes naturais, o homem, como ser social, interfere criando novas situações ao construir e reordenar os espaços físicos com a implantação de cidades, estradas, atividades agrícolas, instalação de barragens, retificações de canais fluviais, entre inúmeras outras. Todas essas modificações inseridas pelo homem no ambiente natural alteram o equilíbrio de uma natureza que não é estática, mas que apresenta quase sempre um dinamismo harmonioso em evolução estável e contínua, quando não afetada pelos homens. (ROSS, 1991, p. 12).

Vale destacar que até mesmo o homem consegue fazer parte desta evolução/ transformação do relevo ou da paisagem de forma harmoniosa sem, contudo, entrar em conflitos com a transformação natural do relevo ou da paisagem. Existem exemplos de alterações na paisagem terrestre, onde o homem como ser animal, sem, contudo usar a racionalidade consegue interagir com o ambiente tornando-o saudável para ambos, sendo responsável pela esculturação da paisagem, adaptando-se às formas que esta lhe impõe ou oferece.

... as paisagens são frutos de uma evolução integrada complexa – de evolução ora lenta, ora rápida e desfigurante – participando de sua constituição uma ossatura rochosa básica, uma roupagem de produtos de intemperismo e solos, determinadas coberturas vegetais, e uma fisiologia específica, relacionada com a dinâmica climática e ecológica. (AB’ SABER, 1970, p. 24).

A paisagem representa o que se consegue observar num golpe de vista, cheiros, odores, sons. Pela paisagem se consegue ver e entender o território, os espaços, os lugares, os movimentos

e as territorialidades. Pelo lugar pode-se apropriar a paisagem através dos pertencimentos, das identidades e referências e assim pela paisagem pode-se ter uma apropriação imaterial que pode dar sentido à vida.

A ação humana é cada vez mais intensa sobre os recursos naturais, que, ao se apropriar do território e de seus recursos naturais, causa grandes alterações na paisagem natural com ritmo mais intenso que aquele que a natureza imprime. A fragilidade dos ambientes naturais frente às intervenções antrópicas é tanto maior ou menor quanto suas características genéticas e também ao grau de tecnificação que se tem disponível (ROSS, 1991).

Portanto, a paisagem na Geografia tem duas abordagens na antiga e atual discussão entre geografia física e humana. Esta dicotomia torna-se mais complexa quando se discute as categorias tempo, espaço e escala. Mas, neste estudo não se objetiva rivalizar as duas correntes de pensamento, mas sim integrá-las, juntá-las, relacioná-la.

Entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana. Tanto a escola alemã, como a francesa, que influenciaram a geografia brasileira, dão ênfase a aspectos diferentes da paisagem. A geografia alemã tem herança naturalista, desde Humboldt; a francesa desenvolveu observações quanto à região, formada pelas culturas e sociedades em cada espaço natural. (MAXIMIANO, 2004, p. 87).

“... a paisagem pode ser entendida como o produto das interações entre elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço” (MAXIMIANO, 2004, p. 90). Acrescenta-se que desta forma a paisagem vai criando significados e identidades para as culturas nestes espaços estabelecidas. A paisagem para o local de estudo foi uma mistura de elementos naturais em tempo geológico e elementos sociais constituídos em tempos humanos.

Para as pessoas do povoado importava a relação de pertencimento destes objetos (geológicos ou humanos) com o seu cotidiano. Busca-se discutir o que o relevo, o rio Tocantins, o coco babaçu, a igreja, a escola, o vizinho representam em suas vidas. Portanto a paisagem aqui é observada no todo e não separada, pois para estas pessoas ela é integrada e não desintegrada. Os elementos naturais e sociais se fundem e se tornam únicos fazendo deste lugar uma identidade que para estas pessoas era extremamente importante (Fotografia 10).

Ao fundo da fotografia 10 se observa o relevo da Chapada das Mesas, localizadas no estado do Maranhão. Na mesma direção a curvatura do rio para a esquerda que é acompanhada pela vegetação de mata ciliar na margem direita. Na mesma margem, as praias que serviam de atrativos turísticos no período de férias do mês de julho. Ao centro, o azul das águas do rio Tocantins.

Fotografia 10 – Paisagem à margem do rio Tocantins em Palmatuba: retrato de outros tempos



Autor: Sieben, 26/07/2009

As canoas da fotografia 10 representam o tempo humano de interação do homem com a natureza, provavelmente utilizadas por pescadores a fim de obter na natureza um dos elementos de vivência importantes aos camponeses tradicionais de Palmatuba: o peixe. Observa-se, à margem esquerda, parcialmente desmatada a fim de constituir caminho até as embarcações.

A paisagem pode ser vista em tempos geológicos: o relevo, as rochas, o rio, a vegetação e também pode ser vista no tempo humano, numa escala bem mais próxima em termos de tempo, representada pelas construções, estradas, artesanatos, criações, plantações e outros itens. Desta forma a paisagem é o resultado histórico das ações humanas sobre uma paisagem geológica há muito tempo formada.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

Bertrand (2004) manifesta que as paisagens físicas são quase sempre modificadas pela ação do homem. E isto pode acontecer transformando-se estas áreas em divisão de parcelas, de território, de comunidades e entre outras situações. Em termos de escala temporal a paisagem geológica apresenta-se imutável nestas coordenadas, e a escala temporal humana dinamiza-se a todo momento.

O homem tem neste local o poder de mudar a paisagem, portanto é o agente antrópico que faz as maiores modificações. E quais são estas modificações? Inúmera, especificamente em função da UHEE foi a de desterritorializar uma população que vivia nesta paisagem há mais de 70 anos e após isso foi a formação do reservatório da barragem de Estreito, atingindo elementos da

paisagem conforme evidencia a fotografia 11. A paisagem do lugar Palmatuba foi extinta. Com a extinção desta paisagem se perderam muitas características de Palmatuba. Há ainda alguns símbolos como as copas de árvores. Mas, estas existirão até se completar o processo de deterioração dos troncos das árvores.

Fotografia 11 - Transformação da paisagem: a mangueira perde o significado de lugar



Autor: Sieben, 30/12/2011

No final do ano de 2011 as copas das árvores ainda permaneciam, mas com grande deterioração, destituição da paisagem que um dia pertenceu aos palmatubenses. Os troncos certamente apodrecerão e assim só restará o relevo da Chapada das Mesas que também fez parte do golpe de vista desta comunidade. A mangueira da fotografia 11, em deterioração, representou a paisagem vivida.

Comparando as fotografia 11 e 9, há a perda do significado de lugar na paisagem. Na fotografia 11 a árvore se constituiu em apenas mais um dos elementos da paisagem após a formação do reservatório da UHE Estreito. O que representou espaço vivido com simbolismo se transformou em espaço. Talvez se transforme em outras territorialidades para aves que consigam fazer ninhos em uma árvore sem vida e sem significados humanos e em processo de decomposição.

Uma paisagem geológica se formando há milhões de anos juntamente com a paisagem elaborada e moldada nestes últimos 80 anos e que criou uma identidade para um grupo de camponeses tradicionais muda radicalmente a paisagem pretérita, dando novos significados ao território pela construção da UHEE.

A paisagem em tempos pretéritos mudava muito pouco. Moreira (2006, p. 158) expõe: “Quando os geógrafo dos anos 1950 olhavam o mundo, o que viam era a paisagem de uma

história humana que mal mudara de página no trânsito dos séculos XIX-XX. Viam a sombra das civilizações antigas, com suas paisagens relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas.”

A escala espaço-temporal deve fazer parte da análise da paisagem, uma vez que os processos geomorfológicos causam mudanças constantes nos cenários ambientais. Enormes lacunas existem nos levantamentos geomorfológicos brasileiros dos processos responsáveis pela gênese e dinâmica das paisagens atuais, para permitir a gestão racional do espaço. E os geógrafos poderão ajudar nesta gestão, munidos com a classificação espaço temporal de suas diferentes paisagens, em suas diferentes escalas (KOHLER, 2001).

Moreira (2006, p. 158) destaca: “As coisas mudavam, mas o ritmo da mudança era lento. De tal modo que se os geógrafos olhassem a paisagem de um lugar e voltassem a olhá-la décadas depois provavelmente veriam a mesma paisagem.” No local, a paisagem natural não tinha dinâmica tão grande quanto expõe Kohler (2001), mas considerando Moreira (2006) em tempos de atuação humana a paisagem teve constantes modificações ao longo de formação do povoado e o ponto de ruptura ocorre com o enchimento do reservatório da UHE Estreito.

Assim, as fotografias 9 e 11 mostram o ponto de ruptura na paisagem. A primeira recheada de simbolismos do lugar com territorialidades de pertencimento ao lugar e presente na paisagem relativamente natural com suas raízes fixadas no solo, representando vida. Na segunda, a perda da dimensão de lugar, sem pertencimento e presente na paisagem totalmente antropizada e flutuando na água como a população que lá viveu, representando morte. Este é o ponto de ruptura no lugar, no território e na paisagem, pois mudanças radicais aconteceram.

Há uma mudança brusca da paisagem que ainda se modifica, pois os galhos de árvores estão em deterioração. Esta mudança só o homem com as suas técnicas conseguiu imprimir, porquanto construiu a hidrelétrica, inundando a área. As territorialidades exercidas na paisagem mudaram o significado do lugar, que deixou de existir. Nas ilustrações percebe-se que o lugar voltou a ser espaço, talvez outras territorialidades possam existir, a dos peixes.

O empreendimento não pode compensar as relações sociais estabelecidas entre os moradores das localidades rurais afetadas, uma vez que os mesmos construíram ao longo dos anos toda uma vida, apesar de rudimentar, recheada de sentimentalismo e apego. Várias culturas são atingidas pelas águas das barragens que perdem a sua territorialidade e identidade com o lugar onde ocorre a transformação da paisagem. Conforme Leturcq (2007, p. 13): “As barragens no Brasil criam, por conseguinte, modificações importantes nos espaços rurais, nas paisagens, bem como nas populações e nas dinâmicas territoriais.”

Agentes de escala nacional/internacional mudam a configuração original (geológica) e adaptada (humana) e toma outros significados numa mudança radical da paisagem. A paisagem idílica dá lugar ao espaço econômico denominado de “progresso”.

3.6 – A comunidade Palmatuba: a relação com o ambiente e os bens naturais

A discussão que se busca fazer com o ambiente é a relação de não agressão que esta comunidade tinha com a natureza. Não se objetiva tratar a comunidade de forma simplista, mas sim ressaltar que como outros camponeses, comunidades e povos tradicionais, Palmatuba mantinha uma relação econômica, social e ambiental adequada com a paisagem. Tampouco está se discutindo sobre a questão do desenvolvimento sustentável da forma abordada pelo sistema capitalista de produção. Coloca-se que esta comunidade mantinha uma relação salutar com a natureza, pois dela obtinha grande parte do sustento necessário para viver.

Para Leff (2009, p. 75): “O ambiente aparece como um sistema produtivo fundado nas condições de estabilidade e produtividade dos ecossistemas e nos estilos étnicos das diferentes culturas que os habitam.” Carvalho (2008, p. 83) manifesta que: “... ambiente é o lugar das inter-relações entre sociedade e natureza.”

Na atualidade vive-se num momento de contradição em se tratando do meio ambiente. Atualmente o discurso ecologista está em moda e muitos o aproveitam como mera promoção pessoal. E isto ocorre nas mais diversas situações, desde empresários, políticos e pessoas da sociedade em geral.

Fica evidente, portanto, que o movimento ecológico está inserido numa sociedade contraditória e, por isso, são diversas as propostas acerca da apropriação dos recursos naturais. Saber distinguir dentre esses diferentes usos – o que implica estar atento a quem os propõem – é uma das nossas tarefas políticas, pois se todos falam em defesa do meio ambiente por que as práticas vigentes são tão contraditórias e, pior, devastadoras? (PORTO-GONÇALVES, 1993, p. 17).

O ambiente é modificado conforme a cultura. A cultura cria e institui uma ideia do que seja natureza. A natureza não é um conceito natural, mas sim uma ideia instituída pelos homens (PORTO-GONÇALVES, 1993). O autor faz a seguinte observação sobre cultura e a forma como ela é vista pelos de fora: “Toda cultura observada de fora ou sob a ótica de outros valores aparece como irracional. Em suma, *toda e qualquer cultura é um sem sentido que faz sentido para as pessoas que nela vivem*” (PORTO-GONÇALVES, 1993, p. 96, grifos do autor).

No mundo atual dificilmente encontram-se culturas que mantenham uma relação de respeito com o ambiente. Ainda mais difícil é encontrar grupos humanos que a divinizem. A relação de respeito com o ambiente há muito foi perdida. Hoje se estimula a dominação desta ou a subjugação por parte do homem.

O homem não é uma criatura racional, embora haja quem pense o contrário. Suas atitudes para com a Terra e suas reações ao ambiente têm variado através do tempo e ainda variam entre regiões e culturas [...]. O homem primitivo via a natureza como sinônimo de Deus, a exemplo de muitos povos “primitivos” de

hoje e, portanto, ela devia ser temida, respeitada e aplacada. No mundo desenvolvido da atualidade, as abordagens para a mudança ambiental oscilam desde “se pode ser feito, faça-se” até a filosofia da “volta à natureza” dos mais extremados ecologistas. A tradição cultural tem desempenhado o seu papel na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Por exemplo, a região sudeste da China apresenta semelhanças ambientais com o sudeste dos Estados Unidos, mas são muito diferentes em termos de reação humana aos referidos meios ambientes. (DREW, 1989, p. 1).

Drew (1989) expõe que o homem ocidental encara a natureza com a visão judaico-cristã, onde o ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus, portanto dando-lhe o direito de se sobrepor ao ambiente na eterna tentativa de dominá-lo. A questão ambiental fica mais melindrosa quando se tira do ambiente os deuses que protegiam os homens das mais diferentes intempéries. A partir deste momento, o pensamento passou a ser o seguinte: se deus(es) não habita(am) no meio natural, não há a necessidade de preservar a natureza.

Com os filósofos Platão e Aristóteles inicia-se um desprezo pelas pedras e plantas na época greco-romana. O cristianismo continuou na sequência com a dessacralização da natureza e a teoria antropocêntrica confirma esta prática. Assim tem-se o pensamento filosófico religioso ocidental da relação com a natureza, que serviu de base para manifestações capitalistas, baseadas na técnica e na ciência para subjugar o meio natural. As sociedades orientais e as comunidades indígenas são para aqueles que se envolvem com as questões ambientais, um modelo de relação harmônica com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 1993).

Na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros com muitas afinidades, devido a suas práticas históricas de adaptação. Ou seja, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas. (LITTLE, 2002, p. 18).

Tem-se mais medo do futuro, pois não se acredita mais no poder de mudar o futuro como nas décadas de 1960/70. Porém, neste clima de desesperança, a questão ambiental, talvez seja umas das esferas que hoje mais reúne esperanças e apostas nas mudanças de estilo de vida (CARVALHO, 2008).

Se em 1960/70 pensava-se em mudar o mundo através de ideais como a justiça, a igualdade social e com a paz, o que não ocorreu, hoje, a discussão ambiental é o foco da atenção e esperança e bandeira pelos que lutam por um mundo melhor. E dentre estes, mesmo sem saber, estão os povos tradicionais como: seringueiros, ribeirinhos, grupos indígenas, quebradeiras de coco e entre outros camponeses. Estes grupos tem uma relação salutar, mantendo uma simbiose com o ambiente e os recursos naturais.

Estes grupos sabem que sem o ambiente, seu modo de vida também não existe. Defendendo o ambiente, defendem seus usos, seus costumes, seus hábitos, enfim, a sua cultura. Este, talvez seja o verdadeiro “sujeito ecológico” conforme Carvalho (2008) e que tenha muito a ensinar sobre ao ambiente natural e suas relações com a sociedade.

Os povos tradicionais, e dentre eles as quebradeiras de coco babaçu, ainda mantêm uma relação extremamente salutar com o meio ambiente. A riqueza de informações destas comunidades tornou-se ultimamente uma grande fonte de informações científicas sobre a natureza.

Uma natureza “sadia” oferece em qualidade para as pessoas que a usa com técnicas consideradas rudimentares, conforme as suas necessidades. Brandão (2009) destaca as vantagens da natureza sadia da população de Mossâmedes em Goiás antes do advento das técnicas modernas que transformaram o espaço natural (cheio de matas) em espaço de negócio (cultivo de arroz). Esta natureza entra no contexto de paz, de sossego, sem ou pouca alteração ambiental, onde as comunidades vivem conforme seu próprio tempo.

Os palmatubenses ainda viviam na época da natureza semi-domesticada onde praticamente cada família produzia o que precisava, vendendo os excedentes, constituindo assim uma comunidade camponesa tradicional. O peixe era fonte complementar de alimentação. O babaçu a fonte mais direta de comércio com o artesanato vendido em feiras, na cidade, praia e na própria Associação de Quebradeiras de Coco.

A relação com a terra existia nos roçados. As famílias em Palmatuba cultivavam pequenas roças os seus mantimentos, armazenavam em suas casas a colheita de suas safras, vendendo esporadicamente o excedente no mercado da cidade de Babaçulândia ou quando alguém se dispusesse a ir à comunidade.

A forma como são tratadas as questões ambientais envolvendo os recursos naturais no país são um exemplo de como não devem ser feitas. Tornam-se pesadelo que afeta as populações mais carentes ou as minorias, como o exemplo de estudo. Muitos atingidos por barragens passam por um verdadeiro pesadelo que em muitos casos não acordam.

As dívidas externas dos países sem desenvolvimento econômico foram amortizadas, quando as classes subalternas permitiram, através de seus governos e elites que os seus recursos naturais fossem explorados pelo capital internacional. Esta foi uma das alternativas de alguns países sem desenvolvimento econômico para pagar empréstimos e “juros” contraídos ao longo de sua história (LEFF, 2009). No entanto, quem paga estas quantias e disponibiliza seus recursos não são os governos e as elites muitas vezes corruptas que contraíram as dívidas, mas sim a população que é desalojada por grandes empreendimentos.

Estas comunidades consideradas “atrasadas” e “simplórias” conseguem na prática resolver uma preocupação de autoridades internacionais. Estas comunidades conseguem com o seu padrão de organização social, seja nas trocas suportáveis, seja na satisfação das necessidades básicas da comunidade, resultados melhores com o meio ambiente do que os grandes projetos das sociedades desenvolvidas (MAYBURY-LEWIS, 1997).

O babaçu é a palmeira oleaginosa mais importante do extrativismo vegetal brasileiro. O babaçu fornece cerca de setenta subprodutos. As folhas são utilizadas como telhado das casas e do fruto pode se produzir o artesanato. O mesocarpo da palmeira é usado em mingaus de crianças, e o caule, aproveitado na estrutura de construções e marcenaria rústica. A casca da amêndoa pode se transformar em carvão. Também pode-se fabricar lubrificantes e combustíveis e ainda usado na medicina natural. Empresas como a Gessy Lever, a Nestlé e a Braswey são consumidoras de óleos e gorduras láuricas (VAINSENCER, 2008).

Além destas utilidades a palmeira tem outras inúmeras finalidades como, por exemplo, a queima do coco para carvão vegetal. Também se extrai o palmito que é explorado em indústrias alimentícias instaladas no estado do Tocantins. Além disso, ainda se tem o azeite e poderia se houvesse interesse político/econômico, ampliar o potencial para a produção de biocombustíveis e, também de bioeletricidade.

O babaçu representa a defesa de um modo de vida de comunidades camponesas e povos tradicionais. Representa a manifestação de identidade e de territorialidade das quebradeiras como nos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins (REGO; ANDRADE, 2006). Observa-se que esta espécie é extremamente importante e rica economicamente, sendo inegável a grande importância de inclusão social e econômica para muitos camponeses e comunidades tradicionais e poderia ser uma alternativa a fim de propiciar melhores condições aos camponeses tradicionais, inclusive na geração e energia.

O babaçu é uma palmeira frequente em toda a região amazônica, com maior incidência nos estados do Maranhão, Piauí, e Tocantins e ainda nos estados da Bahia e Mato Grosso, habitando florestas fluviais e vales de rios. A espécie alcança de 20 a 30 metros de altura.

Esta espécie é resultado de uma vegetação secundária. Com o desmatamento consegue facilmente se desenvolver, tornando-se uma praga para os pecuaristas que utilizam de diversas técnicas para eliminá-las, gerando conflitos territoriais em muitos estados onde a palmácea se localiza, inclusive na região norte do estado do Tocantins (Bico do Papagaio).

Sublinhemos neste caso a combinação da luta pela terra com a luta por um determinado modo de vida, que implica a defesa dos babaçuais. A dimensão ambiental emerge profundamente ligada às questões social e cultural, sem admitir separações abstratas entre o natural e o cultural. Perceberam essas populações que a defesa de seus modos de vida implicava a superação dos níveis de miséria a que estavam submetidas. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 153).

Desta forma, há um grupo constituído de mulheres quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores artesanais, associações de moradores, catadores e recicladores que lutam para legitimar formas de usos de bens ambientais e com estes manter um contato de convivência e interação. Assim todos dependem de um ambiente equilibrado e o conflito que está posto é a luta por um modo de vida aonde o ambiente é respeitado (CARVALHO, 2008).

Na relação homem versus natureza o termo versus significa contrário, contradição. Mas contrário a quê? A natureza? E isto representa a relação conflituosa que o homem tem com ela, pois esta não se defende, não ataca, apenas propõe respostas nem sempre interpretadas pelo ego antropocentrista ocidental de origem filosófica e religiosa. E muitas vezes se faz uma interpretação errada das atitudes da mesma, pois muitos das catástrofes naturais sempre existiram mesmo antes da humanidade estar presente no planeta.

... um empresário capitalista vê na floresta amazônica uma possibilidade de uso diferente da que, por exemplo, concebem os caboclos posseiros da região. Se o ponto de vista capitalista é o privilegiado, o desdobramento será uma ou várias soluções técnicas determinadas com este objetivo, porém, se o ponto de vista dos posseiros e caboclos é o que prevalece, necessariamente outras soluções técnicas advirão. (PORTO-GONÇALVES, 1993, p. 57).

Existem grupos, principalmente os econômicos que acreditam ser os senhores do planeta e se apropriam da natureza como estoques de recurso de energia ou de informações. Foi no século XVIII com a Revolução Industrial que a triunfante indústria se apoderou do ambiente, degradando-o. Francis Bacon no século XVII expôs que a natureza deveria ser tomada, escravizada, e torturada, a fim de se extrair seus segredos (CARVALHO, 2008).

Na medida em que a sociedade avança com as técnicas isto se torna cada vez mais possível. Além da dominação da natureza domina-se, tortura-se, escraviza-se seres humanos que dela fazem parte e dela necessitam para viver. Além de ser uma relação homem versus natureza, tem-se uma situação de homem contra homem.

Para os criadores, subvencionadores e administradores da política energética, as populações são encaradas como um problema a ser resolvido para a instalação de algum projeto, e é por isso que a perspectiva de ver os atingidos como cidadão é negada. [...] Como para o capitalismo todo o espaço é, ou poderá ser, mercadoria, a natureza encontra-se sempre como “almoxarifado” do mercado, portanto, preservação do meio ambiente e o capitalismo não são coisas compatíveis, este modo de produção é sinônimo de depredação ambiental, o que quer dizer que o ambiente (social e natural) foi e/ou será destruído por uma política pública irresponsável... (ZITZKE, 2004, p. 25).

Para viver os camponeses tradicionais de Palmatuba utilizavam-se de outros territórios, extrapolando a posse das terras. As atividades pesqueira e extrativista faziam parte da vida desta população. A necessidade do uso dos recursos naturais fez nascer uma relação única de simbiose

com a natureza. Pois, com ela parcialmente intacta representava vivência e prosperidade para a comunidade.

Palmatuba foi constituída de camponeses tradicionais e as suas relações vinculadas ao lugar, com o sistema de manejo dos recursos naturais determinados pelo ritmo dos ciclos naturais, no caso em estudo pelo sistema determinado pela dinâmica do clima. O clima seco e chuvoso determinava a vazante e a cheia do rio Tocantins, respectivamente. Outra caracterização é a noção de território e espaço por onde esta comunidade se reproduzia social, econômica e socialmente. Estas aprendizagens foram perpassadas dos mais velhos aos mais jovens.

Os camponeses tradicionais de Palmatuba tinham os seus lotes, mas os recursos como o barro e o coco babaçu eram de uso comum. Isto se deve por se tratar de uma comunidade com grau de parentesco e solidariedade muito grande. A ideia de propriedade não persistia ou era incipiente.

É lamentável, que este modo de vida com relação próxima aos bens naturais foi discriminado oficialmente tanto pelo poder público e empreendedor, que consideraram a sociedade de Palmatuba atrasada, desconsiderando a relação com o seu território, lugar e paisagem.

No capítulo 4 a seguir a discussão do antes, do durante e do depois da notícia da UHE Estreito se instalar e a conscientização da desterritorialização por vir, por parte dos camponeses tradicionais de Palmatuba.

4 – DESTERRITORIALIZAÇÃO E MUDANÇAS DA PAISAGEM EM PALMATUBA

Neste capítulo evidenciou-se o modo de vida, a história do lugar, o histórico de vida, as lembranças. Sobre como foi o antes, o durante e o depois da UHE Estreito se instalar e estabelecer os pontos marcantes para esta população, mostrando o(s) ponto(s) de ruptura no processo de territorialização e desterritorialização de Palmatuba.

Na seção que segue mostrou-se o entrelaçamento do que fora discutido nos capítulos anteriores. Primeiramente, buscou-se fazer uma abordagem do território e sua relação com lugar e paisagem.

Discutiu-se a atuação do Estado com o empreendedor (CESTE) e o resultado desta união manifestado para os camponeses tradicionais de Palmatuba. A partir da metodologia estabelecida no roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas (Apêndice 1) e nas pesquisas de campo com os atingidos, utilizando o recurso de fotografias a fim de mostrar a alteração paisagem, a partir do ano de 2004.

Ressalta-se que as discussões que seguem foram ordenadas de acordo com as questões abertas e fechadas presentes no roteiro de entrevista. Com algumas exceções foram feitas adequações e algumas questões foram discutidas articulando com o assunto. O roteiro de entrevistas foi aplicado no mês de abril e início de maio do ano de 2010, um ano após a emigração de Palmatuba.

Utilizou-se o termo entrevistado, pesquisado, representante, palmatubense, população, povo, família, agente, objeto de estudo e entre outros para que não se repetisse o termo camponês tradicional. Os sinônimos da classe social ora elencada não receberam rigor teórico e metodológico, retratando se apenas em um jogo de palavras conforme Turato (2003).

As classes sociais, camponês (MARTINS, 1981), povo tradicional (ALMEIDA, 2004) e o Decreto 6040/2007 foram a mescla da categoria social estudada. Sem criar categorias sociais entendeu-se que o modo de vida rural com práticas relacionadas à roça, plantações e criações e a localização geográfica de ribeirão e convivendo e mantendo relação orgânica extrativista com babaçuais, camponês tradicional seja o termo mais adequado para os agentes em estudo.

4.1 – Identificação e histórico familiar: memórias do lugar

Palmatuba era uma comunidade diferenciada e que tinha as suas peculiaridades. Oficialmente foi considerada área urbana, denominado bairro Palmatuba, cuja população apresentava os seus modos próprios de viver e perceber o mundo. Apelidada ou denominada de

Garrancho, o termo Palmatuba consagrou-se com o passar do tempo, sobremaneira após a comunidade ganhar maior destaque com o artesanato do coco babaçu produzido lá.

A fotografia 12 mostra a rua principal de Palmatuba. As casas estavam ordenadas em lotes de aproximadamente 30m de frente, dispostas uma do lado da outra, nos dois lados da rua. As casas eram de alvenaria rústica cobertas de telha e paredes de tijolos sem reboco. As telhas e os tijolos foram produzidos na própria comunidade.

Fotografia 12 - Palmatuba: rua principal e casas de adobe (cotidiano do lugar)



Fonte: Castro, 2009

Org. Sieben, 03/02/2012

As casas eram construídas de adobe e algumas eram cobertas com palha de coco babaçu (Fotografia 12). Era comum as portas das residências abertas, mesmo sem a presença de moradores em casa. Dentro das moradias, geralmente havia uma sala, uma cozinha e dois quartos: um para o casal e outro para os filhos. Raras eram as casas que tivessem mais quartos para os filhos ou até mesmo uma dispensa e ainda banheiro interno.

Havia a presença de árvores na frente das casas e principalmente muitas frutíferas nos quintais, fornecendo sombra (Fotografia 12). Algumas pessoas nas portas, observando o movimento e a presença de estranhos. A rede elétrica era composta de postes de madeira em deterioração, mostrando sinais de outro tempo (década de 1980) onde os postes de concreto ainda não eram frequentes, principalmente em áreas rurais da Amazônia Legal. A rua sem pavimentação foi o retrato de uma comunidade localizada às margens do rio Tocantins.

A pesar da fotografia 12 não retratar, mas em observações de campo as casas necessitavam de manutenção, representado por algumas paredes rachadas e telhas, tijolos, portas e janelas antigas e deterioradas. Isto não quer dizer que a população de Palmatuba era desleixada e o local deixado à própria sorte. A população de lá sempre teve cuidados com o lugar dentro das

medidas que lhes eram cabíveis. Salienta-se que desde o ano de 2004 a população perdeu a esperança tornando-se um ponto de ruptura e não houve mais preocupação e ânimo com a infraestrutura, haja vista a desterritorialização por vir.

Para o empreendedor, este tipo de moradia foi considerada precária, justificando que as pessoas moravam de certa forma em locais precários (CNEC, 2001). Entende-se que o instrumento ambiental utilizou este termo para qualificar a precariedade de infraestrutura básica local/regional. Imagina-se que tal perspectiva era um discurso de acordo com Caregnato; Mutti (2006), a fim de maximizar os benefícios da UHEE e diminuir a riqueza cultural regional. Palmatuba não poderia ser considerada precária no sentido etimológico da palavra, pois nem sempre a riqueza de um lugar pode ser medida pelas condições de infraestrutura.

As casas tão logo eram desocupadas foram derrubadas por trator. Esta medida era tomada para evitar que algum atingido retornasse, destruindo-se ou desestimulando qualquer ilusão quanto ao retorno. Certos camponeses tradicionais atingidos manifestaram inconformidade com a ação da destruição das casas tão logo saíram.

Grande parte dos entrevistados nasceu em Palmatuba, no entanto havia camponeses tradicionais que nasceram nos estados do Maranhão e do Piauí. Estes e os demais relataram que fugiam de situações de extrema pobreza e de falta de condições para a dignidade humana. Há relatos de que algumas famílias eram tratadas como escravos em fazendas nos estados de origem. Desta forma, fugindo de condições adversas e fazendo a sua diáspora muitos pararam em Palmatuba por mera coincidência e aí se estabelecendo, ocorrendo a territorialização do lugar.

Nós viemos porque meu pai vivia lá morando de agregado. Então minha mãe chorava todo dia porque nós passava mal nessa fazenda que nós morava. Nós vivia comendo pouco por conta de um patrão miserável que só queria o serviço dos trabalhadores. Naquele tempo era tipo um escravo. Trabalhava pra esse homem e pouco recebia. Recebia aquela mixaria de coisinha, de uma roupa que nós comprava. Ah, e vendia farinha pra pagar aquelas coisa que nós comprava porque só o serviço não dava pra pagar. E era tipo escravo, que nós vivia lá. (Entrevistada 9, R. S. R; 15/04/2010, 78 anos).

Foi nas falas das pessoas pesquisadas que se percebeu a dimensão do que representava o lugar. Tentou-se descrever as falas, sem correção ortográfica e de datas, tampouco caricaturalizá-las (WHITAKER, 2002). Muitos entrevistados não sabem sua origem étnica, ou não têm noção, mas dentre os informantes alguns se declararam pardos, negros, descendentes de índios e de escravos. Existe uma miríade das origens étnicas destas populações que emigraram de estados do Nordeste para a Amazônia oriental (RIBEIRO, 2006). A própria origem camponesa brasileira é de diferentes etnias (SOUZA, 2011).

Há incertezas quanto ao início do povoado, mas nas entrevistas e após a tabulação dos dados observou-se imigrantes que chegaram no ano de 1936 e outros, muitos são da década de

1940, e anos subsequentes até o início do novo milênio. Leandro (2008) manifestou em seus estudos a década de 1920 como início de formação do povoamento do município de Babaçulândia. Dentre os atingidos, havia anciãos e nas entrevistas estes se fizeram presentes, chegando-se até à idade de 80 anos. A faixa etária dos entrevistados variou de 25 até 80 anos e foi relevante a presença de jovens na comunidade.

A presença da religião católica foi marcante no povoado, com duas famílias se manifestando evangélicos. A religião predominante determinava grande parte das festas do local e o festejo de Bom Jesus da Lapa (nome da capela – Fotografia 13) foi muito lembrado, bem como o Divino Espírito Santo, as festas juninas, entre outras.

Fotografia 13 – Palmatuba: capela Bom Jesus da Lapa (presença da religião Católica)



Autor: Sieben, 29/03/2009

A simbologia da capela está presente na cruz à esquerda e acima desta o sino cujas badaladas anunciaram as missas e outros comunicados para a comunidade (Fotografia 13). Com relação à capela, a população ficou inconformada com a sua destruição, pois segundo relatos havia imagens de santos em seu interior.

Nas entrevistas houve destaque para a festa da Associação de Quebradeiras de Coco. As festas aconteciam com maior frequência nos meses de julho e agosto. Há de se destacar que os festejos coincidiam com os meses de menor intensidade pluviométrica ou seca que lá é denominado regionalmente de verão. Os ritmos da natureza, principalmente do clima, era determinante nas atividades da comunidade.

Os festejos geralmente eram realizados na Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu ou no salão de festas da comunidade. Relata-se que o período festivo, mais intenso, coincidia com a época anual das praias e assim o local ficava bastante movimentado. Destaque para os finais de semana quando vinham os familiares e turistas, dinamizando o lugar.

No total foram feitas 26 entrevistas que coincidia, aproximadamente com o número de casas existentes no local e assim pode-se afirmar que residiam em Palmatuba 26 famílias até o ano de 2009, pois todas as casas estavam ocupadas antes da construção da hidrelétrica. O relatório de CNEC (2001) considerou os palmatubenses como população urbana (povoado Palmatuba), sendo 35 famílias atingidas e com 150 o número de pessoas afetadas.

Observa-se um desencontro entre o número de atingidos de 2001 até 2009. Lembra-se que a maioria dos nomes dos entrevistados, em torno de 24 foram obtidos com a empresa responsável pela emigração, Barros Engenharia, sendo este o total de indenizados, teoricamente. Nesta conta seriam 10 famílias sem indenização.

Pelas características, o local não poderia ser enquadrado como urbano, pois as atividades desenvolvidas eram ligadas ao rural. Palmatuba era oficialmente considerada bairro de Babaçulândia: a vila Palmatuba. Há um desencontro entre denominações como: vila, bairro e povoado. Desta forma, resume-se a questão com área oficialmente urbana com marcantes características rurais.

As famílias presentes tinham até oito filhos, contudo havia casais que não tinham nenhum e assim uma alternância entre famílias grandes e pequenas. Como havia uma dinâmica migratória pendular considerável dos filhos entre idas e vindas a Palmatuba e a peculiaridade de para alguns representar segunda morada, tornou-se limitado especificar o número total de habitantes que poderia ser de aproximadamente 130 pessoas.

Com segurança verificou-se que o número de palmatubenses estava diminuindo na medida em que os idosos faleciam e os jovens buscavam alternativas para viver. Muitos filhos moravam com os pais, mas havia aqueles que não residiam na comunidade, contudo mantinham uma relação muito íntima, visitando familiares e amigos nos finais de semana. Havia aqueles que mantinham contato mais restrito por morarem em outras cidades ou estados.

A relação do grau de parentesco foi perceptível, pois muitos dos casamentos ocorriam dentro do povoado, sendo comum o camponês tradicional entrevistado se referir aos vizinhos como tio, irmão, pai, cunhado, prima e entre outros. Os entrevistados eram tanto do sexo masculino quanto do feminino, quase um número igualitário de representantes em cada gênero.

O grau de estudo entre os palmatubenses também variou, pois as pessoas mais antigas eram semi-alfabetizadas com presença significativa de nível de estudo denominada de 4º série do Ensino Fundamental, na época. Os mais jovens conforme a sua idade estavam em grau de estudo correspondente, com alguns cursando ou terminado o curso superior.

A ocupação principal das pessoas do lugar era com a roça (lavradores/as), com o barro (tijolos/telha/cerâmica) e com o rio (pesca/lavar roupa) quebradeiras de coco (algumas exceções quebradores), mas na atividade com o coco babaçu e de lavagem de roupa era essencialmente das

mulheres. Aos homens cabia a lida na roça e com poucas cabeças de gado que eram também utilizadas para a subsistência, além do manuseio do barro nas olarias. O catar o coco no mato, transportar e fazer o artesanato era uma atividade destinada às mulheres.

Estas eram as atividades que, de certa forma, propiciavam algum rendimento que dificilmente ultrapassava de um salário mínimo, corroborada com os estudos de Castro (2009). Estas atividades eram representativas ao ponto de estarem organizadas em associações como de oleiros e quebradeiras de coco.

A Associação de Energia Elétrica foi formada nos anos de 1980, onde a comunidade conseguiu, por doação, os postes de luz que muitos tiveram que tirar do mato de fazendeiros próximos da área, pagando pelos demais materiais para que pudessem ter energia elétrica. Quanto a este item houve muitas reclamações por parte dos atingidos, pois uma vez doados lhes pertencia, contudo há informações de que a prefeitura municipal de Babaçulândia se apropriou dos postes de luz, que eram de madeira. Antes da eletricidade, a comunidade obtinha energia com a queima de óleo combustível, não atendendo a todas as casas.

Apesar das dificuldades impostas pelo trabalho exaustivo, além de outras intempéries, Palmatuba foi considerada confortável pelas famílias entrevistadas. Um pesquisado afirmou que não sentiu-se confortável lá, sendo exceção. A sensação de segurança e liberdade foram marcantes e poucos tiveram sentimento de solidão.

A entrevistada 3 (T. J. M. S; 02/04/2010, 56 anos) manifestou que “Ficava a vontade em todo sentido”. Para a entrevistada 2 (M. O. F. A; 02/04/2010, 44 anos) “O tempo passava que nem via”. Observações feitas pelos camponeses tradicionais entrevistados relataram que era natural dormirem de porta aberta, tinham liberdade, havia a presença de familiares e vizinhos.

A comunidade de Palmatuba não padecia de tédio que é uma situação incômoda em muitas sociedades urbanas como comentaram Elias; Scotson (2000). Em Palmatuba as atividades de trabalho, lazer, as relações de vizinhança e com o ambiente não permitiam o vazio e o tédio. O tempo ocioso era naturalmente preenchido e as diversões se caracterizavam como comunitárias.

O lazer estava essencialmente relacionado ao rio Tocantins e a diversidade de opções que oferecia. A margem do rio Tocantins (Fotografia 14) era um lugar/paisagem destaque onde gostavam de ficar, admirar e exerciam várias atividades. Local para pescar, lavar roupa, tomar banho. Ao observar a paisagem bucólica do lugar se entende o porquê deste ter sido destacado pelos palmatubenses.

As canoas ancoradas na beira do rio significam a pesca em locais mais afastados. As águas azuis do rio contrastam com as demais cores da paisagem, refletindo as nuvens, que por sua vez anunciam o período chuvoso do mês de novembro, enchendo as canoas dos pescadores de águas pluviais (Fotografia 14).

Fotografia 14 - Margem do rio Tocantins: paisagem e territorialidade em Palmatuba



Autor: Sieben, 15/11/2010

As praias estavam concentradas na margem direita do rio Tocantins em função da própria dinâmica dos processos de erosão e de deposição. O terreno perde altimetria gradativamente. Após as praias, a vegetação constituinte da beira do rio no estado do Maranhão. Na fotografia 14 observa-se o relevo da Chapada das Mesas, morros testemunhos de outros tempos geológicos.

A territorialidade em sentido de cotidianidade, temporalidade e imaterialidade conforme Saquet (2007) se manifesta. O homem está presente por ser ora um elemento, ora o modelador, o arquiteto constituinte na paisagem deixando suas manifestações e formando parte da história da mesma. Os elementos físicos, biológicos e humanos comentados por Bertrand (2004) estão presentes nesta paisagem.

Entre as décadas de 1940 e final de 1980 transitavam no local embarcações de até 40 toneladas, carregando o coco babaçu na margem do rio. O valor pago era irrisório frente ao trabalho de coleta, carga e transporte do produto *inatura*. Nas décadas de 1950 a 1970 Palmatuba tivera uma atividade intensa inclusive tendo mercado de trocas de mercadorias por produtos primários e a população era maior.

Certos entrevistados comentaram que o povoado era maior e mais movimentado que a própria cidade de Babaçulândia. Os produtos vendidos na margem do rio eram comercializados numa espécie de cais que já não existia mais no novo milênio. O cais teve importância até a década de 1980. Com as constantes enchentes no local se tornou inviável a presença de muitos moradores e assim a sede do município ficou estabelecida à distância de 5km de Palmatuba.

A grande cheia do rio Tocantins no ano de 1981 foi muito comentada pelos moradores de Palmatuba e de Babaçulândia. Os ribeirinhos, especialmente de Palmatuba, tiveram que sair de suas casas até o rio voltar ao nível normal. O impacto dessa enchente fora comparado aos efeitos da futura construção da UHE Estreito, pois as águas chegariam na mesma cota topográfica. Contudo, a cota de 156m é maior que a referida enchente e observações em campo referendam isso. Salienta-se que os efeitos da UHE Estreito foram muito maiores que as enchentes do rio Tocantins.

Alguns dos camponeses tradicionais entrevistados lembraram da sua roça, o quintal com as árvores frutíferas, vizinhos, o canto dos pássaros e deram destaque para as mangueiras. A fotografia 15 retrata o fundo de um dos quintais de uma das casas de Palmatuba. O quintal apresentava-se repleto de árvores muitas delas frutíferas. Na ilustração aparece o canto da casa simples com a porta voltada para o fundo do quintal.

Fotografia 15 – Palmatuba: contrastes da paisagem do lugar e o trator símbolo de destruição



Autor: Sieben, 26/07/2009

Na fotografia 15 observa-se uma cisterna de onde os moradores obtinham água para consumo, escondida atrás do trator. O trator em destaque, representa a destruição do lugar, exercendo outra territorialidade por vir, transformando radicalmente a paisagem. Tão logo os moradores desocuparam as casas, estas e parte da vegetação foram derrubados, a fim de eliminar os símbolos do lugar, destruindo qualquer ilusão de retorno.

A mangueira da fotografia 9 (Capítulo 3) guardava as territorialidades singulares do lugar. Local de encontros, de reuniões, de conversas, de contemplar a natureza, de escutar os sons dos pássaros, de sentir os cheiros de contar as histórias e estórias. A referida árvore lembrada pelos mais antigos que em função da idade, talvez não pudessem mais contemplar a beira do rio

(Fotografias 14 e 10) que se situava em torno de 200m de distância do povoado e assim um obstáculo natural difícil de ser ultrapassado para alguns.

Era na sombra da mangueira que encontraram refúgio, se localizaram, se encontraram consigo mesmos. Debaixo da sombra da planta alguns palmatubenses vendiam carne assada (espetinhos) em momentos de festejo na comunidade. O significado e a importância desta árvore frutífera foram relevantes para vários camponeses tradicionais entrevistados. A referida espécie era encontrada com frequência no povoado, entretanto o espécime retratado na fotografia 9 tinha significado especial.

A fotografia 16 retrata a Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu do bairro Palmatuba (AQCB). Neste local eram discutidos os assuntos mais relevantes e de importância para a manutenção e a vivência da comunidade. No local eram fabricadas as peças de artesanato de coco babaçu. A AQCB foi registrada no cartório de registro na cidade de Filadélfia (TO) no dia 17/03/2002, um dia após a reunião de fundação. Em 1989 uma instrutora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) esteve no local para iniciar o processo de formação da AQCB.

Fotografia 16 - Associação Quebradeiras de Coco Babaçu: Antiga escola do povoado



Autor: Sieben, 06/03/2009

A sede da AQCB na fotografia 16 era uma antiga escola abandonada depois que as crianças do povoado foram para as escolas urbanas de Babaçulândia. No ano de 2002, o SEBRAE iniciou um projeto dando cursos para as quebradeiras de coco a fim de estas elaborarem o artesanato, padronizando, dando qualidade e acabamento às peças a partir da matéria-prima existente no local, o coco babaçu e assim, transformando a escola em associação.

As mulheres aprenderam a quebrar coco por iniciativa própria com as outras moradoras ou no processo de tentativa e erro. Há relatos que as imigrantes trouxeram este ofício dos locais de

origem como o Maranhão e o Piauí. Destaca-se que este ofício é de origem indígena perpassado pela miscigenação no contato entre as matrizes “raciais” brasileiras. A exploração do coco babaçu passou por diversos momentos na comunidade, estabelecendo pontos de ruptura na história do povoado.

Até o ano de 1998, o comércio do coco babaçu era realizado através do rio, mesmo que de forma menos intensiva que outrora. Entre os anos de 1969/73 um comprador destacado era Benedito Boa Sorte de Araguaína, que já industrializava a matéria-prima naquele momento, produzindo dentre um dos produtos, o sabão, conforme afirma Silveira (2009).

Entre os anos de 1970/1980 o produto comercializado era trocado por mantimentos. Na década de 1990 a produção do azeite foi importante para a economia local. Neste processo a quebra do coco era uma tarefa bastante árdua, pois este precisava ser quebrado e moído em pilão a fim de extrair o azeite intensamente utilizado e comercializado pelas extrativistas.

A partir do ano de 2002, as quebradeiras de coco obtiveram máquinas para serrar e quebrar o material e assim elaborarem o artesanato conforme retratado na fotografia 4 (Capítulo 2). Segundo relatos das entrevistadas, a vida na associação era bastante divertida e animada, pois as mulheres ficavam reunidas num mesmo ambiente e algumas nem percebiam o tempo passar, envolvidas com o trabalho.

O cemitério da comunidade ficava afastado aproximadamente 400m do povoado (Fotografia 17). O caminho até os sepulcros era de difícil acesso. Quase todos os entrevistados tinham parentes enterrados lá. O campo santo estava abandonado, e desde o ano de 1997 os falecidos no povoado não eram enterrados no local.

Fotografia 17 – Antigo cemitério de Palmatuba



Autor: Sieben, 06/03/2009

O cemitério era visitado nos dias de Finados e segundo os relatos ocorreram 40 sepultamentos. Estes passaram a ser feitos no cemitério municipal, localizado na área urbana. O

mato estava invadindo o espaço destinado às sepulturas (Fotografia 17). As ossadas remanescentes foram recolhidas pelo empreendedor (CESTE) e destinadas para outra necrópole. Apesar de quase todos os entrevistados terem parente enterrado neste local, ele representava pouco para a comunidade, ficando esquecido, provavelmente, por não ser utilizado desde o ano de 1997 e pelo desestímulo por causa da desterritorialização.

Por ser uma comunidade de camponeses tradicionais, praticando certos usos e costumes e de difícil acesso, as pessoas do povoado utilizavam uma série de medicamentos a partir de chás extraídos de plantas medicinais existentes. Estes conhecimentos passaram de geração a geração. O uso de remédios caseiros é uma prática comum em vários locais do Brasil, destacando-se na região amazônica e de origem autóctone.

Chá de capim santo, erva cidreira, hortelã, sucupira, boldo, velame, mastruz, avelã, losna, malva do reino, arruda, folha de mamão, lima, tangerina foram elencados para doenças e males como gripe, febre, cicatrizante, verme, dor nas pernas, mal estar, pressão alta, calmante, digestivo entre muitos outros. “Muitas vezes a gente sarava com remédio natural” (Entrevistada 9, R. S. R; 15/04/2010, 78 anos).

Quando adoeciam e podiam se curar com remédios caseiros, utilizavam-se deles, mas havia situações em que os cuidados médicos eram necessários. Assim, havia a necessidade de chamar atendimento médico ou auxílio na cidade de Babaçulândia. Alguns entrevistados relataram que levaram enfermos em rede ou carrinho de mão. Inúmeras vezes, as pessoas da comunidade foram envolvidas a fim de socorrer o adoentado e encaminhá-lo até o posto de saúde, situado na cidade ou nos municípios vizinhos, como Araguaína, distante 60km.

Uma das maiores dificuldades, além da enfermidade, era o socorro chegar ao bairro Palmatuba ou tirar o enfermo do local. O ribeirão do Coco (Fotografia 18), afluente da margem esquerda do rio Tocantins, foi empecilho natural que tinha de ser atravessado até se chegar a Palmatuba e em épocas de chuva aumentava o volume das águas, dificultando ou impossibilitando a travessia.

As águas rasas e tranquilas do ribeirão do Coco que precisavam ser atravessadas, em épocas de chuva intensa se tornavam grande perigo, isolando Palmatuba, uma vez que esta era a única estrada de acesso a outros locais (Fotografia 18). Alternativa seria pelo próprio rio Tocantins e seguindo-se a montante (3km) até à cidade de Babaçulândia. Assim, Palmatuba tinha à leste o rio Tocantins, ao norte e à oeste os babaçuais e os morros e o acesso ao sul apresentava o ribeirão do Coco, isolando o lugar.

A ilustração 18 sobre o ribeirão do Coco pode ser comparada com a fotografia 8 (Capítulo 3). Há de se observar que as duas fotografias foram tiradas em momentos diferentes. Aquela no período seco e esta no período chuvoso. Nota-se maior volume de água nesta. Isto

representa um risco para as pessoas e ainda mais em idades avançadas com eram muitos de lá. Observa-se o grande número de rochas, cascalhos e seixos tornando-se obstáculos aos moradores. Nas duas ilustrações a travessia de pessoas, animais e veículos, ainda é possível, contudo com pluviometria maior o volume da água aumentava impossibilitando qualquer tipo de transposição.

Fotografia 18 – Palmatuba: entrada e saída para o povoado atravessando o ribeirão do Coco



Autor: Sieben, 06/03/2009

O quadro 1 demonstra as maiores dificuldades da população, enquanto morava em Palmatuba. As dificuldades são apresentadas neste momento por se entender que elas fazem parte do processo histórico do lugar. O difícil acesso à cidade fora a opção mais elencada, bem como a falta de médicos e as dificuldades econômicas. A falta de trabalho foi pouco lembrada.

Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades, 20 responderam que era o difícil acesso, 7 colocaram a falta de médicos, 9 as dificuldades econômicas e 2 apenas lembraram a falta de trabalho. Dos informantes, 21 ressaltaram outras situações. É possível observar que há sobreposição de respostas, ou seja, o mesmo entrevistado ressaltou mais de uma opção e, portanto, ela foi elencada a fim de saber o que era importante neste contexto para o pesquisado (Quadro 1).

Percebe-se que todas as respostas relacionavam-se à dificuldade de acesso a Palmatuba, sendo o ribeirão do Coco o obstáculo. Na impossibilidade de transpor este limite da natureza, em se tratando de pessoas adoentadas, foi comum a observação: “Deus toma de conta” (Entrevistada 12, E. A. S; 16/04/2010, 37 anos).

Quadro 1 – Palmatuba: dificuldades enfrentadas pelos camponeses tradicionais

Entrevista	Difícil acesso à cidade	Falta de médicos	Dificuldades econômicas	Falta de trabalho
1		X		
2	X		X	
3	X			
4				
5	X	X	X	X
6	X			
7	X		X	
8	X			
9	X	X		
10	-	-	-	-
11	-	-	-	-
12		X	X	
13	X			
14	X	X		
15	X	X	X	X
16	X	X	X	
17	X			
18	X			
19	X			
20	X			
21	X			
22	X	X		
23	X	X	X	
24	X			
25	X			
26	-	-	-	-
27	-	-	-	-
Total	20	9	7	2

Autor: Sieben, 07/05/2010

Fonte: Dados de campo

Para solucionar o problema da travessia a construção de uma ponte resolveria a situação. Uma ponte fora construída em anos anteriores, mas a precariedade e o desrespeito às normas técnicas ocasionaram a sua destruição nas enxurradas e assim a construção de uma obra definitiva tornou-se promessa política em épocas de eleição.

Para poucos moradores não existiram dificuldades, enquanto moravam em Palmatuba. O 26º entrevistado disse não ter sentido quase nenhuma dificuldade em Palmatuba e o último, muito incisivo, nenhuma, de acordo com o quadro 1. Dentre as outras dificuldades mencionadas, foram relatadas as idas aos babaquais para lidar com atividades relacionadas ao extrativismo, atravessando lamaçais e o trabalho perigoso.

Na fotografia 19, registra-se um dos caminhos que as quebradeiras de coco percorriam para obter a matéria-prima. Para se chegar ao babaçal era necessário percorrer caminhos que

poderiam ser de lamaçais e esconder animais peçonhentos. Ao fundo da fotografia destaca-se o relevo de morros que, juntamente com o rio Tocantins, os babaçuais e o ribeirão do Coco circundavam Palmatuba.

Fotografia 19 – Dificuldades do lugar: caminho aos babaçuais



Autor: Sieben, 06/03/2009

As territorialidades em Palmatuba foram construídas com muito sacrifício, mas o lugar não é compreendido apenas em termos de tranquilidade e sossego. Tuan (1983) e Haesbaert (2007) comentam que adversidades, conflitos, dificuldades, medos, fazem parte das territorialidades do lugar.

A comunidade tinha a prática da queimada para preparar as roças e eliminar o lixo. O acesso à água era feito através de cisterna ou poço e para muitos a água do rio era utilizada para todas as necessidades domésticas, usando técnicas rudimentares a fim de tornar esta água mais potável, como por exemplo, coar e depois colocar no pote.

Até o ano de 1988 o rio Tocantins foi o único meio de acesso à água pela comunidade. Em anos posteriores iniciou-se a prática da construção de cisternas, cavando poços feitos por moradores locais. O esgoto doméstico tinha como destino as latrinas feitas no fundo dos quintais e raros eram os banheiros dentro de casa.

Ao serem questionados sobre o conhecimento que tinham a respeito de meio ambiente, alguns não tinham noção ou davam conceitos ao seu modo de pensar, relacionado aos seus conhecimentos, necessidades e integração com o mesmo. “Natureza era o que nós trabalhava, que era o coco babaçu, a argila pra olaria. Acabou o mato, tudo ficou diferente” (Entrevistada 25, A. M. P. S; 02/05/2010, 59 anos).

Certos entrevistados comentavam que era bom cuidar do ambiente e que o CESTE estava destruindo, derrubando as árvores e consideravam a natureza importante e, por isso, tinha

que cuidá-la, pois era o que eles trabalhavam o mato, o coco babaçu, a argila, o rio. “A barragem tá acabando com a natureza” (Entrevistada 11, M. C. C. L; 16/04/2010, 35 anos).

Estes camponeses tradicionais, mesmo sem ter conhecimentos teóricos sobre ambiente, mantiveram uma relação salutar com a natureza, pois sabiam que dependiam dela para viver. Porto-Gonçalves (1993), e Lévi-Straus (1975) reforçam esta questão. Ressalta-se que comunidades tradicionais têm como prática comum utilizar somente o necessário. O modo de vida sem grandes ambições capitalistas, decerto proporcionaram tal situação. O sujeito ecológico que utiliza do ambiente apenas o necessário para a própria vivência, comentado por Carvalho (2008) pode ser relacionado aos camponeses tradicionais de Palmatuba.

4.2 – A produção agroextrativista e renda na antiga comunidade de Palmatuba

Dentre as atividades mais exercidas em Palmatuba foram a da quebra de coco, o trabalho na olaria e a roça. Tinha incipiente criação de gado e havia aqueles que se dedicavam à pesca. A terra, o rio e o coco babaçu tiveram significados diversos, mas principalmente relacionados à subsistência, sendo atividade destaque na comunidade. Castro (2009), em seus estudos, demonstrou a importância da argila, do rio e do coco babaçu nas atividades diárias e de rendimento da população de Palmatuba.

“Terra e coco é igual ouro pra nós” (Entrevistada 18, M. C. M. S; 22/04/2010, 54 anos). A terra significava o plantar, o colher e o comer para viver. A terra era fértil, pois com as enchentes anuais do rio, a matéria orgânica ficava depositada no solo e assim ocorria uma fertilidade natural, produzindo consideravelmente, na sequência. A terra significava muito, pois obtinham o alimento para o consumo diário. O sistema de troca fazia parte destas atividades, onde se plantava para viver e o restante era comercializado na própria comunidade ou até mesmo nas feiras da cidade.

“Nunca passei necessidade em Palmatuba” (Entrevistado 27, J. C. L; 05/05/2010, 46 anos). Este é o relato de ex-morador, pois produzia uma diversidade de produtos alimentares. Arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora, fava e para alguns, gergelim, batata, maxixe e a cana-de-açúcar faziam parte da produção local.

No local havia dois períodos de plantios e colheitas em áreas diferentes. Um período de plantio, produção e colheita era de outubro a dezembro, pois coincidia com a fase das chuvas. Nos meses de junho, julho e agosto faziam o cultivo de vazante aproveitando o regime de pouca ou inexistente pluviometria. Na agricultura de vazante além dos produtos citados anteriormente, os camponeses tradicionais de Palmatuba produziam a melancia. O entrevistado 24 (J. F. P. S; 02/05/2010, 28 anos) manifestou que: “se voltasse pra Palmatuba nasceria de novo.” A

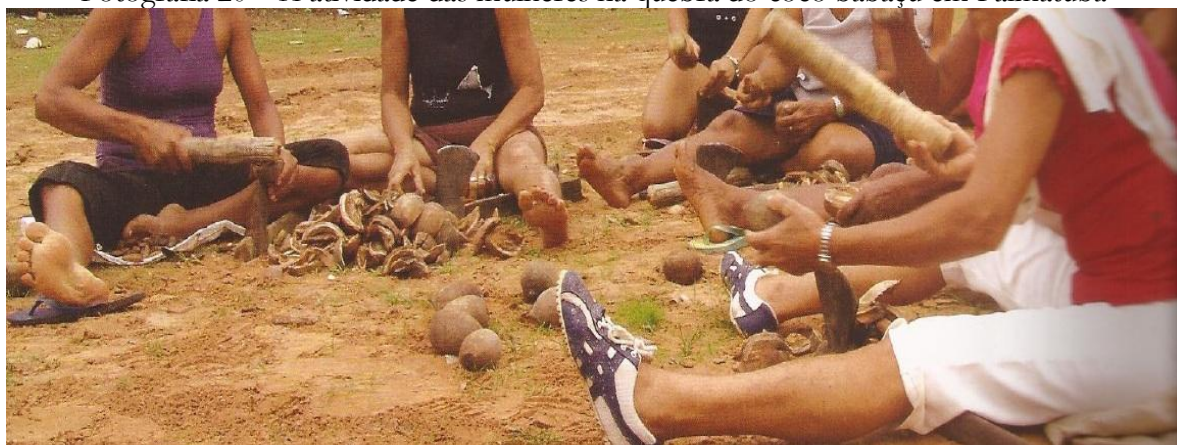
diversidade da produção e da riqueza de Palmatuba deu lugar à monocultura da água, comentada por Pinto (2002).

O rio Tocantins significou uma grande fonte de riqueza, conforme a entrevistada 11 (M. C. C. L.; 16/04/2010, 35 anos): “matou muita precisão”. Era no rio que pescavam, tinham lazer e também, quando faltasse outro tipo de alimento, tinham no rio Tocantins uma fonte de alimentação riquíssima e saudável.

As mulheres lavavam roupa, frequentemente, no dia de sexta-feira, deixando acumulá-la durante a semana, para depois se juntarem e se encontrarem na margem do rio. Para os homens significava a pesca e também o lazer e para todos significou o tomar banho, a praia e ainda havia aqueles para quem o rio era o lugar de tomar um “gorozinho”, conforme o entrevistado 4 (A. C. R. F.; 03/04/2010, 44 anos) que gostava de pescar e assar o peixe frito, acompanhado de cachaça na margem do canal fluvial.

Os babaçuais significavam muito trabalho e uma maior fonte de renda em Palmatuba. A atividade consistia em ter a matéria-prima, um porrete, um machado e uma pessoa para manusear os itens. O ritmo era cadenciado, pois levantava-se o pedaço de pau na altura da cabeça e de um golpe batia-se no coco babaçu apoiado na lâmina afiada do machado. Neste serviço praticamente todos os membros principais do corpo humano eram utilizados, pois uma das pernas apoiava-se no machado a fim de segurá-lo para manter o lado da lâmina apontada para cima, uma das mãos segurava a matéria prima e na outra o porrete (Fotografia 20).

Fotografia 20 – A atividade das mulheres na quebra do coco babaçu em Palmatuba



Fonte: CESTE, 2007

Org. Sieben, 03/2012

O ofício de quebrar o coco babaçu é um trabalho perigoso. Apesar da habilidade das quebradeiras, muitos acidentes acontecem tais como machucar os dedos e as mãos até desastres mais graves como amputar um dos membros. O trabalho nas regiões onde existem os babaçuais é geralmente uma atividade desenvolvida pelas mulheres. A atividade, em Palmatuba era desenvolvida de forma solitária ou em grupos conforme retrata a fotografia 20.

O coco babaçu representou vários momentos de ruptura para os palmatubenses. Entre 1950 e 1970 o coco era colhido *inatura* e comercializado na margem do rio, seguindo para Belém. No mesmo período surgiu a Tocantins Babaçu S/A (TOBASA), indústria bioindustrial, que trabalhava e trabalha com o coco babaçu extraíndo óleos, sabão, farinhas, carvão aditivado e recentemente investindo em combustível alternativo a partir do coco babaçu. Naquele período a rota comercial mudou da capital paraense, para a cidade ribeirinha do rio Tocantins, Tocantinópolis, localizado a aproximadamente 150km ao norte de Palmatuba.

Posteriormente, com a diminuição da rota comercial via rio, este comércio diminuiu, tornando-se mais interessante a extração do azeite do coco, isto nas décadas de 1980 e 1990. Já no início dos anos 2000, a atividade de artesanato do babaçu tornou-se muito rentável, surgindo a própria associação a fim de que as mulheres pudessem se organizar e fazer cursos de artesanato, obtendo um valor agregado maior.

O artesanato proporcionou a visibilidade de Palmatuba em nível nacional/internacional, pois as quebradeiras de coco babaçu de Palmatuba participavam em muitas feiras de várias capitais brasileiras. Diversas eram as peças produzidas na associação, dentre elas pulseiras, brincos, colares, portas-caneta, bolsas femininas, forros para mesa, bandejas, animais, entre outros produtos (Fotografia 21).

Fotografia 21 - O artesanato de coco babaçu que impulsionava a economia de Palmatuba



Fonte: Araújo, 19/11/2008

Do coco, além das utilidades já mencionadas, ainda é possível extrair o leite, explorar o carvão da casca do fruto e a palha utilizada para cobertura das casas, servindo de telhado. Vainsencher (2008) comenta sobre as diferentes utilidades e produtos e subprodutos da palmeira babaçu. Desta forma, é uma matéria-prima de grande importância e que pode ser utilizada em vários setores, inclusive o energético.

Tudo o que produziam era para a própria vivência e os excedentes vendiam a fim de comprar mercadorias que não fossem produzidos no lugar, tais como carne (apesar de uns poucos criarem gado), temperos, sal, açúcar, café, roupas, dentre outros. Em termos de rendimento, os excedentes, para a grande maioria, chegava a um salário mínimo, raros eram os casos em que a família conseguia até dois salários mínimos.

Tinha ano que nós fazia a base de mil reais, outro fazia menos. Porque nós trabalhava na rocinha e na oleria, não trabalhava só na oleria. Aí fazia na base de uns mil reais aí. O coco era bom porque a gente quebrava, vendia, ganhava o tostãozinho da gente né. O rio era bom porque tinha água pra gente lavar, banhar, sem precisar comprar. E aqui a gente sai pra comprar. Tudo que plantava! A gente só não tinha legume quando o rio enchia, que sumia. Porque lá é baixo. Aqui tá comprando é de tudo. Quando nós mudou pra cá nós trouxe um tambor de feijão, mas já tamo com mais de ano aqui, aí o tambor de feijão secou. (Entrevista 14, F. P. B; 16/04/2010, 46 anos).

As principais rendas vinham da roça, olaria e da quebra de coco, todavia alguns eram diaristas e a venda de ovos e galinhas foi lembrada. A matéria-prima para o artesanato do coco babaçu e da olaria era obtida na própria comunidade. O coco era livre e poderia ser catado nas fazendas em torno da comunidade. Havia uma relação salutar entre o povoado e os fazendeiros do lugar que permitiam a entrada dos(as) catadores(ras) em suas fazendas e isto pode-se denominar de território cultural nas palavras de Saquet (2007).

Em Palmatuba não havia conflito entre as quebradeiras de coco e os fazendeiros. Estes permitiam que se coletasse o fruto em suas fazendas. Apesar dos limites jurídicos o território era livre (uma peculiaridade) para se apanhar os frutos e assim desenvolver as atividades inerentes a palmeira, principalmente na confecção de artesanato.

O povoado de Palmatuba tinha como principal limite, não definido, uma fazenda cujo proprietário era tido como colaborador da comunidade. Segundo relatos dos palmatubenses este senhor arrematava joias nas festas das associações no povoado. O coco babaçu era coletado livremente em sua propriedade e em troca as coletoras devolviam em azeite do coco babaçu. Este tipo de relação era informal e a devolução em mercadoria era uma forma de manter o bom relacionamento.

Em outros locais do país, como por exemplo, a região do Bico do Papagaio, no próprio estado do Tocantins, as quebradeiras de coco e os fazendeiros entram em conflito. Estes últimos não deixam que se recolha o fruto e inclusive exterminam os babaçuais com a justificativa de se tratar de uma invasora, competindo com o capim destinado ao gado.

Rego e Andrade (2006) comentam sobre os locais onde a busca pelo coco babaçu se tornou alvo de conflito entre quebradeiras e criadores de gado em regiões dos estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí, mesmo existindo a Lei do Coco Livre, não respeitada, a fim de

esta categoria de mulheres exercerem as suas territorialidades. Em Palmatuba não havia conflito neste sentido, pois os fazendeiros permitiam catar o fruto em suas propriedades.

Acrescenta-se que alguns dos moradores tinham a propriedade da terra, onde haviam babaquais. Segundo informações (M. S. S. entrevista 16, 59 anos), um dos prefeitos pretéritos mandou que os moradores locais cercassem a área e todos cercaram. Momento posterior o prefeito junto com o governador da época providenciaram a documentação da área.

Quiçá, existissem situações onde houvesse uma aproximação da renda da terra pré-capitalista e suas derivadas da renda da terra em trabalho e renda da terra em produto em Palmatuba. Salienta-se que se tais relações existiram na comunidade, elas eram aproximações do conceito empregado por Oliveira (2007).

Estas são populações que não dependem de produtos industrializados e tecnológicos e, sim, dos recursos naturais de forma mais direta. Sem os recursos que se obtêm do planeta Terra o ser *homo sapiens* não viveria. Contudo, há uma relação de apropriação inadequada dos bens naturais disponibilizados pelo planeta e sem os devidos cuidados comprometem a permanência humana.

A matéria-prima para a olaria (argila) era obtida nas áreas baixas do povoado e era de uso comum (Carta imagem 2, Capítulo 3). Alguns dos entrevistados tinham olarias ou fornos próprios, mas havia na comunidade um barracão com forno para que a associação criada na metade da década de 1980 pudesse trabalhar com a atividade (Fotografia 22). As telhas e os tijolos produzidos eram comercializados na própria comunidade. Os compradores adquiriam a mercadoria no povoado e se encarregavam pelo transporte.

Fotografia 22 – Atividade econômica em Palmatuba: barracão da associação da olaria e forno



Autor: Sieben, 06/03/2009

O forno no barracão ao fundo da fotografia 22 já estava deteriorado em função do desestímulo da atividade por conta da UHE Estreito. São perceptíveis as telhas do galpão da

frente, ainda que de forma incipiente, foram fabricadas no local. A argila proveniente no próprio povoado era transformada por moradores locais em tijolos e telhas para venda e uso próprio.

“Essa barragem porqueira veio pra destruir uma terra de ouro” (Entrevistada 18, M. C. M. S; 22/04/2010, 54 anos). Para alguns dos camponeses tradicionais, Palmatuba era o paraíso e no contexto atual lhes foi tirado. “Não morri não, mas murchei. A muda quando muda se não morre, murcha. Aqui eu murchei” (Entrevistado 27, J. C. I.; 05/05/2010, 46 anos).

No decorrer da primeira década do novo milênio o preço dos produtos produzido em Palmatuba variou pouco. O litro de azeite era vendido a R\$ 5,00, o milheiro de tijolos e telhas em torno de R\$ 300,00 e como a atividade era em associação havia a repartição dos lucros conforme o trabalho de cada indivíduo. O preço das peças de artesanato de coco variava muito conforme o trabalho empregado e a sofisticação do produto. O artesanato era vendido na própria associação, nas praias, na cidade de Babaçulândia e em feiras.

Apesar de diversas situações contraditórias e a simplicidade de Palmatuba, quase todos os entrevistados responderam que dava para viver com o que tinham e ganhavam no lugar. E isto se torna mais significativo, pois poucos possuíam conta bancária, significando o modo peculiar de viver num sistema de trocas e de auto-produção alimentícia onde alguns excedentes eram vendidos e assim lidando com um valor monetário irrisório dispensando a necessidade de bancos.

Como uma sociedade que transformava e industrializava a matéria-prima local pode ser atrasada? Afirmar-se que com a diversidade, a riqueza e a transformação das matérias-primas locais em produtos industrializados como telhas, tijolos e artesanato de babaçu demonstravam que esta comunidade tinha o seu modo de vida.

Pela arbitrariedade não se permitiu a esta e outras tantas sociedades desenvolver a sua própria vontade e, conforme Tempass (2006), as mudanças não ficaram sob seu controle e isto é uma prática comum contra comunidades que moram na Amazônia. No dizer de Martins (1993) não significa em introduzir algo na vida destas pessoas, mas tirar algo vital, como o território e desconsiderar o seu direito de humanidade.

A comunidade não vivia, necessariamente à base de dinheiro e de tecnologia, apesar das mulheres quebradeiras utilizarem instrumentos como a máquina de quebrar coco babaçu, produzir e vender artesanato (Fotografia 4). Necessitava, sim, da terra, mas as variáveis capitalistas não se aplicam necessariamente neste estudo. Havia a troca de produtos e a venda daquilo que obtinha com renda das atividades que exerciam, mas este era pra comprar aquilo que não produziam. Se enquadrar esta comunidade num modelo capitalista de renda da terra tirar-se-á o seu modo próprio de viver.

Salienta-se que havia a moeda em dinheiro e era presente na comunidade, mas ela representava caráter menor se comparada ao modo de viver de outras pessoas. Outro aspecto

importante é que aquilo que produziam era consumido por eles e alguns excedentes eram vendidos. Muitas vezes o que produziam era guardado nas próprias casas.

4.3 – Impactos da UHEE, processo de desapropriação e perspectivas dos atingidos

Muitos entrevistados relataram que foi no ano de 2002 que tiveram as primeiras informações sobre a implantação da UHE Estreito. Outros responderam 2004 e datas mais recentes. Houve casos em que o ano de 1998 foi lembrado e que inclusive foram feitas as primeiras medições pelo empreendedor naquele local.

Ainda se obteve relatos de comentários há 20 anos atrás e em 2004 ficaram sabendo da desapropriação. De qualquer forma, o período de 2002 e 2004 foi um ponto de ruptura para a população que percebeu a sensação de perda de seu território, de seu lugar, de sua paisagem e da mudança no modo de vida que estava por vir. Foi nesta fase que os camponeses tradicionais de Palmatuba compreenderam que o processo era inevitável.

No ano de 2004 começou a diáspora desta população. Foi neste ano que emigrou a primeira família em função da UHE Estreito e, entre 2005 e 2006, saíram outros moradores em função de perdas de familiares e também da conformação ao saber da futura desterritorialização. Duas famílias emigraram anos anteriores, mas por outras razões. No período de 2008 emigraram mais três famílias e no ano de 2009 foi a maior diáspora com 16 no total. A última emigração foi muito rápida e no mês de julho de 2009 a última família foi despejada.

Entre o período de 2002 e 2004 foram os anos de ruptura para os camponeses tradicionais de Palmatuba, pois segundo o relato da entrevistada 23 (Q. M. S; 01/05/2010, 36 anos): “não tiveram mais sossego.” Ao serem questionados sobre como ficaram sabendo da desapropriação todos responderam que foi pela própria empresa. Outros atingidos relataram que concomitantemente à empresa, parentes também os informaram.

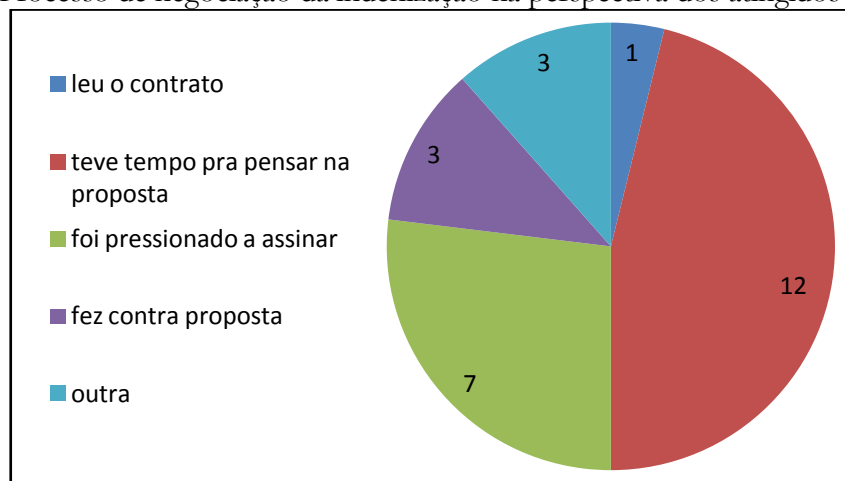
No processo de negociação houve orientação e a empresa foi a principal lembrada. Sendo o CESTE o principal orientador do decurso surgiram dúvidas, sobretudo como ocorreu esta orientação. Também há relatos sobre políticos ligados ao município de Babaçulândia que interferiram nas negociações. Certos entrevistados comentaram que foram iludidos no processo.

O MAB também fora lembrado, mas as suas orientações como, por exemplo: permanecer no local, fazer manifestações e não assinar nenhum papel não foram seguidas e os camponeses tradicionais de Palmatuba perceberam posteriormente que o movimento estava certo. Zitzke (2007) relata que o MAB também foi visto com desconfiança pelos atingidos da UHE de Lajeado, localizada próximo a Palmas/TO.

O processo na negociação e da indenização é bastante delicado para camponeses e comunidades tradicionais. Estes não acostumados a lidar com informações de fundo capitalista, contratos e todo complexo sistema, se sentem perdidas e desamparadas no processo. Percebeu-se que alguns integrantes da comunidade tiveram interesses na implementação da UHEE e nas indenizações provenientes deste. As posturas com relação a falta de coletividade por parte de algumas pessoas da comunidade mostraram isto.

Dentre as 26 famílias entrevistadas, 12 responderam que tiveram tempo para pensar na proposta feita pelo empreendedor; 7 se sentiram pressionados a assinar. Dos 26 pesquisados, 3 fizeram contraproposta e 3 expuseram que nenhuma das alternativas se enquadrava. Não é de se surpreender o fato de apenas 1 dos palmatubenses indenizados ter lido o contrato.

Gráfico 1 - Processo de negociação da indenização na perspectiva dos atingidos de Palmatuba



Autor: Sieben, 08/05/2010

Fonte: Dados de campo

Ao observar apenas o gráfico 1 poder-se-ia chegar à conclusão que a situação não fora tão dramática. No entanto, como o roteiro de entrevistas era aberto e os entrevistados se sentiram à vontade, muitos deles fizeram observações. As famílias ficaram com medo de não receber nada pela indenização e foram aceitando as propostas e cedendo às pressões.

Um dos entrevistados, representante daqueles que se sentiram pressionados comentou: “Se você não quiser assim vai perder tudo” (Entrevistado 25, A. M. P. S; 02/05/2010, 59 anos). Os negociadores das indenizações, representantes do CESTE, davam a entender que na próxima negociação os valores pagos pelos bens dos atingidos seriam menores. Os camponeses tradicionais de Palmatuba temeram este tipo de ameaça e por isso aceitaram na maioria das vezes muito aquém do que valiam seus bens. Desta forma aumentou a sensação de inércia dos atingidos pela UHEE.

Observando o gráfico 1 poder-se-ia imaginar que 12 pessoas com tempo para pensar na proposta seria um número aceitável. Mas pensar em que, considerando que apenas 1 atingido leu o contrato e esteve relativamente consciente do que iria fazer. Por que os demais não leram? Torna-

se necessário voltar às primeiras questões abertas e fechadas do roteiro de entrevistas e assim justificar pelo baixo grau de estudo da população.

O EIA/Rima do empreendedor demonstrou o baixo nível educacional da área atingida pela UHE Estreito (CNEC, 2001). O fraco grau de instrução da população torna-se uma ferramenta a favor do empreendedor contra os atingidos, assim, tendo maior dificuldade em assimilar todo o processo.

Ressalta-se que o processo foi muito rápido e o movimento (MAB) que lhes poderia ajudar foi desacreditado no decorrer do processo. A única atingida que leu o contrato, posteriormente se arrependeu e faria tudo diferente. Ela relatou: “a empresa tem experiência, as pessoa atingidas não tem” (Entrevistada 11, M. C. C. L; 16/04/2010, 35 anos).

Muitos se iludiram com o valor das indenizações com volumes em dinheiro que nunca imaginaram possuir. As quantias irrisórias oferecidas pelo valor das benfeitorias e da terra e ainda o pertencimento ao lugar foram bem aceitas por alguns. Os moradores da comunidade tinha uma ideia vaga de questões monetárias e não fazia parte do cotidiano o dinheiro em espécie ou, se fazia, era em valores muito pequenos.

Imagina-se como seria para um camponês simples que lidava com valores em torno de um salário mínimo por mês de forma repentina estar diante de valores como R\$ 18.000,00 ou até maiores entre os anos 2007/08. Para alguns, com certeza, seus problemas estavam todos resolvidos, mas engano tão logo o dinheiro acabou-se. O processo muito rápido de emigração, pressão, inexperiência, desunião e ilusão monetária foram alguns dos fatores limitantes na articulação da população atingida para reivindicar melhores condições.

Ao serem questionados se em algum momento pensaram se o empreendimento traria progresso para a comunidade, apenas um respondeu que sim, os demais estavam cientes de que não traria vantagens. O entrevistado 22 (J. C. S; 28/04/2010, 71 anos) afirmou sobre as indenizações que segundo ele foram bem pagas e estava se preparando há 6 anos com certa estabilidade, principalmente econômica.

Para o entrevistado 1, (C. C. A; 01/04/2010, 73 anos) “Só tinham a opção de aceitar, não tinham outra alternativa”. “Não vai dar futuro pra nós, vai dar futuro pra outras pessoas” (Entrevistada 3, T. J. M. S; 02/04/2010, 56 anos). “Qual o progresso que ela vai trazer pra mim? Com tanta barragem e a energia cada vez mais cara”. (Entrevistado 27, J. C. L; 05/05/2010, 46 anos).

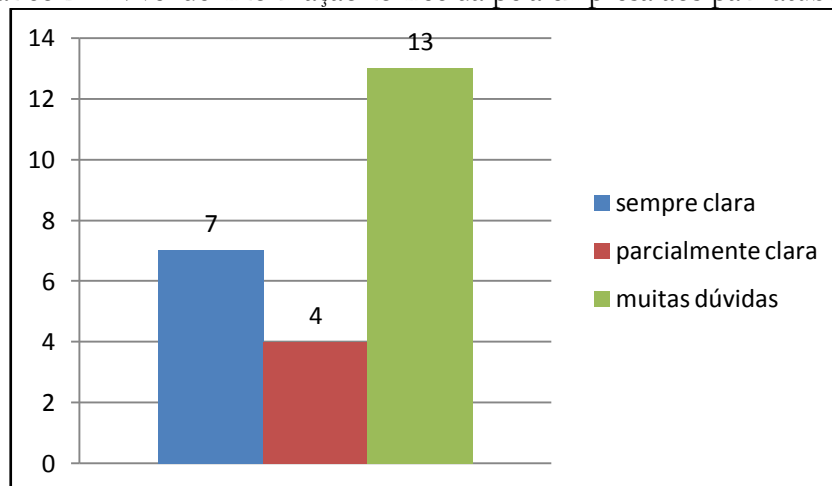
Mesmo tratando de pessoas simples, algumas das justificativas dos que não acreditavam nas melhorias que a barragem traria para eles, expressa o seu grau de consciência com relação à energia hidrelétrica. Isto mostra que os camponeses tradicionais de Palmatuba sabiam se situar no contexto da circunstância e “não viviam em nenhuma caverna platônica” (PLATÃO, 2006).

Uma das indagações que surgiu durante a pesquisa foi sobre o reassentamento, prática comum em empreendimentos desta envergadura. Apenas 4 entrevistados tiveram interesse no reassentamento e 17 não concordaram. Outros entrevistados não se manifestaram ou tiveram dúvidas.

Quando questionados sobre as justificativas, responderam que o local indicado ao reassentamento tinha uma terra ruim e fraca, outros citaram a desunião, alguns comentaram que estavam idosos e que seria difícil iniciar outra vida. No entanto, a resposta a seguir parece ser uma síntese do que estavam querendo expressar os demais: “não tem lugar que combinasse com lá” (Entrevistado 1, C. C. A; 01/04/2010, 73 anos). As dificuldades expostas por muitos expressa-se no pertencimento ao lugar, onde Palmatuba foi uma só e não se repetiria em outro local.

O nível de informação nestes empreendimentos é sempre melindroso e complicado por parte de uma população simples como Palmatuba. O gráfico 2 mostra 7 entrevistados respondendo que as informações fornecidas pela empresa sempre foram claras. É possível observar que para 4 entrevistados as informações foram parcialmente claras e 13 ficaram com muitas dúvidas.

Gráfico 2 - Nível de informação fornecida pela empresa aos palmatubenses



Autor: Sieben, 07/05/2010

Fonte: Dados de campo

As maiores reclamações relacionaram-se com informações contraditórias fornecidas pelos funcionários da empresa. Certos atingidos foram informados que as frutas seriam indenizadas e que depois o preço destes bens estaria incluído na carta de crédito. Outros relataram sobre os valores discrepantes de indenização pelo valor da terra, mas as terras apresentam as mesmas características para alguns indenizados. A experiência de Estreito é parecida com a utilizada pela Itaipu, conforme retratou Germani (2003).

Muitos funcionários entraram em contato com a população, fornecendo informações incoerentes. O processo da indenização foi demorado e assim gerou muitas desconfianças e a

apreensão tomou conta de muitas das famílias, o que facilitou a pressão do empreendedor e no próprio modo de direcionamento das negociações que foram efetuadas individualmente.

Quando questionados sobre o que foi indenizado, surgiram mais dúvidas aos camponeses tradicionais. Certos entrevistados não estavam seguros daquilo que realmente fora valorado na indenização. Muitas das famílias afirmaram que só a casa com o lote, o quintal, a olaria e alguns estabelecimentos foram indenizados.

Houve aqueles que não receberam nenhum tipo de indenização. As justificativas do CESTE era a de que estes não tinham mais vínculo com o lugar e isto foi contestado pelos atingidos. Entre a população de Palmatuba havia uma migração pendular considerável. Há uma discrepância entre o que foi indenizado e o que tinha sido atingido. Muitos comentaram que as associações, as plantações, quintais, madeiras tijolos, lotes, frutas, sítios, olaria, energia dentre outros aspectos citados, não foram indenizados.

Uma das questões levantadas em se a indenização foi justa, 4 responderam que sim, e os demais (22) colocaram que a indenização não fora justa. “Não tem dinheiro que paga. O lugar que nós morava era tão bom” (Entrevistada 2, M. O. F. A; 02/04/2010, 44 anos). “Porque tiraram do lugar e o sóssego da gente” (Entrevistada 20, C. M. M; 23/04/2010, 38 anos). Nas justificativas estas foram repostas dadas por entrevistadas.

Para muitos dos pesquisados seus terrenos e instalações valiam mais e para outros ainda tem um significado mais difícil e complexo de ser mensurado: o pertencimento ao lugar. Aqueles que responderam que a indenização foi justa, colocaram que não poderiam comprar aquilo que tem no momento atual, caso não tivesse ocorrido a indenização. Outro comentou da ciência do que estava fazendo.

Certos entrevistados colocaram que algumas pessoas com maior grau de esclarecimento e apoio político conseguiram valores mais altos nas indenizações. Para os entrevistados falta indenizar terra, associações (quebradeira de coco, energia elétrica, olaria) plantas medicinais, cerâmica, quintais, lotes dentre outros materiais considerados importantes aos atingidos.

Grande parte das indenizações foi paga no final do ano de 2008 e início de 2009. O valor médio pago pelo consórcio foi de R\$ 45.000,00 mais a cesta básica estipulada por um período de um ano. Valores de R\$ 75.000,00 e R\$ 18.000,00 também foram aceitos pela população. O valor pago pela indenização variou conforme os estabelecimentos, a quantidade de terra e o grau de conhecimento e esclarecimento do atingido. A cesta básica era ofertada apenas para aqueles que aceitaram a carta de crédito no valor de R\$ 45.000,00. Esta carta de crédito era convertida em uma casa adquirida pelo CESTE nas cidades onde o indenizado tivesse interesse em morar.

O valor imobiliário de terras, lotes e casas na área em torno da construção da UHE Estreito aumentou desde o início das obras, inflacionando com o decorrer do processo, sobretudo

quando das primeiras indenizações. Destarte, dificultando a aquisição destes bens, pois os valores das indenizações não foram corrigidos proporcionalmente. Germani (2003) corrobora com esta questão, pois na construção da UHE Itaipu binacional os valores de terras, lotes e casas aumentou consideravelmente nas áreas adjacentes.

A exemplo de ilustração, na cidade de Araguaína desde o ano de 2004 os valores de lotes aumentaram numa proporção de 10 vezes. Contudo, relacionar somente o empreendimento com tal situação carece de mais estudos, desconfia-se que outros fatores incidam sobre os aumentos nos lotes urbanos desta cidade.

As indenizações foram pagas em datas diferentes, representado as negociações individuais de cada morador. As negociações individuais são uma estratégia do empreendedor e que foram ressaltadas nos estudo de Germani (2003) e Zitzke (2007). Em conversas recentes com os ex-moradores de Palmatuba houve relatos de que ainda não receberam as escrituras das casas.

Por se sentirem injustiçados e desejarem os seus direitos preservados, muitos palmatubenses reivindicaram o que lhes é devido. A forma de participação em manifestações e reuniões se tornou difícil pelas distâncias a serem percorridas. Os interessados em obter indenizações justas ajudaram em valores monetários para comprar passagens aos representantes, e estes participassem de reuniões e reivindicações em Estreito e Carolina (MA) e Brasília (DF).

Os camponeses tradicionais de Palmatuba se integraram às demais categorias sociais que foram atingidas, tais como pescadores, vazanteiros, barraqueiros, ilheiros, índios e outras. Em destaque na fotografia 23 a coluna de policiais militares do batalhão de Estreito, armados, com escudos, gás de efeito moral e montados em cavalos para impedir a marcha dos atingidos ocorrida em 23 de agosto de 2010.

Fotografia 23 - Manifestação em Estreito (MA): PM detendo marcha dos atingidos da UHEE



Autor: Sieben, 23/08/2010

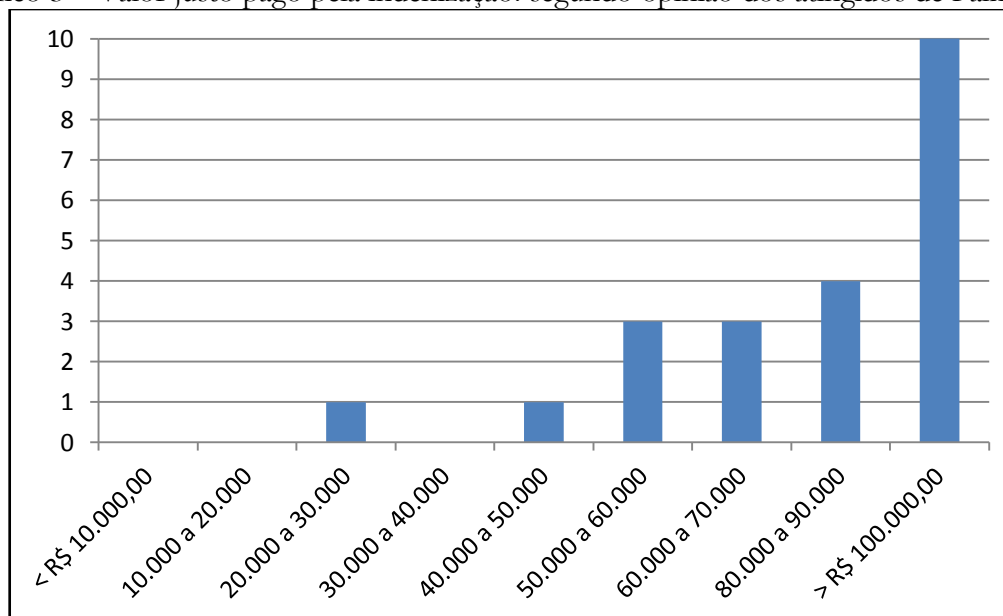
Os manifestantes foram barrados pela polícia militar em frente ao pátio de entrada do canteiro de obras da barragem em Estreito no estado do Maranhão, localizada na BR 010. Os manifestantes eram as categorias sociais atingidas pela UHE Estreito. A fotografia 23 pode ser analisada juntamente com a fotografia 3 (Capítulo 2).

Nesta fotografia está a coluna de policiais e, naquela, os manifestantes no mesmo dia da manifestação. Soldado e camponês são uma categoria social muito próxima, conforme Shanin (2005), podendo ter laços de parentesco com atingidos por barragens conforme estudos de Germani (2003).

O CESTE construiu e entregou ao município de Estreito o batalhão da companhia militar em frente ao canteiro de obras, provavelmente temendo manifestações desta envergadura e assim disponibilizar os homens da “lei” para frear a manifestação. Os manifestantes iniciaram a caminhada 10 dias antes (13/08/2010), na cidade de Araguaína (TO). A distância entre a cidade tocantinense e a maranhense é de aproximadamente 150km seguindo sentido norte pela rodovia federal BR 226.

O gráfico 3 mostra o valor justo pago pela indenização, conforme a opinião dos camponeses tradicionais de Palmatuba. Nas opções de R\$ 30.000,00 a 40.000,00⁴ e menos de R\$ 20.000,00 não houve registros. Dois foram os atingidos que mencionaram os valores entre R\$ 20.000,00 a 30.000,00 e R\$ 40.000,00 a 50.000,00, sendo 1 entrevistado em cada segmento. Nos intervalos entre R\$ 50.000,00 a R\$ 70.000,00 houve 3 declarações em cada segmento. Nos valores entre R\$ 80.000,00 a 90.000,00 e mais que R\$ 100.000,00 teve 4 e 10 atingidos, respectivamente.

Gráfico 3 – Valor justo pago pela indenização: segundo opinião dos atingidos de Palmatuba



Autor: Sieben, 07/05/2010

Fonte: Dados de campo

4 - Equivalência do real na moeda estadunidense na cotação de \$ 1,84 no dia 07/05/2010.

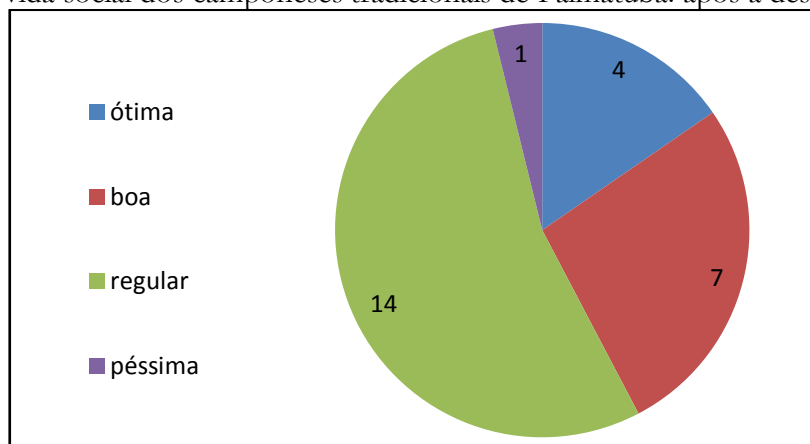
Os dois últimos valores do gráfico 3 mostram a maioria insatisfeita com as indenizações. Contabilizando-se todos os valores observar-se-á que não contemplam os 26 entrevistados, desta maneira retoma-se à questão da justiça nas indenizações, mostrando somente 4 entrevistados, satisfeitos com as indenizações pagas.

Apesar da forma estatística simples de tratamento dado no gráfico 3, onde o entrevistado optou por uma das alternativas explicita-se a transparência de alguns atingidos, manifestando observações do tipo. “Não sei, só em sair de lá já é muito caro” (Entrevistado 1, C. C. A; 01/04/2010, 73 anos). Entre outras declarações mostram descontentamento da atual situação, não só econômica, bem como a saudade residente de Palmatuba. “A terra valia mais e nem R\$ 500.000,00 pagaria o sossego de Palmatuba” (Entrevistada 16, M. S. S; 21/04/2010, 59 anos).

Praticamente todos os entrevistados manifestaram interesse em melhorar de vida, enquanto moradores em Palmatuba. Entre os projetos futuros afirmaram ter interesse em ganhar pelo menos 3 salários mínimos de renda. Outros desejavam investir na associação e na construção da fábrica de sabão. Estes parecem projetos tímidos, contudo acompanhavam a dinâmica da vida simples e pacata deste lugar.

O gráfico 4 mostra a situação social atual. Dos entrevistados, 4 responderam que na atual situação a vida social está ótima e para 7 está boa. Um representante e 14 responderam a opção péssima e regular, respectivamente. Apesar de 4 terem classificado a situação ótima, 3 colocaram que mudaram de vida, vão à igreja, fizeram novos amigos e arrumaram emprego, contudo 1 destes confidenciou que respondeu desta maneira para se motivar.

Gráfico 4 - A vida social dos camponeses tradicionais de Palmatuba: após a desterritorialização



Autor: Sieben, 17/04/2010

O fato de estar perto dos filhos e com mais dinheiro no bolso foi a justificativa de 7 entrevistados correspondentes a situação boa (Gráfico 4). Para os demais há muitas preocupações, pois não têm contato com os vizinhos, há desconfianças entre eles, não têm intimidade com os

outros moradores, falta o sossego e a solidariedade de Palmatuba. “A gente não tá feliz aqui ainda não” (Entrevistado 5, A. C. F. A; 05/04/2010, 41 anos).

O entrevistado 27 (J. C. L; 05/05/2010, 46 anos) manifestou que “não tem a intimidade de Palmatuba”. Esta intimidade pode ser traduzida com as territorialidades, em conhecer a paisagem e ter o pertencimento ao lugar que não existe mais, pois novas territorialidades representadas, sobretudo nas relações sociais, precisam ser construídas e apreendidas pelos atingidos. Este representante parece estar numa situação de *outsider* conforme Elias; Scotson (2000).

Nogueira (2007) manifesta sobre as dificuldades de atingidos em hidrelétrica reconstruírem as suas vidas no estado de Minas Gerais. Novas relações sociais e a manha do novo local precisam ser apreendidas pelos camponeses de Palmatuba, principalmente para aqueles que tentaram a nova vida em assentamento como foi o caso do entrevistado 27, que apesar de estar em área rural, está literalmente isolado e distante da cidade.

Para os mais jovens a mudança também foi impactante, gerando mudança de vida e no cotidiano. As faixas etárias mais novas variaram em suas respostas. Alguns gostaram, para outros foi desagradável. Muitos filhos de palmatubenses já tinham emigrado, pois estudavam, mas continuavam a visitar os pais, parentes e amigos nos finais de semana e na atual circunstância sentem saudades.

Para outros que na falta de perspectiva de estudo afirmaram que agora estão em situação melhor (entre estes há aqueles que prefeririam que a barragem não tivesse ocorrido) e outros simplesmente não gostaram da emigração, ficando abatidos. Pais e outros familiares relataram a preocupação com os riscos de viver na cidade e que os filhos poderiam ser envolvidos em circunstâncias indesejáveis, uma vez que as amizades eram outras.

Para a minoria pouca coisa foi alterada, pois conseguiram reencontrar um modo de vida parecido ao de Palmatuba, morando em beira de rio e comunidade. Uma das famílias conseguiu recriar de certa forma o cotidiano em que viviam, morando na margem do rio Araguaia. As dificuldades parecem ser as mesmas, dentre elas, o difícil acesso, conforme evidenciado pela fotografia 24.

Próximo ao rio Araguaia o relevo é parecido com aquele de Palmatuba. O difícil acesso em período chuvoso também parecer ser o mesmo dificultando o estudo para os filhos. Além disso, a família está mais distante do que outrora, tendo acesso via barco à cidade mais próxima, distante a 20km. Mesmo assim, a família parece estar se reterritorializando, pois se sente confortável no novo lugar e se identificando com a paisagem rural (Fotografia 24).

De qualquer forma, percebe-se que o problema não era com o lugar Palmatuba, mas sim nas adversidades e intempéries que prejudicavam alguns, sendo o acesso ao estudo a grande

queixa. Contudo a liberdade que sentiam na comunidade não foi esquecida. Um dos jovens fez o seguinte comentário: “devastador, perda irreparável, as coisas boas superavam as coisas ruins, para as pessoas que viviam lá, só entende mesmo quem morou lá para os de fora não significa nada” (Entrevista 15, R. F. M; 20/04/2010, 25 anos).

Fotografia 24 – Nova paisagem no assentamento Vitória Régia/Aragominas/TO



Autor: Sieben, 01/05/2010

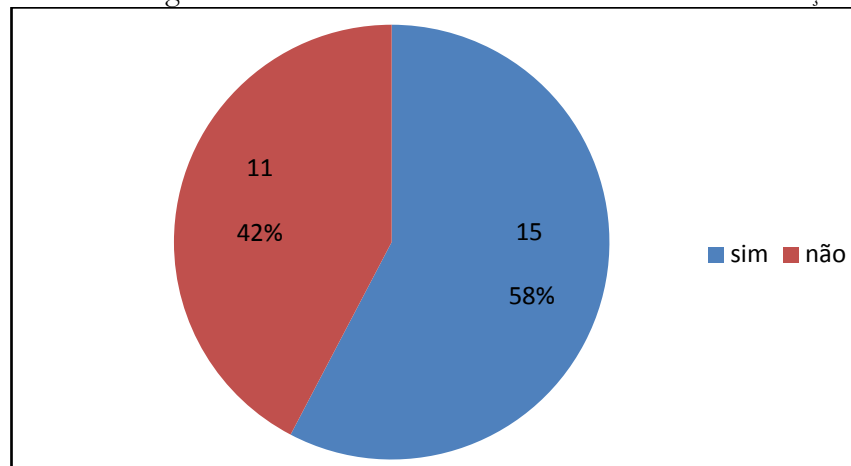
Muitos palmatubenses compram todo tipo de gênero básico, principalmente arroz, feijão, farinha, açúcar, café, carne, azeite, etc. Muitas destas mercadorias eram produzidas em Palmatuba e agora são necessariamente compradas, sobretudo pelos que emigraram para as cidades. Para o entrevistado que mora em assentamento é necessário o adubo a fim de fertilizar a terra, enquanto morou em Palmatuba o insumo não lhe era necessário, pois o solo era fertilizado naturalmente com as cheias anuais do rio Tocantins. Este entrevistado deixou de ser camponês tradicional para se tornar representante de camponês “incorporado”, capitalista.

Das famílias entrevistadas, 15 comentaram que na atual circunstância é possível viver com o que ganham e 11 responderam o contrário. As fontes de rendas atuais para 8 entrevistados provêm da aposentadoria, 10 é pelo trabalho assalariado e nenhum vive da indenização. Existem aqueles trabalhando como diaristas, lavradores, confeccionam tapetes, tem ajuda dos filhos, e outras circunstâncias. A minoria dos palmatubenses no momento atual não tem conta em banco (totalizando 8), sendo que 18 têm movimentação bancária. Isto se deve principalmente ao fato da necessidade do depósito do dinheiro para a indenização e receber pensões.

Uma questão foi importante para a pesquisa, pois mostrou o antes e o depois da desterritorialização. Questionados se voltariam à Palmatuba, caso reencontrassem as mesmas situações anteriores, 11 entrevistados ou 42% responderam que não, e, 15 correspondendo a 58%,

responderam que sim (Gráfico 5). Questionados sobre o porquê de “não retornar à Palmatuba” os entrevistados afirmaram que já estão acostumados, estão idosos, o trabalho era pesado, ou estão na companhia dos filhos.

Gráfico 5 – Opinião dos atingidos sobre a volta à Palmatuba encontrando a situação anterior



Autor: Sieben, 07/05/2010

“Não pensava duas vezes, pra ver se melhorava a saúde e as lembranças dos momentos bons e ruins também”. (Entrevistada 13, M. O. F. S; 16/04/2010, 45 anos). “Porque lá é bom moço” (Entrevistado 14, F. P. B; 16/04/2010, 52 anos). “É incutida lá toda vida, não esquece” (Entrevistada 17, I. M. C; 21/04/2010, 80 anos). Estas foram algumas das justificativas dos entrevistados que responderam que retornariam a Palmatuba.

Outros afirmaram ter insegurança, notícias de violência, não saem a noite e não têm o que fazer. Resumindo, a pesquisa demonstra que 58% dos camponeses tradicionais retornariam a Palmatuba depois de quase passado um ano com a nova experiência de vida, em que estabeleceram outras territorialidades em diferentes paisagens, mas não encontraram o lugar.

O objetivo para muitos era continuar suas vidas sem grandes ambições (no modo de ver de um capitalista, ou do empreendedor). Com certeza, para os palmatubenses seus objetivos eram enormes considerando seus espaços e tempos e assim conforme Tempass (2006) ser senhor de suas atitudes para a modernidade.

Muitos desejavam trabalhar na roça, continuar quebrando coco babaçu e investir no artesanato. Alguns queriam construir ou ampliar suas casas, trabalhar com hortaliças, aumentar a roça, criar gado ou conforme entrevistado 9 (F. S. R; 15/04/2010, 78 anos): “trabalhar toda vida”. Para outros, era colocar os filhos para estudar morando na casa de parentes na cidade e outros afirmaram que iriam sair de qualquer maneira de Palmatuba, mesmo que a construção da hidrelétrica não tivesse ocorrido.

O processo de desterritorialização dos palmatubenses que ocorreu concomitante ao momento em que se depararam com a realidade e com a única alternativa: a de sair de Palmatuba,

foi observado nas pesquisas de campo (Questão 56). Para alguns atingidos foi brando, mas para outros foi intenso, sujeito a muitos dramas psicológicos, concomitante a doenças e ainda falecimentos de moradores atingidos, conforme fora relatado por certos entrevistados, comentando casos de pessoas sofrendo depressão, contraindo ou manifestando doenças e ainda casos de suicídios.

O ano de 2004 foi citado pelo fato dos moradores da comunidade ter conscientizado da desterritorialização por vir. Entre os anos de 2007 e 2008 o escritório do CESTE foi instalado na cidade de Babaçulândia, marcando o início das reuniões da barragem. O entrevistado 15 (R. F. M; 20/04/2010, 48 anos) fez a seguinte afirmação sobre este momento: “É uma história perdida no momento da instalação do CESTE em Babaçulândia e no início de reuniões de barragens há 2 anos atrás.”

Outros entrevistados manifestaram que se conscientizaram da emigração no momento das indenizações, quando conseguiram a casa adquirida via carta de crédito. Para outros foi com a saída de moradores. Aliado a isto vieram as pressões do empreendedor tais como: se não saíssem o trator passaria por cima, ou se não vendia os bens e aceitava a indenização perdia tudo. Depois de receber a indenização o atingido era obrigado a abandonar a casa em 30 dias.

No mês de julho de 2009, houve tentativa de invasão de casas dos atingidos e a notícia da indenização fez muitas pessoas, sobretudo meliantes, suspeitar que os camponeses de Palmatuba tivessem dinheiro escondido em suas casas. Houve comentários de que haviam pessoas estranhas rondando o local. Todas estas situações foram traumáticas para a população e gerou grande instabilidade, fazendo com que os últimos moradores desejassem abandonar logo suas casas em Palmatuba, mostrando a diáspora (Fotografia 5, Capítulo 3).

A diáspora de Palmatuba iniciou há aproximadamente 2 anos antes de o reservatório ser formado. Em outras hidrelétricas como a de Itaipu, os camponeses atingidos puderam ficar até poucos meses antes do fechamento das comportas da hidrelétrica e assim colher suas últimas safras (GERMANI, 2003). Aos camponeses tradicionais de Palmatuba isto lhes foi negado, muito provavelmente porque não conseguiram se organizar e articular coletivamente, reivindicando mais tempo no povoado. A área de terra fértil na várzea do rio Tocantins poderia ter produzido no mínimo por mais 1 ano.

A mudança da paisagem do território, outras territorialidades se configuraram e o lugar deixou de existir, permanecendo somente na memória das pessoas. Aproximadamente 18 meses depois da diáspora de Palmatuba a paisagem local foi descaracterizada (Fotografia 25). As casas, as instalações estavam se transformando em pó (Fotografia 25 ao centro). A vegetação permanecia e o que pertenceu à população de lá estava sob uso do gado de fazendeiros próximos, representando outras territorialidades e o significado de lugar extinto (Fotografia 25 à esquerda).

Fotografia 25 – Antiga Palmatuba: mudança na paisagem e outras territorialidades



Autor: Sieben, 15/11/2010

Poucos camponeses tradicionais de Palmatuba se sentiram confortáveis em emigrar. Entre estes, aqueles que não tinham mais tanta ligação com o lugar ou que já estavam se preparando desde as primeiras notícias da construção da barragem. A grande maioria da população apresentou sensação de inconformismo, sentimentalismo e preocupação com o futuro, pois tinham conhecimento de outras hidrelétricas, onde os atingidos passaram por percalços e dramas, sobretudo no processo da indenização.

Sentindo-se agoniados, sufocados, abatidos e em alguns casos chorando às escondidas para não demonstrar a tristeza aos familiares, estas foram algumas das manifestações que fizeram parte deste momento. Para os últimos moradores, observando seus vizinhos emigrarem, cada saída representou algo diferente. As lembranças dos momentos bons como comemoração de natais, as plantações e as dificuldades enfrentadas. “Ave Maria foi uma tristeza” (Entrevistada 2, M. O. F. A; 02/04/2010, 44 anos). “Amava o lugar de coração” (Entrevistada 3, T. J. M. S; 02/04/2010, 56 anos).

A comunidade foi desfeita rapidamente e os meses iniciais depois da emigração foram os mais difíceis. Certos entrevistados se acostumaram logo e o processo foi facilmente absorvido, mas para outros foi extremamente difícil. Conforme relatos, os 2 primeiros meses foram desgastantes, pois a nova realidade enfrentada era desconhecida. O estranhamento ao novo endereço, a novidade de pagar o aluguel, falta de emprego, transtornos com reformas na nova moradia, insegurança e solidão fizeram parte das dificuldades iniciais de entrevistados que foram se acostumando com o passar do tempo.

A época da desterritorialização coincidiu com as atividades mais intensas de Palmatuba. O Festejo de Bom Jesus da Lapa, o período das praias estava marcado para os meses de junho e julho. A configuração da paisagem diferenciada neste momento faz parte das lembranças dos camponeses tradicionais de Palmatuba que não aceitaram ou se adaptaram ao fato da desterritorialização.

“O momento ruim continua, não passou” (Entrevistada 13, J. C. L; 16/04/2010, 45 anos - choros durante a entrevista). Certos entrevistados manifestaram que ainda estão sofrendo. A entrevistada 3 (T. J. M. S, 02/04/2010, 56 anos) lembrou que sentiu muito mal quando os representantes do CESTE falaram que “se não saísse da casa o trator passaria por cima.” Estes são alguns dramas enfrentados pelas famílias.

Bosi (1994) comenta sobre o vento e o barulho das águas que reavivam a memória de seus pesquisados. Os entrevistados lembraram-se do vento nas primeiras horas matutinas, nos encontros na beira do rio para lavar roupas e das amizades. Um dos moradores em assentamento expôs que atualmente não consegue produzir e nem vender nada. Houve outros atingidos que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. A mudança no modo de vida foi extremamente difícil.

As dificuldades enfrentadas atualmente são muitas, dentre elas a necessidade de comprar quase tudo e “até o vento que passa” (Entrevistado 1, C. C. A; 01/04/2010, 73 anos). O entrevistado lembrou que quando queriam algo emprestado pediam aos vizinhos e agora não os conhecem necessitando na atual circunstância de vários utensílios, sobretudo a alimentação.

A falta de serviço, a necessidade de dinheiro, a distância, as doenças, a insegurança, a falta do rio, a preocupação com filho adolescente e as companhias, a dificuldade pra vender os produtos, a inexistência ou longas distâncias para conseguir matéria-prima (artesanato), a falta de assistência médica foram problemas elencados durante as entrevistas, pois fazem parte do cotidiano dos entrevistados.

“Aqui é mala demais” (Entrevistada 26, R. B. C; 03/05/2010, 76 anos). E assim precisam fechar e trancar as portas para não sofrerem assaltos e roubos, além de preocupações com os familiares adolescentes. Uma família que estava com o filho doente relatou que em Palmatuba a criança estivera mais saudável.

A maior parte das pessoas entrevistadas enfrenta tais dificuldades e reforçando isto se retorna o gráfico 5, onde 58% dos entrevistados afirmaram que retornariam a Palmatuba. Outros entrevistados passam por situações tranquilas, melhores que anteriormente, mas trata-se da minoria da população.

Passado certo tempo da emigração a empresa visitou os atingidos de Palmatuba. Poucas foram as intenções em observar como estava a nova realidade. Na maioria dos casos foi para reabrir a Associação de Quebradeiras de Coco Babaçu. A nova associação construída pelo CESTE está localizada na cidade de Babaçulândia. O descaso com as longas distâncias das mulheres quebradeiras de coco atingidas, residentes em outros locais deixou as pessoas irritadas. As quebradeiras de coco questionaram como se deslocariam para Babaçulândia todos os dias.

Pelos relatos das entrevistadas foi desconsiderado o fato de atualmente viverem e morarem longe daquela cidade. A proposta de transportar as quebradeiras de coco babaçu não foi aceita por elas. Certas quebradeiras de Palmatuba não tinham interesse pela falta de matéria prima (as árvores de coco babaçu foram derrubadas ou situadas em áreas inundadas) e dificuldade de locomoção por causa da idade avançada de algumas delas.

Houve o relato de uma visita por parte do CESTE a atingida, informando que os palmatubenses não teriam mais direito às indenizações, conforme a entrevistada 18 (M. C. M. S; 22/04/2010, 54 anos). Esta visita é afirmativa teria sido feita “em tom de ameaça” pelo representante do consórcio.

Das 26 famílias entrevistadas, 21 residem em áreas urbanas e 5 em áreas rurais. A cidade de Araguaína foi a opção da maioria (13). Babaçulândia foi a alternativa de 8 atingidos, sendo 1 destes em área rural. A cidade de Carolina no estado do Maranhão foi a escolha de um dos agentes. A área rural de Aragominas e de Wanderlândia recebeu 1 e 3 entrevistados, respectivamente. Observando os locais de imigração percebe-se as distâncias que separam os antigos vizinhos de Palmatuba (Mapa 5).

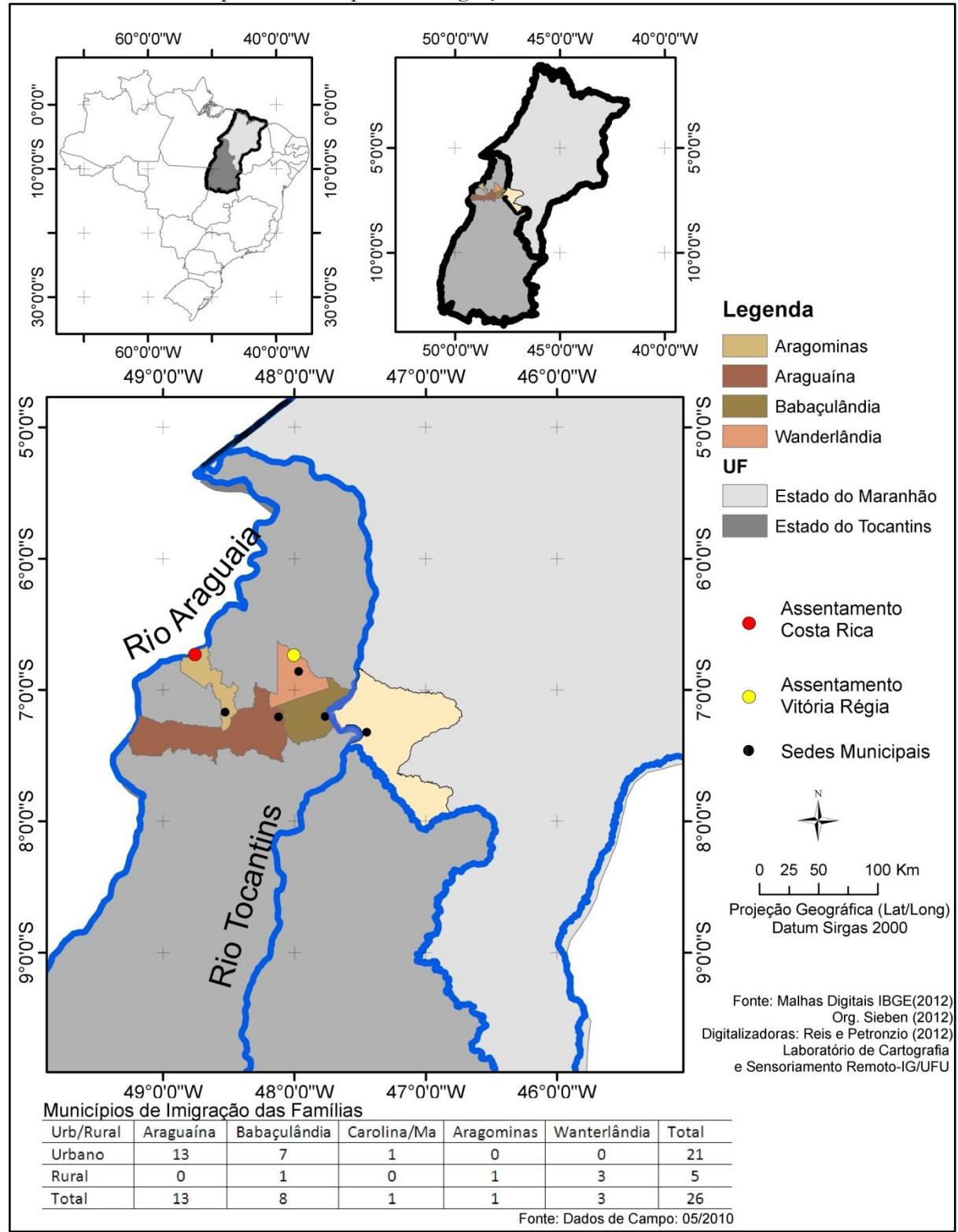
Dos que residem em áreas urbanas, ao serem questionados sobre a escolha para a nova morada, responderam que habitam em locais onde o dinheiro da indenização facultou a compra. Grandes foram as dificuldades encontradas uma vez que muitos destes migrantes foram em direção à cidade de Araguaína e muitas casas e lotes desta área urbana não são documentados, sendo empecilho para os atingidos que aceitaram a carta de crédito. A compra de casa pela carta de crédito perpassava pela aprovação do CESTE e um dos requisitos avaliados era a documentação do imóvel.

Para muitos foi necessário aceitar o que lhes era ofertado. “Onde o dinheiro deu, nós parou” (Entrevistado 4, A. C. R. F; 03/04/2010, 44 anos). Passado aproximadamente 1 ano após a indenização feita em espécie, algumas famílias observaram que o dinheiro havia acabado e estavam passando por dificuldades econômicas. A falta de experiência com a moeda fez os atingidos incorrer em ilusões sobre o montante pago na “indenização” de sua propriedade e benfeitorias. A educação dos filhos foi outro fator responsável para que optassem em morar na cidade. Para demais famílias houve combinação de fatores para que optassem por residir em área urbana.

Dos 5 imigrantes que estão morando em área rurais (Mapa 5) as opções tal qual aos atingidos da área urbana foram igualmente restritas. Eles queriam reproduzir o modo de vida que tiveram em Palmatuba. As alternativas destes perpassaram pela possibilidade de habitar próximo de rio ou de riacho e todos os 5 entrevistados nesta categoria conseguiram espaços com tais características, na tentativa de reproduzir o lugar e a paisagem exercendo as mesmas territorialidades.

Determinada família gostou do lugar próximo do rio Araguaia, conseguindo reproduzir o cotidiano peculiar ao vivido em Palmatuba. Outros quiseram uma “terrinha” e “um lugar tranquilo no sertão,” acompanhado do filho que não fora indenizado e assim este assumindo a responsabilidade de cuidar dos pais.

Mapa 5 - Municípios de imigração das famílias de Palmatuba



Fonte: IBGE, 2010

Org. Sieben, Reis e Petronzio, 05/2012

Outro atingido apesar de morar perto de córrego lamenta a necessidade de comprar insumos e fertilizantes para a terra. Tais investimentos oneram os custos e somando às longas distâncias tornou-se difícil vender os produtos. Este sujeito se transformou em dependente de empréstimos e custos de insumos em assentamento rural no município de Wanderlândia (Mapa 5). O mesmo atingido manifestou que apesar de morar perto de um córrego, convive com o perigo de animais como sucuris e arraias, pois habita em local mais isolado que outrora. Estas espécies existiam no rio Tocantins em Palmatuba, contudo o isolamento era menor, sendo menos frequentes.

Daqueles que residem em área urbana, apesar de muitos imigrarem para Araguaína, os antigos vizinhos encontraram cotidiano diferente. Em Araguaína, por exemplo, ainda se comunicam, mas em situações eventuais, mesmo os que moram no mesmo bairro como na vila Ribeiro o fazem mais raramente e sob outras condições. Na fotografia 7 (Capítulo 3) retratou-se das outras territorialidades e paisagens em outros espaços e tempos presentes no cotidiano atual de certos palmatubenses.

Um entrevistado foi residir na área urbana de Carolina (MA), cidade ribeira ao rio Tocantins que agora se transformou em lago da UHE Estreito. Outra família foi morar na área rural de Aragominas (TO), em assentamento, do lado oposto, próxima à margem do rio Araguaia na divisa com o estado do Pará. De antigos vizinhos de poucos metros agora se encontram a distância de aproximadamente 200km conforme demonstra o mapa 5.

Apesar das dificuldades, entre o seio familiar a vivência ocorre de maneira salutar, principalmente depois que alguns atores conseguiram se aproximar dos filhos que já haviam emigrado de Palmatuba há anos passados. Destarte, esta serve de conforto e consolo para muitos palmatubenses, vivendo e convivendo com a proximidade dos familiares. Contudo, há famílias que estavam desanimadas e com saudades de Palmatuba. A falta de recursos e emprego foi mencionada como fator de empecilho e dificuldade em uma convivência melhor.

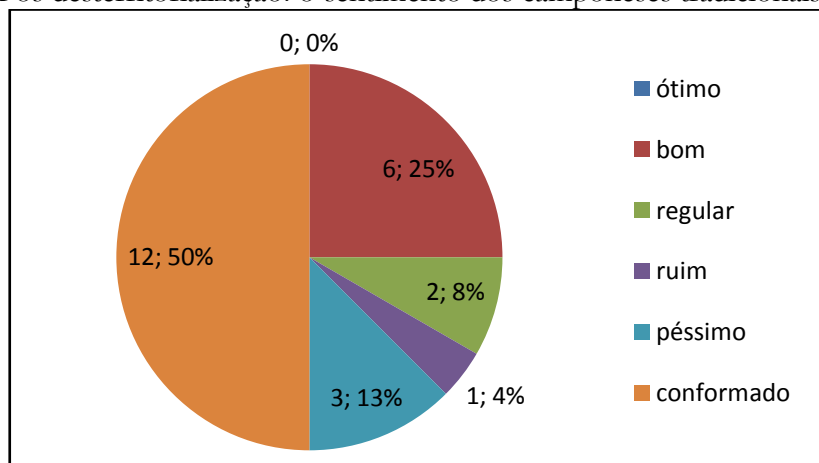
Hoje ela se sente, assim, tipo uma pessoa que tá perdida sabe. A gente sobe lá fora na calçada quando a gente entra em casa ela perguntando se o Sani pegou peixe, se o rio tá cheio, o sentido de lá toda vida, perguntando se o ribeirão tá cheio, pensando que nós tamo no Coco ou no Garrancho se o ribeirão deu passagem é pensando toda vida lá. Só sai de fora quando é pra ir no médico, ou quando levo ela no banco como nós fez um dia desse. Mais isso eu não vou fazer mais, quando for pra revalidar a senha trago pra ela assinar aqui. Porque foi um tormento, foi luta eu saindo com ela pra levar pra um lugar desse. Pra caminhar, quando sai do carro, muito difícil. Anda de carro mais não, é difícil demais. (Entrevista 17, I. M. C; 21/04/2010, 80 anos).

A entrevistada 16 (M. S. S; 59 anos) comentando sobre a mãe (Entrevista 17, I. M. C; 21/04/2010, 78 anos). A anciã delira e pensa continuar vivendo no Garrancho (Palmatuba) e no Coco (Babaçulândia). A idosa delira com as situações vivenciadas na antiga comunidade,

lembrando-se do lugar quando ainda era mais conhecido por Garrancho. Mesmo, morando em área urbana lembra-se da paisagem rural de Palmatuba. As territorialidades, a paisagem e as dificuldades atuais são diferentes daquelas vivenciadas em Palmatuba, mas na circunstância atual a anciã está fora do lugar.

O sentimento que estas famílias manifestaram pode ser representado, de certa forma, no gráfico 6. Para nenhum dos entrevistados a situação está ótima. Dos camponeses tradicionais de Palmatuba, 6 e 2 responderam que estão em situação boa e regular, respectivamente. Isto corresponde a 25% e 8%, das respostas fornecidas. Nas opções ruim e péssimo tem-se 1 (4%) e 3 (13%) declarações, correspondentemente. De todos os entrevistados, 12 famílias, correspondendo a 50% do total, responderam que estão conformados.

Gráfico 6 – Pós desterritorialização: o sentimento dos camponeses tradicionais de Palmatuba



Autor: Sieben, 07/05/2010

Fonte: Dados de campo

Ao se somar as respostas fornecidas no gráfico 6 observar-se-á que não contemplam o número total de 26 respostas, pois 1 informante respondeu que estavam tentando se conformar e outro não se conformou com a situação. Observa-se que há uma reterritorialização conformada. Martins (2011) em seus estudos manifestou a reterritorialização precária sob certos aspectos, sobretudo os socioeconômicos. A população de Palmatuba está conformada no sentido de estar fora do lugar, em outras paisagens e exercendo outras territorialidades, tentando se reencontrar.

A presença e a proximidade da família e a vida mais tranquila foram fatores preponderantes para cerca de 6 entrevistados que responderam estarem em situação boa. Os 12 entrevistados conformados justificaram que não havia alternativa. Há aqueles que estão em péssima situação não conseguindo se conformar, sentindo saudades de Palmatuba na lembrança que pode ocorrer por ocasião de um simples sopro de vento no mês de junho.

“Quando a gente vai lá sente uma coisa tão ruim... passar por isso” (Entrevistada 12, E. A. S; 16/04/2010, 37 anos). De forma geral o gráfico 06 mostra poucas pessoas obtendo

melhorias nas condições de vida com a desterritorialização. Muitos atingidos estão em situação desconfortável, tentando continuar suas vidas da forma que lhes for possível.

Neste momento retoma-se a questão 7 do roteiro de entrevistas que não fora discutida anteriormente, pois esta tem relação com o processo de desterritorialização dos palmatubenses. A referida questão relaciona-se às lembranças de Palmatuba/Garrancho. Destarte, o comentário apresentado representa bem o que se objetiva mostrar neste momento: “são 50 anos, não são 50 dias que eu morei em Palmatuba”. (Entrevistado 6, P. P. S; 07/04/2010, 48 anos).

Muitas foram as lembranças mencionadas como as plantações, as árvores frutíferas, os animais, o rio, a quebra de coco, o trabalho, a criação dos filhos, as dificuldades, os encontros, as festas, em não necessitar comprar a comida, o peixe, o óleo, etc. O sossego e a tranquilidade, os amigos foram lembrados e segundo comentário: “tem coisas que só se esquece quando morre”. (Entrevistada 8, S. R. F. S; 14/04/2010, 45 anos).

Nas entrevistas foram perceptíveis os momentos de emoção representados pelos choros e revoltas e entre estes, certos entrevistados não queriam recordar de Palmatuba para evitar a dor da lembrança. Assim foi Palmatuba, isolada, com muita riqueza, simples e aconchegante, compreensível somente para os moradores do lugar.

Na última questão foi dada a possibilidade do entrevistado manifestar-se sobre algo que não tivesse sido contemplado no roteiro de entrevistas. Aqui, foram mencionadas em tom de revolta, críticas em relação às indenizações injustas ou não pagas pelo empreendedor, bem como as promessas não cumpridas por parte de muitos atores entre eles políticos e funcionários da empresa que passaram por Palmatuba durante o período das indenizações.

Alguns informantes expuseram que deveriam ter resistido em Palmatuba até terem recebido todas as indenizações de seus bens, afirmando que foram inocentes e se deixaram iludir. Afirmaram que o CESTE prometeu muita coisa como oferecer a mesma qualidade de vida que tiveram lá e agora estão sem assistência. Para outros, a barragem não deveria ter acontecido e só lembram de Palmatuba. As lembranças fortes e os transtornos que tiveram são impossíveis de pagar.

Fora mencionada “a falta de respeito” por parte dos funcionários do CESTE quando os moradores reivindicavam seus direitos nos escritórios da empresa, localizado em Babaçulândia. Segundo o informante em algumas situações os empregados fizeram comentários desrespeitosos e inibidores: “você aqui de novo” (Entrevistada 13, M. O. F. S; 16/04/2010, 45 anos). O impacto de uma intervenção destas aos camponeses tradicionais foi enorme e funcionou como ameaça e intimidação.

A barragem trouxe enormes transtornos aos palmatubenses e outros atingidos, muitas pessoas não conseguiram se acostumar em outro local. As preocupações e os transtornos dos

emigrados que não conseguem se adaptar às novas situações são inúmeras. Segundo declaração: “igual a peixe que se tira do rio e botar no seco, não vive” (Entrevistado 21, M. C. L; 25/04/2010, 38 anos).

O objetivo era permanecer no povoado e os transtornos que os camponeses tradicionais tiveram foram impagáveis. Desta forma o modo de vida e o pertencimento com Palmatuba são impossíveis de mensurar. O mínimo a ser feito é uma indenização justa, pagando todos os seus transtornos, pois a questão do pertencimento é impagável.

4.4 - Palmatuba após a formação do lago da UHEE: lembranças dos atingidos

As lembranças grupais precisam sempre estar recebendo e comparando informações. Assim umas se apoiam nas outras. Lembrar é reviver suas raízes históricas no dizer de Bosi (1994). Tuan (1980) comenta sobre a intimidade com o lugar e para se ter esta intimidade há a necessidade de perceber o local com os sentidos do corpo humano. Na mesma linha Saquet (2007) segue sob a perspectiva do território.

As impressões dos camponeses tradicionais de Palmatuba com a mudança da paisagem foram reunidas em duas saídas de campo com entrevistas com 6 pessoas (3 em cada momento) que moraram no lugar. A seguir relatos em dois momentos diferentes onde se acompanhou representantes de 3 famílias atingidas revisitando Palmatuba após a formação do lago da UHE Estreito. Percebeu-se que os camponeses tradicionais observaram dois anos após a desterritorialização e a mudança da paisagem.

No dia 20/04/2011 saída de campo com E. P. S. (49 anos), J. P. S. (17 anos) e J. P. S. (18 anos). Mãe, filha e filho da família entrevistada 6. O barqueiro era conhecido e já havia feito outras travessias de barco a Palmatuba. A travessia era em torno de 3 km e feita em canoa com motor pequeno (rabeta) e ao se chegar em Palmatuba segue o texto a seguir:

- “Olha seu (...), os pés de laranja estão pra se despedir.”
- “Olha o pé de tanja.”
- “Olha a casa da Queila.”
- “Olha o pé de pitomba que o senhor plantou (...) quanta água ele levou e agora morrendo” (Fotografia 26 – à esquerda).

Estes foram trechos de frases anotadas, ditas pela quebradeira de coco E. P. S. (49 anos). As copas das árvores foram referência de onde se localizava a casa dos vizinhos, a igreja, associação e etc. A mangueira também foi lembrada e dos eventos ocorridos lá como as reuniões e a venda de espetinhos em dias de festa e nos meses de praia.

- “Olha o toco da árvore que derrubamos.” Fala de J. P. S. (18 anos) lembrando de algumas das últimas travessuras realizadas em Palmatuba. Muitas árvores frutíferas apenas com as copas para fora da água, muitos limões, tanja, ponkans e laranjas colhidas neste dia (Fotografia 24 - centro). As árvores eram referência de localização e lembranças de histórias do passado. As copas das árvores e os frutos que ofereciam foram impressionantes e, lembrando o que dissera E. P. S. (49 anos), estavam querendo se despedir. Impressionou o desperdício das frutas na água da barragem.

Na fotografia 26 à esquerda a pitombeira (*Talisia esculenta*) comentada pela atingida, regada com a água do rio Tocantins carregada em balde por um dos antigos moradores. Na atual circunstância a árvore estava seca, “afogada” pelas águas da barragem, contrastando com outras espécies mais adaptadas ao excesso de água que ainda resistiam na paisagem.

Fotografia 26 – Visita a Palmatuba: memórias do passado e o CESTE pedindo “desculpas”



Autor: Sieben, 20/04/2011

Na parte central da fotografia 26 as frutas (ponkans) colhidas naquele dia, se despedindo como última safra, pois as espécies cítricas estavam secando como mostram as folhas caídas no fundo da canoa. À direita da fotografia uma placa do CESTE informando obras de infraestrutura no abastecimento de água da cidade de Babaçulândia como medida de compensação ambiental, “desculpando-se” pelos efeitos causados pelo empreendimento.

Para Bosi (1994, p. 444), “As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória.” No Caso de Palmatuba as copas das árvores desempenham este papel, enquanto persistirem localizarão estabelecimentos, cotidianos, eventos e territorialidades. A intimidade do lugar na percepção dos sentidos com o ambiente de Tuan (1980) explicam o fato das pessoas de Palmatuba terem guardados na memória os eventos que lá aconteceram e onde se localizaram.

Outra saída de campo (19/05/2011) foi acompanhada de M. S. S. entrevista 16 (59 anos), T. J. M. S. entrevista 3 (56 anos), outro antigo morador emigrado de Palmatuba na década de 1970, enquanto jovem: A. C. S. (59 anos) e o barqueiro. Na saída de Babaçulândia em direção ao ex-

povoado descontração e brincadeiras do tipo a canoa vai fazer água e afundar. Na sequência, dúvidas sobre os coqueiros à frente e também sobre a profundidade do lago, a 200m da margem.

M. S. S. (59 anos) preocupada com o banzero – pequenas ondas, que poderiam segundo ela virar a pequena embarcação. Depois, o primeiro reconhecimento importante presente na territorialidade de Palmatuba: o ribeirão do Coco na fotografia 27 à esquerda.

- “É foi uma longa vida que nós tivemos.” M. S. S. (59 anos) lembrando do passado ao ver as mangueiras na entrada do Garrancho (Fotografia 27 à direita). Os atores fizeram alguns comentários sobre certos moradores e lembranças do campo de futebol, as quintas, cercado tia Raimunda, mangueira e da rua principal.

- “Os pés de coco da tia Chica.”

- “O pé de pitomba morreu!”

- “Os coco era tão bom daquele pé.”

- “Eu nasci, me criei e criei meus filhos aqui.”

Os comentários foram muitos e simultâneos, tornando-se difícil interpretar de onde vinham e anotar na caderneta de campo. Cada árvore tinha sua história e estava viva nas lembranças deste palmatubenses que agora só viam as copas destas fora da água. A. C. S. (59 anos) fez comentário que pode ilustrar o que eram os camponeses tradicionais de Palmatuba agora:

- “Um povo sem pátria.”

M. S. S. estava preocupada com pirarara e piroasca, peixes que segundo ela viram canoa e comem gente.

- “Quantos passos deixei.” Foi o comentário de T. J. M. S. lembrando que teve uma longa vida ali.

As árvores indicavam a localização das casas dos antigos vizinhos. A sequência das casas dos ex-moradores era relembada conforme se apresentavam as copas das árvores. E depois muitos comentários simultâneos.

- “Aqui era o corredor do Custódio.”

- “Aqui era o quintal da D. Moça.”

- “O pé de Manga da Odete.”

- “Olha o quintal de fruta...”

T. J. M. S. comentou o seguinte:

- “Eu conheço minha casa do jeito que era.”

- “A sombra do pé do dia da entrevista.”

- “Bem ali é o cural do Raul.”

E chegava-se ao fim de Palmatuba, na mangueira das fotografia 9 e 11 (Capítulo 3) que inúmeras vezes foi lembrada e retratada. M. S. S. Lembrou de aventuras no rio como pegar jacumã, significando andar de barco a remo e ainda manifestou:

- “Tanta festa boa que presenciei.”

T. J. M. S. lembrou de quando madrugava para ir a cidade de Babaçulândia comprar na feira e chegava antes das 8 horas da manhã, em casa, a tempo de preparar o café.

Nas copas de árvores havia muitas colmeias de marimbondos. Observou-se cobras e camaleões que estavam procurando abrigo nas copas da vegetação.

Fotografia 27 - Palmatuba: ex-ribeirão do Coco, antiga rua e a mudança na paisagem



Autor: Sieben, 19/05/2011

Na fotografia 27 alguns dos momentos vivenciados e lembrados durante a saída de campo nesta data. À esquerda da fotografia as copas dos arbustos que já foram mata ciliar, indicando a localização do ribeirão do Coco. O canal fluvial foi inúmeras vezes atravessado, impondo dificuldades e vivo na lembrança da territorialidade do lugar. Na água pequenas ondas (banzero) que recearam a M. S. S. Ao fundo o relevo da Chapada das Mesas, representado outros tempos, outras eras geológicas, contrastando com a alteração da paisagem, imposta pelo homem com o “lago” artificial da UHE Estreito.

A entrada de Palmatuba é demonstrada pela fotografia 27, à direita. Esta foi a rua principal e que neste momento não era mais atravessada por pessoas a pé, bicicletas, carros e animais. O caminho foi atravessado pela pequena embarcação até se chegar ao final de Palmatuba. O caminho foi indicado pelas copas das árvores. Do lado direito da ilustração, aparecem entre os arbustos colmeias de abelhas e ao fundo entre os galhos secos do arbusto o símbolo maior de Palmatuba representado por coqueiro babaçu que oferecia seus cachos com as frutas.

Estas foram as impressões, as falas e as lembranças nestes dois momentos, e que se procurou retratar sobre o que imaginam estes camponeses tradicionais após visualizar a sua terra afogada pelas águas de uma represa hidrelétrica a fim de trazer luz ao progresso do país. A atividade em Palmatuba era feita com paixão e a perda do território onde o sentido de lugar com

aquela paisagem representou a morte, pois muitas lembranças morrem com a destruição de elementos e símbolos.

Mesmo decorridos dois anos após da desterritorialização as pessoas de Palmatuba lembraram com clarividência de seu passado na comunidade. Isto ficou marcado com estas saídas de campo. Os velhos sentirão saudades dos muros onde se recostavam para tomar sol conforme Bosi (1994). O ambiente sentido de Tuan (1980) é muito presente na memória da comunidade.

Finalizando esta seção, muitos dos entrevistados se referiram a Palmatuba como lugar. Este conceito foi naturalmente entendido e vivenciado pelos camponeses tradicionais de Palmatuba, desterritorializados da sua paisagem. O território afetivo, a relação com os bens naturais, as atividades com o coco babaçu, o rio e a argila, a relação de vizinhança e de intempéries ocorridas fizeram parte dos 70 anos de história da comunidade.

I

Como gigante doente hoje tu vives
Por manterem teu corpo manipulado
Evadiste nas caatingas e riachos
Acabando a beleza do passado.

V

E o cúmplice se exalta com altivez
Ao ver a morte do moribundo ancião
Vibra alegre exibindo o que ele fez
Retalhando sem amor nosso rincão.

(BARROS, Joaquim Falcão – Lago Tocantins, 2007, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão geográfica na pesquisa ocorreu pelo viés do território e a sua relação com o lugar e a paisagem, respondendo aos objetivos propostos. Entendeu-se que o território, apesar de ser a categoria principal neste estudo, necessitou de apoio teórico para abordar e explicar a situação peculiar da pesquisa envolvendo os camponeses tradicionais de Palmatuba.

A discussão de lugar foi necessária para compreender o sentido de percepção e pertencimento na antiga comunidade. De igual maneira, a paisagem transformada pelo reservatório da UHE Estreito foi significativa, pois modificações aconteceram naquele lugar, produzindo outras territorialidades. No contexto geral, Palmatuba foi “apresentada” ao mundo pela UHEE, mas tal situação gerou efeitos para a população que lá habitava.

A comunidade de Palmatuba era única, pois representava um lugar especial compreendido somente para aqueles que lá residiram e efetuaram territorialidades. A paisagem do relevo da Chapada das Mesas elaborada ao longo de milhões de anos contrastava com a paisagem moldada e construída pelos 70 anos de ocupação mais intensiva dos palmatubenses.

Palmatuba foi oficialmente considerada área urbana de Babaçulândia, mas seu parcial isolamento e o difícil acesso, além do modo de vida determinado pela natureza, mostraram características rurais. O ciclo da natureza expresso pelo regime de cheia e vazante do rio Tocantins conforme os períodos de maior ou menor pluviosidade (novembro a maio e junho a outubro, respectivamente), ditava o modo de vida da comunidade de Palmatuba.

O camponês tradicional foi a categoria social de análise nesta pesquisa, pela sua relação simbiótica destes agentes com o ambiente em se tratando das atividades relacionadas ao artesanato do coco babaçu, a argila para fabrico de telhas e tijolos, o ambiente ribeirinho ao rio Tocantins e as atividades relacionadas às roças.

Em Palmatuba existiam dificuldades para os seus moradores. O modo de vida era repleto de controvérsias, existiam conflitos entre vizinhos, havia a presença de intempéries como as enchentes, contudo o lugar não é compreendido unicamente como local onde a vida se manifesta de forma tranquila. No lugar existe a luta, o combate e as dificuldades. Estas situações perpassam pela ocupação do território estabelecendo territorialidades, acarretando a transformação da paisagem.

Constatou-se nas pesquisas os pontos de ruptura de Palmatuba e dos camponeses tradicionais que lá residiam. A linha do tempo estendida é representada pelas fases do coco babaçu. Esta palmácea representou vários pontos de ruptura ao longo de 70 anos, desde a territorialização do local nas décadas de 1920/30. O comércio do coco babaçu foi feito pelo rio Tocantins até o ano de 1988. Na década de 1990, iniciou a extração do azeite de babaçu e no início

do novo milênio o artesanato destacou os produtos produzidos em Palmatuba para o conhecimento nacional nas participações em feiras de cidades importantes do Brasil.

Apesar de em muitos locais existirem conflitos entre quebradeiras de coco babaçu e fazendeiros para as mulheres desenvolverem os seus ofícios, em Palmatuba esta discórdia não existia. Os proprietários de terra onde se localizavam os babaçuais e dentre eles, um fazendeiro em particular, permitiam a coleta do fruto em troca do azeite da matéria-prima. O fazendeiro em particular era considerado como colaborador do povoado. Provavelmente, por ser único grande proprietário que limitava com o povoado não houvesse intenção por parte deste em gerar atrito com a comunidade.

Havia uma relação social, econômica e ambiental adequada com o ambiente (usar somente o necessário, sem fins lucrativos/acumulativos) da comunidade de Palmatuba com os bens naturais, quais sejam: o rio Tocantins, a terra, a argila e o coco babaçu. A diáspora ocorreu pela forma de imigração para o local, fugindo de situações desumanas nos estados de origem como o Maranhão e o Piauí em início e meados do século XX. A diáspora para alguns continuou, pois a UHE Estreito desalojou estas pessoas, apesar de certos entrevistados manifestarem melhorias de vida, contudo este fato não representou a maioria das famílias.

A reterritorialização dos camponeses tradicionais de Palmatuba é uma incerteza. É claro que num processo de desterritorialização sempre ocorre uma reterritorialização. Contudo, isto não implica em dizer que a reterritorialização seja completa. Ela pode ser precária, insuficiente, incompleta ou como no caso de estudo, conformada, haja vista que certos entrevistados buscam na conformidade motivação para continuarem as suas vidas e esquecerem-se dos transtornos e das contrariedades e, sobretudo a falta do lugar que tiveram ou tem somente na memória.

Quiçá só seja possível uma reterritorialização quando se opta pela desterritorialização e isto não aconteceu no caso de estudo. Os palmatubenses não emigraram por vontade própria, mas por ser a única opção. O progresso não tem o mesmo significado para todas as comunidades. O chamado desenvolvimento não chega a todos os locais ao mesmo tempo e nem com a similar intensidade. Cada comunidade deveria ter pelo menos o direito em controlar e optar pela forma que almeja alcançar os avanços.

A comunidade desterritorializada vive hoje em cidades e áreas rurais dos municípios tocantinenses de Araguaína, Babaçulândia, Aragominas, Wanderlândia e Carolina (MA). De um total de 27 famílias desterritorializadas, 22 residem atualmente, em áreas urbanas e outras cinco em áreas rurais. Estas últimas objetivaram repetir o modo de vida vivido em Palmatuba.

Muitas famílias não optaram por reassentamentos, justificando que o lugar Palmatuba, não se repetiria. O MAB é um movimento social importante e foi desacreditado por certas pessoas influentes na comunidade, dificultando uma proposta coletiva. Sem a presença deste e de outros

movimentos sociais que estimulam os reassentamentos influenciou na negociação individual entre o empreendedor e a atingidos, dificultando os reassentamentos.

O Consórcio Estreito Energia (CESTE) optou pela carta de crédito como forma de indenização. Esta medida, provavelmente diminui os custos e as responsabilidades do empreendedor. No caso de Palmatuba, não foi apresentada uma área que atendesse as aspirações da comunidade.

A indenização pela carta de crédito influenciou na opção em morar em cidades, bem como a proximidade de viver com os familiares e, por muitos serem idosos, encontraram dificuldades em iniciar outro modo de vida, exercendo a mesma atividade desenvolvida na ex-comunidade. A cidade de Araguaína foi o destino de muitas famílias pelo seu destaque em contexto regional e por muitos dos atingidos terem familiares morando nesta área urbana.

Em possíveis locais de reassentamento não haviam plantações de coco babaçu que os próprios atingidos deveriam realizar. Acrescenta-se que palmácea necessita em torno de doze anos para iniciar a produção. A palmácea necessita de área úmida e próxima de rios e, provavelmente este ambiente seria difícil de encontrar ou reconstruir.

Os palmatubenses se sentiram iludidos, pois houveram muitas promessas de melhores indenizações e condições de vida. O pertencimento ao lugar não foi valorado, bem como diversos outros bens que a população dispunha, tais como as árvores frutíferas. Conforme o dinheiro da indenização facultou, os atingidos compraram. Tal situação dificultou a opção por condições melhores.

Palmatuba foi significativa para quem viveu lá e, depois de um ano da desterritorialização, mais da metade (58%) das famílias entrevistadas retornariam ao lugar, se encontrassem as mesmas condições passadas. Isto mostra que o empreendimento não proporcionou condição de vida melhor e, se trouxe, foi incipiente para a maioria.

Os piores momentos foram logo no início da desterritorialização. A experiência do novo, de pagar aluguel, as violências, a relação com novos vizinhos e em adaptar ao recente local foi um processo complexo para muitas das famílias atingidas. Ressalta-se que desde o ano de 2004 os camponeses tradicionais de Palmatuba reconheceram que emigrariam e desde aquele ano não tiveram mais a alegria como em momentos passados.

Os últimos dias em Palmatuba foram angustiantes para seus moradores, pois as pessoas que ainda permaneciam observaram seus vizinhos saírem aumentando a sensação de vazio e agonia. Com a notícia das indenizações, meliantes rondaram o local imaginando que os moradores tivessem dinheiro em casa. Estas situações auxiliaram o empreendedor no processo de desalojamento.

O estudo empírico do antes, durante e depois da UHE Estreito não poderá ser repetido, pois a comunidade de Palmatuba se desfez. As pesquisas do antes, do durante e o depois das comunidades atingidas por barragens de hidrelétricas poderá servir de modelo para demais casos de atingidos por UHE's. Este trabalho poderá ser exemplo noutros casos, acompanhando um período da história de comunidades atingidas, para fazer a retrospectiva história e observar os processos de territorialização, de desterritorialização e quem sabe de reterritorialização.

Esta pesquisa mostrou que empreendimentos como as UHE's causam transtornos e dramas às comunidades desterritorializadas pelos reservatórios. Esta tese defendeu a ideia no ponto de interrogação sobre a reterritorialização dos camponeses tradicionais de Palmatuba. Observou-se que a reterritorialização (caso tenha existido) da comunidade estudada foi precária, imparcial, incompleta. Isto no sentido clássico do conceito de território.

A reterritorialização completa não aconteceu. O empreendimento possibilitou outra forma de perceber o mundo e outras oportunidades aos atingidos. No entanto, esta não é a realidade para a maioria dos camponeses tradicionais de Palmatuba que enfrenta desencontros e desarmonia. Ao aprofundar a discussão há claras evidências mostrando não ter ocorrido a reterritorialização ainda, se é que algum dia ela acontecerá. Podem até existir sujeitos conformados com a situação atual em que vivem, mas o conformismo não é algo satisfatório.

Para ocorrer a reterritorialização há a necessidade do sentido de lugar ser recriado. A noção de lugar, por sua vez dificilmente aparecerá, pois acompanhado deste também tem a paisagem. A paisagem por sua vez foi modificada e os atingidos de Palmatuba convivem com outras visões, cheiros, sons e elementos constituintes.

O espaço da forma como era organizado em Palmatuba com aqueles elementos constituintes da paisagem é impossível de ser reconstruído. Se a paisagem não acompanhou a emigração, o que é impossível, pelo menos há a necessidade do sentido de lugar ser reconstruído para haver a reterritorialização. Isto demora certo tempo para acontecer, se acontecer. Muitos atingidos de Palmatuba se sentem desconectados ou fora do lugar e, assim não houve reterritorialização.

Nisto reside a atribuição do empreendedor que poderia ter optado por outra forma de indenização. Uma possibilidade seria reassentar esta população na margem do lago da UHEE, oferecendo condições e infraestrutura adequadas. Nesta situação, talvez, ocorresse ou pelo menos a comunidade teria condições mais rápidas de se reterritorializar.

As políticas de produção de energia elétrica no Brasil ampliam o discurso a favor das UHE's com diversas hidrelétricas em fase de implantação e em projetos até o ano de 2020, como exemplo a UHE de Belo Monte, cujas discussões são enormes haja vista as contrariedades e os malogros às populações atingidas daquela usina. A política energética no estado do Tocantins

mostra prática recorrente para transformar o rio homônimo em seu território numa monocultura das águas, na sucessão de lagos, seguindo os projetos de Estado dos últimos governos.

Apesar de não se ter efetuado cálculos socioeconômicos na pesquisa, mensurando os custos e os benefícios destes empreendimentos, deve-se considerar não somente as variáveis, no sentido meramente econômico, mas sim todo um processo envolvendo melhorias ambientais e sociais, apostando numa alternativa de desenvolvimento econômico e na relação social, econômica e ambiental correta com os recursos naturais disponíveis.

Pensando em alternativas, que resolvam, mesmo que parcialmente, o problema energético e dos povos tradicionais e camponeses em questão poderiam ser implantadas políticas energéticas que visassem o uso do coco babaçu, abundante na região para a produção elétrica. Tecnologia, recurso natural (babaçu) e população para trabalhar com esta opção existem no Brasil e que poderiam ser utilizadas em grande parte da região Amazônica. Esta escolha bioelétrica poderia ser incentivada em nível doméstico ou local.

A monocultura das águas está privilegiando um modelo excludente de parte da sociedade brasileira, desalojada em função desta matriz energética. Os interesses políticos e econômicos não podem prevalecer em um assunto complexo e importante como a geração de energia elétrica. Os custos da energia que chegam às residências brasileiras são altos, considerando que a matriz (rios e águas) é gratuita.

Muitas são as fontes optativas que necessitam de políticas públicas e interesses econômicos a fim de serem implementadas. O ônus pela hidroeletricidade é pago pelas populações desterritorializadas e o consumidor final cobre os custos e os lucros das empresas. Os impostos e as tarifas que recaem sobre a energia elétrica no Brasil estão comparativamente altos em relação a outros países.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.
- AB'SÁBER, Aziz. N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. **Boletim do CEPEGE** (Centro Paulista de Estudos Geológicos, Geologia), São Paulo, n. 3, p. 85-123, 1970.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32. maio. 2004.
- ARAÚJO, Rita P. **Impacto sócio - ambiental na comunidade Palmatuba/Babaçulândia/TO: influência da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)**. 2009. 31 f. (Monografia) - Curso de Geografia UFT/Araguaína, 2009.
- BARROS, Joaquim T. S. (Joaquim Falcão). Lago Tocantins. In:_____. **Contexto, conceito e rimas**. Imperatriz/MA: Gráfica Brasil, 2007. 211 p. p. 116.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de População**. Tradução de Leôncio Gontijo de Carvalho. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 441 p.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233 p.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia física global. Esboço metodológico. **R. RA' E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.
- BOMBARDI, Larissa, M. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 55-95, jul/dez. 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.
- BRAGA, Iara F; SILVA, Vicente P. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 100-107. jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/-16369/9164>> Acesso em: 03 mai. 2012.
- BRANDÃO, Carlos R. Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes o estatuto das relações e das representações sociais: instituições e legitimações. In:_____. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p. cap. 7, p. 113-148.
- BRANDÃO, Carlos R. **A festa de Santo Preto**. 30º Concurso Mário de Andrade – Instituto Nacional do Folclore - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1975. 121 p.
- BRASIL, Decreto nº 24.643/34, de 10, de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, Decreto nº 6040 de 7, de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm> Acesso em: 16 jun. 2010.

BRASIL, Lei nº 6938/81, de 31, de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, Lei nº 8987/95, de 13, de fevereiro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, Lei nº 9.984/2000, de 17, de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9984.htm> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, Medida Provisória nº 2.198-5/2001, de 24, de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2198-5.htm> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins. **Processo nº 4244-56.2010.4.01.4300. Ação de Desapropriação.** Palmas, 28 de julho de 2010. Álvaro Lotufo Manzano (Procurador da República). 4 p.

BRASIL, Resolução nº 06/87, de 16, de setembro de 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res0687.html>> Acesso em: 26 nov. 2011.

BRASIL, Resolução nº 233/99, de 29 de julho de 1999. ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/RES1999233.PDF>> Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL, Relatório 1. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-1>> Acesso em: 11 fev. 2012.

CANDIOTTO, Luciano. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; e SAQUET, Marcos A. (Org). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão, UNIOESTE, 2004. 175 p. p 67-86.

CAPPIO, Dom Luiz F. Água é dom de Deus: cuidado, solidariedade e co-responsabilidade. In: FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 1, 2004, Brasília. **Anais Conferência Nacional da Terra e da Água:** reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p. p. 87-91.

CAREGNATO, Rita C. A; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out-dez. 2006.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

CARVALHO, Isabel C. M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 255 p.

CASTRO, Bruno L. G. **Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens**: um estudo sobre o povoado de Palmatuba/TO. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UnB/ Brasília, 2009.

CASTRO, Claudio M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 176 p.

CESTE (Consórcio Estreito de Energia). **Quebradeiras de Coco Babaçu**. 2007, 144 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 453 p.

CLEPS JUNIOR, João. As ações dos movimentos sociais no campo em 2010: ocupações, acampamentos e manifestações. In:_____. **Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT**. Goiânia: CPT, 2011. 184 p. p. 136-143.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001. 267 p.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Novembro de 2000. Disponível em: <http://hqweb.unep.org/dams/WCD/report/WCD%20report_Barrages%20et%20D%C3%A9veloppement_pr%C3%A9face.pdf> Acesso em: 26 nov. 2011.

DAMIANI, Amélia L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. 204 p. p. 161-172.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Geo-filosofia. In:_____. **O que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 288 p. p. 111-150.

DESCARTES, René. **Discurso do método**: regras para a direção do Espírito. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2008. 144 p.

DREW, David. O homem e o ambiente: introdução. In:_____. **Processo interativos homem-meio ambiente**. Tradução de João Alves dos Santos. 2. ed. São Paulo: Difel, 1989. 206 p. parte A. p. 1-42.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

FERRAZ, Elzimar P. N. **Lugar e parentela**: educação de sujeitos em povoados no extremo norte do Tocantins. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UFG/ Goiânia, 2011.

FEYRABEND, Paul K. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Morati. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. 374 p.

FLORES, Kátia M. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. 151 p.

GEERTZ, Clifford. Um jogo aborrevante: notas sobre a briga de galos balinesa. In:_____. **A interpretação das culturas**. 1. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2011. 323 p. cap. 9, p. 185-213.

GERARDI, Lúcia H. O; SILVA, Barbara C. M. N. Introdução. In:_____. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981. 161 p. cap. 1, p. 1-20.

GERMANI, Guiomar I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. 2. ed. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003. 266 p.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 2, v. 35, p. 57-63. mar/abr. 1995.

GOMES, Edvânia T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 288 p. p. 49-70.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GOOGLE EARTH (versão 5.1.3533.1731) [software]. Mountain View, CA: Google Inc. (2009). Disponível em: <<http://too.lazy.to.look.it.up>> Acesso em: 08 ago. 2010.

GRANDIN, Felipe; POLITO Rodrigo. Eólicas surpreendem com preços mais baixos que hidrelétricas. **Brasil Energia**. Rio de Janeiro, n. 370. ano 30, p. 86-94, set. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

HEIDRICH, Álvaro L. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 341 p. p. 21-44.

HOBBS, Thomas. Das causas, geração e definição de um Estado In:_____. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 423 p. p. 106-117. cap. XVII.

HOBBS, Eric J. A Artes. In:_____. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 343 p. cap. 14, p. 275-300.

HOUTART, François. Energía y desarrollo. In:_____. **La agroenergía: solución para el clima o salida de la crisis para el capital**. Traducción de Lourdes Arencibia. La Habana: Ruth Casa Editorial, 2009. 262 p. cap. 1, p. 5-28.

HOUTART, François. Las pistas para solucionar las crisis climática y energética. In:_____. **La agroenergía: solución para el clima o salida de la crisis para el capital.** Traducción de Lourdes Arencibia. La Habana: Ruth Casa Editorial, 2009. 262 p. cap. 6, p. 219-246.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 249 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=170300>> Acesso em: 31 out. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional.** Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_2004.pdf> Acesso em: 31 out. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional.** Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/> Acesso em: 31 out. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional.** Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/logistica/energia/2006.pdf> Acesso em: 31 out. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Geociências.** Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2010/to.zip> Acesso em: 31 abr. 2012.

JACQUARD, Albert. **A explosão demográfica.** Tradução de Paulo Herculano Marques Gouveia. São Paulo: Ática, 1998. 104 p.

KINN, Marli G. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar – Triângulo Mineiro – MG.** 2010. 341 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 2010.

KOHLER, Heinz. C. A escala na análise geomorfológica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Uberlândia, n. 1, v. 2, p. 21-33, 2001.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa.** Goiânia: Kelps, 2008. 150 p.

LEFF, Enrique. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In:_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 495 p. cap. 1-20, p. 15-295.

LETURCQ, Guillaume. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil.** 2007. 15 p. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/38/10/79/PDF/Artigo_-_II_Encontro_Barragens_-_G._Leturcq.pdf> Acesso em: 27 jan. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In:_____. **Antropologia estrutural.** Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975. 456 p. cap. 1, p. 13-44.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, UnB, 2002. 32 p. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2012.

LOCKE, John. Introdução. In:_____. **Segundo tratado sôbre o govêrno**. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: IBRASA, 1963. 157 p. p. 3-100.

MALUFE, José R. **A retórica da ciência**: uma leitura de Goffman. São Paulo: EDUC, 1992. 140 p.

MARTINS, Geraldo I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa**: a reinvenção do território verdeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geografia UFU/ Uberlândia, 2011.

MARTINS, José S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 179 p.

MARTINS, José S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.

MARTINS, José S. O Estado: o uso conservador da mediação do moderno. In:_____. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História lenta. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 178 p. cap. 1, p. 11-51.

MARTINS, José S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MAXIMIANO, Liz A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R. RA' E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes G. **Amazônia**: desenvolvimento, sócioidiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA, 1997. 165 p. p. 31-69.

MEIHY, José C. S. B. História oral: reputação e espaço de conhecimento. In:_____. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 291 p. cap. 1, p. 14-57.

MENDES, Estevane de P. P; PESSÔA, Vera L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevista, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA Vera L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p. p. 509-538.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo In:_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 191 p. p. 157-177.

NOGUEIRA, Narayana D. **A usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque – MG**: o significado da barragem para os atingidos. 2007. 81 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - UFV/Viçosa, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo U. A renda da terra. In:_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p. cap. 6, p. 43-65.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para ~~dar~~ entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988. 107 p.

OLIVEIRA, Marcelo R. **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do decreto 6.040/2007**. Disponível em <<http://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2009/02/conceitojuridico-pect.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2011.

OLGUÍN, Fernando Q; REYES-LIRA, Carlota J. G. El estudio de las relaciones ambientales desde las aportaciones de la Gestalt al estudio de la subjetividad y el análisis cualitativo. In: GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q; GUZZO, Raquel S. L. **Psicologia Ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas: Alínea, 2006. 200 p. cap. 2, p. 31-52.

PINTO, Lúcio F. **Hidrelétricas na Amazônia**: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002. 124 p.

PLATÃO. **A alegoria da caverna**. Brasília: LGE editora, 2006. 80 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 178 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993. 148 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RÊGO, Josoaldo L; ANDRADE, Maristela P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 47-57, jul/dez. 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 433 p.

RIBEIRO, Juliana. Setor sucroenergético volta os olhos para a produção de bioeletricidade e se prepara para conquistar 15% do fornecimento de energia brasileira até 2020. **Dinheiro Rural**, São Paulo, n.83, p. 63-67, set. 2011.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 85p.

ROUSSEFF, Dilma V. As ações governamentais na área de energia elétrica In: FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 1, 2004, Brasília. **Anais Conferência Nacional da Terra e da Água**: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p. p. 77-80.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008c. 384 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008b. 120 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008a. 285 p.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SEABRA, Giovanni F. Introdução In:_____. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Editora da UnB, 2001. 124 p. cap. 1, p. 11-35.

SEPLAN. **Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico – DZE. 5. ed. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2008. 62 p.

SERPA, Angelo. Lugar e mídia. In:_____. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011. 184 p. p. 15-37.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**. Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, jul/dez. 2005.

SIGAUD, Lygia. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens**. 18 (7), fev. 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm> Acesso em: 31 mar. 2012.

SILVEIRA, Marcos C. B. **Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)**. Porto Alegre: Editora Universitária/UFPEL, 2009. 278 p.

SOUZA, Edevaldo A. ; PEDON, Nelson R. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagos-MS, v. 1, n. 6, ano 4, p. 126-148. nov. 2007. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/index_revista.htm> Acesso em: 08 ago. 2010.

SOUZA, Marcelo J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p. p. 77-116.

SOUZA, Murilo M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 350 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geografia UFU/ Uberlândia, 2011.

TEMPASS, Mártin C. Sobre a questão do Patrimônio Cultural: repensando princípios e fins. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 1. n. 35, ano 19, p. 133-144, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

TURATO, Egberto R. Decidindo quais indivíduos estudar. In:_____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003. 685 p. cap. 8, p. 351-368.

VAINSENCER, Semira A. **Babaçu**. 2008. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=502&Itemid=1> Acesso em: 28 jan. 2012

VIDAL, Baustista. O imperativo de fontes alternativas de energia. In: FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 1, 2004, Brasília. **Anais Conferência Nacional da Terra e da Água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p. p. 99-102.


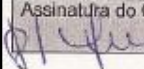

WHITAKER, Dulce C. A. et. al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In. WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau/SP: Letras à Margem, 2002. 256 p. p. 115-120.

ZAGALLO, José G. C. Belo Monte - violações a direitos humanos e à legislação ambiental. In: _____. **Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT**. Goiânia: CPT, 2011. 184 p. p. 84-87.

ZITZKE, Valdir A. A educação ambiental para o desenvolvimento rural sustentável dos reassentamentos rurais dos atingidos pela UHE do Lajeado. **MELL - Mostragem de Estudos Lingüísticos e Literários**, Porto Nacional/TO, n. 4, p. 24-38, out. 2004.

ZITZKE, Valdir A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

ANEXO 1 – Aprovação do projeto de pesquisa no CEP

 Governo do Estado do Tocantins FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS		COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP	
PARECER CONSUBSTANCIADO			PROCESSO No 21/2010
PROJETO DE PESQUISA		X	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
1 – Identificação da Proposta de Projeto de Pesquisa/Trabalho de Conclusão de Curso			
Título: População, território e ambiente: impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito na comunidade de Palmatuba-TO.			
Coordenador do Projeto ou Professor Orientador do TCC: Ailton Sieben			
Curso/ Faculdade: Universidade Federal do Tocantins.			
2 – Análise do Projeto de Pesquisa/Trabalho de Conclusão de Curso			
O projeto é relevante e pontual, pois se encontra em fase de execução a construção da barragem. Em um futuro breve deverá ocorrer a criação do lago, inundando as áreas dos impactados e principalmente desta comunidade tradicional. Este trabalho, portanto poderá salvaguardar sua memória, mantendo a história de um povo antes dele perder a característica tradicional.			
2.1 – Objetivos e Adequação metodológica (Verificar a exequibilidade da proposta, isto é, se existe clareza do objeto, compatibilidade entre os objetivos, a fundamentação teórica e a metodologia ou plano de ação, evidenciando consistência entre objetivos, procedimentos, ações de execução da pesquisa e capacidade do proponente, demonstrada por outros trabalhos similares.) Objetivos específicos e metodologia esta adequada às ferramentas apresentadas e exequíveis.			
2.2 – Avaliação do Questionário a ser aplicado e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequado.			
2.3 – Revisão Bibliográfica Revisão literária está adequada.			
3 – Qualificação do Pesquisador/Orientador (Indicar os atributos do Pesquisador/Orientador, salientando a titulação e experiência compatível com a função de orientação; qualidade e regularidade da produção científica/tecnológica/artística, compatível com o projeto de pesquisa/Trabalho de Conclusão de Curso) O Pesquisador/Orientador apresenta currículo adequado.			
4 – Parecer conclusivo, recomendações e/ou sugestões: Pesquisa exequível, viável e relevante.			
5 – Pendências: (Enumerar sucintamente as pendências a serem sanadas pelo Coordenador do Projeto de Pesquisa/Trabalho de Conclusão de Curso) Não se aplica.			
6 – Parecer Consubstanciado Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Pendências <input type="checkbox"/> Não aprovado <input type="checkbox"/>			
Assinatura do Coordenador do CEP:  Verissa Martins Teixeira Secretária Executiva CEP FMT-TO Matrícula: 860765-6		Data da reunião: 10/03/2010	
 Parecer consubstanciado CEP/FMT - Página 1/1			

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL/DINTER EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS PROPRIETÁRIOS DA TERRA
E ANTIGOS MORADORES DE PALMATUBA (TO)**

Iniciais do Entrevistado: _____

LOCAL/End: _____ Data: ____/____/2010

I – IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO FAMILIAR (Memórias do lugar)

1 – Nasceu em qual cidade/estado? _____

2 – Comente sobre sua origem étnica.

3 - Quando chegou em Palmatuba? _____

Motivos da vinda: _____

4 – Idade? _____

5 – Qual a religião?

() Católica () Evangélica () outra. Qual? _____

6 - Que festas tinham na comunidade? Costumava participar?
_____7 – Quais lembranças têm de Palmatuba/Garrancho?

8 - Os filhos moravam em:

() Palmatuba () na cidade de Babaçulândia e conviviam com o senhor(a) () fora de Babaçulândia

9 - Composição, Escolaridade e Principais Fontes de Renda Familiar

Nome	a – Sexo	b- Idade	c - Paren-tesco	d – Escolaridade	e – Ocupação	f - Situação	G - Local	h - Renda (em SM)

A – Sexo

- 1 – Masculino
2 – Feminino

B – Idade

- 00 - o a 11 meses
01 - 1 ano a 1 ano e 11 meses
02 - 2 a nos a 2 anos e 11 meses
03 - 3 anos e 11 meses
Demais respostas usar a idade completa no último aniversário
98 - Não sabe, não respondeu

C - Grau de parentesco com o chefe

- 01 – Chefe
02 – Esposa (o)
03 – Filhos
04 - Pais ou sogros, avós
05 - Genros e noras
06 – Netos
07 – Outro parente
08 - Mora de favor (sem parentesco)
09 – Empregado
98 - Não sabe

d – Escolaridade

- 01 – Analfabeto
02 - Assina o nome
03 - Está na creche
04 - Cursando o pré-primário
05 - Cursando 1ª à 4ª série
06 - 1ª à 4ª série interrompido
07 - 1ª à 4ª série completo
08 - Cursando 5ª à 8ª série
09 - 5ª à 8ª série interrompido
10 - 5ª à 8ª série completo
11 - Cursando o 2º grau
12 - 2º grau interrompido
13 - 2º grau completo
14 - Cursando o superior
15 - Superior interrompido
16 - Superior completo
98 - Não sabe ou não respondeu
99 - Não se aplica (menos de 5 anos)

e – Ocupação

Anotar a profissão, o cargo ou função que a pessoa ocupa. No caso de mais de uma ocupação anotar somente a Principal

f – Situação Ocupacional

- 01 - Proprietário rural
02 - Parceiro (meeiro, terceiro, etc.)
03 – Arrendatário
04 – Ocupante
05 - Empregado permanente com carteira assinada
06 - Empregado permanente sem Carteira assinada
07 - Empregado temporário (diarista)
08 - Conta própria ou autônomo
09 - Trabalhador não remunerado da Família
10 – Desempregado
11 - Não trabalha (inativo)
12 – Aposentado
13 - Outra (a especificar)
98 - Não sabe ou não respondeu
99 - Não se aplica (menor de 5 anos)

g – Local

- 1 - No estabelecimento
2 - Fora do estabelecimento

10 - Pertencia a quais associações?

- () Associação Quebradeiras de coco () Associação oleiros () Associação pesca
() Associação energia elétrica () Outra Qual?.....

11– Consideram Palmatuba confortável? E atualmente?

- () sim () não () sim () não

12 – Sentiam liberdade em Palmatuba? E atualmente?

- () sim () não () sim () não

Especificar o tipo de “liberdade”: _____

13 – Sentiam solidão em Palmatuba? E atualmente?

☐ sim ☐ não ☐ sim ☐ não

Justifique: _____

14 – Sentiam segurança em Palmatuba?

☐ sim ☐ não ☐ sim ☐ não

15 - Em Palmatuba tinha um lugar/paisagem onde o senhor(a) gostava de ficar/olhar/admirar?

☐ sim ☐ não Qual? Por quê? E agora ☐ sim ☐ não Qual? Por quê?

16 - A comunidade se reunia em algum local específico? Como era?

17 - Tinham cemitério na comunidade? Qual a relação?

☐ sim ☐ não

18 – Quais medidas adotavam quando adoeciam?

19 - Faziam algum tipo de remédio caseiro?

☐ sim ☐ não Qual(is): _____ Finalidades: _____

20 - Faziam queimadas

☐ sim ☐ não

21 - O que faziam com o lixo

☐ enterravam ☐ queimavam ☐ era recolhido ☐ jogavam nas lavouras ☐ jogavam em qualquer lugar

22 – Como tinham acesso à água?

23 - Destinação do esgoto doméstico

☐ a céu aberto ☐ fossa séptica

24 – O que você entende por meio ambiente? _____

II – PRODUÇÃO E RENDIMENTO

25 - Qual a atividade que exercia em Palmatuba?

☐ Quebradeira de coco ☐ oleiro ☐ pescador ☐ criador de gado ☐ outra qual? _____

26 - Qual o significado da terra, do rio e coco babaçu para vocês?

27 – Quais atividades/cultivos agrícolas? _____ Época do ano: _____

28 – Quais os produtos que você compra agora?

29 – O que você produzia em Palmatuba era utilizado para a subsistência?

☐ sim ☐ não

30 - Quanto extraia de Renda líquida mensal?

☐ até 1 salário mínimo ☐ 2 salários mínimos ☐ 3 salários mínimos ☐ mais de 3 salários mínimos

31 - A renda principal era proveniente de:

☐ quebra de coco ☐ artesanato ☐ pesca ☐ olaria ☐ criação de gado ☐ aposentadoria ☐ outro/qual? _____

32 - Como obtinham a matéria prima para fazer o artesanato do coco Babaçu e o trabalho com a olaria e a cerâmica? Era obtido na própria propriedade?

33 - Como vendiam os seus produtos?

34 - Com o que ganhavam dava para viver? E agora?

☐ sim ☐ não ☐ sim ☐ não

35 - Quais as fontes de renda atuais?

☐ aposentadoria ☐ trabalho/salário ☐ indenização ☐ outra Qual? _____

36 – O senhor(a) tinha conta bancária? E agora?

☐ sim ☐ não ☐ sim ☐ não

III – IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO, PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS FAMÍLIAS

37 - Quando souberam sobre a implantação da UHE e a desapropriação das terras? _____

38 - Qual a data da saída? _____

39 - Como ficou sabendo sobre a desapropriação?

☐ empresa ☐ autoridades ☐ igreja ☐ vizinhos ☐ meios de informação

☐ outro/qual? _____

40 – Houve alguma orientação no processo de negociação das indenizações?

☐ sim ☐ não

Se sim por parte de quem ou o que? _____

41 - Como foi a negociação/indenização?

☐ Você leu o contrato ☐ você foi pressionado a assinar o contrato

☐ você teve tempo para pensar na proposta ☐ você fez contra proposta ☐ Outra: _____

42 - Na sua opinião: em algum momento pensou-se que o empreendimento traria progresso para a comunidade?

☐ sim ☐ não Por que? _____

43 - Houve interesse por parte da comunidade em reassentamento?

☐ sim ☐ não Por que? _____

44 - Nível de informações fornecidas pela empresa sobre o empreendimento?

☐ sempre clara ☐ parcialmente clara ☐ muitas dúvidas

Qual(is) informação(ões) foram omitidas? (em caso de parcial ou total) _____

45 - Qual a área da propriedade que foi indenizada? _____

O que foi atingido? _____

46 - A indenização foi justa?

☐ sim ☐ não ☐ não sabe Justificar: _____

47 - Quanto foi o valor da indenização (R\$)? Qual a data do recebimento da indenização?_____

() < que 10.000,00 () de 10.000,00 a 20.000,00 () de 20.000,00 a 30.000,00
 () de 30.000,00 a 40.000,00 () de 50.000,00 a 60.000,00 () de 60.000,00 a 70.000,00 ()
 de 80.000,00 a 90.000,00 () > 100.000,00 () carta de crédito

Especificar o valor exato quando puder: R\$ _____

48 - O que falta ainda indenizar?

() terra () associação quebradeiras de coco () associação pesca () associação de olaria
 () associação de energia elétrica () Outra: _____

49 - As pessoas da comunidade estão participando das demais reivindicações de indenizações?

() sim () não De que forma? _____

50 - Na sua opinião, qual seria o valor justo da indenização?

() < que 10.000,00 () de 10.000,00 a 20.000,00 () de 20.000,00 a 30.000,00
 () de 30.000,00 a 40.000,00 () de 50.000,00 a 60.000,00 () de 60.000,00 a 70.000,00 ()
 de 80.000,00 a 90.000,00 () > 100.000,00

51 – Em termos econômicos queriam ganhar mais em Palmatuba?

() sim () não Quanto?: _____

52 - Como os jovens percebem o processo de mudança

53 - Como está a vida social agora?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima – Justifique a resposta: _____

54 - Se fosse possível retornar a Palmatuba e continuar a sua vida como o senhor(a) a tinha lá, voltaria?

() sim () não Por que? _____

55 - Caso tivesse continuado em Palmatuba, quais seriam seus planos futuros?

56 – Qual e como foi o momento em que o senhor(a) se deu conta que teria que sair de Palmatuba?

57 - Desde o momento da saída de Palmatuba até agora, qual foi o mês mais difícil em que ficaram mais abatidos? Por quê? _____

58 – Quais as maiores dificuldades que enfrentou enquanto morou em Palmatuba?

☐ difícil acesso a cidade ☐ falta de médicos ☐ dificuldades econômicas ☐ falta de trabalho ☐ outros Quais?_____

59 – Quais dificuldades enfrentam atualmente?

60 – Alguém da empresa lhe visitou até o momento? Se visitou, qual foi o motivo?

☐ sim ☐ não _____

61 – Porque o senhor(a) está morando neste endereço?

☐ urbano ☐ rural

62 – Como vive a família atualmente?

63 - Qual é o sentimento?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo ☐ ou está conformado

Explique:_____

64 – Algum comentário que gostaria de fazer?

Entrevistador:

APÊNDICE 2 – Termo Consentimento Livre Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS DE ARAGUAÍNA

COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Convido o(a) senhor(a) a participar da pesquisa com o provável título: *População, território e ambiente: impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito no Povoado Palmatuba-TO*. A necessidade de pesquisa envolvendo impactos causados por usinas hidrelétricas aumenta a cada momento, pois a maior parte de energia do país vem de barragens. Portanto, fazem se necessárias pesquisas neste assunto, uma vez que, pessoas são cada vez mais atingidas.

O estudo tem como objetivo principal analisar a relação entre a população, o território e o ambiente: impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito no Povoado Palmatuba-TO. Objetiva-se resgatar as lembranças, a história e a identidade da comunidade de Palmatuba, e ainda saber a nova realidade de vida das pessoas da antiga comunidade.

Para atingir os objetivos propostos serão feitas leituras sobre o tema proposto e entrevistas aplicadas às pessoas, em suas casas. Ressalta-se que a população saiu de Palmatuba e mora nos municípios de Araguaína e Babaçulândia (TO).

Convido o(a) senhor(a) a participar esclarecendo lhe a necessidade e a motivação do estudo. O(a) senhor(a) terá liberdade entre escolher ou não a entrevista e se resolver desistir, não será constrangido. As respostas serão anotadas no roteiro, caso o senhor(a) permita esta também poderá ser gravada. Coloco ainda que não haverá ganho financeiro com a entrevista.

O nome do(a) senhor(a) não será divulgado e a participação nesta pesquisa poderá lhe causar alguns desconfortos como emoções ao lembrar de Palmatuba e o tempo para responder as questões que será em torno de 1 hora e 30 minutos. No entanto, os benefícios serão maiores, pois o histórico de Palmatuba não será esquecido e este poderá ser um momento a mais que ajude nas lutas pelas outras indenizações da comunidade. As informações obtidas serão tratadas academicamente, respeitando seu/sua segurança e integridade.

Para dúvidas ou reclamações o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins, situada na Av. Dionísio Farias, 838, Bairro de Fátima em Araguaína – TO CEP: 77.814-350, Fone: (63) 3415-8300 ou com o pesquisador: Airton Sieben, morador da Rua das Violetas, 432 Bairro Jardim das Flores, Araguaína (TO) CEP: 77800-000 Fone: (63) 9962 5179 e-mail: asieben@uft.edu.br

Araguaína,/...../.....

Nome do Entrevistado

Assinatura



S571e Sieben, Airton

Estado e Política Energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito/ Airton Sieben. – Uberlândia: [s. n], 2012.

203f.

Orientador: Prof. Dr João Cleps Junior

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia 2. Gestão de território.3. Babaçulândia (TO) I.
Título

CDD 910.133

CDD 662.88